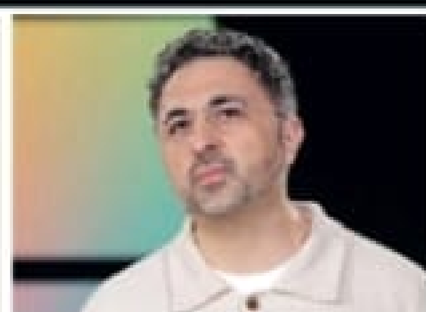
Agronegócios
Maior acionista da Copersucar, Zilor reorganiza negócios e foca em crescimento, diz André Inserra B7



Disputa societária
Cade dá 60 dias para que CSN apresente plano para vender suas ações na Usiminas B2



Tecnologia
Mustafa Suleyman, CEO da Microsoft IA, anuncia criação de 'superinteligência médica' B6

Terça-feira, 1 de julho de 2025
Ano 26 | Número 6284 | R$ 7,00
www.valor.com.br

Valor ECONÔMICO

25 ANOS



Haddad: 'Espero que, superado esse momento, a gente retome [o diálogo] com o Congresso'

Gastos tributários devem sofrer corte de pelo menos R$ 15 bilhões, diz Haddad

Entrevista Montante seria necessário para fechar as contas de 2025/26, além das receitas com alta do IOF e aprovação de MP

Lu Aiko Otta, Guilherme Pimenta, Jéssica Sant'Ana e Fernando Exman
De Brasília

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou ao **Valor** que precisa do corte de pelo menos R$ 15 bilhões em gastos tributários, além das receitas a serem geradas pelo aumento do IOF e da aprovação da Medida Provisória (MP) 1303, para fechar as contas de 2025 e 2026. A MP muda a alíquota para tributação de rendimentos de aplicação financeira e de ativos virtuais no exterior, bem como eleva a taxação sobre bets, fintechs e acaba com isenção de títulos incentivados. Destacou, ainda, a disposição de buscar entendimento com o Congresso.

De acordo com o ministro, o governo queria cortar R$ 40 bilhões e abarcar todos os incentivos fiscais. Mas, na reunião com a cúpula do Congresso, no dia 8 de junho, ficou claro não haver condição de avanço da proposta. A ideia agora é cortar apenas gastos tributários não previstos na Constituição, por isso a cifra menor.

Há também oito propostas de redução de gastos primários enviadas pelo governo que aguardam apreciação pelo Legislativo, como a regulamentação dos supersalários, o sistema de previdência dos militares e o aperto na concessão do seguro-defeso. Haddad disse querer discutir essas e outras medidas com parlamentares para sentir quais têm chance de prosperar. "Espero que, superado esse momento, a gente retome [o diálogo] com o Congresso", disse.

Lideranças partidárias têm afirmado que o governo deveria cortar despesas em vez de aumentar impostos, uma vez que já tentou, sem sucesso, dizer que o reajuste do IOF seria uma forma de justiça tributária.

Questionado sobre a estratégia do Banco Central de manter os juros elevados por tempo prolongado, Haddad disse que observa os movimentos da autoridade monetária. Acrescentou que a economia muda rapidamente e o Fed, banco central dos EUA, sinaliza corte nos juros, o que pode trazer uma surpresa positiva. **Página A4**

Concessão de aposentadorias vai acelerar

Jéssica Sant'Ana
De Brasília

O número de aposentadorias que deverão ser concedidas até 2060 representará um aumento de 36% na comparação com o período de 1989 e 2024. Segundo estudo do economista e especialista em Previdência Rogério Nagamine, publicado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), nos próximos 35 anos a estimativa é a de que as aposentadorias concedidas cheguem a 47,7 milhões. Os dados consideram todos os tipos de aposentadoria do Regime Geral da Previdência Social (RGPS), atendido pelo INSS, e deixa de fora os demais benefícios, como pensão por morte, auxílio-doença e Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Em termos absolutos, o pico das concessões de aposentadorias deve ocorrer nas décadas de 2030 e 2040, havendo uma queda depois. "Essa projeção mostra a necessidade urgente de uma nova reforma da Previdência para garantir a sustentabilidade fiscal no médio e no longo prazos", afirma Nagamine. "Inclusive, será um período marcado por redução da força de trabalho e, consequentemente, dos contribuintes." **Página A3**

Motta acusa governo de incitar 'polarização social'

De Brasília

A crise entre Congresso e Palácio do Planalto em torno da derrubada do decreto que elevava alíquotas do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) prosseguiu ontem, com o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), acusando o governo de promover "polarização social" e de alimentar o "nós contra eles". "A polarização política no Brasil tem cansado muita gente e agora querem criar a polarização social", disse Motta, em vídeo publicado nas redes sociais.

Desde a semana passada, o governo tem adotado a estratégia, considerada político-eleitoral, de apostar no embate entre ricos e pobres, ao defender que o reajuste do IOF é uma forma de justiça tributária. Parlamentares argumentam que o IOF não alcança apenas os mais ricos, e sim transações financeiras que pessoas físicas e empresas fazem no dia a dia.

O governo deve ingressar hoje com ação no STF para questionar a derrubada do decreto do IOF, apurou o **Valor**. **Página A11**

EUA fazem pressão às vésperas de prazo para tarifas

Agências internacionais

Com a proximidade do fim do prazo para que fechem acordos comerciais com os EUA para evitar tarifas mais altas, em 9 de julho, Washington aumenta a pressão sobre seus parceiros. Ontem, o presidente Donald Trump ameaçou o Japão com alíquotas mais altas alegando barreira ao arroz americano. "Temos países que estão negociando de boa-fé, mas eles devem estar cientes de que, se não conseguirmos chegar a um acordo porque eles estão sendo recalcitrantes, poderemos voltar aos níveis [de tarifas] de 2 de abril", disse o secretário do Tesouro, Scott Bessent. **Página A13**

Nuvem bilionária



A CEO da Oracle, Safra Catz, anunciou ao mercado a assinatura de um contrato de US$ 30 bilhões por ano para prestação de serviço de nuvem a partir do ano fiscal de 2028. O valor é quase três vezes maior que a receita atual da companhia na área. Página B6

Destaques

Plano Safra 25/26
O Plano Safra da Agricultura Empresarial 25/26 terá R$ 516,2 bilhões — 1,5% maior que o do ciclo anterior, encerrado ontem. As taxas de juros serão até 2 pontos percentuais mais altas. **B8**

Defesa da concorrência
A Superintendência-Geral do Cade recomendou ao tribunal da autarquia que a Apple seja condenada "por conduta anticompetitiva no ecossistema digital do sistema operacional iOS". **B6**

Ações sobem após consenso entre sócios da Azzas

Adriana Mattos e Maria Luíza Filgueiras
De São Paulo

A decisão dos sócios da Azzas 2154, de deixar os desentendimentos em segundo plano e acelerar a integração da empresa criada com a fusão de Arezzo&Co e Soma, foi bem-recebida pelo mercado. As ações da companhia fecharam em alta de 4,7%. O consenso entre os sócios Alexandre Birman e Roberto Jatahy é que o acordo de acionistas e a estrutura anterior do conselho acabaram deixando ambos em posição defensiva, em vez de promover integração. O negócio entre Arezzo e Soma foi aprovado pelo Cade há mais de um ano, em março de 2024. Nicola Calicchio, ex-CEO da McKinsey na América Latina, passa a ocupar a presidência do conselho de administração, como membro independente, no lugar de Pedro Parente, que costurou o entendimento. O colegiado também fica menor. Passa de nove para sete membros. **Página B1**



100 ANOS DE GLOBO

Bolsa se destaca no 1º semestre com alta de 15%; dólar cai 12%

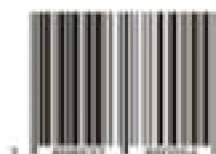
Adriana Cotias
De São Paulo

O mercado acionário foi o grande destaque do primeiro semestre, apesar do nível elevado dos juros. O Ibovespa, principal índice da bolsa brasileira, subiu 15,4% até junho, melhor resultado para o período desde 2016. A entrada de capital externo tem ajudado a dar fôlego às ações. Já o CDI, que acompanha a Selic e é referência para aplicações de renda fixa, ganha 6,4% no ano.

O dólar, que encerrou cotado a R$ 5,43 ontem, no menor nível desde setembro de 2024, acumulou desvalorização de 12,08% na primeira metade do ano. A moeda americana tem perdido valor globalmente, com as políticas comerciais e econômicas de Donald Trump influenciando as decisões dos investidores. Ruy Alves, da Kinea, diz que tem sido a capacidade de atrair um pedaço da realocação de recursos que saiu dos EUA que fez as ações brasileiras se valorizarem até aqui. **Página C6**

Indicadores

Ibovespa	30/jun/25	1,41 % R$ 20,6 bi
Selic (meta)	30/jun/25	15,00% ao ano
Selic (taxa efetiva)	30/jun/25	14,77% ao ano
Dólar comercial (BC)	30/jun/25	5,4565/5,4571
Dólar comercial (mercado)	30/jun/25	5,4379/5,4391
Dólar turismo (mercado)	30/jun/25	5,4607/5,6437
Euro comercial (BC)	30/jun/25	6,4218/6,4230
Euro comercial (mercado)	30/jun/25	6,3996/6,4002
Euro turismo (mercado)	30/jun/25	6,4857/6,6657



Dados ou dogmas? O Brasil na encruzilhada



Luiz Schymura

Um sistema de estatísticas de qualidade tem papel central no mundo contemporâneo. Não por acaso, pois na democracia de massas não há agenda nacional legítima sem alicerce estatístico. Na verdade, sem dados, a democracia vira um cabo de guerra de narrativas (exemplo: negacionismo da pandemia). As estatísticas representam o único campo de diálogo no qual governo, oposição e sociedade podem debater fatos. Contudo, é preciso frisar que a autoridade dos dados não vem apenas de planilhas precisas, mas de um equilíbrio delicado entre três pilares: rigor científico, confiança política e uso pela sociedade. Quando uma dessas frentes falha — seja por manipulação, isolamento técnico ou descrédito popular —, os dados perdem poder. Por conta disso, a autoridade dos dados não é dada: deve ser conquistada e mantida a cada dia.

No Brasil, essa dependência de dados entendidos como confiáveis se torna ainda mais crítica diante de um cenário econômico e político desafiador, como veremos ao longo do texto.

Vamos às evidências. Ao analisar o desempenho dos principais agregados macroeconômicos, constata-se que estão satisfatórios — o PIB cresce razoavelmente, a taxa de desemprego persiste num patamar próximo ao das mínimas históricas e a taxa de inflação permanece num nível aceitável. No entanto, a taxa de juro em torno de 7% reais ao ano (a.a.), necessária para estabilizar a inflação próxima à meta de 3% a.a., tem sido fator de imensa preocupação para os agentes econômicos. Afinal, em um cenário com juro real tão elevado, é preciso forte controle das contas públicas para mitigar o risco de desgoverno da dívida pública.

Contudo, o clima político dificulta um concerto para equilibrar as contas do setor público. O agastamento na relação entre os poderes Executivo e Legislativo — há grande dissintonia entre as pautas que o governo federal quer priorizar e as que os presidentes das casas legislativas efetivamente implementam — tem sido fator de forte desconfiança quanto à viabilidade de um ajuste fiscal convincente. Para piorar, com o avanço crescente do Congresso Nacional no controle do Orçamento público, o clima tenso entre os dois Poderes não dá sinais de arrefecer — o decreto legislativo que revogou o decreto presidencial do IOF e a sinalização do Executivo de que recorrerá ao STF dão uma boa medida da situação.

Assim, embora haja um ambiente político propício para grandes negociações, a situação das contas públicas torna imprescindível que a classe política atue de maneira extremamente diligente na condução da política fiscal. Não resta dúvida, o cobertor está bastante curto. Ninguém quer arcar com o ônus do ajuste. A chiadeira é grande. Por isso, é importante que o debate político seja travado da forma mais transparente possível. Diante desse cenário conturbado, não deve haver espaço para orçamento secreto e nada que oculte dados ou informações relacionadas ao interesse público. Nessa linha, um sistema de estatísticas de excelência ajuda sobremaneira a promover um debate político mais claro e objetivo.

Adicionalmente, a dita polarização política presente no exterior também é realidade no Brasil. O diálogo parece cada vez mais difícil entre grupos antagônicos. Por isso, para que não se perca a oportunidade de comunicação e de troca entre os mais diversos atores políticos, é fundamental que a transparência propiciada por um sistema de estatísticas públicas nacionais receba muita atenção, cuidado e recursos. Afinal, estatísticas são ferramentas poderosas, mas não infalíveis. Quando mal produzidas ou usadas de má-fé, podem conduzir a erros, injustiças e crise de legitimidade. A solução não é rejeitar os dados, mas exigir qualidade, transparência e diversidade de vozes em sua produção e interpretação.

Por fim, vale citar os desafios que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), principal produtor de estatísticas públicas do Brasil, terá pela frente. Entre 2024 e 2027, está programada uma ampla revisão das principais estatísticas socioeconômicas brasileiras. Ela teve início com a publicação, em agosto de 2024, das novas projeções populacionais do Brasil até 2070 ("Revisão 2024", baseada no Censo demográfico de 2022), substituindo as projeções anteriores ("Revisão 2018", ainda baseadas no Censo de 2010).

Entre os meses de novembro de 2024 e 2025, está indo a campo a coleta para uma nova edição da Pesquisa de Orçamentos Familiares. A POF 2024-25, cujos primeiros resultados deverão ser publicados em meados de 2026, irá atualizar a edição anterior, a POF 2017-18. Esse espaçamento temporal de 6-7 anos entre as duas pesquisas, na verdade, é elevado para os melhores padrões internacionais — nos EUA, a pesquisa de gastos das famílias é atualizada anualmente pelo Bureau of Labor Statistics. No dia 31 deste mês, a Pnad Contínua revisada, desde 2012, será divulgada. Novos fatores de extrapolação provenientes do Censo 2022 serão incorporados (já que se trata de uma pesquisa amostral, que precisa ser "expandida" para chegar a números compatíveis com o Brasil como um todo). Atualmente, a Pnad-C ainda utiliza fatores do Censo 2010.

Já para meados de 2026, está programada a mudança para o Sistema de Contas Nacionais Referência 2021, no lugar do atual (SCN Referência 2010, que foi introduzido no Brasil em 2015). E há ainda a previsão de que o IBGE realize um novo Censo Agropecuário em 2026, sendo o anterior de 2017. Finalmente, prevê-se para janeiro de 2027 a atualização da estrutura de ponderação do IPCA e INPC à luz das informações atualizadas trazidas pela POF 2024-25.

Dentro dessa pesada agenda de revisão e atualização estatística, o IBGE não tem ainda a garantia de que terá recursos suficiente para cumprir essas obrigações. A título de exemplo, o órgão ainda não tem a confirmação de que receberá os R$ 700 milhões para a realização do Censo Agropecuário.

Em suma, cobrar transparência no uso dos dados e apoio orçamentário para os organismos responsáveis pela produção das estatísticas públicas nacionais não é um capricho técnico, e sim um imperativo democrático.

Luiz Schymura é pesquisador do FGV Ibre e escreve mensalmente
E-mail luiz.schymura@fgv.br

Estatística Ex-presidentes do instituto de pesquisas alertam que proposta vai contra recomendações de boas práticas internacionais

Mistura de dados e previsões no IBGE acende sinal de alerta

Lucianne Carneiro
De Rio

Os ex-presidentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) Wasmália Bivar e Roberto Olinto veem riscos para a credibilidade do instituto ao se misturar estatísticas com previsões em um instituto oficial e afirmam que o caminho vai contra as boas práticas internacionais.

O alerta veio após o lançamento pelo IBGE do Programa Nacional de Inteligência e Governança Estatística e Geocientífica, com objetivo de "subsidiar políticas públicas preditivas". O plano é parceria com o Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) e teve a adesão de oito órgãos públicos.

No evento de divulgação, o presidente do IBGE, Marcio Pochmann, defendeu que a iniciativa permitirá a união de diferentes bancos de dados, o que ajuda a reduzir custos e oferece melhores subsídios para políticas públicas.

A construção de um sistema nacional de estatísticas é uma das bandeiras da gestão de Pochmann. A ideia é que esse sistema, sob a coordenação do instituto, integre as informações de diferentes produtores de dados. O debate é antigo dentro do próprio IBGE, e a legislação prevê que o instituto coordene o sistema estatístico nacional, função que nunca foi exercida.

Agora, no entanto, Pochmann incluiu nessa discussão o papel das predições, termo que é sinônimo de previsões e tem sido usado no contexto das soluções de inteligência artificial. A IA preditiva identifica padrões para ajudar a prever o que ocorrerá no futuro.

No lançamento, o presidente do IBGE disse que políticas públicas têm sido realizadas com base em realidades do passado. Diante das mudanças atuais, no entanto, defendeu, é "fundamental trabalhar com a ideia de predições": "Queremos dar um passo, e é um passo experimental, são pesquisas experimentais que vamos levar à frente a partir do IBGE".



Leo Pinheiro/Valor

"Isso cria uma crise de credibilidade, que é fundamental para um instituto oficial de estatísticas" *Wasmália Bivar*

Procurada pelo **Valor**, a assessoria de imprensa do IBGE encaminhou link (ibge.gov.br/singed-programa-nacional) de nova área do site com explicações sobre o Programa Nacional de Inteligência e Governança Estatística e Geocientífica.

O texto cita o "Projeto Projeções de Força de Trabalho e Ocupações para Brasil 2040", que "atua comprometido com a finalidade do desenvolvimento e aplicação, experimental, da metodologia de projeção de força de trabalho e de grupos ocupacionais no país para os próximos 15 anos".

"Como o futuro é incerto, previsões estão sujeitas a falhas. Isso cria uma crise de credibilidade, fundamental para um instituto oficial de estatísticas. É uma ameaça enorme à credibilidade institucional e vai contra as boas práticas internacionais", afirma Wasmália Bivar, que foi presidente da Comissão de Estatística da ONU.

Na sua avaliação, as acusações de manipulação das informações podem ocorrer de diferentes formas, tanto em caso de erros ou de acertos nas projeções.

Os planos da atual direção do IBGE contrastam com os "Princípios Fundamentais das Estatísticas Oficiais: orientações para divulgações de resultados pelo IBGE". O documento determina que não se deve "especular sobre resultados futuros dos dados divulgados ou de fatores que irão influenciá-los", com exceção das projeções da população e da produção agrícola.

A preocupação de Bivar é compartilhada pelo também ex-presidente Roberto Olinto. Um instituto oficial de estatísticas, diz, produz dados que descrevem a realidade geográfica, social, econômica de um país, enquanto previsões são sujeitas a erros.

"O risco de ter uma mistura das coisas, entre estatísticas e projeções, é muito grande. Sou radicalmente contra", afirma.

Pesquisador associado do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre), Francisco Pessoa Faria celebra as ações do IBGE para coordenar e organizar diferentes bases de dados, como registros administrativos e estatísticas de diferentes fontes, mas condena projetos que envolvam produção de estimativas: "Trabalhar com previsões não faz parte do escopo de um instituto oficial de estatísticas. E eventuais benefícios não superam os riscos".

União e Rio assinam acordo para data centers

Camila Zarur
De Rio

O governo federal e a prefeitura do Rio assinam, nesta terça-feira (1º), memorando de entendimento para transformar a capital carioca em um "hub" de data center. O acordo terá ainda como signatários BNDES, Eletrobras e Finep. A ideia é que o protocolo de intenções atraia investimentos de empresas de tecnologia e facilite o desenvolvimento do Rio AI City, projeto do Executivo municipal que quer transformar a zona oeste em centro de inovação e tecnologia.

Por parte do governo federal, o documento será assinado pelos ministérios de Ciência, Tecnologia e Inovação e do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviço.

O vice-prefeito, Eduardo Cavaliere (PSD), diz que o acordo coloca o Rio e Brasil em posição de vantagem para atrair empresas estrangeiras para a construção dos "hyperscales", centro de dados de alta capacidade. "Temos data centers pulverizados pelo Brasil e de menor capacidade em megawatts. O que propomos é centralizar esses empreendimentos no Rio com escala de gigawatt, indo de 1,5 giga, em 2028, para 3 gigas até 2032."

O projeto do Rio AI City é operado pela Elea Data Center, que constrói uma instalação do tipo na região do Parque Olímpico, onde uma rede de cabos submarinos conecta a cidade com outras partes do mundo. O custo estimado para a implementação é de US$ 65 bilhões. A ideia, diz Cavaliere, é atrair investimento de gigantes do setor: "Estamos conversando com o Google e a Nvidia para fazer outros dois acordos e anunciar em breve".

No memorando, as seis instituições se comprometem com "os melhores esforços para viabilizar" os centros de processamento de dados por meio de apoio técnico e institucional; desenvolvimento de estudos e pesquisas aplicadas; mobilização de recursos humanos, financeiros e tecnológicos; e articulação com outras entidades públicas e privadas para potencializar os impactos positivos do projeto.

"O que estamos dizendo é que quem investir aqui vai ter acesso a todo um ecossistema de inovação, que, no final, vai se transformar em geração de tecnologia e de emprego", diz o secretário de Desenvolvimento do Rio, Osmar Lima.

O esforço das signatárias é garantir apoio institucional. Mas há funções estratégicas entre os envolvidos para assegurar a estrutura dos data centers. A prefeitura quer que a Eletrobras apresente o suporte necessário para atender a alta demanda de energia desses centros. A pasta de Ciência de Tecnologia terá papel na formação e capacitação de recursos humanos. A Eletrobras disse em nota que pode dar apoio com conhecimento técnico do setor elétrico.

O diretor de planejamento e relações institucionais do BNDES, Nelson Barbosa, afirma que estará à disposição para coordenar as iniciativas com investimentos. "O nosso papel é apresentar produtos financeiros que possam apoiar a instalação de hubs de IA no Brasil", diz Barbosa, que ressalta que, entre 2024 e 2025, o BNDES atingiu R$ 1 bilhão em crédito para projetos voltados à inteligência artificial.

O diretor completa: "A BNDESPar [subsidiária do banco] tem participação em sete FIPs [fundos de investimento em participação] cujos investimentos contemplam empresas de inteligência artificial em seu modelo de negócio. Nós já nos comprometemos a aplicar nesses fundos R$ 700 milhões. Esse valor pode atrair outros R$ 2,3 bilhões, totalizando um investimento total de R$$ 3 bilhões".

Índice de empresas citadas em textos nesta edição

Abertis **B1**
Aibs **C3**
Ambipar **B2, C3**
Ameera **B7**
Amil **B4**
ARM Holdings **B6**
Arteris **B1**
Ativa Investimentos **B5**
Avon **B4**
Azzas 2154 **B1**
Banco do Brasil **C3**
Banco Safra **C1**
Bank of America **A6, C1**
Biomas **B5**
Biomm **B5**
Biorgan **B7**
BNDES **B1**
Boeing **B2**
Bradesco **A6, C1**
BRB **C3**
Brookfield **B1**
Caixa **C3**
Cementos Asment **B5**
Chernogolovka **A16**
Citi **B1, B4, C2**
CME Group **C2**
Copersucar **B7**
Cresol **C3**
Dasa **B4**
Deepmind **B6**
Deloitte **C3**
DHL **A13**
EcoRodovias **B1**
elo **C3**
Euro-Rijn Group **A13**
Fleury **B4**
Genial Investimentos **A6**
Goldman Sachs **C2**
Heidelberg Materials Group **B5**
Heinz **A16**
Iberdrola **B5**
IG4 Capital **B4**
Iguatemi **B2**
Inter **A6**
Itaú **B1, B5**
J. P. Morgan **C1**
J.P. Morgan **B1**
Kellogg's **A16**
Kinea Investimentos **C6**
Klabin **B5**
Kursk Electrical Equipment Plant **A16**
Lesaffre **B7**
LitEnergy **A16**
Lockheed Martin **B2**
Maersk **A13**
Manchester Investimentos **A3**
Marfrig **B5**
Master **C3**
McDonald's **A16**
McDonald's **A16**
McKinsey **B1**
Mediterranean Shipping Company **A13**
Microsoft **B6**
Morgan Stanley **C2**
Motiva **B1**
Natura **B4**
NDB **A7**
Neoenergia **B5**
Neurosoft **A16**
Nissan Motor **B4**
Nvidia **B6**
OpenAI **B6**
Oracle **B6**
Oriz Partners **A6**
Polo Capital **A3**
Rabobank **B5, C2**
Raia Drogasil **B1**
Rede Américas **B4**
S&P **B1**
Safra **A6**
Santander **B5, C6**
Sicoob **C3**
Sicredi **C3**
Softbank **B6**
StoneX **B5**
Suzano **B5**
Technonicol **A16**
Tendências **A6**
Toro Investimentos **C6**
Unicred **C3**
Ursa **A16**
UZTM-Kartex **A16**
Vale **B5**
VBSO Advogados **C3**
Versicel **B5**
Vkusno i tochka **A16**
Votorantim Cimentos **B5**
WEC Lines **A13**
Wockhardt **B5**
xAI **B6**
XP **A3**
Zilor **B7**

Com o VALOR DIGITAL, você aproveita as últimas notícias sobre economia e negócios onde e quando quiser.
ACESSE: VALOR.COM.BR

Contas públicas Estudo compara cenário com o de 1989 a 2024 e é novo alerta sobre necessidade de reforma

Aposentadorias devem crescer 36% até 2060

Jéssica Sant'Ana
De Brasília

O número de aposentadorias que devem ser concedidas entre este ano a 2060 deve ser 36% maior que as concessões feitas entre 1989 e 2024, de acordo com estudo do economista e especialista em Previdência Rogério Nagamine, publicado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe). O estudo mostra que de 1989 a 2024 foram concedidas 35 milhões de aposentadoras, enquanto a estimativa para 2025 a 2060 é que a concessão atinja 47,7 milhões.

Os números consideram todos os tipos de aposentadoria do Regime Geral da Previdência Social (RGPS), atendido pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), e desconsideram demais benefícios, como pensão por morte, auxílio-doença e Benefício de Prestação Continuada (BPC). No caso da projeção feita para 2025 a 2060, o cálculo leva em conta a manutenção das regras atuais da Previdência Social.

O estudo é mais um alerta para o aumento dos gastos com a Previdência nas próximas décadas, em um período em que a população em idade de trabalhar e a população total se reduzirão. "Essa projeção mostra a necessidade urgente de uma nova reforma da Previdência para garantir a sustentabilidade fiscal no médio e no longo prazos", diz Nagamine, no estudo.

Ao **Valor** o especialista reforça que o ideal é que uma nova reforma da Previdência seja debatida e implementada em 2027, ano de início do próximo governo. Isso porque, em termos absolutos, o pico das concessões de aposentadorias, no âmbito do RGPS, deve ocorrer nas décadas de 2030 e 2040. Por isso, na avaliação de Nagamine, não daria para esperar até 2031.

"O período entre 2030 e 2040 será o com maior volume de concessão de aposentadorias no RGPS em um cenário sem nova reforma. Inclusive, será um período marcado por redução da força de trabalho e, consequentemente, dos contribuintes. Já na década de 2040, será um período que a população total também vai começar a diminuir", alerta Nagamine, que já foi secretário do RGPS do Ministério da Previdência e atualmente é pesquisador no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Arnaldo Lima, especialista em Previdência e Relações Institucionais da Polo Capital, observa que o país enfrentará "duplo desafio demográfico" nas próximas décadas. De um lado, a taxa de crescimento da população em idade ativa — base da arrecadação previdenciária — está em desaceleração. De outro, a expectativa de vida segue em elevação. "A consequência é um desequilíbrio estrutural entre receitas e despesas no RGPS, que tende a se intensificar nos próximos anos. Esse cenário impõe uma pressão fiscal crescente e reforça a urgência de reformas adicionais", afirma.

O próprio governo estima que, mantidas as regras atuais da Previdência Social, o déficit do RGPS sairá dos R$ 329 bilhões estimados para este ano, o equivalente a 2,58% do Produto Interno Bruto (PIB), para R$ 465,7 bilhões em 2030 (2,63% do PIB) e R$ 979 bilhões em 2040 (3,50%), crescendo de forma contínua, até atingir R$ 30,9 trilhões em 2100, ou 11,59% do PIB. O exercício consta nas projeções atuariais (futuras) do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2026.

Lima observa que a necessidade de financiamento da Previdência subirá vertiginosamente nas próximas décadas porque o Brasil caminha para um ritmo de envelhecimento populacional semelhante ao do Japão. "Enquanto o percentual de idosos no país asiático dobrou de 10% para 20% em 25 anos [1970-1995], o Brasil deve repetir esse processo no mesmo intervalo, entre 2008 e 2032, segundo o IBGE. Isso significa que o número de beneficiários crescerá mais rapidamente do que a população contribuinte, elevando o déficit previdenciário per capita e a duração média dos pagamentos", afirma o especialista.

O crescimento da concessão de aposentadorias nas próximas décadas acontecerá já sobre uma base alta, observa Nagamine no estudo. No período de 1989 a 2024, houve incremento expressivo das concessões de benefícios previdenciários, ao ritmo de 4% ao ano, muito acima do incremento da população ou da força de trabalho. Considerando somente as aposentadorias concedidas no âmbito do RGPS, o crescimento médio anual foi de 3% no período, explicado, em grande parte, pelo incremento da população idosa.

> "Projeção mostra a necessidade urgente de uma nova reforma da Previdência"
> *Rogério Nagamine*

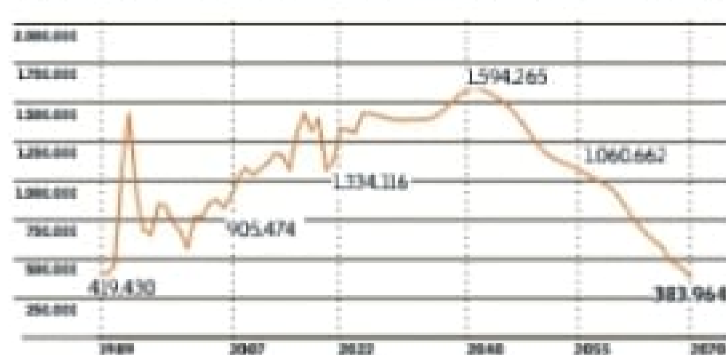
Outro fator que explica a alta é o benefício aos trabalhadores do campo. A concessão de aposentadorias rurais cresceu de uma média anual de 765 mil, nos anos de 2019 a 2021, para 1,1 milhão por ano no triênio de 2022 a 2024, alta de 44,3%. Em 2024, a concessão de benefícios rurais bateu recorde e alcançou 1,190 milhão no ano, sob suspeitas de fraudes.

Há, ainda, um terceiro fator que ajuda a explicar o aumento de aposentados nos últimos 35 anos: a expansão da cobertura previdenciária, que "avançou significativamente com o fortalecimento da nossa rede de proteção social após a Constituição Federal", observa Lima.

"O aumento da formalização dos postos de trabalho, especialmente nas décadas de 2000 e 2010, representou um importante melhora estrutural da economia brasileira: elevou a arrecadação do INSS, mas também contratou, no longo prazo, um crescimento proporcional do número de benefícios concedidos."

Entre as mudanças necessárias citadas pelos especialistas para a próxima reforma da Previdência, estão sugestões para mexer nas regras de contribuição e acesso à aposentadoria rural, do Microempreendedor Individual (MEI) e nos demais regimes favorecidos (com aposentadoria facilitada), além de endurecer os parâmetros da reforma de 2019.

Concessão de aposentadorias no RGPS
Manutenção de regras deve levar a um salto das concessões até 2040



Fonte: Estudo "Evolução e Projeção das Concessões de Aposentadorias", de Rogério Nagamine Costanzi, publicado pela FIPE. *Efetivo de 1989 a 2024 e projetado de 2025 a 2070

Governo central tem superávit em 12 meses

Gabriel Shinohara e Alex Ribeiro
De Brasília e São Paulo

O setor público consolidado obteve em maio o primeiro superávit primário em 12 meses após dois anos. Ainda assim, os dois principais indicadores do estoque da dívida pública, líquida e bruta, tiveram novas altas. Os dados são do Banco Central.

No acumulado em 12 meses, as contas do setor público consolidado, que considera o governo central, regionais e estatais, registraram superávit de R$ 24,1 bilhões ante déficit de R$ 6 bilhões em abril. O último superávit havia sido em maio de 2023, com R$ 39 bilhões em valores nominais. Considerando maio deste ano contra o mesmo mês de 2024, houve redução no déficit primário de R$ 63,9 bilhões para R$ 33,7 bilhões.

O resultado positivo do setor público consolidado foi impactado por algumas questões estatísticas. Por exemplo, em maio de 2024 o governo federal teve despesas com os impactos das enchentes do Rio Grande do Sul, que não se repetiram em 2025. Além disso, a União pagou precatórios em fevereiro de 2024. Neste ano, esse pagamento será em julho, no valor de quase R$ 69 bilhões.

Em maio houve ingresso de cerca de R$ 5 bilhões de recursos que estavam no Fundo Garantidor de Operações e no Fundo Garantidor de Investimentos. "Pela metodologia das estatísticas fiscais, quando recursos saem da conta única [do Tesouro] para esses fundos, isso ocasiona um déficit primário nas contas na esfera do governo que fez os investimentos, nesse caso do governo central. Portanto, por simetria, quando os recursos retornam à conta única, o impacto primário é superavitário", disse Fernando Rocha, chefe do departamento de estatísticas do BC.

Tiago Sbardelotto, economista da XP, apontou que o déficit foi menor em maio por causa das diferenças estatísticas e do resultado dos governos regionais (superávit de R$ 4,5 bilhões ante déficit de R$ 1,1 bilhão em maio de 2024). "É importante observar que o resultado do governo central continuou apresentando melhora, conforme visto na divulgação dos dados do Tesouro Nacional, mas parte disso se deve ao adiamento do pagamento dos precatórios e ao aumento das filas para solicitação de benefícios da Previdência Social, que devem ser revertidos nos próximos meses", disse, em nota.

O governo central, que reúne governo federal, regionais e estatais, registrou déficit de R$ 37,4 bilhões em maio deste ano e de R$ 60,8 bilhões em maio de 2024.

Mesmo nesse cenário, tanto a Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) quanto a Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) subiram no mês. A DLSP, que considera o setor público como um todo e os ativos e passivos, passou de 61,5% para 62% do PIB entre abril e maio. Esse é o maior patamar desde setembro de 2002 e o segundo maior número da série histórica iniciada em dezembro de 2001.

Já a DBGG subiu de 76% para 76,1% em maio. Em janeiro, estava em 75,6%. Marco Noernberg, sócio da Manchester Investimentos, lembrou que a evolução da dívida é impactada pelos juros, além do resultado fiscal. A taxa básica de juros está em 15% ao ano, maior patamar desde julho de 2006.

Segundo o BC, em maio os juros foram responsáveis por alta de 0,8 ponto percentual na DBGG, enquanto a variação do PIB diminuiu o indicador em 0,6 ponto. "A melhora nominal que teve no primário não é suficiente para conter esse crescimento da dívida pública versus PIB", disse Noernberg.

O BC calcula que a elevação de 1 ponto na Selic mantida por 12 meses representa um aumento de 0,47 ponto na DLSP e de 0,42 ponto na DBGG. O ciclo de alta de juros começou em setembro, quando a Selic estava em 10,50% ao ano.

A XP projeta déficit para o governo central de R$ 69 bilhões para este ano, ou R$ 23,7 bilhões (0,2% do PIB) com a exclusão das dívidas judiciais da meta, cumprindo a meta de déficit zero, dentro da banda de tolerância de 0,25 ponto do PIB. A expectativa para a dívida bruta é de elevação, chegando a 79,7% do PIB no fim de 2025.

Fundos esperam decisão política, diz Appy

Marta Watanabe
De São Paulo

O projeto de regulamentação da transferência de recursos para o Fundo de Desenvolvimento Regional e para o Fundo de Compensação de Benefícios, dois fundos estabelecidos pela reforma tributária sobre consumo, está pronto e espera decisão política. O projeto de lei ordinária de alíquotas do Imposto Seletivo (IS) está em fase de simulação sobre os efeitos de alíquotas. Há possibilidade de os dois projetos serem enviados ao Congresso no decorrer do segundo semestre de 2025. A informação é de Bernard Appy, secretário extraordinário da Reforma Tributária.

O secretário ressalta que considera o prazo possível e "razoável", mas diz que a decisão de envio ao Congresso dos projetos não é da secretaria e passa por decisão política.

"No projeto das alíquotas do Imposto Seletivo, o que nós temos feito é preparado simuladores para que haja uma decisão política sobre quais serão as alíquotas, entendendo o que significa em termos de qual é a situação atual e o potencial de arrecadação. E isso está sendo feito para cada uma das categorias sobre as quais incidirá o imposto seletivo. Esse trabalho já está quase pronto e, a partir daí, vai ter o trabalho de ter a decisão política antes do envio do projeto", disse após palestra em São Paulo, em evento promovido pelo Instituto dos Advogados de São Paulo (Iasp).

Segundo Appy, o envio dos projetos independe da aprovação do Projeto de Lei Complementar (PLP) 108/24, que já tramita no Senado e que, entre outros temas, regulamenta o funcionamento do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS).

A perspectiva, diz, é que o PLP 108/24 seja aprovado em "prazo relativamente curto". Appy, porém, não quis falar em prazos e não quis comentar sobre a viabilidade de aprovação no Senado antes do recesso parlamentar em julho. "A discussão técnica sobre o PLP 108 avançou bastante. Acho que ainda falta uma última discussão política de alguns pontos que ainda ficaram em aberto. A partir daí, o prazo vai ser definido pelo Senado."

Appy esclareceu que a regulamentação do IBS e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) não permite que os dois tributos sejam usados para elevar a arrecadação antes do mandato atual. "Na verdade, nem daria, porque a própria Constituição prevê que se houvesse alguma cobrança em 2026, que a lei complementar [LC 214/2025] já deixou claro que não vai ter, teria que ser compensado com a arrecadação de PIS e Cofins. Então, com certeza é chance zero de que o IBS ou a CBS sejam usados com fins arrecadatórios em 2026."

Em conjunto a Emenda Constitucional 132/2023 e a lei complementar estabelecem que em 2026 o IBS e a CBS serão destacados nas notas e documentos fiscais, mas sem recolhimento efetivo dos tributos. "A ideia, que já está sendo assumida, tanto pelos Estados, municípios, como pela União, é de que [2026] é um período de teste, não haverá cobrança, haverá apenas exigência de cumprimento de obrigações acessórias pelos contribuintes." As informações, aponta, serão usadas em 2026 para testar os sistemas que vão permitir a arrecadação a partir de 2027.

EXPRESSÃO DE OPINIÃO

É preciso
derrubar as barreiras
que sufocam a indústria nacional

O Brasil mantém, há décadas, uma política protecionista equivocada, sustentada por medidas antidumping e barreiras tarifárias que fragilizam toda a cadeia produtiva. Somos o único país do mundo a aplicar antidumping de polipropileno contra os Estados Unidos, enquanto outras resinas fundamentais como PVC, PET e PE seguem protegidas por tarifas pesadas.

Esse modelo, que se repete sistematicamente, tem sufocado a indústria, impedindo nossa competitividade e inovação.

Enquanto o mundo se mostra perplexo com o superpacote tarifário de Donald Trump contra a China, aqui convivemos há anos com um "tarifaço" silencioso.

Recentemente, o governo aumentou o imposto de importação de 30 produtos químicos, aprofundando o abismo de custos que enfrentamos. Pagamos até 40% mais caro pela resina do que nossos concorrentes internacionais.
Resultado: produtos mais caros para os brasileiros, mais inflação e menos capacidade para competir globalmente.

Essa política protecionista, em vez de fortalecer, acelera a desindustrialização do país.

Em 2024, as importações de produtos acabados de plástico cresceram 29%. Isso porque sufocamos quem transforma e geramos oportunidades para quem produz fora. Não podemos aceitar que a defesa de insumos estratégicos devaste setores importantes e destruam empregos.

O governo precisa, urgentemente, ter um olhar estratégico para o desenvolvimento de todo o setor produtivo, a fim de fortalecer a economia do país.

Se quer promover inovação, sustentabilidade e competitividade deve romper com a lógica da proteção permanente às matérias-primas e equilibrar a escalada tarifária. O Brasil não pode mais ser prisioneiro de políticas que sustentam poucos e prejudicam muitos.

É hora de garantir competitividade para quem transforma, gera emprego e investe no futuro do país.



TRANSFORMANDO
A INDÚSTRIA DO
PLÁSTICO NO BRASIL
www.abiplast.org.br

Eufrázio

Entrevista Ministro diz que governo precisa da receita do IOF e se diz disposto a discutir a respeito das medidas com deputados e senadores

Haddad prevê corte de R$ 15 bi em gasto tributário para fechar contas do ano

Lu Aiko Otta, Guilherme Pimenta, Jéssica Sant'Ana e Fernando Exman
De Brasília

Em uma entrevista em que destacou sua disposição de buscar o entendimento com o Congresso Nacional, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, insistiu ao **Valor** que precisa das receitas a serem geradas pelo aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), da aprovação da Medida Provisória (MP) 1.303/25 e de um corte de pelo menos R$ 15 bilhões em gastos tributários para fechar as contas de 2025 e 2026.

Originalmente, contou, o governo queria cortar R$ 40 bilhões e abarcar todos os incentivos fiscais. No entanto, na reunião com a cúpula do Congresso no último dia 8 ficou claro que não haveria condições de avançar com essa proposta. A ideia sobre a mesa é cortar apenas os gastos tributários infraconstitucionais, por isso a cifra menor.

Há também oito propostas de redução de gastos primários enviadas pelo governo que aguardam apreciação pelo Legislativo, entre elas a regulamentação dos supersalários, previdência dos militares e um aperto na concessão do seguro-defeso. O ministro disse querer discutir estas e outras medidas com deputados e senadores, para sentir quais temas têm chance de prosperar. Nada foi descartado pelo chefe da equipe econômica.

O diálogo com o Congresso, porém, não avançou depois daquela reunião. Pelo contrário, deputados e senadores aprovaram um decreto legislativo que sustou o aumento do IOF. "Eu espero que, superado esse momento, a gente retome [o diálogo] com o Congresso", disse.

As declarações foram dadas no mesmo dia em que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva poderia decidir sobre o ingresso de ação no Supremo Tribunal Federal (STF) questionando a decisão do Congresso sobre o IOF. A possível iniciativa é vista até por parte dos integrantes do governo como algo que pode tensionar ainda mais as relações.

Se for deflagrada, a ação no Judiciário não terá sido motivada por questões políticas e sim por "dever funcional" do presidente, argumentou o ministro. A ação será protocolada se a Advocacia-Geral da União (AGU) concluir que o Congresso, ao derrubar o decreto, invadiu prerrogativas que a Constituição atribui ao Poder Executivo.

Respondendo ao vídeo postado por Motta, que fala na tentativa de criar uma "polarização social", numa referência ao discurso de pobres contra ricos adotado pelo PT, Haddad disse que a polarização "é concreta" e afirmou que o governo não está defendendo só os mais pobres, mas os 90% da população que pagam impostos.

Questionado sobre a estratégia do Banco Central (BC) de manter os juros elevados por um tempo prolongado para combater a inflação, Haddad disse que está ainda observando os movimentos da autoridade monetária. Acrescentou que a economia muda rapidamente e o Fed, banco central dos Estados Unidos, sinaliza corte nos juros, o que pode trazer uma surpresa positiva. A seguir os principais pontos da entrevista ao **Valor**.

Valor: *O presidente Hugo Motta disse hoje que não houve traição por parte do Congresso e que ele havia avisado que o aumento do IOF teria dificuldade em avançar. O governo foi avisado?*

Fernando Haddad: Eu tenho uma boa relação com o presidente Hugo Motta e pretendo manter essa amizade com muita tranquilidade. Essas coisas podem acontecer. Nosso papel é buscar caminhos para resolver o problema. O que nós estamos fazendo, na verdade, é fechando brechas de planejamento tributário em que vai se construindo soluções para escapar da tributação. Quando nós explicamos isso para os parlamentares, começou a ficar claro.

Valor: *Por exemplo?*

Haddad: O gasto no exterior paga o IOF câmbio, aí alguém inventa um jeito de transferir recursos para o exterior para escapar da tributação. O próprio risco sacado, que é uma operação de crédito, que estava sendo vendida como uma coisa que não é bem uma operação de crédito, era uma venda de ativo. E nós sabemos que não é bem assim. É natural que as pessoas vão tentando desenvolver teses, mas a base fiscal do Estado acaba ficando comprometida. Nós negociamos as alíquotas, reduzimos, reconhecemos lá que podia ficar salgado e atendemos o setor do varejo. Conversamos com o sistema financeiro. Desde o começo do governo eu estou dizendo: "Olha, a evasão fiscal, a elisão fiscal atingiu patamares insustentáveis". Se todo mundo está comprometido que as contas públicas têm que ser ajustadas, a pergunta é onde é possível fazer o melhor trabalho possível. Primeiro, recuperando a base fiscal. Com tanta elisão fiscal, com tanto jabuti, não é melhor enfrentar as injustiças? Nós procuramos enfrentar o IOF, que era driblado. O Congresso nos deu respaldo até aqui. Você não vai me ver criticar um Congresso que apoiou as medidas.

Valor: *O sr. já retomou o diálogo com o presidente Hugo Motta?*

Haddad: Eu não só não consegui, como eu não recebi nenhuma explicação para o que aconteceu. E eu não estou falando aqui esse termo que você utilizou [traição], ele não cabe no meu discurso. Falar em traição não faz parte do meu relacionamento com nenhum parlamentar. Não me sinto assim. Eu quero entender justamente porque eu não acho que o que aconteceu foi isso, porque nós estamos fechando brechas pelas quais o imposto escapa.

Valor: *O Congresso também cobra respostas no front das despesas.*

Haddad: Nós estamos procurando fazer a coisa do ponto de vista mais justo e limitando a despesa, que você sabe que está sendo uma grande dificuldade. E o presidente comprou: todo mundo falando de um contingenciamento com bloqueio da ordem de R$ 15 bilhões, R$ 18 bilhões, e nós entendemos que tínhamos que fazer mais. E fizemos. Então, cobram que o governo não está cuidando das despesas... Como não? Quem é que no meio do ano faz um corte desse? Tem áreas muito prejudicadas com esse corte.

Valor: *O sr. falou que pretende manter a amizade, com um discurso mais conciliador. No entanto, tem essa possibilidade de o governo ingressar na Justiça para manter o decreto do IOF...*

Haddad: A minha personalidade é de buscar um entendimento. O que o presidente me disse na sexta-feira e deve estar sendo resolvido hoje [segunda-feira] com a AGU [Advocacia-Geral da União] foi: "Eu tenho o dever funcional de defender a Constituição, pois jurei cumpri-la. Se o advogado-geral disser que o decreto legislativo invade prerrogativas do Executivo, eu tenho de defender o ato por dever funcional". Aí não é uma questão política. Não tem nada a ver com política. É de prerrogativas constitucionalmente atribuídas ao chefe do Executivo. Não é uma questão de conveniência. É quase que um dever funcional. Ele não pode mudar a Constituição por omissão. Isso também não tem a ver com rompimento ou não rompimento, assim como quando o Congresso toma decisões de derrubar um veto presidencial.

> "Defendo que nós voltemos a sentar e conversar, inclusive sobre gasto primário, que ficou pendente naquela reunião"

Valor: *Estamos às vésperas do relatório bimestral de receitas e despesas de julho. Pode haver uma medida alternativa para compensar a arrecadação que estava previsto com o IOF?*

Haddad: Se nós tivermos o decreto do IOF e a MP que foi encaminhada, isso vai dar conforto para o Brasil. Não para o governo, mas para o Brasil executar o seu Orçamento sem prejudicar programas sociais, sem descontinuidade de políticas públicas importantes para a população e, ao mesmo tempo que fazemos justiça social, comprometidos com as metas que foram pactuadas até aqui, com as metas fiscais.

Valor: *Somando também a economia prevista com o corte dos gastos tributários?*

Haddad: Mas não aquele que tinha sido anunciado pelo próprio presidente Hugo Motta, de um corte linear. Houve uma espécie de manifestação de alguns parlamentares dizendo que não topavam o corte de benefícios fiscais de natureza constitucional.

Valor: *Mas não dá para fazer linear de forma infraconstitucional?*

Haddad: Foi isso que eu pedi. Como é muito complexo um processo de corte linear infraconstitucional, que eu teria que rever lei por lei, nós estamos estudando aqui uma maneira de fazer. Porque a sensação que eu tive é que não havia espaço para corte de gastos tributários de natureza constitucional. Nós estávamos com a medida pronta.

Valor: *Era uma proposta de emenda constitucional (PEC), incluindo Zona Franca, Simples e todo mundo?*

Haddad: Nós estávamos com a PEC pronta. Pegava tudo e ia definir a régua, o percentual. Já existe uma emenda constitucional, como vocês sabem, que já foi aprovada pelo Congresso Nacional, de número 109, determinando a redução do gasto tributário. Então, de novo, qual é a incoerência do Executivo Federal? Por isso que eu defendo que nós voltemos a sentar e conversar, inclusive sobre gasto primário, que ficou pendente naquela reunião.

Valor: *Mas não aconteceu nada em relação à discussão do gasto primário depois da reunião.*

Haddad: Não aconteceu nada depois. Mas nós chegamos a incluir na MP coisas que não estavam previstas, como o disciplinamento do seguro-defeso. Quando a gente fala: "Vamos disciplinar melhor o BPC para ele continuar um programa importante, vamos disciplinar melhor o seguro-defeso, vamos colocar o Pé-de-Meia dentro do piso da educação, vamos corrigir os supersalários..."

Valor: *No entanto, essas medidas não são tímidas?*

Haddad: Não são tímidas. Lançamos aquele conjunto de medidas no final do ano passado, houve uma confusão enorme de frustração com as medidas. Depois, muita gente boa foi fazer a conta, dizendo que as medidas são coerentes.

Valor: *Quando o sr. diz que quer voltar à mesa para debater o gasto primário, isso significa que são as medidas encaminhadas ou novas medidas?*

Haddad: Nós encaminhamos, em seis meses, dez medidas. Só foram duas aprovadas. Só foi a política de valorização do salário-mínimo, que foi revista. E a questão do abono constitucional foi revista. Outras oito não foram apreciadas ainda pelo Congresso. E eu falei que não tenho nenhum problema em sentar-se à mesa para discutir, inclusive porque eu quero ter a sensibilidade do Congresso do que ele está disposto a encarar do ponto de vista do debate público. Porque vários ali [na reunião com os parlamentares] se manifestaram de que não é simples debater as medidas em ano de eleição. Mais uma razão para nós sentarmos e discutirmos quais são as condições políticas de nós avançarmos. O Executivo está aberto. A área econômica vai participar do debate.



> "Congresso nos deu respaldo até aqui. Não vou criticar um Congresso que apoiou as medidas"
> *Fernando Haddad*

Valor: *O Legislativo está fechado a esse diálogo?*

Haddad: Eu creio que não, porque nos discursos, pelo menos do ponto de vista de narrativa, eu vejo cobrança de medidas nessa direção. Eu preciso saber do que nós estamos falando. Inclusive essas oito medidas que ainda podem ser apreciadas, elas serão?

Valor: *Quais são essas outras oito medidas?*

Haddad: Tem quatro na MP, além de outras quatro. O supersalário, previdência dos militares, tinha uma questão que era uma coisa ligada ao BPC, que ficou para ser discutido o veto presidencial [veto à medida que restringia a concessão do BPC a pessoa com deficiência], e a questão do indexador do Fundo do GDF, que nós queríamos que fosse o mesmo do Fundo de Desenvolvimento Regional, que vale para todo o país, ou alguma outra sugestão que aparecesse porque estava havendo um descasamento entre os fundos de desenvolvimento.

Valor: *O que está faltando para a agenda avançar?*

Haddad: Eu mandei uma mensagem dizendo que eu continuo à disposição. Eu não posso impor uma agenda legislativa. Eu sou ministro. Existe o chefe do Executivo, o chefe do Legislativo. Eu posso, como faço sempre, me colocar à disposição. Não vai faltar empenho da minha parte, mas eu preciso saber o que está na mesa para nós avançarmos.

Valor: *O que o governo pode propor de medidas estruturantes? Há medidas sempre lembradas pelo mercado, como desvinculação do salário mínimo dos benefícios previdenciários e sociais, os pisos da saúde e educação...*

Haddad: Fala-se de tudo. Em tese, fala-se muito disso ou daquilo. Mas, quando você consulta os parlamentares, os líderes das bancadas, a coisa muda de figura.

Valor: *Esse discurso do andar de cima e do andar de baixo não acaba prejudicando o diálogo com o Congresso Nacional, de que o governo está defendendo os mais pobres?*

Haddad: Nós não estamos protegendo só os mais pobres. Não é verdade. Nós estamos falando de 90%, 95% da população. Todo mundo paga imposto. Por que o morador da cobertura não paga? Não tem sentido o sistema tributário brasileiro. Ele é um dos mais criticados do mundo, primeiro por uma razão, que ele era caótico. Nós resolvemos a parte mais caótica, que era a questão do imposto sobre consumo. Com a introdução do IVA, o caos vai acabar. Mas, segundo, porque ele é injusto. Ele é pouco progressivo, então nós estamos corrigindo a parte da progressividade.

Valor: *Não passa a impressão de que o governo coloca o Congresso como o protetor dos mais ricos?*

Haddad: Não, não é a verdade.

Valor: *O presidente Hugo Motta disse nesta segunda-feira que, com esse discurso, o governo está buscando a "polarização social".*

Haddad: Primeiro o seguinte: a polarização social é concreta. Tem 140 mil pessoas que não pagam imposto e que deveriam estar pagando, estamos falando de no mínimo 10%, gente. O imposto em um país desenvolvido para essa camada social é 30%, 40%, 50%. Nós estamos falando de 10%. É a pessoa começar a contribuir.

Valor: *Mas o discurso, reforçado pela propaganda do PT, tem gerado reações públicas do Congresso de que essas medidas vieram com uma pegada de "pobres contra ricos", uma pegada de "campanha".*

Haddad: Essa acusação foi feita de parte a parte, e eu não considero isso. Falaram que derrubaram o decreto porque começou [a campanha eleitoral de] 2026, derrubaram o decreto do presidente porque vai vir um golpe. Eu não vou entrar nessa, nem nessa narrativa que derrubaram porque estão preocupados com a recuperação da popularidade do presidente, nem do lado contrário, do governo não poder defender uma visão de mundo para o qual esse partido, a que eu pertenço se constituiu, que era corrigir desigualdades sociais.

Valor: *Estamos próximos do governo enviar a proposta de Orçamento de 2026. Diante dessa resistência do Congresso de aprovar medidas de receita e até de gasto primário, a meta de superávit primário de 0,25% do PIB está ameaçada? Ela pode ser revista?*

Haddad: Em 2023, nós mandamos uma série de medidas enjoadas para o Congresso, porque mexia com jabutis, mexia com interesses muito localizados. E eu dependia daquilo para cumprir a meta de zerar o déficit no ano seguinte. Eu não fiquei falando em mudar a meta. Eu acredito que, ao colocar o dedo na ferida de que nós precisamos recuperar o Orçamento público no Brasil, eu estou comprometendo o país inteiro com isso. Não é só o Executivo. É uma forma de chamar a atenção do Judiciário, para não ter outra Tese do Século. É uma forma de chamar a atenção do Legislativo de que não dá para brincar com jabuti a essa altura do campeonato. É uma forma de clamar por racionalidade. Então, você vai me perguntar, mas depende do Congresso? Depende, óbvio que depende. Eu dependo do decreto do IOF. Eu dependo da MP que nós mandamos. Eu dependo do Congresso, mas eu estou sempre atrás de alternativas. Eu não faço milagre, mas o que nós fizemos o ano passado para ficar dentro da banda [de resultado primário], mais perto do centro do que do teto, foi um trabalho de botar a mão na massa mesmo. E eu vejo alguns analistas dizendo: "É, mas teve que fazer um acordo com a Petrobras". O cara quer que eu faça o quê? Que eu imprima dinheiro? Eu fui buscar alternativa [para cumprir a meta].

Valor: *A Receita informou que precisaria de R$ 118 bilhões em receitas extras para fechar o Orçamento de 2026. Vão ter novas medidas de arrecadação?*

Haddad: Esse valor entra tudo, inflação, tudo.

Valor: *Então, essas medidas que estão no Congresso são suficientes para 2026?*

Haddad: E o IOF.

Valor: *Qual a expectativa de arrecadação com o corte de gastos tributários?*

Haddad: Nós temos que voltar para conversar com os líderes, mas eu acredito em alguma coisa em torno de R$ 15 bilhões [no ano]. Se pensava [aqui na Fazenda] em algo maior, porque pegava todos os benefícios, por PEC. Nesse caso, seria um impacto perto de R$ 40 bilhões, mas veio a demanda dos líderes de não mexer com benefícios constitucionais.

Valor: *Haverá necessidade de ajuste no Bolsa Família?*

Haddad: Eu acho que a demanda não vai surgir, porque o Brasil é referência de combate à fome neste governo. O parâmetro [de ajuda governamental para combate à fome] é US$ 40 por família. Nós estamos atendendo mais que isso.

Valor: *O BC fala em Selic contracionista por período "bastante prolongado". O mercado espera que ciclo de queda comece só em 2026. Isso pode prejudicar o economia?*

Haddad: Eu ainda estou observando esses movimentos do BC, lendo as atas. Nós estamos aí a quatro reuniões do Copom [até o fim de 2025], vamos ver como é que as coisas andam. Hoje saiu revisão da inflação de um grande banco, que passou de 5,4% para 5%. E o ano que vem já está em menos de 4%. Essas coisas são muito dinâmicas. Quem três meses atrás iria dizer que o dólar ia estar em R$ 5,45? E o mundo está numa dinâmica muito particular. O Fed já está sinalizando, mesmo com o tarifaço do Trump, de que vai cortar. O Brasil está numa posição boa. Essa é a verdade. Tudo somado, nós podemos tirar proveito dessa situação, fazendo as coisas certas.

Eufrázio

COP30 AMAZÔNIA

TRANSIÇÃO ENERGÉTICA E MERCADO DE CARBONO

Um tema que diz respeito a todos nós. Assista ao debate na íntegra.

A COP30, em Belém, no fim do ano, traz oportunidades inéditas para o Brasil reafirmar seu protagonismo na transição energética. Por isso, Valor Econômico, O GLOBO e CBN reúnem importantes especialistas dando continuidade à série de debates sobre mudanças climáticas e sustentabilidade, dentro da agenda preparatória para a COP30. Neste segundo encontro, no Rio de Janeiro, o debate abordou as oportunidades e os desafios para o Brasil e o mundo em busca da transição para uma economia de baixo carbono. Assista.



Aspen Andersen
Vice-presidente de Gente, Tecnologia e ESG da Vibra Energia



Bárbara Rubim
Vice-presidente do conselho diretor da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica



Cristina Reis
Subsecretária de Desenvolvimento Econômico Sustentável do Ministério da Fazenda



David Canassa
Diretor da Reservas Votorantim



Elbia Gannoum
Presidente executiva da Associação Brasileira de Energia Eólica e Novas Tecnologias



Gustavo Pinto
Pesquisador sênior do Climate Policy Initiative/PUC-Rio



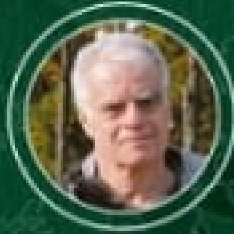
Mariana Barbosa
Diretora de relações institucionais da Re.green



Rafael Bittar
Vice-presidente executivo técnico da Vale



Ricardo Baitelo
Gerente de projetos do Instituto de Energia e Meio Ambiente



Ricardo Esparta
Diretor técnico e sócio fundador da EQAO



Ana Lucia Azevedo
Repórter especial do GLOBO (mediação)



Daniela Chiaretti
Repórter especial do Valor Econômico (mediação)



Francisco Goes
Chefe da sucursal Rio do Valor Econômico (mediação)



Acesse e assista na íntegra

Transmissão

O GLOBO  

Valor   

Patrocínio Master: Eletrobras

Patrocínio: JBS, VALE

Apoio: Governo do Pará, Governo do Acre, BNDES, Governo Federal Brasil, Suzano

Realização: Valor, O GLOBO, CBN, 100

Parceiro Institucional: CEBRI, CS10

Eufrázio

Conjuntura Enfraquecimento do dólar e freio no preço dos alimentos e dos serviços levam a revisão para baixo das projeções do IPCA

Economistas já veem inflação em 5% ou menos este ano

Anaïs Fernandes
De São Paulo

O enfraquecimento global do dólar, a melhor nos preços dos alimentos e um arrefecimento recente na inflação de serviços têm contribuído para aliviar pressões no Brasil e podem ajudar a levar o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) a 5% ou até mesmo um pouco menos do que isso em 2025, segundo a projeção de alguns economistas.

Na mediana da pesquisa Focus, do Banco Central com o mercado, a expectativa para o IPCA ao fim deste ano cedeu para 5,20%, de 5,24% há uma semana e 5,46% um mês atrás. No auge, no início de março, essa mediana chegou a apontar uma inflação de 5,68% em 2025 e, no ponto mais baixo, no início de janeiro, de 4,99%. A meta é um IPCA de 3%, com tolerância para até 4,5%.

"Nos últimos meses temos visto surpresas positivas, na direção de menor inflação, inclusive nos núcleos. O cenário de inflação tem melhorado ao longo do ano, conforme o repasse altista do choque cambial de 2024 vem se dissipando", diz em relatório a equipe do Bradesco, liderada por Fernando Honorato. O banco observa que, desde o fim do ano passado, houve mudanças positivas na percepção de riscos domésticos, sobretudo por "uma importante ajuda externa". O real se apreciou devido à fraqueza do dólar americano, em meio a incertezas tarifárias e fiscais nos Estados Unidos.

Com a expectativa de moderação do crescimento global e de cortes de juros e o consequente aumento do interesse por risco em países emergentes, no Brasil houve redução das pressões inflacionárias, diz o Bradesco. O banco ajustou agora sua projeção para o câmbio de R$ 5,70 por dólar para R$ 5,50 ao fim de 2025 e de 2026. Com isso, a estimativa para inflação foi para 5% em 2025, de 5,4%.

Segundo o Bradesco, comparações do real com outras moedas e com modelos estruturais sugerem haver espaço para apreciação adicional, mas, diante das incertezas fiscais de médio prazo, que podem alterar essa trajetória, o banco decidiu ajustar a projeção de câmbio para próximo dos níveis atuais.

Com a Selic mais restritiva e o câmbio favorável, o banco Inter colocou sua projeção de inflação em 2025 abaixo de 5%, em 4,9%, de 5,3% projetados anteriormente. Para 2026, a estimativa de inflação foi ajustada para 4,3%, de 4,4%.

"O câmbio mais favorável, próximo de R$ 5,50, já reflete em desinflação de matérias-primas e bens industriais, observada nos dados recentes do IGP-M", diz Rafaela Vitória, economista-chefe do banco, em relatório.

"Alimentos também tiveram desaceleração mais rápida que o antecipado, e as últimas leituras dos índices de preços trouxeram surpresas baixistas. A inflação de serviços e medidas de núcleos ainda estão elevadas, mas também já dão sinais de desaceleração na margem", diz.

Vitória diz esperar que a inflação mantenha a tendência de desaceleração no segundo semestre e fique abaixo da expectativa do mercado.

A equipe do Safra tem a avaliação de que os indicadores brasileiros evidenciaram que a desinflação continuou em junho. "Enquanto os preços dos alimentos caíram acentuadamente, a inflação dos serviços mostrou sinais mais convincentes de arrefecimento. Por isso, revisamos nossa projeção de inflação do IPCA para 2025 de 5,1% para 4,9%", diz em comentário.

Ainda que a maior parte do arrefecimento da inflação se dê por causa da apreciação cambial, diz o Bradesco, a visão mais construtiva do banco com o PIB potencial do Brasil "parece se confirmar ao exibir moderação na aceleração de preços em um ambiente de recorde de baixa do desemprego", afirma. "Mesmo que ainda bastante distante do centro da meta, esse quadro apoia nossa visão de uma inflação abaixo do consenso em 2026, de 3,8%, caso a taxa de câmbio exiba estabilidade."

Para 2026, a projeção mediana do Focus está em 4,50%, no limite da banda de tolerância da meta.

Marcos De Marchi, economista-chefe da Oriz Partners, observou no podcast de atualização de cenário da casa que as projeções do Focus para 2026, 2027 e 2028 seguem sem alterações relevantes. "Talvez a gente comece a ver a inflação esperada desse ano 'contaminar' a inflação do ano que vem. É bem possível, para não falar provável, que a inflação de 2026 possa sofrer alguma revisão para baixo, uma vez que a economia brasileira é muito indexada", afirma.

De Marchi também destaca a expectativa mediana para o IGP-M no Focus, que desabou para 2,37%, de 4,24% um mês atrás. Segundo ele, essa revisão significativa também é reflexo do câmbio, com preços agrícolas e industriais para baixo.

"As commodities tendem a ajudar a inflação ao longo dos próximos meses, corroborando a ideia de que até uma inflação por volta de 5% seja possível neste ano no IPCA", afirma. Isso seria importante também do ponto de vista político, nota, já que "boa parte da perda de popularidade do governo desde o fim do ano passado aconteceu em cima da percepção de preços de alimentos mais elevados", diz.

O Bradesco também ajustou sua projeção para o crescimento do PIB para 2,1%, de 1,9%, em 2025 e para 1,5%, de 1,3%, em 2026. Apesar do quadro "bastante sólido" do mercado de trabalho no segundo trimestre, diz o banco, a expectativa é de desaceleração da alta do PIB de 1,4% nos três primeiros meses de 2025 para 0,4% no segundo trimestre.

O Inter revisou a projeção de PIB para 2% em 2025, de 1,8%, mantendo a estimativa para 2026 em 1,8%. "O crescimento da economia ainda robusto para o ano de 2025 é concentrado no primeiro semestre, puxado principalmente pelo bom desempenho do agronegócio. Esperamos que a demanda interna siga em desaceleração, com a menor oferta de crédito e o menor impulso fiscal observado", diz Rafaela Vitória.

Na semana passada, o Bank of America havia revisado sua expectativa para o crescimento do PIB do Brasil em 2025 para 2,5%, de 2%. "Aspectos estruturais da economia brasileira têm sustentado os últimos 15 trimestres consecutivos de expansão", diz a equipe em relatório.



Marcos De Marchi: Talvez a inflação esperada deste ano 'contamine' a de 2026

Desaceleração do emprego formal acende sinal de alerta

Marcelo Osakabe, Ruan Amorim e Guilherme Pimenta
De São Paulo e Brasília

O mercado de trabalho brasileiro abriu menos vagas com carteira assinada que o esperado em maio, segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged). O resultado, no entanto, precisa ser visto com cautela, ressaltam economistas, que notam que o indicador produzido pelo Ministério do Trabalho e Emprego costuma ter maior volatilidade em relação a outros indicadores.

No mês passado, o país registrou abertura líquida de 148.992 mil vagas com carteira assinada em maio. A estimativa mediana de instituições consultadas pelo Valor Data era de 171.824 mil vagas. As projeções iam de 105,88 mil a 190 mil.

Todos os cinco grandes setores da economia registraram resultado positivo. Serviços adicionou 70.139 vagas, seguido de comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas (23.258), indústria geral (21.569), agropecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (17.348) e construção (16.678).

No acumulado de janeiro a maio, a economia criou 1,05 milhão de vagas, queda de 4,9% ante o mesmo período de 2024, ressalta Janaína Feijó, pesquisadora do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre).

Ela chama atenção para o desempenho do setor de serviços, que emprega a maior parcela da população brasileira. Nos primeiros cinco meses do ano, volume de vagas criadas sofreu contração de 10,7% — ou 77 mil empregos a menos que o registrado em igual período de 2024.

"Esse desempenho pode ser associado à elevação dos juros que temos visto desde o segundo semestre do ano passado. O mercado formal como um todo também recebeu ajuda da colheita da safra nos primeiros meses do ano, mas é uma ajuda que não vai mais existir daqui para frente", diz Janaína.

De fato, a agricultura acumula alta de 52,2% de vagas criadas entre janeiro e maio, na comparação com o mesmo período de 2024, e é praticamente o único setor que tem alta consistente. A indústria registra queda de 0,6% no período, enquanto o comércio o comércio se mantém praticamente estável (alta de 0,1%) e construção gerou 6,7% menos vagas.

> "Desempenho pode ser associado à elevação dos juros que temos visto desde o ano passado"
> *Janaina Feijó*

Para Janaína, o Caged pode estar sinalizando que o esfriamento do mercado de trabalho está mais próximo no horizonte do que se imaginava. "Todos sabem que essa desaceleração deve ocorrer em algum momento, a pergunta é qual será a velocidade. O dado de maio eleva a chance de isso ocorrer já no terceiro trimestre, não apenas no fim do ano, como se especula."

Nos primeiros meses de 2025, o emprego surpreendeu positivamente, especialmente o com carteira assinada. A força do mercado de trabalho é um dos motivos para a onda de revisões altistas para a atividade em 2025, já que significa mais renda e consumo mais resiliente.

Alguns, no entanto, pregam cautela ao hora de analisar os dados do Caged, cujos números têm sido mais voláteis que o de outros indicadores do mercado de trabalho. Eles recordam que o forte número de fevereiro no Caged (431 mil postos), por exemplo, acabou equilibrado pelo dado fraco de março (35 mil).

"São sinais ainda incipientes", diz Henrique Ferreira, economista da Tendências, notando que a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (Pnad Contínua) trouxe nova queda da taxa de desemprego, que caiu para 6% na série com ajuste sazonal. Assim, a tendência que surge do Caged precisa ser confirmada pelas próximas divulgações.

O mesmo vale para a dinâmica salarial, segue o economista. Em maio, o salário médio real de admissão foi de R$ 2.248,71, queda de 0,1% na comparação com maio de 2024. Em abril, ele crescia 0,3% pela mesma métrica e, em março, 1,3%.

"Em todas as métricas do Caged, se consegue vislumbrar desaceleração. Ocorre que esses dados podem ser meio enganosos. A Pnad, que é um pouco mais consistente, mostrou que a força de trabalho empregada com carteira bateu recorde na série histórica", pondera Lucas Farina, economista da Genial Investimentos.

Ele ressalta que este último dado significa um número maior de pessoas elegíveis para o crédito consignado com carteira, modalidade que ainda não deslanchou, mas tem potencial para postergar ainda mais o esperado esfriamento do mercado de trabalho. E é uma medida que se soma a outros estímulos fiscais previstos para os próximos meses, como o como o pagamento de R$ 72 bilhões em precatórios e a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R$ 5 mil, que deve valer a partir de 2025.

"No limite, essa desaceleração pode inclusive não ocorrer, o que torna ainda mais difícil o trabalho do Banco Central", afirma o especialista, lembrando que a autoridade monetária acaba de levar a Selic para patamares não vistos desde 2016.

Indicador de incertezas tem maior queda em quatro anos, e cenário deve piorar

Alessandra Saraiva
De Rio

Após recuar 2,7 pontos em maio, o Indicador de Incerteza da Economia (IIE-Br) da Fundação Getulio Vargas (FGV) caiu 7,6 pontos em junho, para 105,2 pontos, informou nesta segunda-feira (30) a FGV. Além de ter conduzido o índice ao menor patamar desde outubro do ano passado (104,8 pontos), foi a mais forte queda desde maio de 2021 (-9,5 pontos)

A retração, porém, foi pontual, afirmou Anna Carolina Gouveia, economista da fundação. Ela não descartou novas elevações no IIE-Br, nos próximos meses.

De maio para junho, o componente de Mídia do IIE-Br caiu 8,5 pontos, para 109,3 pontos, o menor nível desde outubro de 2024 (108,5 pontos). Já o de Expectativas, que mede dispersão nas previsões de especialistas para variáveis macroeconômicas, recuou 1,1 ponto, para 86,6 pontos, o menor nível desde janeiro de 2015 (84,4 pontos).

Gouveia explicou que para entender a queda do IIE-Br, bem como de componentes, devem ser considerados dois contextos.

O primeiro é o cenário internacional. Houve acirramento de conflito no Oriente Médio, entre Irã e Israel e, posteriormente, participação dos Estados Unidos, no embate. A economista ressaltou que, mesmo com quadro mais turbulento naquela região, notadamente produtora de petróleo, a cotação do barril em junho não subiu tanto quanto se projetava, no começo do conflito há cerca de duas semanas — alguns analistas previam barril acima de US$ 100.

"E somou-se a isso a 'trégua' da guerra comercial entre Estados Unidos e China", acrescentou.

Em junho, os dois países chegaram a espécie de conciliação, sobre o tema, notou Gouveia, e isso também ajudou a influenciar o IIE-Br para baixo.

Outro aspecto a ser considerado é o contexto interno, da economia brasileira em junho. Indicadores de atividade mostraram bons resultados, no mês passado. A inflação mostrou variação pouco expressiva, e os índices de mercado de trabalho permaneceram favoráveis, notou.

Assim, todos esses fatores reunidos, internos e externos, levaram a recuo expressivo no IIE-BR em junho, resumiu.

Porém, ao ser questionada se a incerteza continuaria em queda, a especialista disse não acreditar na possibilidade. O índice de junho, disse, captou muito pouco a nova crise interna, intensificada mais ao término do mês passado, com o embate entre governo e Congresso sobre medidas relacionadas ao Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). Isso deve ser mais captado por IIE-Br de julho, que pode voltar a subir, alertou.

Ao mesmo tempo, completou, não se pode descartar retorno de turbulências, no quadro internacional. "Tudo isso pode gerar ruídos e a incerteza [com a economia brasileira] voltar a subir."

Maioria das empresas não vê impacto direto do 'tarifaço' americano

Gabriel Shinohara
De Brasília

A maioria das empresas não financeiras que participaram da pesquisa Firmus realizada pelo Banco Central (BC) avaliou que a política comercial dos Estados Unidos afetou suas atividades pelo aumento de incerteza econômica, mas poucas citaram algum efeito direto. A coleta das 187 respostas foi feita entre 12 e 30 de maio deste ano e divulgada ontem.

A Firmus é uma pesquisa realizada pelo BC com empresas não financeiras para captar as percepções sobre seus próprios negócios e o cenário econômico. A pesquisa ainda está em fase-piloto, é realizada trimestralmente e esta foi a sua quinta edição.

"A maioria dos respondentes avalia que a política comercial dos EUA afetou suas atividades sobretudo pelo aumento da incerteza econômica", diz o relatório. "Poucos apontaram efeitos diretos, como alta nos custos de insumos ou concorrência com importados."

No total, 78,1% disseram que houve aumento da incerteza econômica com a política comercial norte-americana. Outros 18,7% responderam que não houve mudança nesse quesito, enquanto 0,5% disse que houve redução da incerteza e 2,7% afirmaram que a resposta não se aplica.

No caso do custo de insumos importados, 27,8% disseram que perceberam aumento decorrente das mudanças implantadas pelos Estados Unidos, enquanto 50,8% afirmaram que não houve mudança. A porcentagem dos que responderam que o custo caiu foi de 6,4%. Outros 15% disseram que a resposta não se aplica. No caso da concorrência de importações, 25,7% responderam que ela aumentou e 49,2% disseram que não houve mudança. Outros 3,2% perceberam uma redução e 21,9% disseram que a resposta não se aplica.

O BC também perguntou sobre o impacto da política comercial norte-americana nos preços de produtos exportados, e 38% responderam que não houve nenhuma mudança, assim com 41,2% apontaram não ter acontecido mudança na demanda externa. Por outro lado 13,9% responderam que houve aumento nos preços de produtos exportados, mesmo percentual que viu aumento na demanda externa.

A pesquisa ainda mostrou, segundo o BC, "leve melhora na percepção das empresas sobre a situação econômica atual, com redução do sentimento 'discretamente negativo', que, no entanto, segue predominante". Já "o otimismo quanto ao desempenho relativo do setor de atuação da empresa manteve-se praticamente inalterado".

Enquanto isso, a mediana das expectativas de inflação se manteve estável em 5,50% para este ano, 4,50% para 2026 e 4% para 2027. Para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), a projeção também continuou em 2%. Por sua vez, a projeção de câmbio ficou em R$ 5,80, contra R$ 6 em fevereiro.

Relações exteriores Governo considera que discussão sobre o tema é a menos exposta ao cenário geopolítico, mesmo com conflitos recentes

Fazenda espera avanço do Brics no debate econômico, apesar de tensão

Jéssica Sant'Ana
De Brasília

Apesar das tensões geopolíticas, intensificadas após o conflito entre Irã e Israel, a avaliação de integrantes do Ministério da Fazenda é que a trilha de finanças do Brics — grupo que reúne 11 países do Sul Global — é menos exposta a essas volatilidades, por isso não deverá ser contaminada.

A expectativa entre negociadores é que será possível avançar em temas caros à presidência brasileira, como tributação internacional, reforma das instituições financeiras e defesa do multilateralismo. Esses três pontos são esperados para o comunicado final.

No dia 5 de julho, os ministros de finanças e governadores de bancos centrais do Brics se reunirão em um hotel em Copacabana, no Rio de Janeiro, em busca da construção desse consenso. A reunião é prévia à Cúpula de Líderes, que acontecerá nos dias 6 e 7, no Museu de Arte Moderna.

A avaliação, segundo dois integrantes da equipe econômica, é que o conflito entre Israel e Irã não vai contaminar o debate econômico-financeiro do Brics. "O Brics não busca ser reativo à conjuntura, ele busca mais uma estratégia de planejamento de longo prazo, não uma reação a acontecimentos do ano", afirma uma fonte.

No G20, por exemplo, foi incluído no comunicado final uma menção à taxação de grandes fortunas, o que foi considerada uma vitória da presidência brasileira. O mesmo tema deverá constar no comunicado do Brics, segundo apurou o **Valor**, mas os negociadores ainda estão definindo a linguagem exata: se vai ser um apoio enfático ou mais discreto.

Independentemente da linguagem, o Ministério da Fazenda considera importante que os temas do G20 sejam discutidos também no Brics, em especial a taxação dos super-ricos. "É uma agenda que continua sendo discutida em todos os fóruns internacionais", diz uma fonte.

Além dos documentos da trilha de finanças do Brics, o Novo Banco de Desenvolvimento (NDB), conhecido como Banco do Brics, também deve fazer anúncios antes da Cúpula dos Chefes dos países-membros do bloco. A reunião dos governadores do NDB acontecerá também no sábado. A avaliação é que o banco ganhou mais poder com a presença de Dilma Rousseff na presidência, por isso tem aumentado suas fontes de captação de recursos para financiamentos dos países-membros.

Os avanços na trilha de finanças serão importantes, observa outra fonte, diante das dificuldades que os sherpas, ou seja, os negociadores dos países-membros, terão para chegar a um consenso. Em abril, a reunião dos chanceleres já terminou sem acordo, e de lá para cá houve a escalada da guerra no Oriente Médio. A menção sobre o conflito e demais questões geopolíticas tende a dificultar o comunicado final, conforme mostrou o **Valor**. Por isso, os negociadores querem "compensar" essa dificuldade no campo político com avanços robustos na trilha financeira.

São, ao todo, seis prioridades do Brasil na trilha de finanças: facilitação do comércio e investimentos no bloco; atuação em organismos financeiros internacionais; promoção do financiamento para o enfrentamento da mudança do clima; avanços em PPPs, tributação internacional e questões alfandegárias; promoção de melhorias na regulação e supervisão da IA; e promoção do debate com think tanks e a sociedade civil.

> Para equipe econômica, conflito entre Israel e Irã não vai contaminar debate econômico e financeiro no Brics

Lula deve retribuir gesto a Putin no encontro do Rio

Renan Truffi e Sofia Aguiar
De Brasília

À frente do Brics neste ano, o governo Luiz Inácio Lula da Silva deve permitir que o presidente da Rússia, Vladimir Putin, participe virtualmente da reunião do grupo, prevista para acontecer entre os dias 6 e 7 de julho, no Rio de Janeiro. Essa participação remota depende, entretanto, de um pedido formal do Kremlin — o que ainda não aconteceu, segundo interlocutores do **Valor**.

A possível participação virtual de Putin se deve ao fato de que a vinda dele ao Brasil, para integrar o encontro do Brics, é praticamente impossível. A razão é que, em 2023, o Tribunal Penal Internacional (TPI) condenou Putin à prisão por crimes de guerra durante a invasão da Ucrânia.

Por conta dessa condenação, países signatários do tribunal, como o Brasil, devem necessariamente cumprir os mandados de prisão contra ele. Na prática, isso quer dizer que o governo brasileiro teria que decretar a prisão de Putin, caso ele esteja em território brasileiro. Como o governo brasileiro nunca se posicionou publicamente sobre o assunto, Putin não sentiu à vontade para viajar ao Brasil.

Apesar desse imbróglio, de acordo com fontes do **Valor**, Lula deve dar autorização para uma declaração virtual de Putin no Brics, caso o presidente russo tenha interesse em usar desse artifício na atual edição do encontro de países emergentes.

A permissão, se acontecer, tem raízes na relação de reciprocidade entre Lula e Putin. No ano passado, por exemplo, quando a cúpula do Brics foi realizada em Kazan, na Rússia, o presidente do país transcontinental permitiu que o brasileiro fizesse uma declaração remota, já que estava impedido de viajar devido a um tombo que levou no Alvorada.

A ausência de Putin não significa, porém, que a Rússia estará sub-representada na cúpula. Pelo contrário, o presidente russo decidiu enviar em seu lugar o ministro das Relações Exteriores, Sergei Lavrov, um dos homens fortes do governo.

Além de Putin, outra ausência confirmada é a do presidente da China, Xi Jinping. A decisão de faltar foi comunicada ao Brasil na semana passada, quando embaixador da China no país, Zhu Qingqiao, procurou o Palácio do Planalto para informar que ele desistiu do encontro.

O comunicado foi feito numa reunião entre Zhu Qingqiao e o assessor especial da Presidência e ex-ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim. No lugar de Jinping, a China decidiu enviar o primeiro-ministro chinês, Li Qiang. A desistência de Xi Jinping coincide com a recente escalada da guerra no Oriente Médio, depois que Estados Unidos e Israel passaram a atacar o Irã sob justificativa de que o país possui uma bomba nuclear.

Outra presença que está dependendo da manutenção do cessar-fogo no Oriente Médio é a do próprio Irã, país que ingressou no Brics recentemente.

Questionado sobre o assunto a semana passada, o embaixador do Irã no Brasil, Abdollah Nekounam Ghadirli, evitou ser enfático sobre as reais chances de o presidente do país persa, Masud Pezeshkian, comparecer à cúpula.

Segundo o diplomata, a viagem de está em "fase de programação". "Estamos seguindo nossas programações", respondeu.

Haddad vai à Argentina para reunião do Mercosul

Ruan Amorim
De Brasília

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, embarca nesta terça-feira, 1º, às 14h, para Buenos Aires, onde participará da reunião de ministros da Economia e presidentes de bancos centrais dos Estados-membros e associados do Mercosul.

Na quarta-feira, Haddad participa do encontro com ministros da Economia e presidentes de bancos centrais dos países do bloco. Ainda na quarta, ele tem uma reunião bilateral com o ministro da Economia da Argentina, Luis Caputo. Às 14h, segue viagem para o Rio de Janeiro.

As reuniões marcam a passagem de testemunho da presidência argentina para a presidência brasileira do Mercosul e podem ser decisivas para o avanço do acordo com a União Europeia, cuja ratificação é esperada na próxima cúpula do bloco, em dezembro, sob a presidência brasileira. A expectativa é que o texto seja votado no Parlamento Europeu em outubro.

No Rio, Haddad participa de compromissos ligados ao Brics, no Hotel Fairmont Copacabana. Na quinta-feira (3), ele se reúne com o ministro das Finanças da China, Lan Fo'an, e com o ministro das Finanças da Rússia, Anton Siluanov.

Na sexta-feira (4), o ministro participa do seminário de alto nível do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) e de um almoço com os governadores da instituição.

No sábado (5), Haddad tem reunião bilateral com o ministro das Finanças do Egito, Ahmed Kouchouk, e participa da décima Reunião Anual do Board de Governadores do NDB. Estão previstas ainda reuniões com o ministro das Finanças dos Emirados Árabes Unidos, Mohamed bin Hadi Al Hussaini, e com ministros das finanças e presidentes de bancos centrais dos países do Brics.

No domingo (6), Haddad integra a comitiva do presidente Luiz Inácio Lula da Silva na cúpula de líderes do Brics.

Atividade econômica
Indicadores agregados

Atualize suas contas
Variação dos indicadores no período

Produção e investimento
Variação no período

Inflação
Variação no período (em %)

Dívida e necessidades de financiamento
Valores em R$ bilhões - no setor público

Contrib. previdenciária*
Empregados e avulsos**

IR na fonte
Faixas de contribuição

Principais receitas tributárias
Valores em R$ bilhões

Mais informações: valor.globo.com/valor-data/, ibge.gov.br e fipe.org.br

Eufrázio

Conjuntura Ação de Trump e pressões para afrouxamento em regulação preocupam especialistas

Governança é base para políticas ESG

Carlos Vasconcellos
Para o Valor, do Rio

No começo do ano, o presidente americano, Donald Trump, suspendeu a vigência da Lei das Práticas de Corrupção no Exterior (FCPA, na sigla em inglês). A ideia da ordem executiva era tirar amarras das empresas americanas para alavancarem suas receitas em países estrangeiros, sem ter de se preocupar com sanções legais em casa. A medida foi vista como um sinal de tempos difíceis para as instituições reguladoras e para as boas práticas de governança corporativa.

"As empresas reagem aos estímulos do mercado e dos governos. O mercado estimula com a promessa de ganhos e o governo, pela ameaça de sanções", explicou Marcelo Trindade, ex-presidente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no painel "G de Governança: Crise de Confiança Institucional", no "Fórum Ética e Compliance", promovido pelo **Valor** na quinta-feira (26), em São Paulo.

"Hoje, vivemos um momento de instabilidade nesses dois polos. Isso desestimula a busca por governança. Mas isso é uma fase. As leis continuam em vigor e as empresas precisam olhar para o longo prazo", continuou Trindade. Segundo ele, as empresas brasileiras devem permanecer atentas ao tema. "Os riscos continuam os mesmos e precisamos enxergar a governança como a base para que os demais pilares do ESG aconteçam."

Também presente ao painel, Carolina Junqueira, diretora de Riscos e Compliance do Grupo Globo, acredita que recuos podem sinalizar para algumas empresas que o ESG falhou e que é hora de repensar agendas de diversidade e inclusão, por exemplo. "É como uma licença para abandonar um discurso em que essas empresas não acreditavam genuinamente."

Para Junqueira, recuos em relação a políticas de ESG, especialmente no campo de diversidade, equidade e inclusão, tornam ainda mais importantes as estratégias de governança. Em primeiro lugar, porque o G da governança é a base para as demais políticas socioambientais. Em segundo, porque se trata de um tema menos ideologizado e por isso menos polêmico. "Todo mundo precisa de uma boa estrutura de decisão e isso passa necessariamente pela governança corporativa, independentemente de posição ideológica", apontou.

A pressão para afrouxar as regras socioambientais não acontece apenas nos EUA. Especialista em direitos humanos no ambiente corporativo, o advogado Luiz Carlos Faria Júnior, do escritório TozziniFreire, observou que embora a legislação europeia tenha avançado nos últimos anos, com a aprovação de diretrizes de sustentabilidade corporativa, há um movimento claro de resistência no Parlamento Europeu. "Há um pacote em votação para recalcular a rota e afrouxar essas diretrizes", afirmou.

Faria Júnior destaca, no entanto, que não se trata ainda de uma resistência generalizada do mercado europeu contra a incorporação dos direitos humanos à agenda corporativa. "Boa parte das empresas europeias entende que a legislação é boa para a concorrência, assim como as estruturas de governança mais sólidas", observou. "Esse apoio é um sinal de que há um caminho a ser seguido, mesmo em um período de crise de confiança."

Trindade disse que vê menos disposição do Judiciário e do Ministério Público brasileiro para o combate à corrupção, com o fim da Operação Lava-Jato. "Tem havido menos demanda de investigação. Isso poderia ser um sinal de que a corrupção arrefeceu ou de que há uma visão de preservar as empresas, para não afetar a economia", afirmou. "O problema é que as empresas veem nisso um sinal verde para se arriscar mais, já que não haverá sanção sobre o patrimônio da empresa ou do acionista e só os administradores serão punidos se o caso chegar à Justiça."

Ricardo Lamenza, vice-presidente do conselho de administração do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), observou que a crise de confiança é reflexo de um paradoxo. "Nunca se falou tanto em governança, mas ao mesmo tempo vemos as instituições de controle falharem constantemente", afirmou. Para ele, o motivo é um descompasso entre o que se diz e o que é feito por instituições e empresas.

Já Junqueira afirmou que a erosão da confiança não atinge apenas as instituições públicas, mas também o setor privado. E isso traz sérias consequências para toda a sociedade. "A confiança é um fator civilizatório. Um país tem moeda forte porque é confiável. Um sistema financeiro é sólido porque as pessoas confiam nele."

Junqueira avaliou que as empresas privadas devem trabalhar pela recuperação da confiança institucional na sociedade. "Seja pela capacidade técnica ou econômica, a sociedade espera isso do setor privado", disse. "Não é que as empresas privadas irão resolver problemas eminentemente públicos, mas podemos, sim, ocupar um espaço no resgate da confiança pública nas instituições e, nesse sentido, a governança seria o aspecto prático dessa confiança."

Mas, as empresas estão preparadas para esse papel? Para Lamenza, "é evidente que há empresas mais bem preparadas que outras". Consequentemente, isso significa que há um grande espaço para melhoria na governança corporativa privada. "É só observar as crises ao longo dos anos, não apenas em um passado recente."

Faria Júnior observou, então, que o desafio da governança aumenta à medida que as cadeias produtivas ficam mais complexas. "As grandes empresas precisam ficar muito atentas para os riscos envolvendo seus fornecedores", disse. "Se um fornecedor é acusado de usar trabalho análogo à escravidão, isso atinge a empresa, mesmo que ela não esteja diretamente envolvida."

Trindade, por sua vez, destacou que as empresas de menor porte têm muita dificuldade para lidar com os desafios de governança. Especialmente aquelas que estão fora do universo regulado das companhias listadas em bolsa. "Uma pequena empresa achacada por um fiscal de prefeitura, geralmente não tem a quem recorrer", exemplifica.

Para Lamenza, adotar boas práticas de ESG exige que as empresas estejam bem estruturadas em todos os níveis, inclusive em seus conselhos de administração. O que muitas vezes não acontece. "Estar em um conselho não é só dar opinião, é estudar, é entender de fato o que é a governança", afirmou.

O despreparo, na visão de Lamenza, muitas vezes resulta de um olhar superficial para a governança corporativa. "É como a pessoa que vai ao museu, olha uma obra, mas não enxerga a beleza do quadro", comparou. "Precisamos de um olhar mais profundo para não cair no discurso vazio. A governança não pode ser só um discurso bonito e o patrocínio a uma ONG."

Promovido pelo **Valor**, o "Fórum Ética e Compliance" contou com patrocínio da Ambipar e apoio do Grupo Globo.



Fernando Torres, editor-executivo do 'Valor' e mediador do debate, Carolina Junqueira, Ricardo Lamenza, Marcelo Trindade e Luiz Carlos Faria Júnior (esq. para dir.)



A governança não pode ser só fazer discurso bonito e patrocinar ONG"
Ricardo Lamenza



"Empresas reagem aos estímulos do mercado e dos governos"
Marcelo Trindade



"Há um caminho a ser seguido, mesmo em um período de crise"
Luiz Faria Júnior



"Podemos ocupar um espaço no resgate da confiança nas instituições"
Carolina Junqueira

Cármen Lúcia alerta contra 'servilismo digital'

Deniso Chrispim Marin
Para o Valor, de São Paulo

A ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal (STF), defendeu a moderação da Corte, "com equilíbrio e celeridade", em questões atuais que interferem no direito dos cidadãos e na preservação do Estado de direito democrático. Esse papel do STF, sacramentado pela Constituição de 1988, será crucial para evitar novas formas de "servilismo" e manterá a segurança jurídica, em sua opinião.

Ao abordar o tema, durante a abertura do "Fórum Ética e Compliance", Cármen Lúcia referiu-se indiretamente, como um exemplo, à responsabilização das redes sociais por conteúdos ilícitos disseminados. O tema está em julgamento pelo tribunal.

Para a ministra, em um mundo "conturbadíssimo", muito diferente de 20 anos atrás, distanciar-se dos princípios constitucionais nesse campo abriria o caminho para a introdução de um "servilismo digital". "O essencial hoje é manter-se fiel aos princípios constitucionais e garanti-los para todos — pessoas físicas e jurídicas. Para continuarmos no fortalecimento da democracia, é preciso manter a ética com capacidade crítica."

"Senão, nós estabeleceríamos uma nova forma de servilismo. Hoje, [há] um servilismo digital muito pouco reconhecido pelas pessoas, que nem se dão conta de que estão sendo conduzidas por interesses outros que não a sua própria vocação, o seu próprio talento, a sua própria finalidade buscada na vida", advertiu a ministra.

Cármen Lúcia teve o cuidado de não mencionar diretamente o julgamento em curso no STF em sua exposição. Um dia antes, porém, ela votou a favor da responsabilização das plataformas de redes sociais pelas publicações de seus usuários e do aumento da punição civil. Ao pronunciar-se no plenário, afirmou que as redes sociais não podem ser "instrumento" para o crime e que a regulamentação não significa censura. "A Constituição é taxativa no sentido de que compete ao STF salvaguardá-la, para que as pessoas tenham direito de ter direitos. Isso é essencial para que a gente tenha hoje segurança neste mundo tão tumultuado, tão conflituoso, em que as raivas, os ódios parecem que estão tomando o lugar dos afetos."

Neste momento em que a seccional de São Paulo da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-SP) iniciou o debate sobre uma possível reforma do Poder Judiciário, Cármen Lúcia afirmou que tal discussão é "legítima" e está colocada de "maneira tranquila". A OAB-SP criou uma comissão de especialistas para tratar de questões como o mandato dos ministros do STF, o foro privilegiado a autoridades, as taxas e custas de processos judiciais e também um código de conduta para os magistrados.

Para a ministra, o código de ética deveria ser suficiente para assegurar a imparcialidade dos juízes em suas decisões. Cumpri-lo é obrigação dos magistrados. Seu reforço, com um código de conduta, será "um dado a mais". "A ética é sempre importante para todos nós, independentemente da existência de algum código. Especialmente, para os juízes", afirmou.

Igualmente, Cármen Lúcia valorizou o programa de integridade, adotado pelo STF em 2022, com as finalidades de prevenir, detectar e punir irregularidades administrativas, condutas ilícitas e desvios éticos. Concordou, entretanto, com a necessidade constante de aprofundamento nesse campo para assegurar o princípio da honestidade. "Uma sociedade democrática depende do princípio da confiança. E não se confia em quem não se pode acreditar no sentido da honestidade", afirmou, ao referir-se a pessoas, governos e instituições.

Da mesma forma, Cármen Lúcia abordou a necessidade de maior transparência dos magistrados em relação a suas agendas de eventos. Códigos desse tipo são adotados na Europa. "É essencial a discussão de medidas de transparência", afirmou.



A ministra Cármen Lúcia, do STF, participou do fórum de forma remota

• FÓRUM •
ÉTICA E COMPLIANCE
PATROCÍNIO
ambipar®
APOIO
GRUPO GLOBO
REALIZAÇÃO
Valor

Eufrázio

Cenário OCDE destaca que adoção tem crescido no mundo, mas existem lacunas entre a criação de leis e sua efetiva implementação

Perto de fazer cem anos, compliance ainda é desafio

Suzana Liskauskas
Para o Valor, do Rio

Quase um século após entrar na agenda internacional, o compliance, que significa cumprir a lei e estar em conformidade com as obrigações regulatórias, ainda é um desafio. O relatório "Anti-Corruption and Integrity Outlook 2024", publicado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), aponta aumento no número de países que adotam estratégias para manter a integridade de procedimentos e coibir a corrupção. Por outro lado, também nota lacunas entre a adoção da regulamentação e a implementação efetiva do compliance.

Segundo o relatório, apenas 12 países da OCDE coletam dados para verificar se as recomendações geradas por auditorias internas são seguidas. Na análise dos padrões estabelecidos pela OCDE sobre conflitos de interesses, os países-membros cumprem, em média, 76% dos critérios de regulamentação. Mas, quando se trata de implementação, a taxa é de 40%.


Benevides, do IBGC: crise de 1929 levou à criação de regras contra a corrupção

A corrupção em instituições financeiras foi o gatilho para o compliance ganhar notoriedade global na década de 1930, após a Grande Depressão americana, desencadeada com a quebra da bolsa de valores dos Estados Unidos em 1929. Marilza Benevides, coordenadora-geral do grupo de trabalho do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), que criou a publicação "Sistema de Integridade: Fundamentos e Boas Práticas", observa que, até a crise de 1929, não existiam regras para coibir a corrupção. "A partir de 1934, quando foi criada a Securities Exchange Commission [SEC], foram estabelecidos mais controles e regulamentação para instituições financeiras", diz Benevides.

Outro marco na história do compliance foi a Segunda Guerra Mundial. "As empresas americanas tiveram um protagonismo na reconstrução da Europa, com o Plano Marshall. Tudo isso gerou uma modificação no tabuleiro das atuações das empresas. Naquele momento não existiam muitas regras sobre a limitação das empresas estrangeiras a praticar corrupção fora do seu território."

Nas décadas de 1960 e 1970, vieram à tona muitos escândalos relacionados ao pagamento de propina para agentes públicos estrangeiros que pudessem favorecer o fechamento de contrato com governos, observa Benevides. A escalada dos escândalos levou o Congresso dos Estados Unidos a promulgar o Foreign Corrupt Practices Act (FCPA), lei americana anticorrupção contra agentes públicos estrangeiros, em 1977.

A partir dos anos 1980, os EUA passaram a pressionar organismos internacionais para disseminar regulamentações que coibissem a corrupção em outros países. "Em 1997, a OCDE lança uma convenção sobre Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais, da qual o Brasil é signatário", diz Benevides.

A OCDE tem intensificado o alerta sobre a importância de os países atualizarem suas estruturas de integridade a fim de evitar riscos de corrupção. Uma das preocupações mais recentes diz respeito ao avanço da inteligência artificial (IA) e sua relação com as estruturas de integridade nas organizações. Em relatório de 2023, a OCDE levantou que a IA já está sendo usada em avaliações de risco e detecção de fraude em sistemas tributários por 82,5% dos países pesquisados.

A OCDE avalia que a IA aumenta as oportunidades para que países possam defender os sistemas de integridade no setor público com mais eficácia. Porém, a organização alerta que é preciso considerar limitações em países onde há dificuldade para coletar dados que vão servir de base para o funcionamento da ferramenta de IA.

Para Thiago da Cruz, CEO da 87Labs e especialista em tecnologia da informação, o compliance na era da IA representa um novo território de riscos e responsabilidades. Nesse contexto, a segurança dos dados torna-se ainda mais crítica. Cruz observa que há uma promessa de aumentar o grau de prevenção, rapidez e inteligência nas estruturas de compliance com o uso da IA, porém, há novas ameaças. "Como podemos garantir que uma decisão tomada por um algoritmo seja justa, transparente e totalmente legal? Outra questão é a responsabilização de erros cometidos pela IA, quando um processo aponta um suspeito ou um crédito é negado, por exemplo."

A criticidade da segurança dos dados no uso da IA para estruturas de compliance é agravada quando esses sistemas não têm uma supervisão, nem seguem um regras com transparência para política de consentimento para o uso dados, com anonimização e finalidade.

"A inteligência artificial está alterando a maneira como as empresas operaram os programas de compliance. O que antes era um campo voltado à prevenção de fraudes, conformidade regulatória e ética corporativa, agora precisa lidar com modelos preditivos, decisões automatizadas e um volume de dados que nenhum humano conseguiria processar sozinho", observa Cruz.

Daniel Afonso Franzin, advogado sênior e coordenador de um dos núcleos de direito empresarial do Abe Advogados, ressalta que o uso da IA no âmbito do compliance exige muitos cuidados. "O primeiro é verificar se a IA foi autorizada a ser utilizada dentro dos parâmetros de segurança de informação da instituição. É preciso verificar se as políticas de compliance validaram o uso da ferramenta."

Para o advogado, é fundamental também haver uma curadoria humana a fim de evitar o descarte de informações relevantes pela IA. "Ter um trabalho humano por trás é essencial, é aí que está o valor do uso da IA em compliance. Porque é preciso garantir que a IA não eliminou ou deixou de considerar informações importantes para uma investigação", diz.

Para IBGC, ênfase na integridade avança no Brasil

De Rio

O Brasil vem avançando, principalmente nos últimos três anos, no desenvolvimento da cultura da integridade nas organizações. Essa é a avaliação do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), com base no aumento da procura pela formação focada em programas de integridade e instrumentos de governança.

Marilza Benevides, que é professora em cursos focados em compliance no IBGC, nota a evolução no país. As empresas não querem afrouxar seus mecanismos de compliance e correr riscos reputacionais, diz.

A evolução da cultura de integridade no Brasil está diretamente ligada à publicação do Decreto nº 11.129 (2022), que é a regulamentação mais recente da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, conhecida como "Lei Anticorrupção". "Estamos vendo a cultura de integridade evoluir no ambiente corporativo, abrangendo temas mais amplos. A empresa ética e íntegra tem a obrigação de combater todo tipo de assédio, violações de direitos humanos, estabelecer condições trabalhistas adequadas e promover a diversidade e inclusão", diz Benevides.

Miguel Pereira Neto, especialista em compliance e direito empresarial, sócio do Lacaz Martins, Pereira Neto, Gurevich & Schoueri Advogados, também enxerga a evolução da cultura do compliance entre empresas que atuam no Brasil. Observa, no entanto, desafios a serem vencidos nesse caminho. Um dos principais é a constituição da política de compliance das empresas e implantação de controles internos efetivos. "Oferecer treinamentos, monitorar e fazer revisões periódicas para comprovar a eficácia do programa de compliance, com atuação de um departamento independente, ter canais de denúncia e manter a transparência contribuiu muito para a eficácia dos programas de compliance. Também é preciso muito cuidado com o sigilo da informação e dos dados", ressalta.

Julian Tonioli, CEO da Auddas, consultoria voltada para empresas de médio porte, diz que a cultura do compliance não é um tema reservado apenas às grandes corporações. Esse estereótipo criou uma falsa ideia de que pequenas e médias empresas não precisam se preocupar com compliance, diz.

Levantamento feito pela Auddas mostra que, entre mil empresas assessoradas em processos de estruturação e gestão, 67% não apresentam qualquer estrutura formal de compliance. Tonioli ressalta que o caminho em empresas de menor porte não precisa, nem deve, ser caro e complexo. Pode iniciar com o básico, como clareza nas regras e a ética como valor.

"Em muitos casos, sequer existe um código de conduta, contratos claros com cláusulas básicas de responsabilidade ou mecanismos internos de controle. É uma realidade que expõe essas empresas a riscos reais: tributários, trabalhistas, ambientais e reputacionais", afirma Tonioli.

Outro desafio do compliance no Brasil está no agronegócio. Amanda Salis Guazzelli, produtora rural e advogada especializada em governança corporativa e planejamentos sucessórios, diz que o compliance no agronegócio é uma ferramenta de preservação estrutural do negócio e não pode mais ser tratado como um apêndice jurídico. "Em grupos familiares e cooperativas com base patrimonial relevante, sua ausência fragiliza relações com instituições financeiras e pulveriza responsabilidades. Isso aumenta a exposição a riscos recorrentes no setor, como conflitos fundiários, passivos ambientais herdados, vínculos informais de trabalho e irregularidades no uso de incentivos públicos."

A implementação de programas de compliance no agronegócio não exige estruturas caras, observa Guazzelli. "A formalização de políticas deve começar por temas mais próximos à rotina do campo. Um programa eficaz de compliance rural define, por escrito, processo de autorização de compras, valores, e ainda delimita, por exemplo, o uso de maquinário da empresa para fins particulares." *(SL)*

Especialista vê fase de desinvestimento em governança

Diego Viana
Para o Valor, de São Paulo

O momento atual é de desinvestimento nos programas de compliance das empresas, após um período de rápida expansão depois da aprovação da Lei 12.846/13, conhecida como "Lei Anticorrupção". A avaliação é de Bruno Brandão, diretor-executivo da ONG Transparência Internacional no Brasil. Ele cita como motivos o refluxo das operações de combate à corrupção e a perda de transparência de emendas parlamentares, que se reflete em um aumento da corrupção em escala municipal.

Ainda assim, o conceito está consolidado e muitos dos avanços se tornaram perenes. O que falta, agora, é avançar em alguns pontos capitais. Entre eles, estão a tipificação legal da corrupção que ocorre somente entre companhias privadas, a regulamentação da lei para o nível subnacional e o fortalecimento da segurança jurídica, assegurando às empresas que investir em boas práticas dá retorno.


Bruno Brandão, diretor-executivo da Transparência Internacional no Brasil

Valor: *Como a Lei Anticorrupção impactou o compliance no Brasil?*

Bruno Brandão: Ela trouxe um movimento inicial vigoroso de expansão do compliance no país. Foi uma revolução nas empresas. Sobretudo porque a legislação veio acompanhada da maior experiência de aplicação efetiva da lei, com operações como a Lava-Jato e outras. O ambiente de negócios se adapta rapidamente à percepção alterada do risco. Então, quando foi promulgada uma legislação moderna e abrangente, e em seguida a experiência deixou claro que era para valer e a lei não seria letra morta, houve um ajuste de mercado. O investimento foi extraordinário e visível. Muitas empresas que nem sabiam o significado do termo instalaram departamentos de compliance.

Valor: *Em 2023, uma pesquisa da TI identificou um desinvestimento no setor (uma de cada cinco empresas consultadas disse ter feito cortes em compliance). Por quê?*

Brandão: Houve uma mudança drástica de trajetória no país no compromisso com a agenda anticorrupção. As grandes operações tiveram erros enormes, sim. Porém, em vez de corrigi-los, o país aniquilou não só as operações, como também as condições estruturais para que continuassem. Assim como o mercado se adaptou à percepção de aumento do risco, ele também se adaptou à redução. Temos visto nas pesquisas e nos relatos um perigo real de desinvestimento no compliance.

Valor: *O fato de a corrupção ser tipificada apenas na relação com o poder público enfraquece o compliance no Brasil?*

Brandão: Se um funcionário de uma empresa recebe propina de outra empresa para fechar contrato, mas sem envolver o poder público, isso não é tipificado como corrupção. É uma dificuldade tanto para o Ministério Público, que precisa buscar outra tipificação penal, quanto para as empresas. É uma atitude evidentemente criminosa, que prejudica a empresa, os acionistas e o ambiente de negócios. É uma lacuna importante na legislação anticorrupção.

Valor: *Em que consiste a mudança de incentivos às práticas de integridade?*

Brandão: Tem os incentivos positivos e os negativos. Os negativos são os que geram a percepção de risco do não compliance. Se uma empresa entende que a atividade corrupta pode trazer consequências reais, é uma forma de incentivo vital em qualquer sistema: tem que haver consequências para a corrupção. Quando prevalece a percepção de impunidade, há um desincentivo ao compliance.

Valor: *E os positivos?*

Brandão: A empresa deve poder ter ganhos e agregar valor. É o mercado perceber que uma empresa com bom compliance tem uma visão de sustentabilidade de longo prazo, porque o compliance, na verdade, é preservação de valor. É importante que a empresa seja gratificada e obtenha investimentos graças a seu compliance.

Valor: *Como o sr. avalia os programas de compliance no país?*

Brandão: Na pesquisa que realizamos, 87% das empresas relataram que consideram os programas de compliance no Brasil imaturos. É um número preocupante. Passamos por uma fase inicial de disseminação do compliance. Hoje ele é um elemento importante no organograma das empresas. Mas a instalação é só o primeiro passo. Agora é preciso amadurecer a adequação dos sistemas para as características de cada setor e cada empresa, para ir além do "compliance de prateleira" oferecido por uma indústria do compliance que se criou. Só assim ele será capaz de balizar comportamentos. E há condições externas, também. Se não há consequências penais para a corrupção, além das consequências administrativas internas, o compliance é mais frágil.

Valor: *O que as empresas fazem como compliance de fachada?*

Brandão: As empresas que estão desinvestindo também pressionam os funcionários de compliance. Recebemos relatos de insegurança desses funcionários, que se sentem sem respaldo ou segurança para aplicar os sistemas de compliance. É uma área altamente sensível. Outro aspecto é o orçamento. Os cortes são um indicativo de compliance de fachada.

> "Houve uma mudança drástica no compromisso com a agenda anticorrupção"

Valor: *Como isso se reflete na relação com o Estado?*

Brandão: Muitas empresas têm uma relação pouco transparente com o poder público. E o lobby não é regulamentado. Isto tem sido um problema não só com o Congresso, mas também, cada vez mais, com o Judiciário. Algumas empresas patrocinam eventos com juízes, o que manda uma mensagem de pouco cuidado. Um compliance real jamais permitiria esse tipo de proximidade.

Valor: *Mais de metade das pequenas e médias empresas responderam que nada mudou para elas. Qual é a particularidade do compliance para pequenas empresas?*

Brandão: A lei anticorrupção responsabiliza as grandes empresas por ações de corrupção de terceiros atuando em seu nome. Por isso, o risco alcança a cadeia de suprimentos. Essa é uma preocupação no mercado, porque o risco total é do tamanho do elo mais frágil. Há várias iniciativas para treinar fornecedores e exigir melhores práticas. Evidentemente, o programa de compliance tem que ser proporcional ao tamanho do negócio, quanto à sua sofisticação e ao seu custo. É uma fronteira em que o Brasil precisa avançar.

Valor: *Alguns Estados e municípios têm pouca capacidade técnica. Como isto afeta o compliance?*

Brandão: Há uma brecha entre a capacidade dos órgãos federais e a dos estaduais e municipais. Falta regulamentar leis no nível subnacional. Também faltam órgãos de controladoria e os que existem às vezes têm baixa capacidade ou não têm independência.

Eufrázio

Gestão Engajamento de todos é crucial para atuação ética de organizações públicas e privadas

Busca por integridade demanda mais do que respeito à lei



Catherine Vieira, editora-executiva do "Valor" e mediadora do debate, Pierpaolo Bottini, Flávia Martins, Marcela Greggo e Ricardo Wagner de Araujo (esq. para dir.)

Carin Petti
Para o Valor, de São Paulo

A legislação, por si só, não garante que empresas e instituições públicas se pautem pela ética. É necessário também o engajamento interno, com cultura organizacional comprometida com o combate à corrupção e a diferentes formas de assédio, racismo e crimes ambientais. Nesse contexto, canais de denúncia efetivos, com sigilo tanto para o denunciante como para o denunciado, ajudam a garantir que tudo isso não fique só no papel. É o que defenderam integrantes do segundo painel do Fórum Ética e Compliance, promovido pelo **Valor** no último dia 26 no Masp, em São Paulo.

Participaram da mesa Flávia Martins de Carvalho, juíza-ouvidora do STF; Pierpaolo Bottini, advogado criminalista e professor de direito penal da Universidade de São Paulo (USP); Marcela Greggo, coordenadora de projetos de integridade do Instituto Ethos; e Ricardo Wagner de Araujo, diretor de governança e conformidade da Petrobras.

Para Pierpaolo Bottini, o avanço da ética nas organizações ocorre em duas frentes: o marco legal e a reorganização cultural interna. Ele afirmou que a primeira delas se fortaleceu com a aprovação, em 2013, da lei anticorrupção. É que a legislação passou a exigir que as empresas não apenas reagissem a irregularidades, mas também adotassem medidas preventivas — sob pena de serem responsabilizadas pela omissão diante de situações que não impediram. "Isso possibilitou uma mudança de paradigma na governança e no compliance", disse. Na sua avaliação, também contribuiu a lei da organização criminosa, que implementou a delação premiada — outro instrumento adotado no combate à corrupção corporativa.

Mas somente os protocolos anticorrupção não bastam. É aí que entra a segunda frente. "Se não houver uma mudança de mentalidade, a gente vai gastar dinheiro com compliance e grandes estruturas, mas não vai conseguir avançar numa cultura de combate à corrupção", advertiu o advogado. "É fundamental que os dirigentes tenham um comportamento de absoluta indisposição para a prática de corrupção, que vai desde a grande corrupção até a pequena, como o pagamento do fiscal."

"Se você não tem o endosso da instituição no seu mais alto nível, você não consegue fazer a coisa acontecer", concordou Martins. Segundo ela, o apoio dos ministros e do presidente do STF foi fundamental para efetividade da ouvidoria da instituição, encarregada também de casos como assédio moral e sexual.

Araujo, da Petrobras, pensa parecido. "As autoridades por si só, os regulamentos por si só e repressão não vão resolver o problema e criar essa cultura de integridade", disse ele. "É preciso que haja compromisso da gestão, dos conselhos de administração, dos CEOs e dos dirigentes." Nesse contexto, ele defendeu "sinergia" entre o setor público e privado para a prevenção de irregularidades. Como exemplo de parceria bem sucedida, ele mencionou o programa "Pacto Brasil pela Integridade Empresarial", uma iniciativa conjunta entre Controladoria-Geral da União (CGU), Instituto Ethos e empresas privadas, que promove autoavaliações voluntárias e reconhecimento público para organizações comprometidas com a ética. "Hoje, mais de 500 empresas participam, muitas por reputação, mesmo sem obrigação legal."

Mas nem sempre as coisas funcionam como manda o manual. "É muito bonito a gente falar que precisa reforçar o compliance, mas o que fazer quando eu identifico uma fraude, um ato de corrupção dentro da minha empresa?", questionou Bottini. Segundo ele, o temor de danos à reputação frequentemente barra o envio de denúncias a autoridades públicas.



"É preciso que haja compromisso dos conselhos, CEOs e dirigentes"
Ricardo de Araujo



"Uma investigação de corrupção é muito diferente de casos de assédio"
Marcela Greggo



"É preciso uma nova mentalidade para avançarmos contra a corrupção"
Pierpaolo Bottini



"O sigilo e a garantia de que o fato será apurado são fundamentais"
Flávia Martins

"Já passamos por situações no Brasil em que alguns excessos, abusos e vazamento de informações relevantes acabaram fazendo com que os órgãos internos das empresas tivessem algum tipo de preocupação com esse compartilhamento", afirmou. "Precisamos que as instituições que recebam esse material também demonstrem responsabilidade na investigação e no sigilo da investigação para que não haja, por conta de uma desconfiança mútua, um enfraquecimento dos sistemas de integridade", defendeu.

A desconfiança em relação à garantia de sigilo também pode prejudicar os canais internos de denúncia. "É preciso regulamentar melhor a proteção ao denunciante para que ele não sofra retaliações", disse o advogado. "O sigilo e a garantia de que o fato vai ser apurado são fundamentais porque o assédio moral e sexual ainda acontece predominantemente por homens em posição hierarquicamente superior, com poder para prejudicar quem está denunciando ou abafar a denúncia", acrescentou Martins.

Mas também o denunciado merece proteção. "Qualquer medida só deve ser tomada se houver, além da denúncia, algum outro indício concreto para evitar que a denúncia ocorra por motivo de vingança", defendeu Bottini.

"O fato de nós recebermos uma denúncia não significa necessariamente que aquela denúncia seja verdadeira", concordou Martins. E conclusões precipitadas podem trazer danos irreparáveis. Ela exemplificou: "Nós vemos na Justiça todo dia casos em que a pessoa foi denunciada e, mesmo se não necessariamente culpada, sua reputação foi para o espaço no momento em que aquilo se tornou público."

Segundo ela, desde a criação da ouvidoria no STF, em 2023, o número de denúncias por assédio aumentou quase 100%. "A razão é óbvia: antes as pessoas não tinham um canal próprio para isso", afirmou.

Durante o painel, Greggo, do Instituto Ethos, chamou atenção para o desafio das investigações internas, que, com a mudança na legislação em 2023, expandiram o foco de atuação, antes restrito à corrupção e às denúncias de assédio. "Uma investigação de um caso de corrupção é muito diferente de casos de assédio, questões de direitos humanos, preconceitos e crimes ambientais", afirmou Greggo.

Por conta dessas particularidades, na Petrobrás, desde o início, o atendimento das denúncias de assédio sexual ou, conforme o caso, moral ou discriminação, é feito por um profissional especializado no tema, contou Araujo. "Há uma subnotificação muito grande. O que se imagina é que menos de 20% das pessoas assediadas sexualmente tomam coragem de reportar."

Ele contou que a estatal tem um programa específico para atender as vítimas, com apoio para eventuais tratamentos relacionados à saúde mental, afastamentos ou mudanças de setor. "Quem sofreu o assédio precisa de acolhimento", afirmou. Também disse que, na Petrobras, o canal de denúncias é operado por uma empresa independente e oferecido a cerca de 80 mil colaboradores, entre empregados e terceirizados.

Fiscalização e punição são imprescindíveis, diz Giannetti

Thales de Menezes
Para o Valor, de São Paulo

O convite a Eduardo Giannetti para encerrar o Fórum Ética e Compliance parecia oferecer uma intenção clara: o economista, professor e ensaísta iria contribuir com sua reconhecida erudição, de vocação pop, falando sobre bases teóricas dos debates anteriores. Mas ele fez mais do que isso.

Após 40 minutos de palestra, realmente carregada de visão teórica transmitida de forma acessível e até engraçada, Giannetti elencou orientações práticas que podem ser aplicadas no ambiente organizacional. Mas, antes, dedicou alguns minutos para explicar a diferença entre moral e ética. "Essas duas palavras, na linguagem comum, são usadas de maneira quase intercambiável. E não há um mal muito grande em fazer isso, mas vale a pena mostrar com clareza a diferença fundamental entre ambas", afirmou Giannetti. "O termo moral denota a existência de um código compartilhado num agrupamento humano, acerca do que é proibido e do que é permitido, do que é obrigatório e do que é facultativo, do que é certo e do que é errado, do que é louvável e do que é tolerável."

O palestrante mostrou a moral como um código de comportamento evolutivo, que se constitui gradualmente e não é resultado de nenhuma intenção humana prévia, racional, mas algo que a sociedade reconhece como fundamental para a sua existência. A ética entra nesse cenário como um elemento reflexivo acerca do acordo moral. O ponto fundamental: não é a simples existência desse acordo que pode legitimar os costumes e as práticas da moral. Giannetti explica que muitas vezes as pessoas não querem seguir o código moral, mas demonstrar que fazem isso. Ou seja, esconder o que pode transgredir esse acordo.

Então ele começa a falar do mecanismo da submissão. "O que o economista diz sobre cumprir ou não a lei? A punição é o preço do crime. Existe um aparato de fiscalização e existe um risco de punição para aquele que transgredir a lei. É um cálculo racional. Se a fiscalização é frouxa e o risco de punição é muito baixo, o custo-benefício da transgressão é muito vantajoso. O preço da transgressão é uma punição que será imaterial."

O segundo mecanismo é a identificação, um conjunto de sentimentos morais que inibem comportamentos que possam fazer a pessoa se sentir mal consigo ou aos olhos daqueles que ela respeita e admira. "Nós estamos falando de coisas como culpa, vergonha, remorso, arrependimento. São sentimentos morais. Se a multa fosse apenas o preço do crime, ninguém teria vergonha de ser preso. Seria como apostar na loteria e perder." Mas, segundo Giannetti, quando as pessoas são pilhadas em atos corruptos, há uma complexidade de sentimentos morais que tem um peso relevante. "A identificação é um conjunto de sentimentos morais que se forma principalmente no âmbito familiar, não é uma coisa que se aprende na escola. É o reconhecimento de que essas leis não existem para nos tolher, não são coisas contrárias às pessoas, mas nos habilitam a viver melhor em sociedade."



Giannetti: "O preço da transgressão é uma punição que será imaterial"

Já a internalização é algo mais refinado. É perceber a importância da adesão às normas de convivência para que a sociedade organizada possa funcionar de maneira razoavelmente harmoniosa. A combinação desses três elementos é fundamental. "Nenhum deles é prescindível. Não se pode imaginar uma boa governança sem um deles. Pessoas vão transgredir sempre que não houver ameaça de punição. Há pessoas que não sentem nenhuma culpa, arrependimento ou constrangimento interno ao fazer alguma coisa que não é correta. É importante ter a percepção que esse código de ética pode ser uma coisa externa, mas é algo que precisa ser internalizado, não simplesmente aceito."

Entrando forte nas questões práticas, Giannetti fala que uma organização empresarial não pode prescindir de fiscalização e punição. "Seria extremamente ingênuo, seria utópico no mau sentido da palavra. Mas, ao mesmo tempo, achar que apenas fiscalizar e punir dá conta do recado também não dá. Porque se cada um se beneficia das oportunidades que tem de transgredir impunemente, não há organização que pare em pé."

Três diferentes modelos de governança têm implicações relevantes para o grau de adesão às normas da organização. O primeiro é o modelo da coerção, uma obediência cega. O segundo modelo é o das regras de incentivos, baseadas em prêmio e punição. As coisas que são cumpridas de acordo e geram resultados são recompensadas, e aquelas que de alguma maneira desapontam são punidas.

Por fim, ele fala do modelo da liderança legítima, por mobilização e autogoverno, que Giannetti considera o melhor do ponto de vista da ética. Em sua conclusão, Giannetti diz que o desafio para a governança, que está sempre se renovando, "é garantir essa mobilização e a criação de um espaço de autogoverno para que cada membro da organização possa se sentir autorizado a tomar decisões, a fazer as coisas melhor do que vem fazendo por vontade própria, sabendo que aquilo também redunda em algum tipo de recompensa que será compartilhada."

Eufrázio

Poderes Relator do caso no STF será o ministro Alexandre de Moraes; na manhã de segunda, presidente da Câmara acusou o Executivo de promover 'polarização social'

Governo vai recorrer ao Supremo contra derrubada do decreto do IOF

Sofia Aguiar, Renan Truffi, Rafael Walendorff, Murillo Camarotto, Beatriz Roscoe e Guilherme Pimenta
De Brasília

O governo bateu o martelo e decidiu entrar nesta terça-feira (1) com uma ação, no Supremo Tribunal Federal (STF) contra a derrubada do decreto que aumentou as alíquotas do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). O caso vai ficar nas mãos do ministro Alexandre de Moraes, que já é relator de outras ações com objeto semelhante que tramitam na Corte, como a que foi apresentada na semana passada pelo Psol.

Na esteira da discussão sobre a derrubada do decreto que elevava alíquotas do IOF, o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB) acusou o governo de promover uma "polarização social" e alimentar o "nós contra eles". As declarações reforçaram as divergências com o Executivo. No mesmo dia, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, defenderam a cobrança de mais impostos sobre contribuintes de renda mais alta.


Motta: "Nós avisamos ao governo que essa matéria de IOF teria muita dificuldade de ser aprovada no parlamento"

A troca de farpas é mais um capítulo do acirramento entre governo e Congresso desde a semana passada. Se, por um lado, Motta insistiu em reforçar críticas à gestão federal, por outro, o governo elevou o tom na segunda-feira (30) e fez questão de rebater as acusações do parlamentar.

Haddad fez as declarações antes de dar entrevista ao **Valor**, na qual sinaliza ao Congresso que está aberto ao diálogo e defende a manutenção das medidas para cumprir as metas fiscais.

O presidente da Câmara publicou um vídeo logo de manhã e negou que o governo tenha sido pego de surpresa com a decisão de pautar o IOF na semana passada. "Capitão que vê barco ir em direção ao iceberg e não avisa não é leal, é cúmplice. E nós avisamos ao governo que essa matéria de IOF teria muita dificuldade de ser aprovada no parlamento", disse. Segundo ele, quem alimenta o "nós contra eles" acaba governando contra todos. "A polarização política no Brasil tem cansado muita gente e agora querem criar a polarização social."

Desde a semana passada, o governo tem adotado nas redes sociais a estratégia, considerada político-eleitoral, de apostar no embate entre ricos e pobres, ao defender que o reajuste do IOF é uma forma de justiça tributária. Lideranças do Congresso rebatem o argumento e dizem que o Executivo deveria cortar gastos e não aumentar impostos.

Na segunda-feira integrantes do governo usaram os discursos durante a cerimônia de lançamento do Plano Safra, no Palácio do Planalto, para rebater Motta e as críticas às medidas econômicas. Haddad disse, por exemplo, que os críticos da tributação "podem gritar", mas não irão "intimidar" o governo na busca por justiça. "Estamos lutando pela dignidade do trabalhador e vamos continuar fazendo justiça social", afirmou.

Em um discurso de cerca 10 minutos, Haddad enalteceu a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R$ 5 mil por mês e disse que Lula não aumenta imposto, mas, sim, possibilita o "mínimo de respeito" com o trabalhador.

> "Estamos lutando pela dignidade do trabalhador e vamos continuar fazendo justiça social"
> *Fernando Haddad*

Além de chamar a atenção do parlamento, Haddad respondeu às críticas feitas pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) que, na manhã de segunda (30), compartilhou uma publicação que dizia que o governo "dificulta o acesso" ao Benefício de Prestação Continuada (BPC). Para o titular da pasta, Bolsonaro acordou "chateado" por conta do "fracasso" da manifestação de domingo (29) em São Paulo e, por conta disso, "resolveu atacar Lula".

"Todo dia, Bolsonaro aparece com mentira nova. Hoje, mentiu dizendo que Lula cortou benefícios sociais", rebateu o ministro.

Na semana passada, o governo federal editou decreto para apertar as regras de concessão do BPC e tentar conter o sucessivo aumento desse gasto, principalmente pela via judicial.

No mesmo evento de lançamento do Plano Safra, Lula disse estar tentando "convencer empresários para que eles torçam para que os mais pobres cresçam". "O Brasil começa a ser justo com a tributação, e depois repartição." Segundo o chefe do Executivo federal, "ninguém quer que as pessoas vivam a vida inteira de Bolsa Família". Por fim, o petista fez uma das primeiras citações à taxa básica de juros, a Selic, sob o comando de Gabriel Galípolo, hoje a 15% ao mês. Mesmo reconhecendo a alta do índice, que segundo ele, "será corrigido ao longo do tempo", Lula reiterou que o Banco Central é "independente" e classificou Galípolo, como um "homem sério".

O **Valor** apurou que, apesar de todo o imbróglio, Lula deve esperar "a poeira política baixar" e não entrará no circuito para afastar a crise entre Parlamento e o Executivo neste momento. Isso quer dizer, explicam as fontes, que são baixas as chances de ele se reunir, nos próximos dias, com Motta e o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP).

Segundo interlocutores, esse entendimento deve mudar apenas se um pedido de reunião ou encontro partir da cúpula do Congresso, algo que também não parece estar no radar.

Diante desse impasse, a ordem no governo petista é deixar a articulação política nas mãos d a ministra da Secretaria de Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann (PT-PR), com quem Motta conversa com frequência. A titular da SRI pretende marcar uma agenda com o presidente da Câmara ainda esta semana.

Ver também página A4

Planalto adia decisão sobre veto a aumento do número de deputados

De Brasília

Apesar da pressão dos parlamentares, o governo Luiz Inácio Lula da Silva deve postergar até meados de julho a decisão sobre vetar ou não o projeto que aumenta o número de deputados de 513 para 531. A proposta foi aprovada recentemente pelo Congresso Nacional e contou, inclusive, com o apoio da base aliada do governo. Ainda assim, o Palácio do Planalto não tem uma posição definida sobre o assunto e, segundo interlocutores, Lula deve ouvir seus ministros antes de tomar uma decisão final.

A explicação dada por fontes do **Valor** é que o prazo final para a sanção do projeto é somente em 16 de julho, ou seja, o governo ainda terá quase três semanas para deliberar sobre um possível veto presidencial.

Diante desse período dilatado, a questão "ainda não está na pauta" e sequer foi levada formalmente ao presidente da República. A ideia, neste sentido, é usar todo o prazo regimental disponível para fechar questão no governo.

"Não tratamos o assunto com o presidente. [Isso] está sendo analisado como todos os demais", explicou um integrante da Esplanada dos Ministérios. Pelo cronograma do governo, a opinião dos ministros deve ser coletada até os dias 12 ou 13 de julho e só depois disso o cenário será levado ao chefe do governo.

Uma das pastas envolvidas nessa discussão é a Secretaria de Relações Institucionais (SRI), comandada pela ministra Gleisi Hoffmann. O posicionamento dela será crucial para a decisão de Lula. O empecilho principal é que todos os três líderes do governo votaram a favor do projeto no plenário. São eles os deputados José Guimarães (PT-CE), líder do governo na Câmara, e os senadores Jaques Wagner (PT-BA), líder do governo no Senado, e Randolfe Rodrigues (PT-AP), líder do governo no Congresso.

> Principal empecilho é que os três líderes do governo votaram a favor do projeto

As principais resistências à sanção envolvem, por outro lado, o impacto financeiro da medida, que é de R$ 64,4 milhões em 2027. Esse fator, segundo governistas ouvidos reservadamente pelo **Valor**, é o que mais contribui para a baixa aprovação da pauta na sociedade civil. Aproximadamente três em cada quatro (76%) entrevistados pelo Instituto Datafolha desaprovam a mudança feita pelo Parlamento.

Outro fator que contribuiu para uma repercussão negativa junto à sociedade foi o fato de que a proposta acabou sendo votada às pressas no Parlamento. Isso porque os congressistas tinham até o fim deste mês de junho para analisar o assunto. O motivo é que neste mês acabava o prazo, definido pelo STF, para que o Legislativo decida sobre a questão. Se os parlamentares não aprovassem alguma solução, a Justiça faria por conta própria a redistribuição das cadeiras na Câmara – que seria feita mantendo os 513 deputados e resultaria na perda de parlamentares por alguns Estados.

Foi a partir disso que os deputados, então, propuseram o aumento para 531 cadeiras. As bancadas que crescem são Pará (4), Santa Catarina (4), Amazonas (2), Rio Grande do Norte (2), Mato Grosso (2), Ceará (1), Minas Gerais (1), Goiás (1) e Paraná (1).

Na prática, ao sancionar esse projeto, Lula estará assumindo o ônus da medida num momento em que já convive com uma queda significativa de popularidade junto ao seu eleitorado. *(RT e SA)*

Lula perde influência , diz 'The Economist'

De São Paulo

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) está "perdendo influência no exterior" e é "cada vez mais impopular" no Brasil, afirmou a revista britânica "The Economist" em texto publicado em seu site no domingo (29).

Para a publicação, a postura "cada vez mais hostil ao Ocidente" e distante dos Estados Unidos, desde que o presidente Donald Trump assumiu, tem colocado em xeque a atuação de Lula fora do país. No cenário doméstico, a queda de aprovação do petista a níveis inéditos é atribuída ao crescimento do número de evangélicos e ao histórico de vinculação do PT à corrupção.

Segundo "The Economist", o Brasil destoou das demais democracias ocidentais após os ataques dos Estados Unidos ao Irã, ao "condenar com veemência" o ataque americano e declarar, em nota do Itamaraty, que os bombardeios a instalações nucleares foram uma "violação da soberania do Irã e do direito internacional". Outros países apoiaram os ataques ou apenas expressaram preocupação.

A revista cita a realização da cúpula de líderes do Brics, nos dias 6 e 7 de julho, no Rio de Janeiro, e diz que "a aproximação do Brasil com o Irã deve continuar" durante o evento. Segundo a publicação, um dos temas que diplomatas brasileiros tentam evitar que sejam tratados no encontro é a discussão sobre a substituição do dólar como moeda para transações comerciais dentro do bloco. A proposta é rechaçada por Trump.

"O papel do Brasil no centro de um Brics ampliado e cada vez mais dominado por regimes autoritários é parte da política externa cada vez mais incoerente de Lula", afirma "The Economist", comparando o afastamento do presidente brasileiro em relação a Trump e sua relação próxima com o líder da China, Xi Jinping. Para a publicação, os comportamentos demonstram falta de pragmatismo.

A revista afirma, por outro lado, que "talvez a abordagem mais sensata de Lula" na política externa tenha sido tentar tirar proveito da perda de confiança do mundo nos EUA e reforçar laços comerciais com a Europa. É mencionada, no entanto, a proximidade com a Rússia e a Venezuela, além da perda de diálogo com a Argentina, "por diferenças ideológicas", desde a posse de Javier Milei.

A análise prossegue com a avaliação de que o derretimento de popularidade de Lula agravou sua influência internacional, tirando dele o trunfo de mandatos anteriores, quando "sua força interna lhe dava credibilidade externa". A nova dinâmica é atribuída pela revista à ascensão da direita no Brasil, além do avanço da população evangélica e do maior apelo do mercado informal de trabalho, com a bandeira do empreendedorismo.

O texto analisa ainda a situação do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), lembrando que ele é réu por tentativa de golpe de Estado e pode ser condenado e até preso em breve, por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF). Inelegível, Bolsonaro é pressionado a indicar um sucessor, mas não dá sinais de que fará isso rápido. A avaliação de "The Economist" é a de que, se a direita tiver uma indicação de nome até as eleições e se unir em torno dele, muito provavelmente terá condições de vencer.

MP do Fundo Social deve ser votada nesta terça

Gabriela Guido e Caetano Tonet
De Brasília

A Medida Provisória (MP) 1.291, que amplia as possibilidades de uso do Fundo Social do pré-sal e autoriza o governo federal a aplicar até R$ 15 bilhões por ano em projetos de habitação de interesse social, infraestrutura social — como saneamento, saúde e educação — e enfrentamento de calamidades públicas deve ser votada pelo Senado nesta terça-feira (1). A MP perde a validade na quinta-feira (3), caso não seja aprovada.

A medida, que passou no plenário da Câmara na quarta-feira (25), permite que o governo leiloe o excedente em óleo e gás da União nos contratos de partilha do pré-sal, o que pode representar uma arrecadação extra de até R$ 20 bilhões. O texto foi aprovado na mesma sessão que derrubou o decreto do governo que aumentava o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF).

Após um pedido do Planalto, o relator da MP na comissão mista, deputado José Priante (MDB-PA), incluiu no seu parecer um trecho de um projeto do governo que autoriza a União a fazer leilões de áreas adjacentes ao pré-sal, com potencial de arrecadar entre R$ 15 bilhões e R$ 35 bilhões, de acordo com o governo. Essa proposta, enviada pelo Planalto ao Congresso em regime de urgência, estava parada na Câmara.

Por conta dos valores que pode arrecadar, o projeto chegou a ser proposto pelo Ministério de Minas e Energia (MME) como uma alternativa aos recuos do governo no IOF.

Segundo lideranças ouvidas pelo **Valor**, o acordo é o Senado aprovar a medida provisória sem a mudança do texto de Priante, o que garantiria a autorização da União para fazer os leilões das áreas adjacentes ao pré-sal.

Chegou a ser negociada a possibilidade de a Tarifa Social, política fundamental da MP do setor elétrico, ser fatiada e levada para essa MP do fundo social. Entretanto, ela não foi contemplada no parecer do emedebista.

> Texto autoriza a União a fazer os leilões das áreas adjacentes ao pré-sal

Em uma semana esvaziada no Congresso com os parlamentares em eventos internacionais, o Senado deve votar a MP do crédito consignado na quarta (2).

Os governistas têm a expectativa de que outras duas medidas provisórias importantes para o governo, a do setor elétrico e a que estabelece alternativas ao aumento do IOF, tenham suas comissões instaladas na próxima semana. A presidência da primeira ficará com o líder do MDB no Senado, Eduardo Braga (AM), e a relatoria com o deputado Fernando Filho (União-PE).

Além da Tarifa Social para o pagamento de energia elétrica, a MP do setor elétrico tornou-se ainda mais sensível para o governo após a derrubada dos vetos feitos ao projeto das eólicas offshore pelo Congresso. O Planalto pretende editar uma medida provisória com políticas para evitar o aumento da conta de luz com a manutenção dos jabutis, mas há, no Parlamento, quem defenda que essas alternativas sejam adicionadas à MP presidida por Braga. Um deles é o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP).

Já a presidência da comissão mista da MP do IOF, que cabe a Alcolumbre indicar, ainda não foi definida. O governo quer que o cargo fique com um senador alinhado à sua base, assim como a relatoria ficou com o deputado petista Carlos Zarattini (SP).

Eufrázio

Política

Avenida sem povo escancarou estratégias



Maria Cristina Fernandes

O ato mais esvaziado do bolsonarismo desde que o ex-presidente deixou o poder foi também aquele que mais explicitou a estratégia de seu campo político. A caminho da condenação, Jair Bolsonaro evitou melindrar o STF. Preferiu se voltar contra o PT e o lulismo.

Parece convencido de sua inelegibilidade, mas não pediu voto nem mesmo para o governador de São Paulo, ao seu lado. Só quer que o eleitor lhe dê metade do Congresso e destine a outra metade para o Centrão.

O público de 12,4 mil pessoas sugere um bolsonarismo de fogo morto, mas enquanto for bancado pela maior legenda da Câmara, sua estratégia importa — até porque não mais se limita a sua autodefesa. A ausência da ex-primeira-dama, Michelle Bolsonaro, sugere que o ex-presidente não põe suas fichas no único nome viável da família.

Além da rejeição majoritária, registrada nas pesquisas, o foco na eleição proporcional é resultado também de uma opção pelo bolsonarismo de resultados. Foi a carona a parlamentares do PL como Nikolas Ferreira (MG), Cleitinho (MG), Sóstenes Cavalcante (RJ), e Paulo Bilynski (SP) que, em grande parte, garantiu a sobrevida ao fundamentalismo bolsonarista — na religião, na segurança e nos costumes da República.

O resultado mais almejado pelo bolsonarismo é o de ser o fiador do próximo presidente, seja ele quem for. Se o ex-presidente não pediu votos para Tarcísio de Freitas, tampouco o governador paulista sinalizou qualquer resposta à condição estabelecida pelo senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) para o apoio do pai em 2026: o endosso a indulto ou a anistia.

Ao pedir que a outra metade do Congresso seja entregue ao Centrão, Bolsonaro escancara a estratégia de fazer do presidencialismo um eterno refém do parlamentarismo branco vigente no país. A equação teve início no segundo mandato de Dilma Rousseff, com o primeiro golpe da impositividade das emendas, e se expandiu nos governos seguintes.

Com Bolsonaro, deixou de ser decorrência de uma Presidência emparedada e tornou-se símbolo da sociedade entre um Executivo que abdica da universalização de direitos em nome e um Congresso que os privatiza.

A clareza da estratégia não garante sua eficácia. O fracasso de público no domingo pode não ser um impedimento para as candidaturas bolsonaristas à Câmara, mas sugere dificuldades majoritárias, o que é uma boa notícia para o governador de São Paulo. Quanto maiores forem essas dificuldades, mais baixo é o pedágio que Tarcísio terá que pagar. Quanto mais barato o pedágio, mas facilidade terá para abocanhar o eleitorado de centro que definirá 2026.

Se o presidente Luiz Inácio Lula da Silva jogou com a carta democrática para arrebanhar a frente ampla em 2022, desta vez a aposta parece ser a do embate pela apropriação do orçamento nacional entre ricos e pobres. O governo vai focar na resistência do Congresso — e do bolsonarismo — ao aumento do IOF e do imposto sobre as bets, à taxação dos dividendos, à redução do gasto tributário e à limitação dos supersalários para emparedar a oposição.

Todo populismo vitima a verdade. As isenções não beneficiam apenas ricos, mas também a cesta básica, aposentados, poupança e segmentos remediados que deduzem gastos com escola e saúde privada no Imposto de Renda, mas a disputa eleitoral foi antecipada e é isso que acontece em campanhas.

A estratégia governista conta com a reedição da dobradinha com o STF. Em 2022 a aliança se deu no embate contra o golpismo, agora a aposta é na sua ampliação, a começar pelo IOF.

As audiências na Corte mostraram que as emendas, além do binômio da transparência e rastreabilidade, afrontam a responsabilidade fiscal, a eficácia das políticas públicas e a renovação parlamentar. Até um governador bolsonarista como Mauro Mendes (MT) atestou a ofensa à separação dos Poderes.

Assim como Mendes, muitos dos governadores em fim de mandato tentarão o Senado com chances de eleição e não dão sinais de afronta ao Supremo, como pretende Bolsonaro. Se a cruzada do ministro Flávio Dino contra as emendas hoje é bombardeada em gabinetes palacianos também acabará por servir à ambiguidade da estratégia governista.

Na terceira frente desta dobradinha, o julgamento que enquadra as "big techs", o Congresso até pode ser levado a reagir votando uma regulamentação da qual se eximiu até hoje, mas o STF manterá o poder de veto. A matéria oferecerá ao governo Lula outra vereda populista, a da soberania, além de permitir a triagem (parcial) da mentira.

O fogo morto do bolsonarismo e o abraço governista na polarização ricos x pobres, levará Tarcísio a buscar um discurso avesso ao confronto. Terá dificuldades, porém, de se diferenciar do bolsonarismo no asfalto. Abriga a militarização das escolas, uma segurança pública com flagrante desapego à transparência e um programa social que, num passe de mágica, promete emancipar os mais pobres pela "inclusão produtiva" sem arranhar o Orçamento.

A equação contra populismos de toda ordem esbarra no Congresso. São Paulo hoje investe 9% do seu orçamento enquanto o da União está espremido em 1,5%. Enquanto estiver blindado pelo bolsonarismo, Tarcísio não precisará dizer se pretende mexer na política de valorização do salário mínimo (84% do paulista) ou nos R$ 50 bilhões das emendas para desengessar o Orçamento.

Maria Cristina Fernandes é jornalista do Valor. Escreve às terças e quintas-feiras
E-mail mcristina.fernandes@valor.com.br

Eleições Siglas intensificam conversas pensando em fortalecimento e sobrevivência, mas experiências fracassadas, como PSDB/Cidadania, evidenciam riscos do arranjo

Partidos negociam federações para 2026 e tentam superar divergências

Joelmir Tavares
De São Paulo

A aproximação do calendário eleitoral de 2026 intensificou as negociações entre partidos para a formação de federações, como alternativa para o ganho de musculatura política ou a própria sobrevivência. Apesar da multiplicação de tratativas entre dirigentes nos bastidores, o fechamento de acordos esbarra em interesses locais e na disputa de comando. A iniciativa mais recente é a da aliança entre Solidariedade e PRD, que foi anunciada na semana passada e adotou estratégia para tentar se blindar de atritos.

No arranjo da federação, que começou a funcionar no país em 2021, duas ou mais legendas fazem uma espécie de consórcio para disputar eleições e devem atuar em conjunto, no território nacional, por no mínimo quatro anos. Na prática, cada uma mantém sua identidade, mas a atuação delas precisa ser alinhada. Hoje o Brasil tem, oficialmente, três federações: PT/PCdoB/PV, Psol/Rede e PSDB/Cidadania. Outras, no entanto, estão em processo de formação ou discussão.

A federação União Brasil/PP, lançada no ano passado como uma "superforça" no Congresso — com 109 deputados e 13 senadores —, ainda precisa oficializar o registro no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que homologa a aliança. A composição entre as duas siglas será relevante nas definições da corrida presidencial, mas precisa antes resolver questões internas, como o controle nos Estados — disputa que pode levar à saída de parlamentares na janela partidária, em março.



Paulinho da Força, do partido Solidariedade, articulou aliança com o PRD

Outra federação discutida é a que pode unir Republicanos e MDB. Segundo dirigentes, as conversas têm sido tocadas pelos presidentes das siglas, respectivamente Marcos Pereira e Baleia Rossi, que vêm tentando driblar conflitos em Estados onde há rivalidade entre elas. Um interlocutor a par das conversas diz que "há boa vontade" das duas partes para buscar um consenso, favorecido por afinidade política.

O cálculo de partidos de porte médio, sobretudo no campo do centro e direita, é que eles podem acabar engolidos, nas disputas legislativas do ano que vem, pelas grandes forças. Além da federação União Brasil/PP, o PL do ex-presidente Jair Bolsonaro se firmou como um polo competitivo — com 89 deputados, o partido responde pela maior bancada da Câmara e, até o momento, descarta se federar a outra sigla.

Legendas como PSD, Podemos, PDT, PSB e Avante também se envolveram em discussões sobre federações, mas as conversas entraram em compasso de espera por diferentes razões.

No caso das agremiações menores, a aglutinação desponta como tábua de salvação, para tentar atingir a cláusula de barreira e ter direito ao fundo partidário e à propaganda eleitoral em TV e rádio. A cada eleição, a exigência de desempenho fica mais rígida. Para superar a cláusula em 2026, os partidos precisarão eleger 13 deputados federais, distribuídos em pelo menos nove Estados, ou ter 2,5% dos votos válidos para a Câmara, espalhados em pelo menos nove Estados, com mínimo de 1,5% dos votos válidos em cada um.

Segundo o presidente do Solidariedade, deputado federal Paulinho da Força (SP), o risco de perda de deputados na janela partidária e a dificuldade de completar chapas para o Legislativo levaram à confluência com o PRD. "A federação é uma tendência, porque, de certa maneira, os que pensam um pouco igual vão se juntando para ter mais força política. Além disso, queremos criar um polo de centro, para tratar das questões essenciais para o desenvolvimento do Brasil, longe de extremismos", afirma.

Para evitar atritos, Solidariedade e PRD — que somam dez deputados federais — definiram um esquema em que o comando da federação, nos âmbitos municipal e estadual, terá representação igualitária de ambas as siglas e a obrigação de unanimidade para a tomada de decisões. Caso um impasse precise ser arbitrado na instância nacional (também paritária), será necessária a concordância de 75% dos membros.

Das federações existentes, a mais problemática é a que une PSDB e Cidadania, firmada em 2022. O segundo partido já decidiu formalmente deixar o acordo, mas é obrigado a permanecer nele até o ano que vem. Os dois lados divergiram no pleito de 2024 e chegaram a apoiar candidatos distintos no Rio de Janeiro.

As federações em torno de PT e Psol também têm episódios de desgaste interno entre os parceiros. Alas do PV já defenderam rompimento com os petistas, mas há pressão para que as rusgas sejam superadas por causa do risco de esvaziamento. A Rede também avalia a relação com o Psol, mas há consenso na sigla fundada pela ministra Marina Silva de que é necessária a aliança com alguma outra agremiação para assegurar seu futuro.

STF analisa ação contra deputados em agosto

Tiago Angelo
De Brasília

A ação contra os deputados Josimar Maranhãozinho (PL-MA), Pastor Gil (PL-MA) e o suplente Bosco Costa (PL-SE) por supostos desvios em emendas parlamentares irá avançar no Supremo Tribunal Federal (STF) a partir de agosto, quando será dado início à fase de produção de provas.

O caso é relatado pelo ministro Cristiano Zanin, presidente da Primeira Turma do STF. Na fase de instrução, que começa depois do recesso de julho, serão colhidos os depoimentos de testemunhas de acusação e defesa e ouvidos os acusados.

Em março, a Primeira Turma do STF aceitou, por unanimidade, a denúncia contra o trio por organização criminosa e corrupção passiva.

Segundo a Procuradoria-Geral da República (PGR), os deputados teriam pedido propina de R$ 1,6 milhão para que enviassem R$ 6,6 milhões para a prefeitura de São José de Ribamar, no Maranhão.

O caso é emblemático por se tratar da primeira denúncia sobre desvios de emendas a ser analisada pelo Supremo após a Corte iniciar um movimento por mais transparência no repasse desse tipo de verba.

A investigação começou em 2020, quando Eudes Sampaio, então prefeito de São José de Ribamar, informou o esquema às autoridades. Segundo ele, 25% dos valores em emendas destinadas à saúde eram cobrados como contrapartida para que houvesse a indicação.

De acordo com a PGR, o grupo era liderado por Maranhãozinho, que seria responsável pelo controle e destinação das emendas. Esse comando estaria comprovado em diálogos mantidos entre os envolvidos e em documentos obtidos ao longo da investigação.

Ao votar por aceitar a denúncia em março, Zanin afirmou que "contra os três parlamentares há evidências produzidas ao longo da investigação criminal indicando que teriam atuado em concertação ilícita para solicitar ao prefeito José Eudes Sampaio Nunes o pagamento de vantagem indevida, o que caracteriza, em tese, o delito de corrupção passiva".

Na ocasião, ele lembrou que o recebimento da denúncia "não implica julgamento antecipado nem conduz à conclusão sobre culpabilidade".

Ao se manifestar no julgamento, o ministro Alexandre de Moraes afirmou que não havia dúvidas de que a "inicial acusatória expôs de forma clara e compreensível todos os requisitos exigidos, tendo sido coerente a exposição dos fatos, permitindo ao acusado a compreensão da imputação e, consequentemente, o pleno exercício do seu direito de defesa".

Procurados, os deputados não quiseram se manifestar. Eles, no entanto, têm negado envolvimento no caso e afirmado que as provas são frágeis. As defesas também chegaram a alegar que o caso não deveria ser analisado pelo Supremo.

Depois que a fase de diligências terminar, será aberto um novo prazo para a apresentação das alegações finais. Em seguida, cabe ao relator liberar o processo para a pauta. Caberá à Primeira Turma decidir se condena ou absolve os réus. Além de Zanin e Moraes, fazem parte do colegiado Flávio Dino, Cármen Lúcia e Luiz Fux.

Advogada pode ser 1ª titular negra no TSE

Isadora Peron e Tiago Angelo
De Brasília

O nome da advogada Vera Lúcia Araújo tem despontado como favorito para uma das vagas abertas no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e ela pode se tornar a primeira mulher negra a ocupar uma cadeira de ministra titular na Corte.

A lista é formada ainda por Cristina Maria Neves e Estela Aranha, que também aparece bem cotada para o cargo. A escolha cabe ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que não tem prazo para anunciar a indicação.

A decisão de enviar uma lista composta apenas por mulheres foi da presidente do TSE, Cármen Lúcia, com o objetivo de aumentar a igualdade de gênero na corte.

Nos bastidores, a escolha de Vera Lúcia é vista como natural por ela já atuar como ministra substituta no TSE e ser a única mulher negra entre as indicadas. Ela conta com a simpatia da primeira-dama Rosângela Lula da Silva, a Janja, e de ministros do governo, como Ricardo Lewandowski (Justiça).

Na semana passada, mais de cem entidades assinaram uma carta de apoio à nomeação dela. "Sua presença como titular na cúpula do tribunal eleitoral certamente contribuirá para o fortalecimento de políticas de equidade racial e representatividade de grupos historicamente vulnerabilizados", disse o documento, que foi encaminhado a Lula.

Estela, no entanto, é apontada como a preferida da atual presidente do TSE. Ela atuou como secretária de Direito Digitais no Ministério da Justiça, quando Flávio Dino era titular da pasta e hoje conta com o apoio do ministro, que está no Supremo Tribunal Federal (STF).

Nesse cenário, Cristina, que já atua no Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal (TRE-DF), corre por fora. Procuradas, nenhuma delas quis comentar a disputa pela vaga.

Uma segunda lista, com nomes de candidatos homens, também foi encaminhada ao Planalto, já que há duas vagas abertas no tribunal. Fazem parte da relação os atuais ministros Floriano de Azevedo Marques e André Ramos Tavares, além do ex-advogado-geral da União José Levi.

Hoje, dos sete magistrados titulares do TSE, há apenas duas mulheres: Cármen e Isabel Galotti. Entre os substitutos, há ainda Edilene Lôbo, que foi a primeira mulher negra a ser indicada para o TSE. Ela, no entanto, ficou fora da lista tríplice.

Eufrázio

Comércio Na medida em que prazo imposto por Trump para um acordo comercial se aproxima, aliados dos EUA avaliam concessões

UE sinaliza que aceitaria tarifas de Trump, mas com algumas isenções

Agências internacionais

Com a proximidade do fim do prazo de 9 de julho para que fechem acordos comerciais com os EUA e evitem tarifas mais altas, parceiros de Washington começam a dar sinais sobre o que podem oferecer à Casa Branca. O prazo foi imposto pelo presidente Donald Trump, para quem as tarifas pagas por exportadores dos EUA para "todos os países" é "injusta".

Enquanto o Canadá fazia concessões para retomar as discussões para um acordo, fontes da União Europeia (UE) deram a entender ontem que poderiam concordar com uma tarifa básica de 10%, desde que os americanos se comprometam a reduzir as alíquotas em setores-chave para o bloco.

Em abril, o presidente suspendeu temporariamente as tarifas recíprocas por país para dar espaço às negociações. Desde então, ele e sua equipe têm repetido que vários acordos estão prestes a ser fechados. Até agora, no entanto, apenas dois foram anunciados — esboços amplos de entendimento com a China e o Reino Unido. Na semana passada, o secretário de Comércio, Howard Lutnick, afirmou que ao menos 10 acordos estavam engatilhados. Autoridades americanas têm sugerido ter conversas avançadas com a Índia.

Trump terá uma reunião com sua equipe de comércio ainda nesta semana para definir se as chamadas tarifas recíprocas serão restabelecidas ou se dará mais tempo às negociações. O secretário do Tesouro, Scott Bessent, disse ontem que o risco de as alíquotas voltarem a subir após o fim do prazo de 9 de julho é real.

"Temos países que negociam de boa-fé, mas eles devem estar cientes de que, se não conseguirmos chegar a um acordo porque eles estão sendo recalcitrantes, poderemos voltar aos níveis de 2 de abril", disse à Bloomberg TV. "Espero que isso não precise acontecer."

As ameaças de Trump têm surtido efeito, levando parceiros comerciais a recuarem em políticas que o desagradam. Depois de o presidente americano anunciar que encerraria o diálogo com o Canadá por causa de um imposto sobre serviços digitais, o primeiro-ministro do país, Mark Carney, ligou para Trump para dizer que recuaria da medida, que impactaria sobre as empresas de tecnologia.

Ontem, Trump foi às redes sociais para ameaçar impor tarifas mais altas sobre o Japão, um dos principais parceiros comerciais dos EUA. "Eles não querem o nosso ARROZ e mesmo assim estão com uma escassez enorme de arroz", postou Trump na plataforma Truth Social. "Em outras palavras, vamos apenas enviar uma carta para eles, e adotaríamos tê-los como parceiros comerciais por muitos anos."

> "Barreiras e tarifas são usadas como instrumento de chantagem"
> *Emmanuel Macron*

O Japão vem pressionando pelo alívio das tarifas automotivas de 25% impostas por Trump, afirmando que elas estão prejudicando um setor crucial. Mas o presidente dos EUA afirmou que o Japão não importa um número significativo de automóveis americanos. O país enfrenta uma "tarifa recíproca" de 24% sobre todas as exportações para os EUA, reduzidas para 10% durante o período de negociação.

A UE também tem pressionado os EUA para conseguir isenções e o estabelecimento de cotas de forma a reduzir, na prática, a tarifa de 25% imposta por Washington sobre automóveis e autopeças, assim como sua tarifa de 50% sobre aço e alumínio. A Comissão Europeia considera que aceitar a tarifa universal de 10% favorece ligeiramente os EUA, mas ainda é algo com que poderia concordar, segundo fontes com conhecimento das negociações. O bloco, porém, quer isenções em setores como produtos farmacêuticos, bebidas alcoólicas, semicondutores e aeronaves comerciais.

Enquanto uma delegação liderada pelo comissário do Comércio da UE, Maros Sefcovic, viajará a Washington ainda nesta semana para dar sequência ao diálogo, o presidente da França, Emmanuel Macron, fez duras críticas à política comercial de Trump, embora sem citar o americano ou os EUA.

"Precisamos restaurar a liberdade e a equidade no comércio internacional, muito mais do que barreiras e tarifas, que são criadas pelos mais fortes e que muitas vezes são usadas como instrumentos de chantagem, e não como instrumentos de reequilíbrio", disse.

A UE estima que as tarifas americanas hoje incidem sobre produtos equivalentes a € 380 bilhões, ou cerca de 70% de suas exportações para os EUA. Apesar de esperar um desfecho positivo, o bloco já aprovou taxas sobre o equivalente a € 21 bilhões em mercadorias americanas, que podem ser implementadas rapidamente. Elas têm como alvo Estados sensíveis do ponto de vista político e incluem produtos como a soja, da Louisiana, de onde vem o presidente da Câmara dos EUA, Mike Johnson.

O bloco preparou ainda uma lista adicional de tarifas equivalentes a € 95 bilhões. Os alvos seriam produtos industriais, como aeronaves da Boeing e carros fabricados nos EUA. A UE também busca identificar áreas estratégicas em que os EUA dependem do bloco e outras medidas possíveis que vão além das tarifas, como controles de exportação e restrições a contratos de fornecimento.

Guerra tarifária provoca filas e atrasos em portos europeus

Robert Wright
Financial Times, de Londres

As políticas tarifárias erráticas de Donald Trump, combinadas com os baixos níveis dos rios, estão provocando o pior congestionamento da cadeia de abastecimento da Europa desde a pandemia de covid-19, alertam empresas de transporte e logística.

Barcaças estão tendo que esperar por dias para coletar mercadorias e navios de contêineres enfrentam longas esperas, com os problemas — piores nos portos de Roterdã, Antuérpia e Hamburgo — devendo persistir por meses.

"Todos os grandes terminais estão superlotados", diz Caesar Luikenaar, diretor-gerente da WEC Lines, uma empresa de navegação baseada na Holanda.

Albert van Ommen, executivo da companhia de logística holandesa Euro-Rijn Group, considera o congestionamento o pior desde a pandemia, quando os fluxos de carga se mantiveram surpreendentemente fortes e sobrecarregaram portos que enfrentavam dificuldades com falta de pessoal.

Casper Ellerbaek, executivo sênior da DHL da Alemanha, disse que os atrasos ainda não forçaram seus clientes a suspender a produção em razão da falta de componentes, mas esse "drama" continua sendo uma possibilidade.

Van Ommen disse que em Antuérpia, o segundo porto de contêineres mais movimentado da Europa, os navios estão descarregando com três a cinco dias de atraso.

As empresas atribuem a crise a fatores como as grandes mudanças na política tarifária dos EUA sob o presidente Trump, que forçaram as companhias de transporte marítimo a reformular suas rotas para lidar com a mudança repentina nos fluxos globais de comércio. Os problemas estão sendo agravados pelas restrições ao carregamento de barcaças no rio Reno, depois que uma primavera seca deixou o rio raso demais.

Ao mesmo tempo, os terminais vêm lidando com um realinhamento substancial depois que a Mediterranean Shipping Company, da Suíça, e a Maersk, da Dinamarca, as duas maiores transportadoras de contêineres do mundo, encerraram o acordo de cooperação que mantinham.

Os portos europeus também enfrentam um aumento no volume de importações da Ásia, uma vez que as tarifas elevadas dos EUA estão fazendo mercadorias serem desviadas para outros destinos.

Números do setor indicam que os operadores de terminais estão correndo para contratar funcionários e comprar equipamentos para tentar aliviar a pressão.

Entretanto, há quem demonstre pessimismo quanto à possibilidade de o congestionamento ser facilmente resolvido. Luikenaar disse que companhias que atendem o mercado local na Europa têm sido forçadas a gastar uma semana, em vez dos habituais três dias, para tirar contêineres em diferentes terminais de Roterdã e distribuí-los aos portos da região.

Segundo ele, será preciso anos de investimentos para sanar todos os problemas. "Isso não é algo que se resolve facilmente", afirmou.

Corte de gastos de Trump se arrasta no Senado

Agências internacionais

Líderes do Partido Republicano tentavam superar ontem as disputas internas sobre o pacote de corte de impostos e gastos apoiado pelo presidente dos EUA, Donald Trump, para aprovar o projeto até 4 de julho, a data-limite imposta pelo governo. O dia ontem no Congresso americano foi marcado por negociações frenéticas e votações maratônicas de emendas ao texto.

Mesmo assim, o ritmo de votação era mais lento do que o previsto, enquanto o líder da maioria, o senador John Thune era obrigado a lançar-se em negociações nos bastidores para convencer republicanos descontentes. Com maioria apertada no Senado, apenas quatro dissidências seriam suficientes para derrubar o projeto — e ao menos seis senadores do partido ainda estariam indecisos.

Após as primeiras sete horas de sessão, apenas 14 emendas foram votadas e havia a previsão de que dezenas seriam apresentadas, com democratas propondo medidas visando a ampliar a dissidência entre os republicanos.

Caso o pacote apoiado por Trump seja aprovado, o texto terá de ser votado mais uma vez na Câmara, que aprovou por margem apertada a primeira versão da "lei grande e linda" — como é chamada pelo presidente — em maio.

A articulação entre líderes republicanos ontem foi marcada por desencontros. A porta-voz da Casa Branca, Karoline Leavitt, disse que Trump se reuniu com o presidente da Câmara, Mike Johnson, e com Thune, porém um porta-voz do líder da maioria negou o encontro. Posteriormente, um funcionário da Casa Branca disse que a conversa aconteceu por telefone.

Republicanos afirmam que o projeto é crucial porque evitaria um grande aumento de impostos após dezembro, quando expiram os benefícios fiscais aprovados em 2017, durante o primeiro mandato de Trump. O projeto inclui cerca de US$ 4,5 trilhões em cortes de impostos.

As alíquotas e faixas de impostos atualmente em vigor se tornariam permanentes com o projeto, que também adicionaria, de forma temporária, novos incentivos fiscais prometidos por Trump durante a campanha, como a isenção de impostos sobre gorjetas e pagamento de horas extras e a possibilidade de deduzir os juros de certos empréstimos para automóveis. Para compensar parcialmente os custos, o projeto prevê grandes cortes em programas de assistência social.

Mas alguns republicanos questionam o aumento de gastos que a proposta deverá causar no orçamento federal. O projeto em tramitação no Senado adicionaria pelo menos US$ 3,3 trilhões à dívida nacional na próxima década, de acordo com levantamento do Escritório de Orçamento do Congresso (CBO, na sigla em inglês).

A crítica ao projeto foi endossada pelo bilionário Elon Musk, que questionou os aumentos de gastos federais.

"Todo membro do Congresso que fez campanha prometendo reduzir os gastos do governo e, em seguida, votou imediatamente pelo maior aumento da dívida da história deveria abaixar a cabeça de vergonha!", publicou Musk no X. "E eles vão perder as primárias no ano que vem, nem que essa seja a última coisa que eu faça neste mundo."

Musk disse ainda que o projeto em tramitação aumentaria a dívida americana em US$ 5 trilhões e acusou o país de viver um regime de "partido único", defendendo a criação de uma nova legenda.

Cúpula da Otan não pode mascarar apuros da Ucrânia

Gideon Rachman
Financial Times

"O papai está em casa", proclamou a Casa Branca, saudando o retorno de Donald Trump do encontro de cúpula da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan, a aliança militar ocidental) na semana passada. A publicação foi uma referência — em tom ao mesmo tempo triunfal e zombador — à forma como Trump foi chamado por Mark Rutte, secretário-geral da Otan. Rutte pode considerar que se rebaixar é um preço baixo a pagar para manter a aliança. E os líderes europeus pareceram ter saído em grande medida satisfeitos.

Os temores de que o presidente dos EUA abandonasse o encontro — ou mesmo a própria aliança — não se materializaram. Todos os membros europeus da Otan agora se comprometeram a gastar 5% do PIB na área de defesa — que foi definida em termos amplos.

O fato de a reunião de cúpula da Otan ter ocorrido logo após os ataques militares dos EUA ao Irã também mudou a atmosfera. Trump chegou de bom humor e sua disposição de bombardear a instalação nuclear de Fordow, aliviou os receios europeus de que ele sempre evitaria o uso da força. Trump também teve uma reunião amigável com Volodymyr Zelensky, da Ucrânia, o que reparou parte do dano causado após o desastroso encontro em fevereiro.

Ainda assim, embora o cenário esteja melhor para a Ucrânia no terreno diplomático, a guerra em si parece estar piorando. Alguns líderes da Otan temem que a situação na linha de frente possa se deteriorar seriamente no quarto trimestre. Isso seria muito mais significativo do que quaisquer compromissos assumidos pela Otan. Avaliações militares indicam que tanto as Forças Armadas russas quanto as ucranianas estão próximas do ponto de exaustão. No entanto, enquanto a Rússia provavelmente pode manter o nível atual de operações por mais um ano, a Ucrânia pode chegar a um ponto de ruptura em seis meses — caso não receba novos apoios militares substanciais.

Após a reunião positiva entre Zelensky e Trump, há esperanças de que Kiev receba mais suprimentos dos EUA de sistemas de defesa antimísseis Patriot, além de foguetes de artilharia Himars. Com as defesas aéreas da Ucrânia sobrecarregadas, os Patriots são de extrema necessidade. Trump, entretanto, como sempre, foi vago sobre o fornecimento de novas munições — e poderia facilmente mudar de ideia ou esquecer o assunto.

Há também algumas carências — em particular, o número de soldados ucranianos — que os aliados ocidentais do país não têm como solucionar. Estima-se que a Rússia já tenha perdido mais de 1 milhão de soldados, mortos ou feridos, no conflito. No entanto, as perdas ucranianas também foram pesadas, e a população da Rússia é cerca do quádruplo da ucraniana.

O aumento da intensidade dos ataques de mísseis russos a Kiev e outras cidades ucranianas também abala o moral ucraniano. Sem um horizonte claro de vitória — ou ao menos de fim da guerra — um sentimento de desesperança ameaça tomar conta do país.

A mudança de humor dentro do governo ucraniano está refletida na urgência com que agora pede um cessar-fogo. Há um ou dois anos, isso seria considerado derrotismo. Agora, esses pedidos são feitos com insistência cada vez maior em reuniões a portas fechadas.

No entanto, entre as autoridades europeias, poucos creem que a Rússia esteja disposta a aceitar uma trégua. Um oficial bem posicionado acredita que o objetivo central da Rússia agora é tomar Odessa — cidade tida por Vladimir Putin como historicamente russa. Sem Odessa, a Ucrânia perderia o acesso a seu principal porto.

A opinião geral já mostrou estar errada muitas vezes nesta guerra, mas se o crescente pessimismo entre aqueles que acompanham a guerra na Ucrânia de perto estiver justificado, então qualquer sentimento de otimismo gerado pela cúpula da Otan pode esvaecer-se em breve. O secretário-geral da Otan é conhecido por sua natureza otimista e pelo sorriso permanente. No entanto, até Rutte poderia encontrar dificuldade para continuar sorrindo até o fim do ano.

Juíza dos EUA tira controle de petrolífera da Argentina

Agências internacionais

Um tribunal dos EUA ordenou que a Argentina entregue sua participação majoritária da estatal Yacimientos Petrolíferos Fiscales (YPF) como pagamento parcial de US$ 16 bilhões em um processo contra a reestatização da empresa, conduzida pela ex-presidente Cristina Kirchner em 2012.

A juíza federal Loretta Preska, de Nova York, deu um prazo de 14 dias para que o país realize a transferência de 51% das ações da empresa, em mãos dos governos federal e provinciais do país, para uma conta de custódia internacional.

Em 2023, a mesma juíza entendeu que a reestatização violou o estatuto da companhia. O processo está em fase de recursos, mas a falta de garantias por parte da Argentina fez com que a juíza ordenasse a execução imediata da sentença, antes do julgamento da apelação.

Israel retoma foco na Faixa de Gaza



Novos ataques das Forças Armadas de Israel deixaram ontem pelo menos 67 mortos em toda a Faixa de Gaza, incluindo 30 vítimas que estavam em um café alvo de bombardeios. Outras 22 pessoas morreram enquanto buscavam obter doações humanitárias. No sul do enclave, as forças israelenses mataram 11 civis que buscavam alimentos. As forças israelenses admitiram ter ferido civis palestinos que buscavam ajuda humanitária. O presidente americano, Donald Trump, anunciou ontem que receberá na segunda-feira uma nova visita do premiê de Israel, Benjamin Netanyahu. Trump pressiona seu aliado israelense por uma trégua na Faixa de Gaza. Na foto, visão da praia do interior de café destruído por ataques israelenses.

Eufrázio

Valor ECONÔMICO

Argentina tem desafios como atrair dólares para reservas

A Argentina tem chamado a atenção pelos resultados obtidos pelo presidente Javier Milei, que promoveu um ajuste fiscal sem precedentes em tempos de paz, estabilizou o câmbio e reduziu drasticamente a inflação. Esses avanços garantiram um novo programa de crédito de US$ 20 bilhões do FMI, que deu tranquilidade aos investidores quanto à solvência do país. Não obstante, a Argentina ainda enfrenta desafios significativos, como reservas internacionais líquidas baixas e crescente déficit em conta corrente. Alguns dados recentes levantam dúvidas quanto à retomada da economia.

O Produto Interno Bruto (PIB) argentino cresceu menos que o esperado no primeiro trimestre, com a retomada das importações, juntamente com a queda nas exportações e nos gastos do governo, desacelerando a recuperação do país, segundo informou o Instituto Nacional de Estatística e Censos (Indec) na semana passada. Em relação ao quarto trimestre de 2024, o PIB argentino cresceu 0,8%, bem abaixo da expansão de 2% e de 3,9%, respectivamente, registradas no quarto e no terceiro trimestres do ano passado. Em termos anuais, o PIB argentino cresceu 5,8% no primeiro trimestre, resultado que ficou aquém da projeção de 6,1% feita com base nos dados mensais de atividade.

O desemprego e a informalidade cresceram durante o governo Milei: o desemprego passou de 5,7% no quarto trimestre de 2023 para 7,9% no primeiro trimestre deste ano (1,8 milhão de pessoas), enquanto a informalidade subiu para 42%, segundo dados do Indec.

E apesar das reformas implementadas em abril — incluindo a adoção de uma taxa de câmbio flutuante administrada, a eliminação de restrições à compra e transferência de dólares para o exterior por residentes e a autorização para empresas e investidores estrangeiros transferirem dividendos e lucros de investimentos sob certas condições — o Morgan Stanley Capital International (MSCI) manteve a classificação da Argentina como "mercado independente" ("standalone market"), seu nível mais baixo, argumentando que as "principais limitações para investidores estrangeiros permanecem". O MSCI sequer incluiu a Argentina na lista de países com potencial de serem reclassificados como "de fronteira" ou "emergentes" em 2026.

Porém, é importante deixar claro que o sucesso do programa é inegável, mas um dos principais problemas se mantém: a falta de reservas internacionais.

Havia grande expectativa de que Milei teria de fazer uma desvalorização maior do peso quando acabou com a maior parte das restrições externas, após renegociar o acordo com o FMI e receber US$ 12 bilhões logo depois. O câmbio paralelo (blue) hoje está apenas 0,6% acima do oficial, um feito, ajudado também pela "anistia" para que os argentinos trouxessem seus dólares para a Argentina ou os tirassem do colchão — sem precisarem explicar sua origem, qualquer que fosse.

O acordo com o FMI previa um aumento gradativo das reservas internacionais. Uma missão foi a Buenos Aires avaliar o desempenho, e o governo argentino pensa em pedir um "waiver" pelo descumprimento desse ponto. Ele, porém, não é secundário.

O dólar ficou "barato" para os argentinos, que passaram a viajar mais ao exterior, ao mesmo tempo em que as importações caíram de preço. O resultado é que o déficit em conta corrente foi de US$ 5,2 bilhões pela combinação principal dos dois fatores. Segundo o Indec, mais de 6,7 milhões de argentinos foram ver o mundo nos primeiros cinco meses do ano, enquanto a Argentina tornou-se cara demais para atrair turistas, cujo fluxo diminuiu muito. Houve um déficit de US$ 3,46 bilhões na rubrica viagem no primeiro trimestre, em serviços. As importações, antes represadas por muitos mecanismos burocráticos, aumentaram, e o saldo da balança comercial em maio caiu para apenas US$ 608 milhões. As exportações caíram 7,4%, enquanto as compras externas cresceram 29,4%.

Como resultado dessa dinâmica, a equipe econômica argentina estima que o déficit em conta corrente deve atingir 2% do PIB este ano, bem acima da meta de 0,4% estabelecida no acordo com o FMI. Porém, o governo argentino minimiza esse déficit argumentando que isso "é algo absolutamente esperado" em um "país que cresce a uma taxa anual de 6%".

Não há muitas formas de obter dólares para as reservas. O país precisa aumentar o superávit comercial, e a valorização do peso argentino — que foi uma ferramenta para derrubar uma inflação muito alta para 1,5% ao mês em maio — tira a competitividade das exportações e aumenta a das importações. Outra maneira seria atrair volumosos investimentos diretos para o país, o que pode ocorrer no futuro se as deficiências da economia argentina, que começaram a ser sanadas, forem reduzidas. Os investimentos em portfólio, de curto prazo, podem fazer alguma diferença, mas eles serão contidos pelo rating ainda baixo do país, que não se livrará tão cedo da imagem dos vários calotes que protagonizou.

Milei conseguiu muito até agora, especialmente porque seu partido é minúsculo e não tem força no Congresso. Para levar adiante as reformas, precisará de bom desempenho nas eleições legislativas, e os indícios para ele são promissores, por enquanto. Mas o nó que amarra a economia argentina ainda não foi desatado.

GRUPO GLOBO

Conselho de Administração
Presidente: João Roberto Marinho
Vice-presidentes: José Roberto Marinho e Roberto Irineu Marinho

Valor
é uma publicação da Editora Globo S/A
Diretor Geral: Frederic Zoghaib Kachar
Diretora de Redação: Maria Fernanda Delmas
Princípios editoriais do Grupo Globo

Editor-executivo de Opinião: José Roberto Campos
Editores-executivos: Catherine Vieira, Fernando Torres, Robinson Borges, Sergio Lamucci, Zínia Baeta
Sucursais: Brasília: Fernando Exman; Rio: Francisco Góes
Editores de Núcleo: Empresas: Mônica Scaramuzzo; Finanças: Talita Moreira
Editores: Agronegócios: Patrick Cruz; Brasil: Eduardo Belo; Carreira: Stela Campos; Cultura: Hilton Hida
Internacional: Roberto Lameirinhas; Legislação & Tributos: Arthur Carlos Rosa; Política: Marcello Corrêa; Projetos Especiais: Célia Rosemblum; S.A.: Nelson Niero; Tendências & Tecnologia: Cynthia Malta; Valor Online: Paula Cleto; Valor PRO: Roberta Costa; Visual Multiplataformas: Luciano Alencar
Repórteres Especiais: Adriana Mattos, Alex Ribeiro (Brasília), Cesar Felício, Daniela Chiaretti, Fernanda Godoy, Fernando Guimarães, João Luiz Rosa
Lu Aiko Otta, Marcos de Moura e Souza, Maria Cristina Fernandes, Murillo Camarotto
Correspondente internacional: Assis Moreira (Genebra)
Correspondentes nacionais: Cibelle Bouças (Belo Horizonte), Marina Falcão (Recife)
Valor Data Coordenador: William Volpato
Valor Investe Editora: Daniele Camba
Pipeline Editora: Maria Luíza Filgueiras
Valor International Editor: Samuel Rodrigues
Nova Globo Rural Editor-executivo: Cassiano Ribeiro

Valor PRO / Diretor de Negócios Digitais Tarcísio J. Bezerril Jr.
Para assinar o serviço em tempo real Valor PRO: faleconosco@valor.com.br ou 0800-003-1232

Filiado ao IVC (Instituto Verificador de Comunicação) e à ANJ (Associação Nacional de Jornais)
Valor Econômico Rua Gerivatiba 207 - 12º e 13º andares - Butantã - São Paulo - SP - CEP 05501-030. Telefone 0 xx 11 3767 1000

Departamentos de Publicidade Impressa e On-line
SP: Telefone 0 xx 11 3767-7955, RJ 0 xx 21 3521 1414, DF 0 xx 61 3717 3333
Legal SP 0 xx 3767 1325. Redação 0 xx 11 3767 1000. Endereço eletrônico www.valor.com.br
Sucursal de Brasília SCN Quadra 05 Bloco A-50 – Brasília Shopping – Torre Sul – sala 301 – 3º andar – Asa Norte – Brasília/DF - CEP 70715-900
Sucursal do Rio de Janeiro Rua Marquês de Pombal, 25 – Nível 2 – Bairro Cidade Nova – Rio de Janeiro/RJ – CEP 20230-240

Publicidade - Outros Estados

Para contratação de assinatura e atendimento ao assinante, entre em contato pelos canais:
Call center 0800 7018888, whatsapp e telegram (21) 4002 5300. Portal do assinante: portaldoassinante.com.br. Para assinaturas corporativas e-mail: corporate@valor.com.br
Aviso: o assinante que quiser a suspensão da entrega de seu jornal deve fazer esse pedido à central de atendimento com 48 horas de antecedência

Preço da nossa assinatura anual (impresso + digital) para as regiões Sul e Sudeste: R$ 1.858,80 ou R$ 154,90 mensais. Demais localidades, consultar o Atendimento ao Assinante. Tel: 0800 7018888.

CARBON FREE

O poder Judiciário pode ser um vetor de transformação sustentável. Por **Maria Tereza Uille Gomes**

Freio à grilagem de terras e resposta à crise climática

A desigualdade territorial brasileira tem raízes profundas. A ausência de governança fundiária não só favorece conflitos no campo, como impede o avanço de políticas públicas essenciais, como acesso à moradia, regularização urbana, preservação ambiental, equilíbrio climático e segurança jurídica nos negócios rurais e urbanos.

O Brasil, não conta com uma base de dados integrada, confiável e atualizada que permita visualizar o mosaico do território municipal de forma coordenada e integrada entre registros públicos e cadastros administrativos, indexando dados da Justiça, cartórios, União, Estados e municípios, o que dificulta a visualização de quem são os proprietários de terras públicas e privadas em cada município.

Foi nesse cenário que, enquanto conselheira do CNJ (2.017 a 2.021), por designação da Presidência do CNJ coordenei a criação e instalação do Laboratório de Inovação, Inteligência e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (LIODS/CNJ). O Laboratório funcionou como um ambiente de criatividade a partir dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030, visando a desjudicialização, prevenção de litígios, análise de litígios de grande repercussão social, econômica e ambiental, com vistas a construção de soluções concretas, envolvendo os tribunais, as corregedorias, magistrados, técnicos do Judiciário, notários e registradores do extrajudicial, convidados externos, como órgãos estatísticos, fundiários, de outros órgãos públicos e representantes da sociedade civil.

Das dezenas de laboratórios, um deles, de grande repercussão, nasceu na Bahia, a partir da atuação do plenário do CNJ que julgou um caso envolvendo grilagem de terras na Bahia, com repercussão administrativa no conteúdo das matrículas de imóveis rurais e posteriormente com medidas judiciais adotadas pelo Superior Tribunal de Justiça, na conhecida Operação Faroeste. Este caso é conhecido como o maior caso de grilagem de terras no Brasil.

Com base nas irregularidades administrativas constatadas nas matrículas dos imóveis, localizados em dois municípios da Bahia, no processo que atuei como relatora no plenário, instaurei, à época, o Laboratório de Inovação LIDOS CNJ para dialogar com a corregedoria local e com os representantes do cartório extrajudicial, para com base nele, desenharmos as bases de um modelo metodológico com dados estruturados, a partir da gênese das matrículas dos imóveis em 2 municípios, de caráter preventivo e replicável, e que propus o nome de Inventário Estatístico do Registro Imobiliário — IERI.

O resultado concreto desse esforço institucional, que após o término do mandato como conselheira passou a ser conduzido pela corregedoria do Conselho Nacional de Justiça acabou se transformando, recentemente, em ato normativo.

O Provimento nº 195/2025 da lavra do eminente corregedor nacional de Justiça do CNJ, ministro e conselheiro Mauro Campbell, a partir do trabalho desenvolvido em equipe, foi publicado no "Diário da Justiça Eletrônico" em junho deste ano, e alterou o Código Nacional de Normas para implantar duas ferramentas inéditas no país: o Inventário Estatístico Eletrônico do Registro de Imóveis (IERI-e) e o Sistema de Informações Geográficas do Registro de Imóveis (SIG-RI).

Essas ferramentas não apenas promovem a digitalização e interoperabilidade dos registros imobiliários — como também tornam possível, pela primeira vez, a formação gradativa de um verdadeiro "mosaico digital" do território nacional, a partir da realidade de cada município. É imprescindível conhecer o município a partir dos dados do registro imobiliário.

Com georreferenciamento obrigatório, padronização de dados e saneamento de irregularidades, será possível, de forma gradativa, com base na experiência que surgiu na Bahia, aperfeiçoar os mecanismos cartoriais, integrar cadastros administrativos do poder Executivo com registros públicos na base de dados do poder Judiciário e identificar sobreposição de matrículas, áreas públicas invadidas, lacunas, fraudes e grilagem de terras.

Por trás dessas medidas está um objetivo que transcende o direito registral: criar a infraestrutura jurídica necessária para uma governança territorial moderna, eficiente e transparente. Isso inclui prevenção à grilagem de terras e fraudes imobiliárias; suporte à regularização fundiária e habitação social; apoio a políticas ambientais, proteção do clima e zoneamento ecológico-econômico; promoção da paz social no campo; fortalecimento das garantias do crédito fundiário, hipotecário e um novo horizonte para o mercado de crédito de carbono no Brasil.

A relevância desse avanço se amplia quando inserida no contexto da agenda climática. O Instituto Clima, Inovação e Tecnologia, tem defendido que não há justiça climática sem governança fundiária. A proteção de biomas como a Amazônia Legal e o Cerrado, por exemplo, depende da capacidade de identificar a titularidade e os limites dos imóveis registrados, coibindo desmatamentos ilegais e ocupações fraudulentas. Se por um lado o Brasil assinou compromissos internacionais de redução de emissões e remoção do estoque de carbono, por outro ainda convive com realidades locais em que terras públicas nos municípios são invadidas ou transformadas em papéis sem nenhum tipo de validade ou segurança jurídica.

O Provimento 195/2025, inspirado diretamente nas práticas do LIODS, representa um divisor de águas nesse cenário. Mais do que inovação tecnológica, trata-se de inovação e fortalecimento institucional do poder Judiciário em favor da sociedade.

Esse é um exemplo concreto de como o poder Judiciário, mesmo sem o protagonismo tradicional em temas ambientais, pode ser vetor de transformação sustentável. Uma governança fundiária eficaz não é apenas uma pauta do poder Judiciário e dos cartórios extrajudiciais: é uma agenda de Estado, é uma agenda prioritária para o Estado Brasileiro no mundo global.

Maria Tereza Uille Gomes é advogada, é Presidente do Instituto Clima, Inovação e Tecnologia, foi Conselheira do Conselho Nacional de Justiça por 4 anos e Coordenou o LIODS/CNJ.

Eufrázio

As raízes socioeconômicas do Trumpismo

Luiz Gonzaga Belluzzo



Avaliado em seus próprios termos e objetivos, o projeto iluminista da Liberdade, Igualdade e Fraternidade, está fazendo água diante da alucinante e alucinada competição entre as lideranças contemporâneas e seus asseclas para mergulhar o planeta nos esgotos da barbárie.

O filósofo Fredric Jameson, no livro "A Cultura do Dinheiro" já advertia no início do milênio: "Os quatro pilares ideológicos, jurídicos e morais do alto capitalismo — constituições, contratos, cidadania e sociedade civil — são, hoje, vadios maltrapilhos, mas sempre lavados, barbeados e vestidos com roupas novas para esconder sua verdadeira situação de penúria". Não podemos colher outro ensinamento dos embates travados por Trump para tornar a América Grande Outra Vez.

Peço licença ao leitor para retomar considerações a respeito da Grande América, o país que emergiu dos sofrimentos das Grande Depressão e da Segunda Guerra Mundial.

O imaginário político predominante no New Deal tinha uma visão progressista acerca do papel a ser exercido pelos Estados Unidos. Em claro antagonismo com as práticas das velhas potências, os Estados Unidos — tomando em conta o seu auto-interesse de forma esclarecida — se empenharam na reconstrução europeia e apoiaram as lutas pela descolonização.

É oportuno registrar as origens do projeto político, social e econômico que presidiu os avanços do pós-guerra. Discursando no Congresso do Partido Democrata em 1936 Franklin D. Roosevelt denunciou os poderes da oligarquia financeira no controle da sociedade e da economia.

"Era natural e talvez humano que os príncipes privilegiados dessa nova dinastia econômica, sedentos por poder, tentem alcançar o controle do próprio governo. Eles criaram um despotismo e o embrulharam nos vestidos de sanções legais. Em seu serviço, novos mercenários procuraram regimentar o povo, seu trabalho e sua propriedade."

Essa turma está de volta. Donald Trump entusiasmado com favores e poderes da oligarquia encarregou seus auxiliares de cortar os direitos sociais e econômicos de seus cidadãos em nome da eficiência dos mercados.

Daron Acemoglu escreveu no Project Syndicate: "nos Estados Unidos, o status tornou-se firmemente ligado ao dinheiro e à riqueza durante a Revolução Industrial, e a desigualdade de renda e riqueza disparou como resultado. Embora tenha havido períodos em que a intervenção governamental buscou reverter a tendência, a sociedade americana sempre foi estruturada em torno de uma hierarquia de status íngreme."

Nos idos de 2018, Martin Wolf, editor do "Financial Times", denunciou as manobras de Donald Trump para implodir a ordem mundial. "São características destacadas do comportamento de Trump suas invenções, sua autocomiseração e sua prática da intimidação: os outros, inclusive os aliados históricos, "estão zombando de nós" em relação ao clima ou "nos enganando" em relação ao comércio exterior. A União Europeia, argumenta ele, "foi implantada para tirar proveito dos EUA, certo? Não mais... Esse tempo acabou".

Os deserdados da civilidade simulam retidão moral para praticar as brutalidades dos homens de bem

Trump exprime o declínio dos valores e das ideias que inspiraram os Estados Unidos na construção da chamada ordem mundial do pós-guerra. Terminado o conflito, as forças vitoriosas, democráticas e antifascistas trataram de criar instituições destinadas a impedir a repetição da desordem destrutiva que nascera da rivalidade entre as potências e da economia destravada.

A civilização ocidental, disse Gandhi, teria sido uma boa ideia. Imaginei, santa ingenuidade, que as batalhas do século XX, além do avanço dos direitos sociais e econômicos, tivessem finalmente estendido os direitos civis e políticos, conquistas das "democracias burguesas", a todos os cidadãos. Mas, talvez estejamos numa empreitada verdadeiramente subversiva em seu paradoxo: a construção da República dos Bárbaros. Uma novidade política engendrada nos porões da inventividade contemporânea, regime em que as garantias republicanas recuam diante dos esgares da máquina movida pela "tirania das boas intenções".

Os deserdados da civilidade simulam retidão moral para praticar as brutalidades dos homens de bem. Os direitos individuais e os valores da modernidade são tragados no redemoinho do moralismo particularista e exibicionista dos amorais. Trump exibiu de forma contundente o papel do ultraje pessoal na avacalhação do debate público. A ofensa pessoal desqualificadora usada como argumento e a resposta no mesmo tom são instrumentos da brutalização das consciências.

Perorando diante de uma plateia com algumas milhares de pessoas na terça-feira em Michigan, Trump usou abusou de sua contundência antirrepublicana e imprecou contra o judiciário americano, referindo-se a juízes como comunistas.

"Não podemos permitir que um punhado de juízes comunistas, de extrema esquerda, obstruam a aplicação de nossas leis e assumam os deveres que pertencem exclusivamente ao presidente dos EUA", afirmou. "Os juízes estão tentando tirar o poder dado ao presidente para manter nosso país seguro."

Os projéteis disparados no debate ganharam impulso nos Facebooks, Twitters e Instagrams da vida. Os impropérios lançados das plataformas da arrogância não atingiram apenas os dois debatedores, mas maltrataram impiedosamente os princípios elementares da convivência civilizada. Os tecladistas alcançam a proeza de cometer cinco atentados contra os adversários numa frase de 12 palavras.

Bárbaros do teclado, como Trump e assemelhados, manejam com desembaraço a técnica das oposições binárias, método dominante nas modernas ações e interações entre os participantes das redes. Nos comentários da internet, vai "de vento em popa" o que Herbert Marcuse chamou de "automatização psíquica" dos indivíduos. Os processos conscientes são substituídos por reações imediatas, simplificadoras e simplistas, quase sempre grosseiras, corpóreas.

O que aparece sob a forma farsista de um conflito entre o bem e o mal, está objetivado em estruturas que enclausuraram e deformam as subjetividades exaltadas. A indignação individualista e os arroubos moralistas são expressões da impotência que, não raro, se metamorfoseia em desvario autoritário.

Luiz Gonzaga Belluzzo, ex-secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, é professor titular do Instituto de Economia da Unicamp, escreve mensalmente às terças-feiras. Em 2001, foi incluído entre os 100 maiores economistas heterodoxos do século XX no Biographical Dictionary of Dissenting Economists.

É preciso restaurar os níveis de confiança nas nossas instituições. Por **Carolina Junqueira**

Fora da Ordem

Confesso que nunca li o livro mais bonito da minha estante. Comprei o exemplar pela estética: uma edição de capa dura, azul-marinho, ilustrada com um globo cartográfico ao centro e letras douradas que enunciam o título: "World Order", no original. Nele o controverso diplomata norte-americano Henry Kissinger, morto aos 100 anos em 2023, reflete sobre as nações, o curso da história e a ordem mundial.

Quando, recentemente, me mudei para uma nova casa, reencontrei o calhamaço empoeirado, perdido em meio à bagunça das caixas. Me perguntei por que aquele livro me intimidava. Insegurança intelectual? Preguiça? Talvez. No fim, cheguei à conclusão de que entender a ordem mundial, nos dias de hoje, é tarefa complicada demais — eu não seria capaz. Concluí a organização da estante cantarolando Caetano — "alguma coisa está fora, fora da nova ordem mundial" — e continuei ostentando o livro não lido na prateleira.



O verdadeiro teste para uma solução de um problema ou conflito não estaria na satisfação absoluta, mas na insatisfação equilibrada — um princípio clássico da diplomacia que serve também aos desafios atuais da governança contemporânea

Enquanto assisto à história dos nossos tempos sendo escrita em multiplataformas de mídia, me dá vontade de ouvir o refrão de "Fora da Ordem" de novo. Sei que não estou sozinha nessa perplexidade diante das transformações geopolíticas, comportamentais, tecnológicas e institucionais que vivemos. Da ansiedade à histeria, poderia enumerar os efeitos que os eventos contemporâneos vêm causando, mas me atenho a um: a enorme crise de confiança que estamos vivendo.

Quem sou eu para falar de geopolítica? Atrevo-me a divagar sobre a ordem mundial, apoiada apenas pela experiência de quem cresceu em uma cidade prosaica no interior de Minas Gerais. Para mim, a Constituição de 88, a queda do Muro de Berlim e o Plano Real pareciam eventos corriqueiros, que se sucediam como se seguissem a ordem natural das coisas. Na verdade, mal me lembro desses acontecimentos. Mas me lembro como se fosse hoje do momento em que Roberto Baggio isolou aquela bola e eu corri eufórica para a rua para comemorar a Copa de 94, a primeira da minha vida.

Como cultivar confiança quando as instituições como conhecemos estão em xeque? Quando o Brasil quase não foi pra Copa? Quando estamos a beira de uma terceira grande guerra?

Mas... no amor ou na guerra, é preciso confiar. Não existe sociedade possível sem confiança. O historiador e filósofo israelense Yuval Harari argumenta, em sua obra-prima "Sapiens: Uma Breve História da Humanidade", que a capacidade de acreditar em coisas não naturais — como dinheiro, governo e leis — é o que garantiu o sucesso evolutivo da espécie humana. A confiança é civilizatória. Naturalmente, os gatekeepers das instituições ao redor do mundo estão observando essas transformações com preocupação. No último encontro do Fórum Econômico Mundial, em Davos, um dos cinco temas centrais da agenda foi "Como restabelecer a confiança". Na mesma ocasião, a Edelman, uma das maiores firmas de comunicação do mundo, publicou seu relatório anual que mede os níveis gerais de confiança global. Os dados, embora alarmantes, indicam possíveis caminhos a seguir. A principal conclusão é que, nos últimos 25 anos, uma série de falhas institucionais provocou o que eles definem como um profundo ressentimento da sociedade em relação a governos, corporações, mídia e terceiro setor — corroendo a confiança nessas instituições. A pesquisa incluiu 28 países com realidades sociopolítico-econômicas bastante diferentes, indicando uma tendência global.

Por outro lado, os dados apontam que as corporações possuem "licença para atuar", o que significa que ainda são vistas como agentes competentes para agir em prol da sociedade. Embora fique explícito que empresas não podem — e nem devem — assumir o papel de governos na resolução de problemas intrinsicamente públicos, o setor privado tem legitimidade para liderar a recuperação da confiança nas instituições, seja por capacidade técnica ou econômica. O CEO, por exemplo, é visto como alguém com permissão para agir, capaz de gerar impacto. Sua influência, no entanto, não é medida pelo poder emanado pelo cargo, mas pela sua capacidade de compreender as necessidades sociais.

A BlackRock, maior administradora de ativos do mundo, foi uma das grandes responsáveis por cunhar o termo ESG em Wall Street. Ao defender expressamente métricas socioambientais como estratégia de investimento, a gestora estabeleceu padrões sem precedentes para o mercado, em um movimento emblemático que influenciou diversas indústrias nos últimos cinco anos. Larry Fink, o CEO da BlackRock, causou igual alvoroço quando, em março de 2025, em meio a um cenário de crescente tensão política, assinou a tradicional carta anual endereçada ao mercado, abandonando o termo. Diante da repercussão, Fink evitou confrontar diretamente as iniciativas e adotou um tom conciliatório, propondo eufemismos, tais como "capitalismo de stakeholders" e "pragmatismo energético". Pra quem sabe ler, um pingo é letra.

Durante a euforia em torno do ESG, o foco se voltou às iniciativas ambientais e sociais. Compreensível, considerando-se a urgência dos problemas. O G completava a tríade, mas, a bem da verdade, aparecia em discussões periféricas, quase sempre burocráticas.

Esse cenário mudou. Diante da complexidade atual, instituições não podem mais se dar ao luxo de não se organizar. Mesmo as que cederam às pressões para abandonar práticas socioambientais estão investindo em governança. E não na tal governança burocrática, que se limitava a falar da diversidade — para muitos, cotas — nos conselhos. Mas na governança moderna, que se dedica a criar estruturas para a tomada de decisão.

Paradoxalmente, em meio ao backlash do ESG, o "G" — da Governança — ganhou espaço. Novos cargos, como o chief of staff e o diretor de estratégia, tornaram-se mais comuns nas organizações. Ser membro de um Conselho, virou aspiração. O mercado rapidamente percebeu que uma gestão robusta do negócio exige mecanismos de articulação transversal.

O G da Governança extrapola a governança societária stricto sensu: o debate regulatório demanda conhecimentos técnicos sofisticados; a guerra cibernética exige gestão rigorosa dos riscos digitais e da proteção de dados pessoais; a nova lógica tarifária demanda estratégias comerciais mirabolantes; a polarização política requer posicionamentos institucionais equilibrados. Para completar, a inteligência artificial faz tremer todas as estruturas.

Não li as 500 páginas de "World Order", mas li uma em especial que me marcou: nela, Kissinger antecipa o atual conflito entre Rússia e Ucrânia, antes mesmo de sua eclosão. Ao analisar o cenário, afirmou que seria essencial compreender a psicologia russa. Propôs então alguns "princípios — e não fórmulas" para evitar o confronto iminente. Concluiu dizendo que o verdadeiro teste para uma solução não estaria na satisfação absoluta, mas na insatisfação equilibrada — um princípio clássico da diplomacia que serve também aos desafios da governança contemporânea. O cenário hoje requer que os agentes da governança, compreendam contextos históricos, dominem a arte da negociação, busquem cooperação e promovam reconciliação. Precisam, sobretudo, restaurar os níveis de confiança nas nossas instituições. E, assim, como verdadeiros diplomatas, podem, talvez, contribuir para a ordem mundial.

Carolina Junqueira é diretora de Riscos e Compliance do Grupo Globo

Frase do dia

"Barreiras e tarifas muitas vezes são usadas como instrumentos de chantagem".

De Emmanuel Macron, presidente da França, que em discurso na Espanha faz referência à difícil negociação comercial entre a União Europeia e os EUA, de Donald Trump

Cartas de Leitores

Coluna

A promiscuidade entre políticos, empresários, juízes, reguladores e regulados em Brasília — conforme a coluna de Bruno Carazza (**Valor**, 30 de junho) — é a constatação da afirmação de Nelson Rodrigues nos anos 60: "em Brasília não há tem inocentes; todos são cúmplices".

Vital Romaneli Penha
vitalromaneli@gmail.com

IOF

Sem dúvida ao judicializar a derrubada do IOF pelo congresso, o Executivo testa sua força perante o STF, não sem antes demonstrar sua incapacidade de negociar. Com a decisão de judicializar a questão o governo vai pagar pra ver e pode escalar uma guerra onde deverá enfrentar outros embates pela frente. Já diz o ditado quem procura acha. Resta saber se o achado vai selar a paz ou instaurar a guerra.

Izabel Avallone
izabelavallone@gmail.com

Democracia

Aristóteles postulava que o homem é um animal político. Verdade corroborada pelo fato de que, mesmo em reduzida quantidade de seres interativos, é certo o aparecimento de alguma estrutura de poder, o que torna natural a emergência de poucos agentes humanos capacitados a comandar a maioria, graças a características de liderança ajustadas a cada situação. Com o aumento da complexidade do mundo, porém, o exercício do poder tornou-se mais complexo e os dirigentes tiveram que se dedicar de modo integral à missão, o que tornou imprescindível uma remuneração que lhes assegurasse a subsistência. Este, em linhas bem gerais, é o esquema vigente em muitos Estados organizados do mundo.

No Brasil, porém, um país extremamente desigual, ele inchou maligna e superlativamente. Os nossos políticos profissionais que povoam Brasília, onde opera um Executivo perdulário e talvez o mais caro Parlamento do mundo, que agitam as Assembleias dos Estados, muitos deles falidos e que circulam nas prefeituras municipais das maiores metrópoles, formam a segunda mais bem paga categoria do país, só perdendo para o contingente do Judiciário. Trata-se de aparato obviamente mantido pelos contribuintes, por sua vez massacrados por impostos escorchantes. É lícito adaptar a este cenário insólito a frase do estrategista da campanha presidencial de Bill Clinton (É a Economia, estúpido!): "É a Democracia, estúpido!"

Paulo Roberto Gotaç
pgotac@gmail.com

Apagão

A falta de recursos já impõe sinais de apagão na estrutura do governo, como informa as agências reguladoras e outras estruturas governamentais. Dar solução a tal triste realidade, é uma necessidade urgente do atual governo, para que a nossa sofrida população não venha, no futuro à nossa frente, sofrer mais danos do já está sofrendo.

José de Anchieta Nobre de Almeida
josenobredealmeida@gmail.com

Correspondências para Rua Gerivatiba 207 - 12º e 13º andares - Butantã - São Paulo - SP - CEP 05501-030, ou para cartas@valor.com.br, com nome, endereço e telefone. Os textos poderão ser editados.

Especial



Clientes comem em unidade em São Petersburgo do Vkusno i tocha, o McDonald's russo, que agora atende 2 milhões de pessoas por dia e viu sua receita anual crescer 20% na comparação anual

Guerra na Ucrânia Marcas russas que assumiram negócios estrangeiros colhem lucros de uma onda de consumo e lutam para manter mercado sem concorrência externa

McDonald's 'fake' faz lobby para Putin vetar retorno de empresas ocidentais

Courtney Weaver e Max Seddon
Financial Times, de Berlim

O executivo-chefe de uma rede russa de hambúrgueres alertou o presidente Vladimir Putin, em um evento recente, sobre os perigos existentes para os negócios da empresa se o McDonald's, sua antiga controladora, exercer o direito de recomprá-la.

"Se a marca voltar, os sistemas de tecnologia da informação [da empresa] voltarão a se tornar estrangeiros, todo o equipamento de cozinha se tornará estrangeiro", disse Oleg Paroev, ao presidente da Rússia. "E todo o enorme trabalho de nossos colegas, de nossos parceiros russos acabará [...], em certa medida, tendo sido em vão."

No evento, um encontro televisionado no Kremlin no fim de maio, Putin procurou tranquilizá-lo, e a outros executivos que compartilharam preocupações semelhantes. Disse que já havia ordenado ao governo para encontrar uma solução para anular a temida cláusula de recompra.

"Recordem a famosa piada: 'Só covardes pagam suas dívidas'. É a mesma coisa aqui", disse Putin.

A reunião no Kremlin foi uma tentativa de apaziguar empresas como a Vkusno i tochka ("Saboroso e ponto final"), que assumiram as operações de marcas ocidentais após Putin ordenar a invasão em grande escala da Ucrânia em 2022. A Vkusno i tochka foi criada por Alexander Govor, um ex-franqueado do McDonald's, que comprou as operações da empresa americana quando ela deixou o país.

Essas marcas substitutas têm colhido os benefícios de um boom de consumo somados aos de um cenário menos competitivo — e, agora, lutam para garantir que tudo continue assim.

Pouco antes da reunião, parlamentares russos apresentaram um projeto de lei que permitiria a empresas locais ignorarem seus acordos de recompra com empresas ocidentais feitos após a invasão, caso o preço antes acordado seja inferior ao valor atual do ativo.

A lei proposta, segundo duas fontes a par do assunto, foi resultado de um intenso lobby da Vkusno i tochka, que se tornou a porta-estandarte dessa nova onda de empresas russas.

Em grande medida desconhecidos do grande público, os empresários que fizeram lobby na recente reunião com Putin no Kremlin fazem parte de uma nova classe emergente que prosperou mesmo com a guerra, em contraste com as dificuldades das empresas de oligarcas de alto escalão da Rússia, alvos de sanções que lhes cortaram o acesso aos mercados e ativos ocidentais.

"São pessoas que lucraram com a guerra, 'capitães' da substituição das importações, que ascenderam com a maré", disse Alexandra Prokopenko, pesquisadora do centro de estudos Carnegie Rússia Eurasia Center, em Berlim. "Isso é para se protegerem da competição. Como mais poderiam explicar que o ativo precisa ficar com eles? Apenas mostrando a ameaça de estrangeiros volúveis."

O apoio de Putin ao impulso protecionista marca uma guinada em relação a poucos meses antes, quando ordenou a seu gabinete a criação de regras para o retorno de empresas ocidentais após o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, prometer restaurar laços comerciais com a Rússia.

Agora, enquanto o processo de paz na Ucrânia continuar anêmico, a reaproximação com os EUA permanecerá uma perspectiva distante. Moscou admitiu que nenhuma empresa ocidental fez tentativas formais de retornar.

Os beneficiados pela nova economia russa têm interesses claros em manter a situação.

"Muitas pessoas aprenderam a ganhar muito dinheiro com tudo isso — comercialmente [...] e também com o orçamento", disse um ex-integrante de alto escalão do governo. "Essa é uma motivação real para manter o status quo."

Nos setores de varejo e de serviços de alimentação e de hospitalidade, a saída de multinacionais trouxe uma onda de crescimento para as empresas russas que absorveram os espólios.

"Havia, falando literalmente, um espaço vazio na prateleira", disse Konstantin Loktev, diretor-executivo da Nielsen Data Factory, a firma de pesquisas de mercado russa antes afiliada à NielsenIQ. "E foi aí que as empresas locais entraram em cena."

Se as longas filas do lado de fora do primeiro McDonald's de Moscou em 1990 simbolizaram o amanhecer do capitalismo russo, o sucesso da Vkusno i tochka simboliza a nova inclinação protecionista e patriótica que veio a caracterizar a economia de guerra de Putin.

A rede foi inaugurada no dia nacional da Rússia há três anos — uma decisão que, disse Paroev a Putin, foi tomada pela empresa por sugestão do Kremlin — servindo um cardápio com itens como o 'Big Hit', bem parecido ao Big Mac do McDonald's.

> "Havia um espaço vazio na prateleira. E foi aí que os russos entraram em cena"
> *K. Loktev*

A Vkusno i tochka agora atende 2 milhões de clientes por dia e viu a receita crescer 20% na comparação anual, para 187 bilhões de rublos (US$ 2,4 bilhões) em 2024, em comparação à de 75 bilhões de rublos em 2021, o último ano antes da guerra.

Em termos gerais, o setor de bens de consumo na Rússia teve um crescimento de 16% entre março de 2024 e março de 2025, segundo Loktev, com algumas empresas relatando um crescimento ainda maior.

A Chernogolovka, produtora russa de alimentos que adquiriu o negócio de lanches processados da Kellogg's e a de papinha para bebês da Heinz no país, contabilizou um salto de 29% nas vendas no primeiro trimestre de 2024, em termos anuais. A LitEnergy, uma fabricante de bebidas energéticas associada ao popular youtuber russo Mikhail Litvin, teve um crescimento de 477% nas vendas no mesmo período.

A onda de expansão das novas empresas russas veio na esteira de uma economia que sofreu transformações drásticas com a guerra. Enquanto as sanções ocidentais levaram a Rússia a se tornar menos dependente de exportações, a demanda interna e o consumo privado foram alimentados por salários mais altos, decorrentes em grande parte dos aumentos a militares e da economia de guerra.

"A economia passou a depender menos das exportações e mais da demanda interna e do consumo privado, especialmente, o que tem lados positivos e negativos", disse Vasily Astrov, especialista em Rússia no instituto de análises Vienna Institute for International Economic Studies.

O governo russo distribuiu subsídios generosos para empresas que encontram dificuldades para lidar com as sanções ocidentais e substituir importações da Europa e dos EUA.

Na reunião com Putin, as empresas presentes, como a Neurosoft, fabricante de equipamentos médicos, e a Kursk Electrical Equipment Plant, informaram ter registrado aumentos de receita entre 70% e 300%, e todas destacaram terem se beneficiado dos programas de apoio governamental.

"Nunca antes esse tipo de equipamento foi fabricado na Rússia. Sempre foi comprado de países como Finlândia, República Tcheca, Alemanha e Polônia", contou Yan Tsenter, da UZTM-Kartex, uma importante fabricante de equipamentos para mineração, construção e energia, hoje sob sanções dos EUA, a Putin na reunião.

Enquanto as empresas russas antes depositavam seu capital em jurisdições mais seguras fora do país — Chipre, um paraíso para as holdings offshore russas, foi por muitos anos o maior investidor estrangeiro — muitos empresários estão buscando reinvestir em casa.

Igor Rybakov, o bilionário coproprietário da Technonicol, produtora global de telhados, impermeabilização e isolamento térmico, disse que sua empresa planejava um investimento de € 1 bilhão na Europa antes da guerra. Em vez disso, esse investimento foi reduzido para € 300 milhões, com o dinheiro redirecionado de volta para o mercado interno e países considerados "amigos" da Rússia.

"Achávamos que a Rússia estava se integrando à Europa. Não existe esse tipo de sentimento agora. E em três anos, a Rússia se reorientou completamente", disse ele em uma entrevista.

A economia de guerra de Vladimir Putin está esfriando, mas os russos ainda se sentem mais ricos. Em 2023, em meio ao êxodo de empresas ocidentais, a Technonicol adquiriu a subsidiária russa da fornecedora europeia de isolamento Ursa. Nos últimos três anos, o grupo registrou um crescimento de receita e lucro de cerca de 15% a 20%.

"Os negócios russos maduros têm um ponto de vista pragmático e usam qualquer direção do vento a seu favor", disse ele. Outros setores querem que o Kremlin vá ainda mais longe. No mês passado, mais de 300 empresas de TI escreveram uma carta conjunta solicitando ao governo maior proteção para empresas nacionais caso grupos ocidentais retornem.

E Putin parece muito feliz em atender. "Precisamos estrangulá-los", disse o líder russo quando questionado sobre os serviços de TI ocidentais que ainda estavam disponíveis na Rússia. "Eles estão tentando nos estrangular, então precisamos retribuir."

Energia
Petróleo fecha 1º semestre em queda, apesar de tensões no Oriente Médio
B5

Saúde
Com alavancagem menor, Dasa vive um novo momento, diz o presidente Rafael Lucchesi B4



Commodity
Apesar da guerra no Irã, preço do petróleo recua mais de 10% no 1º semestre B5

Tecnologia
Superintendência do Cade defende a condenação da Apple por prática anticompetitiva B6

Agronegócio
Após bater recorde, cotação do café tem forte queda na bolsa de Nova York B7

Empresas



Sócios que fundaram Arezzo e grupo Soma devem focar o debate estratégico no conselho, que mudou para olhar execução

Moda Apesar de atraso na integração de Arezzo e Soma, mercado vê, pela 1ª vez, esforço para união

Azzas faz 'mea culpa', critica protecionismo interno e ação reage

Adriana Mattos e Maria Luiza Filgueiras
De São Paulo

Investidores e analistas reagiram bem à decisão dos sócios da Azzas 2154 em baixar a guarda, deixando desentendimentos de lado, e acelerar a integração de Arezzo&Co e Soma — cuja unificação ainda avança devagar, por conta de "muros e amarras" criadas, disse ontem o comando.

A ação ON fechou ontem em alta de 4,7%, cotada a R$ 43, na terceira maior valorização do Ibovespa, após teleconferência dos sócios com analistas. A fusão de Arezzo e Soma foi aprovada pelo Cade, órgão antitruste, há mais de um ano, em março de 2024.

Em entrevista ao **Pipeline**, Roberto Jatahy, fundador do Soma, e Alexandre Birman, CEO da Azzas e da família dona da Arezzo, já falavam dos momentos difíceis — Jatahy citava a aflição com certas decisões — e diziam que, com as mudanças na governança, a energia ficará "mais funcional" na rede.

Segundo gestores, o entendimento do mercado é que, apesar do atraso na integração, e das incertezas sobre como o novo formato decisório funcionará, na prática, há um esforço mais claro de fim dos conflitos. Esse aspecto, inclusive, foi citado ontem no relatório do banco J.P. Morgan, e isso num momento com algumas melhorias nos resultados.

Em comunicado, a rede informou que Nicola Calicchio, ex-CEO da McKinsey na América Latina, passa a ocupar a presidência do conselho de administração, como membro independente, e Pedro Parente deixa o cargo. Parente teria feito o trabalho de tentar construir harmonia e confiança mútua — ou de psicólogo, como o próprio Birman disse a analistas —, após divergências na condução do negócio.

Com a relação reestabelecida, é hora de olhar especificamente para a execução do plano de integração, por isso, a chegada de Calicchio, que já assessorava Birman e que criou relação próxima também com Jatahy. Calicchio conheceu de perto a fusão de Raia Drogasil e de Itaú e Unibanco, e a ideia é que, em casos de indefinições na direção, o conselho atue, algo que não funcionava tão bem. As mudanças precisam passar por assembleia geral extraordinária, em 22 de julho.

Birman e Jatahy buscavam resolver internamente as divergências, antes de chegarem ao conselho, e as equipes das áreas de negócio precisavam lidar com os impactos desse ambiente, o que acabava impedindo evolução maior nos ganhos com a integração.

"Temos três medidas a partir de agora. Acelerar a integração em todos os sentidos, tirando os muros e construindo pontes, focar a energia no que queremos fazer e, por fim, ter uma visão mais estratégica para os próximos cinco anos", disse Birman. "Não é que a integração não acontecia, mas era mais lenta."

Essas dificuldades existiam pelo protecionismo criado entre as áreas de negócios, em que cada um, e seus gestores de confiança, comandavam seu espaço — Jatahy lidera vestuário feminino, e Birman, como CEO, circula em todos os negócios, especialmente em Hering, calçados e vestuário.

Na visão de Jatahy, certas regras do acordo de acionistas (documento público, dividido em vários temas, e que define o voto em bloco dos sócios) foram um erro ao engessar a rede. O grupo não menciona algo específico, mas o documento diz que é necessário buscar acordos nas decisões, sempre "pelo consenso e de boa-fé", em cada reunião prévia do "Bloco Birman" com o "Bloco Soma".

Agora, o acordo foi para a "gaveta", na tentativa de fortalecer o conselho. Pontos de discordância envolviam, por exemplo, se caberia acelerar distribuição de dividendos ou investimentos, sobre o nível do estoque da companhia e o nível de retorno sobre o capital investido, dizem fontes.

4,7%
foi a alta na ação do grupo na B3 ontem

O **Valor** antecipou, em outubro, os problemas que os dois sócios viviam na tomada de decisões, e os efeitos na integração, e a empresa informou que isso era algo natural dentro de um processo de fusão.

Na teleconferência, Jatahy chegou a mencionar o peso de "questões emocionais", e a sua falta de humildade para compreender que não seria um processo fácil para ele. Já Birman criticou a sua falta de "swing" e empatia na relação com Jatahy, e de sua incapacidade de se colocar no lugar do sócio.

Ontem, Birman foi questionado por analista sobre efeitos mais práticos das mudanças — ponto central de parte dos investidores mais cautelosos. Em entrevista ontem, o empresário chegou a dizer que, após atingir determinado valor gerado com a fusão, aí vão ver o que cada um "vai fazer da vida".

Sobre ações mais práticas, ele mencionou uma reunião recente em que havia sido acordado que determinado ponto fosse de uma certa marca, mas ele mudou de ideia, contatou Jatahy, e os gestores das marcas afetadas, e isso foi resolvido com flexibilidade. "Vamos olhar mais a divisão de alocação de capital para o todo e não para cada área", disse Birman.

Segundo Calicchio disse a analistas, "agora é pôr o carro na rua", avançando medidas de ganhos de sinergia, sem dar detalhes, mas encontros recentes do comando com analistas dão uma boa sinalização.

Relatório do Citi, de junho, diz que o grupo tem buscado operar o setor de vestuário de forma semelhante à forma como opera calçados, de maneira mais eficiente. Isso inclui a redução em prazos de entrega e fortalecimento das relações com fabricantes. Além disso, há foco maior em impulsionar a venda do braço multimarcas, que requer menos estoques e capital investido, para tentar elevar o retorno.

Arteris faz repactuações que podem chegar a R$ 45 bi

Concessões

Tais Hirata
De São Paulo

A operadora de rodovias Arteris, controlada pela espanhola Abertis e pela canadense Brookfield, passa hoje por uma renegociação quase total de seu portfólio de concessões junto ao governo federal, o que poderá gerar uma obrigação de até R$ 45,5 bilhões de novos investimentos para a empresa — caso o grupo consiga manter os contratos.

Na visão de fontes do mercado, o ciclo de renegociações da Arteris é uma tentativa de "arrumar a casa" para um futuro processo de venda — no processo, a empresa busca resolver passivos e melhorar condições dos contratos, com o objetivo de destravar obras.

Atores do setor, que pediram anonimato, avaliam que a Arteris — que já foi considerada uma das grandes operadoras do setor, ao lado de Motiva (CCR) e Ecorodovias — hoje não tem um plano de longo prazo e "vive um dia de cada vez", diz um deles.

A empresa, porém, afirma que essa leitura do mercado não reflete a estratégia do grupo. "Estamos construindo um novo ciclo de geração de valor com base em três pilares: estabilidade regulatória, renovação contratual e ampliação de investimentos", disse, em nota. "Nosso compromisso é de longo prazo. Somos operadores, gestores e investidores com um histórico de décadas no setor."

Com a conclusão da repactuação da concessionária Eco101, da Ecorodovias, os próximos três projetos a passarem pelo processo são da Arteris. Em outubro, o governo pretende realizar a concorrência do contrato da Fernão Dias. Na sequência, deverá vir a disputa pela Autopista Fluminense. A renegociação da concessionária Régis Bittencourt também poderá ser concluída ainda neste ano.

A percepção de fontes é que a Arteris terá que se esforçar para manter seus dois ativos mais atraentes, a Fernão Dias e a Régis. A repactuação, que tem sido feita junto ao Tribunal de Contas da União (TCU), inclui um processo competitivo, em que o contrato é oferecido ao mercado.

Nas duas primeiras experiências de renegociação — a MSVia, da Motiva, e a Eco101 — não houve outros interessados. Porém, o governo faz ajustes no processo para estimular a competição. Além disso, as duas concessões da Arteris têm fluxo de veículos elevado e estão em locais onde outros operadores podem ter sinergias, observam fontes.

Além dos processos mais avançados, a Arteris tem outros dois ativos na fila de renegociação: o Litoral Sul e o Planalto Sul, que estão em fase inicial e cujas concorrências ficariam para 2026.

Com isso, a companhia poderá ter, na prática, toda a sua carteira de concessões federais renegociada. Dos R$ 45,5 bilhões de investimentos que podem ser contratados nos cinco projetos, a empresa teria a obrigação de realizar R$ 11 bilhões de obras já nos três primeiros anos dos contratos.

Fora de leilões desde 2017, grupo renegocia cinco contratos federais; setor vê futuro incerto da empresa

Analistas do setor apontam que os novos compromissos demandarão grande mobilização de obras e poderão pressionar o balanço. A companhia registrou uma alavancagem financeira de 3,96 vezes da dívida líquida pelo Ebitda ajustado em março deste ano — um patamar considerado elevado por analistas, em um momento de juros altos, mas que a empresa vê como "adequado frente ao nosso ciclo atual de investimentos", disse, em nota.

No primeiro trimestre deste ano, a Arteris registrou prejuízo líquido de R$ 343,5 milhões, Ebitda (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) de R$ 628 milhões e dívida líquida de R$ 12,1 bilhões.

Por outro lado, em maio, a agência de ratings S&P reafirmou a avaliação brAAA da Arteris, na última emissão da empresa. No relatório, que não considera todas as repactuações, a instituição estima que a alavancagem "atingirá seu pico em 2026, devido ao aumento do 'capex' e às taxas de juros ainda elevadas", mas que a partir de 2027 o indicador tende a se recuperar. Sobre a perspectiva de novas negociações, com mais obras, a agência afirmou que o nível da dívida tende a crescer, mas que acredita que a empresa "pode ter flexibilidade para absorver o aumento".

Sobre o tema, a empresa disse que as repactuações não devem aumentar de forma significativa a alavancagem, "porque se por um lado incluem novos investimentos, por outro teremos incrementos tarifários e alongamento da concessão". O grupo diz que o plano de financiamento inclui Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e mercado de capitais, "podendo ser uma estratégia híbrida, dependendo do momento de mercado".

Hoje no setor há dúvidas sobre a estratégia de longo prazo da companhia. Em 2022, os acionistas ensaiaram uma venda da Arteris, mas o processo não foi adiante. Entre fontes do mercado, os passivos regulatórios e o prazo relativamente curto das concessões era visto como um problema — fatores que se resolveriam com as repactuações.

A má relação entre Abertis e Brookfield foi apontada como um dos motivos da tentativa de venda do negócio. Fontes avaliam que hoje a sócia canadense parece demonstrar mais interesse pelo projeto do que a espanhola, mas que dificilmente haveria qualquer movimento até a conclusão desse período de reestruturação.

Enquanto isso, o grupo tem ficado de fora do maior ciclo de leilões rodoviários do país. O último contrato conquistado pela empresa foi em 2017. De lá para cá, a Arteris desapareceu das licitações. Questionada sobre o tema, a companhia disse que "neste momento, a Arteris está focada na repactuação de suas concessões existentes" e que "passada essa etapa, estaremos prontos para avaliar novas oportunidades com critérios técnicos, estratégicos e financeiros claros".

MANGE
ADVOGADOS

O **Mange Advogados** tem o prazer de anunciar a chegada de **Raphael Nehin Corrêa** ao quadro de sócios do escritório.
Sua chegada reforça a posição do escritório como referência em reestruturação e insolvência e marca um importante passo no processo de expansão do Mange Advogados na área do direito empresarial.

www.mange.adv.br

Eufrázio

Empresas

Siderurgia Grupo de Benjamin Steinbruch terá de reduzir sua fatia, de 12,9% para menos de 5%

Cade dá 60 dias para CSN apresentar plano de saída da Usiminas



Disputa de mais de uma década entre Ternium, que controla a Usiminas, e CSN, dona de fatia minoritária, teve novos desdobramentos na semana passada



Stella Fontes
De São Paulo

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) determinou um prazo de 60 dias para que a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) apresente um plano de venda das ações que detém na Usiminas, ratificando o entendimento de que a aquisição dos papéis e sua permanência no quadro acionário da siderúrgica mineira, com fatia relevante, ferem a legislação concorrencial.

A decisão foi tomada na semana passada, na última reunião do tribunal do órgão sob a presidência de Alexandre Cordeiro Macedo, mas ainda não resolve definitivamente o longo imbróglio, que se arrasta há mais de uma década. Em 2014, o próprio Cade determinou que a CSN reduzisse sua participação na concorrente Usiminas, atualmente em 12,9%, para menos de 5%.

O mais recente posicionamento veio em cumprimento a uma ordem do Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF-6), em ação movida pela Usiminas contra a CSN. Em sentença proferida pela desembargadora Mônica Sifuentes, a Justiça deu prazo até a última quarta-feira (25) para que o Cade se posicionasse sobre o caso.

Agora, a companhia de Benjamin Steinbruch, que também está engajada em outra batalha judicial, com a ítalo-argentina Ternium, atual controladora da Usiminas, terá de informar como pretende se desfazer das ações, embora eventuais parâmetros da operação ainda não tenham sido estabelecidos pelo Cade.

O **Valor** apurou que, embora o novo posicionamento do Cade tenha sido bem recebido pela Usiminas, a decisão foi vista como "branda". Isso porque o acordo inicial firmado pela CSN com o órgão de defesa da concorrência, de 2014, já havia determinado um prazo para a venda das ações, de cinco anos, mas até agora não foi executado.

A partir de 2019, quando se encerraria, o prazo original passou a ser prorrogado por meio de recursos administrativos interpostos pela CSN. Em 2022, o órgão de defesa da concorrência reafirmou a necessidade de venda das ações, mas tornou "indeterminado" o prazo para que a operação fosse consumada.

A Justiça já havia determinado que a CSN depositasse judicialmente R$ 23,2 milhões como multa pelo descumprimento de uma sentença que acabou estabelecendo prazo adicional de um ano para que a companhia cumprisse, finalmente, os termos previstos no Termo de Compromisso de Desempenho (TCD) firmado com o Cade em 2014. A desembargadora do TRF-6, em sua última decisão, reconhece o depósito de um seguro garantia, de R$ 30,16 milhões, pela CSN.

Em parecer ao Cade em 23 de junho deste ano, o Ministério Público Federal (MPF) se manifestou pela execução imediata do TCD; o reconhecimento, pelo órgão, de que a CSN estava descumprindo suas obrigações e, portanto, sujeita ao pagamento de multa; a nomeação de um interventor judicial que auxilie no processo de desinvestimento; e a venda integral da participação da CSN na Usiminas.

61,3%
é a participação da Ternium no controle

A CSN alcançou uma fatia relevante na capital da Usiminas entre 2011 e 2012, quando chegou a uma fatia de 17,4% na siderúrgica mineira, que recorreu ao Cade. Já em 2012, o órgão proibiu que a companhia adquirisse mais papéis da concorrente.

Naquele mesmo ano, a Ternium, que hoje controla a Usiminas, concluiu a compra das participações da Camargo Corrêa e da Votorantim na siderúrgica mineira, juntando-se a seu bloco de controle, com uma fatia de 43,3%. Em 2023, o grupo ítalo-argentino elevou a 61,3% sua participação no bloco de controle da Usiminas, ao comprar papéis até então detidos pela Nippon Steel.

Houve outro desdobramento na última semana, agora relacionado a uma ação movida pela companhia de Steinbruch, contra a sócia, por entender que houve troca de controle na Usiminas quando a Ternium chegou à empresa. Desta forma, a Ternium estaria obrigada a estender a oferta de compra de ações para os minoritários, incluindo a CSN, e realizar uma OPA, conforme previsto na Lei das S/As.

Depois de sucessivos reveses na Justiça e apesar do entendimento da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que regula o mercado de capitais brasileiro, de que a operação não enseja uma OPA, o grupo de Steinbruch obteve uma vitória importante em outra instância. Em junho de 2024, a Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), em reanálise do caso, entendeu por maioria que a Ternium deve indenizar a CSN.

O entendimento que prevaleceu foi o de que o ingresso da Ternium no bloco de controle da Usiminas resultou em um novo acordo de acionistas e na alteração de direitos políticos. Em dezembro, a 3ª Turma do STJ manteve a decisão favorável à CSN, mas reduziu de R$ 5 bilhões para R$ 3,1 bilhões o valor previsto para a indenização.

Essa reviravolta levou a Associação Brasileira de Comércio Exterior (AEB) a ingressar com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), levando o caso para o Supremo Tribunal Federal (STF). Em parecer de sexta-feira (27), a Procuradoria-Geral da República (PGR) entendeu que a ação é válida — na contramão de posições anteriores do Senado e da Casa Civil.

Procurada, a CSN disse em nota que não comenta processos que tramitam sob sigilo. Sobre a ADI, informou que os pareceres do Senado e da Casa Civil reforçam o entendimento de que a disputa com a Ternium não envolve matéria constitucional. "Todos esses documentos convergem no sentido de que a controvérsia se refere à interpretação de uma norma infraconstitucional, matéria que compete exclusivamente STJ".

Já Usiminas disse que "aguarda o andamento do processo, que corre sob sigilo, e confia que as instituições conduzirão o caso para o correto desfecho técnico".

Curtas

Iguatemi vende

A Iguatemi concluiu nesta segunda-feira (30) a venda da participação de 49% nos empreendimentos Shopping Market Place, Edifício Market Place Towers e Galleria Shopping por R$ 500 milhões. A operação foi fechada com o fundo Genesis. A transação ainda envolve a promessa de cessão de uma parcela de 24% no empreendimento residencial multifamily a ser construído no Complexo Market Place e de 16,7% no empreendimento comercial a ser construído no Complexo Galleria, ambos com expectativa de conclusão em 2029.

AGE da Ambipar

A Ambipar informou que a sua assembleia geral extraordinária (AGE), iniciada e suspensa em 25 de junho, foi retomada ontem mas acabou sendo cancelada pelos acionistas presentes. A assembleia tinha por objetivo deliberar sobre a proposta de reorganização societária divulgada em maio. A proposta envolve as controladas Response, ESG e outras sociedades do grupo econômico. A assembleia será reconvocada após a confirmação do cumprimento de todas as formalidades para implementação da primeira etapa do processo.

Novo CFO da Boeing

A Boeing anunciou que seu atual diretor financeiro, Brian West, deixará o cargo e será substituído pelo ex-diretor financeiro da Lockheed Martin. A fabricante de jatos informou nesta segunda-feira (30) que West irá assumir o posto de conselheiro sênior do presidente Kelly Ortberg, enquanto a empresa nomeia Jesus "Jay" Malave como vice-presidente executivo e diretor-financeiro a partir de 15 de agosto. Malave foi presidente da Lockheed Martin de fevereiro de 2022 até abril passado. Antes disso, ocupou a mesma posição na L3Harris.

Seja a cola

Gestão



Rony Meisler

E se você fosse considerado o melhor profissional da sua empresa sendo um coadjuvante?

Lembrado e admirado não porque lidera a reunião, fecha o contrato ou posta a foto perfeita no Instagram, mas pela postura fora dos holofotes.

Foi isso que Shane Battier — bicampeão da NBA pelo Miami Heat — descobriu e compartilhou em um fantástico TED Talk, que deveria ser exibido em toda empresa, escola e família.

Battier jogou ao lado de lendas como LeBron James e Dwyane Wade. Todos membros do Hall da Fama do basquete. Ele não era o melhor do time, tampouco ganhou um MVP em toda a sua carreira. E, mesmo assim, foi mais do que titular: foi um pilar fundamental em todos os jogos e campeonatos que disputou.

Agora, o fato chocante: apesar do enorme protagonismo, Shane tocou na bola apenas 2% do tempo em que esteve em quadra.

E daí vem a dúvida implícita nesse dado: o que, cargas d'água, ele faria nos outros 98% que o tornava tão indispensável?

Pra entender isso, a gente precisa voltar no tempo.

Shane cresceu nos arredores de Detroit e era tratado por todos como um desajustado: filho de pai negro e mãe branca, alto demais pra idade, pobre demais pra ter o mínimo, diferente demais pra passar despercebido. Carregava a certidão de nascimento no bolso pra provar que tinha a idade certa nas ligas infantis. Era o típico "garoto estranho" que só queria uma coisa: pertencer.

E encontrou esse pertencimento nos jogos esportivos do recreio da escola. Queimada, futebol ou basquete — em qualquer coisa que envolvesse equipe, ele estava lá.

Ali, no caos maravilhoso da infância, ele conta ter aprendido uma lição que levaria pra vida:

"Quando eu ajudava os outros a vencer, eu deixava de ser o estranho. Eu me tornava parte."

(Frase que, confesso, arrepiou o corpo todo deste articulista.)

Essa obsessão por elevar os outros virou a espinha dorsal da carreira dele.

Não como pontuador. Não como astro. Mas como o jogador que se jogava no chão, que voltava para defender, que fazia os cortes táticos, os passes discretos, as jogadas pesadas que ninguém quer fazer — mas todo time precisa. O bom e velho "carregador de piano".

E assim Battier se tornou o LeBron James da entrega silenciosa. E, contra dados, não há argumentos:

Durante sua carreira, os times em que jogava superavam os adversários por cinco pontos, em média, sempre que ele estava em quadra. Isso colocou Shane no topo do impacto coletivo ao lado de ícones como Kobe Bryant e Tracy McGrady.

E, mesmo assim, ele nunca foi um "All-Star", nem capa de revista, nem o dono das camisas mais vendidas das lojas dos times por onde passou.

O impacto dele era invisível. Ele era o "All-Star sem estatísticas".

A essa altura do artigo, você deve estar se perguntando: o que, cargas d'água, eu tenho a ver com isso?

Num mundo obcecado pelas "métricas de vaidade social" — seguidores, curtidas, salários, política, bolsas, carros e cargos — a história de Battier nos traz duas perguntas extremamente poderosas:

1. Quando (ou se) você está fora dos holofotes, o que está fazendo para que o seu time se una em suas fortalezas e vença coletivamente?

2. Você está vivendo para ser admirado... ou para fazer os outros brilharem?

Esse mindset virou referência em universidades, empresas e organizações — e ganhou até nome: "O Efeito Battier".

Se por acaso você não se considera uma estrela ou possui a tendência de se vitimizar por não ser visto como protagonista, ao invés de se lamentar pelos cantos, deveria se inspirar em Battier e repensar sua estratégia e postura para, então, se tornar um protagonista do coletivo. É simples:

Como você torna as pessoas ao seu redor melhores?

Como você aumenta o potencial coletivo do seu grupo?

Como você joga pelos outros, e não apenas por si?

Se você não é a estrela, seja a pessoa que faz tudo funcionar. Que une. Que dá e estimula o feedback e, assim, promove a melhoria contínua de todos. Que inspira confiança e crescimento através da construção de processos e rituais voltados à melhor comunicação e execução do time.

Essas pessoas raramente são celebradas, mas todo mundo quer tê-las por perto — porque tudo o que elas tocam ou participam vira ouro.

Como exercício de humildade, penso que todos deveríamos nos comparar com Battier para entender como podemos ser melhores. Portanto, trazendo para o meu exemplo pessoal:

Tecnicamente falando, nunca fui o melhor profissional da indústria na qual empreendi por 20 anos. Não possuo formação técnica e, até hoje, não me considero um profissional da moda. Meus colegas de mercado não são apenas excelentes — são muito melhores do que eu.

Justamente por isso, foquei principalmente em buscar ser a melhor liderança para as pessoas e o construtor da melhor cultura organizacional possível. E, então, criamos um dos ambientes de negócios mais inovadores e, sem falsa modéstia, o melhor time do varejo de moda. Por consequência da força de nossa cultura, a longo prazo, também nos tornamos o melhor e maior negócio.

E, inspirado, este articulista encerrará o artigo misturando os mindsets de Shane Battier e Bruce Lee com uma frase de impacto:

Seja a cola.

Rony Meisler é CEO Reserva
Instagram: @rony

Valor | 100 Seja um assinante: Acesse assinevalor.com.br ou ligue 0800 701 8888



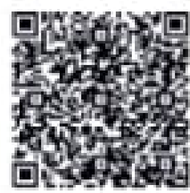
DIRETO DE BELÉM

UM SÓ PLANETA

A coluna **Direto de Belém** traz os principais conteúdos para você ficar bem informado sobre como a cidade e a região Norte estão se preparando para sediar a principal conferência internacional sobre o clima, a **COP 30.**

Conheça as iniciativas da população para o desenvolvimento sustentável, as falas dos principais agentes da sociedade sobre a COP, as ações ambientais das esferas públicas para estimular a região e muito mais.

Acesse o Um Só Planeta e não perca nenhum conteúdo.



PATROCÍNIO — GERDAU O futuro se molda

APOIO — Marfrig brf

PARCERIA — O MUNDO QUE QUEREMOS ONU 50

REALIZAÇÃO — EDITORA GLOBO EDIÇÕES GLOBO CONDÉ NAST SGR 100 ANOS DE GLOBO

Empresas

Saúde Companhia controlada pela família Bueno terá queda de alavancagem com transferência de dívida de R$ 3,5 bilhões para rede hospitalar

Dasa volta às origens e descarta novo aumento de capital

Beth Koike
De São Paulo

Após uma reestruturação que envolveu uma cisão de sua operação hospitalar com a Amil, a Dasa volta a ser, a partir de hoje, uma empresa focada em medicina diagnóstica — o negócio que deu origem à companhia controlada pela família Bueno. Nesta nova fase, está fora do radar um outro aumento de capital para redução de alavancagem que, por sua vez, virá de crescimento orgânico e geração de caixa.

"De fato, o fechamento de sua joint venture de hospitais com a Amil, em abril, foi um marco, o que pode ajudar a agilizar as operações e acelerar o ritmo de captura de sinergias no futuro. Mas, ainda estamos no início de um complexo processo de recuperação e a consistência na execução provavelmente continuará sendo crucial para restaurar a confiança dos investidores ao longo do tempo", destaca Leandro Bastos, analista do Citi.

No primeiro trimestre do ano passado, a alavancagem da companhia chegou a ultrapassar a casa de quatro vezes o lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda), acima dos múltiplos acordados com os credores (covenants). Em março deste ano, a relação era de 3,65 vezes (sem considerar a segregação dos negócios).

Nesse cenário, a família controladora injetou R$ 1,5 bilhão num aumento de capital e fechou joint venture com a Amil, o que possibilitou a transferência de uma dívida de R$ 3,5 bilhões da Dasa para a companhia combinada. Chamada de Rede Américas , ela tem 25 hospitais, 30 unidades de oncologia e 23 centros médicos.

"O aumento de capital de R$ 1,5 bilhão do ano passado [injetado pelo controlador] ajudou a manter a alavancagem. Agora com a transferência de R$ 3,5 bilhões da dívida para a nova companhia, teremos no segundo trimestre outro patamar de alavancagem, menor do que os 3,65 vezes do primeiro trimestre. É um novo momento para a empresa", disse Rafael Lucchesi, que assume hoje a presidência da Dasa. O executivo está na rede há 13 anos e, anteriormente, foi de operadoras de planos de saúde.

"Nosso foco agora é crescimento orgânico e caixa, não há operação financeira na mesa"
Rafael Lucchesi

Segundo Lucchesi, não há hoje na mesa nenhuma operação financeira, como aumento de capital, sendo negociada com a finalidade de baixar o endividamento da Dasa que, no primeiro trimestre, era da ordem de R$ 6 bilhões.

A nova Dasa tem, atualmente, uma receita da ordem da R$ 10 bilhões, sendo R$ 8 bilhões do negócio de exames laboratoriais e R$ 2 bilhões vêm dos hospitais da Bahia e São Domingos (em São Luiz), além da rede especializada em oncologia Amo, também na Bahia. Esses três ativos não fizeram parte da negociação e podem ser vendidos separadamente ou entrarem, futuramente, para a Rede Américas.

A expansão da empresa de medicina diagnóstica virá de forma orgânica e entrada em novos negócios. Aquisições de ativos não fazem parte da atual estratégia de crescimento, uma vez que a prioridade é reduzir a alavancagem.

A empresa entrou, recentemente, no mercado de infusão de medicamentos — uma área que seu concorrente Fleury já tem uma operação mais consolidada.

É esperado um crescimento no volume de exames processados em suas unidades próprias — são quase 900 pontos no país — e também na prestação de serviços para outros laboratórios. Nessa divisão, conhecida como Apoio, a Dasa faz o diagnóstico para cerca de 600 laboratórios que representam 10% da receita. O executivo não revela projeções futuras.


"Aquisições não fazem parte da atual estratégia de expansão", afirma Rafael Lucchesi, novo presidente da Dasa

A companhia tem 28 centrais de processamento de exames no país que, recentemente, foram integrados e, com isso, passam a ter mais capacidade para atender os laboratórios terceiros.

Além de Brasil, a Dasa tem uma operação na Argentina que, no ano passado, apurou receita líquida de R$ 500 milhões, alta de 149% sobre o desempenho de 2023. A expansão para outros países da América Latina foi interrompida no processo de reestruturação.

No total, a companhia faz hoje o diagnóstico de 400 milhões de exames, por ano. A empresa é líder no mercado de medicina diagnóstica, com uma participação de mercado de 15%.

No segundo trimestre, a Dasa vai divulgar os dados financeiros já segregados. Nas linhas de lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) e lucro líquido, haverá impacto da Rede Américas, cuja contabilização será por meio de equivalência patrimonial. A companhia de medicina diagnóstica detém uma fatia de 50% Rede Américas.

Entre janeiro e março deste ano, a receita do negócio de medicina diagnóstica cresceu 6% para R$ 2,1 bilhões e o Ebitda avançou 11% para R$ 708 milhões.

O balanço (ainda incluindo as operações de medicina diagnóstica e hospitais) do primeiro trimestre mostra uma queima de caixa que não veio do negócio de laboratório. No primeiro trimestre, a geração de caixa operacional ficou negativa em R$ 43 milhões, mas representou uma melhora de R$ 175 milhões na comparação anual. "Estamos priorizando disciplina financeira, gestão de caixa e eficiência operacional", disse o executivo.

Avon gera caixa, mas marca Natura será prioridade

Beleza

Ana Luiza de Carvalho
De São Paulo

A diretoria da — novamente — Natura Cosméticos afirmou que a marca Natura será a prioridade da companhia, com oportunidades de crescimento em toda a América Latina, mas ressaltou que a Avon é geradora de caixa e contribui positivamente para as margens da gigante do setor de beleza. "A Avon é um desafio que a gente não conseguiu superar, mas temos um bom caminho para reverter com a gestão de marca sob nossa responsabilidade", afirmou o diretor-presidente João Paulo Ferreira, em entrevista coletiva ontem (30).

Com a reestruturação da companhia, que vendeu a The Body Shop e a Aesop e, agora, opera apenas as marcas Natura e Avon na América Latina, a subsidiária de beleza Natura incorporou a holding Natura &Co. João Paulo Ferreira, até então líder da divisão Natura &Co Latam, tornou-se o executivo da controladora. Hoje será o último dia do código "NTCO3" no mercado brasileiro, que será substituído pelo antigo código de negociação "NATU3".

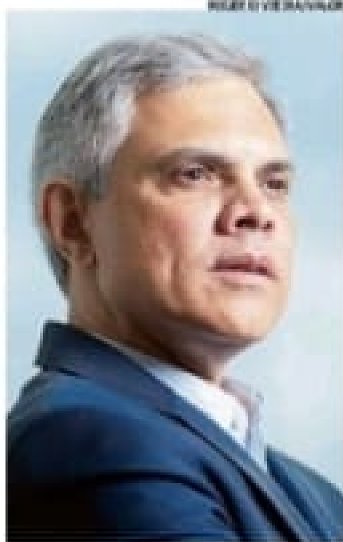
Durante evento com investidores ontem, na sede da companhia em Cajamar (SP), Ferreira afirmou várias vezes que a Natura deixou de "olhar para as estrelas", em alusão à expansão inorgânica dos últimos anos, e está "olhando para as raízes".

Questionado por um analista de mercado, o executivo confirmou que "a Natura é a prioridade" da companhia. Apesar disso, Ferreira destacou que a Avon é geradora de caixa em todos os mercados em que a integração já ocorreu. A expectativa é que uma "revisão completa de portfólio" na América Latina, com foco em eficiência e rentabilidade, seja realizada entre 2025 e 2026. Já uma otimização dos canais de vendas será executada em 2026 e 2027.

A integração das marcas Natura e Avon, que tem contribuído para o avanço de rentabilidade da Natura Cosméticos, ainda deve impulsionar as margens nos próximos trimestres. A centralização das operações fabris das marca, com a desativação da unidade da Avon no bairro Interlagos, deve ser o último passo para a chamada Onda 2 de integração no Brasil.

A companhia também aposta na integração na Argentina e no México, que representam 70% das receitas na chamada Hispana — divisão de negócios formada pelos países vizinhos ao Brasil. No México, a companhia reviu a estrutura de multinível, em que as consultoras de beleza mantinham comunicação com uma líder de vendas. As ações no país incluem a formação de uma equipe de negócios já experiente no mercado mexicano.

A empresa também pretende expandir as operações da plataforma financeira Emana Pay, apontando um "ganho de produtividade expressivo das consultoras". A expectativa é que a plataforma, destinada a administrar pagamentos e financiar aquisição de produtos pelas revendedoras, seja um dos vetores de crescimento de receita na América Latina. "O México tem um patamar de não bancarizados muito maior do que o Brasil, e nosso relacionamento indica que a inadimplência fica bem abaixo da média de mercado", diz a diretora financeira Silvia Vilas Boas.



"A expectativa é de revisão completa de portfólio na América Latina"
João Paulo Ferreira

O principal apelo dos executivos durante o Investor Day foi um maior destaque da Natura no portfólio dos investidores. A diretora de relações com investidores, Helena Villares, afirmou que a realização do evento foi uma das iniciativas para melhorar a comunicação da companhia, alvo de queixas dos investidores nos últimos anos.

A apresentação institucional abordou a reinvenção do modelo de venda direta, uma das fortalezas da Natura Cosméticos. Ferreira apresentou o caso de uma revendedora que divulga os produtos da companhia em sua conta no Instagram e controla grupos de compradores que somam 700 mil participantes. A diretora de omnicanalidade, Paula Andrade, destacou ainda que as consultoras do sistema de venda direta já atuavam no comércio eletrônico, antes da estreia de lojas próprias da marca on-line. Na Argentina, o canal representa 60% do faturamento on-line.

Já em relação às operações da Avon Internacional, que chegou a passar por uma proteção aos credores nos Estados Unidos (Chapter 11), o CEO, João Paulo Ferreira, afirmou que "não há novidades". Em março, a companhia afirmou que continuava negociando a venda das operações com a IG4 Capital, após o fim do período de exclusividade de tratativas com a gestora.

Curta

Demissões na Nissan

A Nissan Motor iniciará conversas nesta semana para buscar cortes de empregos em sua fábrica de Sunderland, no Reino Unido, informou a empresa nesta segunda-feira (30), à medida que a montadora japonesa busca uma redução de 15% em sua força de trabalho global. A Nissan afirmou que a medida visa aumentar a eficiência da fábrica de Sunderland, no nordeste da Inglaterra, para torná-la uma operação "mais enxuta e flexível". A empresa não informou quantos cortes de empregos está planejando. A agência japonesa "Kyodo News", que noticiou anteriormente os cortes planejados, disse que a Nissan pretende demitir 250 trabalhadores. Além dos cortes de empregos, o diretor-presidente da Nissan, Ivan Espinosa, anunciou planos para fechar sete fábricas em todo o mundo, embora não se espere que Sunderland esteja entre elas.

Fundação Espaço Democrático - CNPJ: 18.895.913/0001-89 - Edital de Convocação de Reunião Ordinária - O Presidente da Fundação Espaço Democrático, nos termos do artigo 21 de seu Estatuto, convoca o seguinte colegiado: O Presidente Nacional do Partido Social Democrático – PSD, os Membros do Conselho Curador e o Presidente do Conselho Superior de Orientação, para participarem da Reunião Ordinária a ser realizada no dia 16 de julho de 2025, às 10h, na sede da Fundação, situada na Rua Santo Antônio, 183/184, 14º andar, Bela Vista, São Paulo/SP, Cep: 01314-000, para deliberar na forma do Estatuto sobre a seguinte ordem do dia: 1) Eleição de membros para o Conselho Curador; 2) Eleição de membros da Diretoria Executiva; 3) Eleição dos membros do Conselho Fiscal; 4) Indicação do Presidente do Conselho Superior de Orientação; 5) Outros assuntos de interesse da Fundação. Conforme determina o artigo 17, item II, o registro de chapa poderá ser feito até dois dias antes da reunião, em horário comercial, na sede da Fundação. São Paulo, 01 de julho de 2025. Alfredo Cotait Neto - Presidente do Conselho Curador

Movimento falimentar

Falências Decretadas

Empresa: **Frezi e Frezi Transportes Ltda. ME** - CNPJ: 90.001.090/0001-28 - Endereço: Rua Ivaí, 500, Bairro Niterói - Administrador Judicial: A Própria Administradora Judicial da Recuperação Judicial Rescindida, Myrarski, Sarreta & Rutzen Administração Judicial, Pelo Dr. Nestor Mateus Sarreta - Vara/Comarca: Vara Regional Empresarial de Novo Hamburgo/RS - Observação: Recuperação judicial convolada em falência.

Empresa: **Frezi e Frezi Transportes Ltda. Me, Filial** - CNPJ: 90.001.090/0002-09 - Endereço: Rodovia SC 407, Nº 375, Bairro Vendaval, Biguaçu/sc - Administrador Judicial: A Própria Administradora Judicial da Recuperação Judicial Rescindida, Myrarski, Sarreta & Rutzen Administração Judicial, Pelo Dr. Nestor Mateus Sarreta - Vara/Comarca: Vara Regional Empresarial de Novo Hamburgo/RS - Observação: Recuperação judicial convolada em falência.

Empresa: **Frezilog Serviços de Armazenagem Ltda. ME** - CNPJ: 35.512.305/0001-50 - Endereço: Rua Ivaí, 500, Bairro Niterói - Administrador Judicial: A Própria Administradora Judicial da Recuperação Judicial Rescindida, Myrarski, Sarreta & Rutzen Administração Judicial, Pelo Dr. Nestor Mateus Sarreta - Vara/Comarca: Vara Regional Empresarial de Novo Hamburgo/RS - Observação: Recuperação judicial convolada em falência.

Empresa: **Matrizaria e Estamparia Murilo Eireli** - CNPJ: 61.530.390/0001-04 - Endereço: Rodovia Presidente Dutra, Km 21, Lotes 25 a 32, Bairro Cumbica - Administrador Judicial: Laspro Consultores Ltda., Representada Pelo Dr. Oreste Nestor de Souza Laspro - Vara/Comarca: 6a Vara de Guarulhos/SP

Processos de Falência Extintos

Requerido: **Simbal Sp Indústria de Móveis e Colchões Ltda., Nome Fantasia Estofados Simbal** - CNPJ: 75.405.993/0001-80 - Endereço: Av. Maracanã, 5472, Bloco 1, Bairro Parque Industrial - Requerente: André Luiz Donegá Verri - Vara/Comarca: 11a Vara Empresarial de Londrina/PR - Observação: Homologado acordo celebrado entre as partes.

Requerido: **Sorriso Materiais de Construção Ltda.** - CNPJ: 32.800.539/0001-72 - Requerente: Tradenaster Instituição de Pagamento, Serviços e Participações S/A - Vara/Comarca: 4a Vara de Sinop/MT - Observação: Petição inicial indeferida.

Requerido: **Thalum Empreendimento Imobiliário Ltda.** - CNPJ: 10.315.988/0001-31 - Requerente: Patrícia Carvalho Nascimento Diniz e Weliton Francisco Diniz - Vara/Comarca: 2a Vara Empresarial de Belo Horizonte/MG - Observação: Desistência homologada.

Recuperação Judicial Deferida

Empresa: **Augusto César de Oliveira Hippler Agricultura** - CNPJ: 16.728.643/0001-71 - Endereço: Sítio Primavera, S/nº, Bairro Barra Mansa, Maracaí/sp - Administrador Judicial: Eli Consultoria e Participações Ribeirão Preto S/s Ltda., Representada Pelo Dr. Alexandre Borges Leite - Vara/Comarca: Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 2ª, 5ª e 8ª Rajs/SP

Empresa: **Augusto César Hippler Agricultura** - CNPJ: 58.530.188/0001-80 - Endereço: Sítio Primavera, S/nº, Bairro Barra Mansa, Maracaí/sp - Administrador Judicial: Eli Consultoria e Participações Ribeirão Preto S/s Ltda., Representada Pelo Dr. André Borges Leite - Vara/Comarca: Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 2ª, 5ª e 8ª Rajs/SP

Empresa: **Carlos Alberto Florindo Apoio Rural** - CNPJ: 59.458.103/0001-42 - Endereço: Rua Marechal Deodoro, 845, Centro, Sabino/sp - Administrador Judicial: Vicente Gestão e Administração Judicial Ltda., Representada Pelo Dr. Armando Lemos Wallach - Vara/Comarca: Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 2ª, 5ª e 8ª Rajs/SP

Empresa: **Carlos Alberto Florindo, Empresário Produtor Rural** - CNPJ: 08.370.037/0001-13 - Endereço: Chácara Nossa Senhora de Fátima S/nº, Zona Rural, Estrada Municipal de Porto Santa Cruz, Sabino/sp - Administrador Judicial: Vicente Gestão e Administração Judicial Ltda., Representada Pelo Dr. Armando Lemos Wallach - Vara/Comarca: Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 2ª, 5ª e 8ª Rajs/SP

Empresa: **Carlos Alberto Florindo, Empresário Produtor Rural, Filial 08** - CNPJ: 08.370.037/0009-70 - Endereço: Chácara Nossa Senhora Aparecida, S/nº, Bairro Córrego Seco, Sabino/sp - Administrador Judicial: Vicente Gestão e Administração Judicial Ltda., Representada Pelo Dr. Armando Lemos Wallach - Vara/Comarca: Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 2ª, 5ª e 8ª Rajs/SP

Empresa: **Carlos Alberto Florindo, Empresário Produtor Rural, Filial 10** - CNPJ: 08.370.037/0011-95 - Endereço: Sítio Santa Maria, S/nº, Estrada Sabino a Porto Santa Cruz, Sabino/sp - Administrador Judicial: Vicente Gestão e Administração Judicial Ltda., Representada Pelo Dr. Armando Lemos Wallach - Vara/Comarca: Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 2ª, 5ª e 8ª Rajs/SP

Empresa: **Carlos Alberto Florindo, Empresário Produtor Rural, Filial 11** - CNPJ: 08.370.037/0012-76 - Endereço: Sítio São Benedito, S/nº, Bairro Córrego Seco, Sabino/sp - Administrador Judicial: Vicente Gestão e Administração Judicial Ltda., Representada Pelo Dr. Armando Lemos Wallach - Vara/Comarca: Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 2ª, 5ª e 8ª Rajs/SP

Empresa: **S. Manoel Fagundes & Companhia Ltda.** - CNPJ: 05.481.584/0001-39 - Endereço: Estrada Santa Isabel do Ivaí a São José do Ivaí, S/nº, Zona Rural, Santa Isabel do Ivaí/pr - Administrador Judicial: Apex Empresarial Ltda., Representada Pelo Dr. Eduardo Silveira Agostinho - Vara/Comarca: 3a Vara Empresarial Regional de Maringá/PR

Empresa: **Transportadora Fagundes Ltda., Nome Fantasia Transportadora Gabriely** - CNPJ: 11.476.237/0001-60 - Endereço: Estrada Santa Isabel do Ivaí a São José do Ivaí, S/nº, Zona Rural, Santa Isabel do Ivaí/pr - Administrador Judicial: Apex Empresarial Ltda., Representada Pelo Dr. Eduardo Silveira Agostinho - Vara/Comarca: 3a Vara Empresarial Regional de Maringá/PR

Hoje, excepcionalmente, deixamos de publicar a **Agenda tributária**.

Eufrázio

Commodity Mesmo com conflitos e tensões geopolíticas, preço do barril do tipo Brent cai 10,1% no ano

Com oferta em alta, petróleo recua no semestre

Rafael Rosas
De Rio

As cotações do barril do petróleo no primeiro semestre oscilaram entre uma equação que de um lado uniu oferta em expansão com demanda tímida e, de outro, tensões geopolíticas que trouxeram incerteza aos investidores. Ao fim do período, o arrefecimento do conflito entre Israel e Irã permitiu que prevalecesse no mercado de petróleo o efeito econômico de uma produção crescente e uma procura mais fraca. Com isso, o barril do tipo Brent fechou os seis primeiros meses do ano em queda de 10,1%, cotado a US$ 66,74, enquanto o WTI, referência nos Estados Unidos, caiu 10,39% no mesmo período, para US$ 63,85.

O analista Ilan Arbetman, da Ativa Investimentos, ressalta que os preços médios do petróleo entre janeiro e junho também ficaram abaixo das médias dos seis primeiros meses de 2024, refletindo oferta mais robusta e demanda global aquém do esperado. Do lado da oferta, ele lembra que a produção dos EUA permaneceu forte, enquanto parte da Opep+, organização que engloba os principais países exportadores e aliados, apresentou dificuldades no cumprimento dos cortes de produção propostos e as exportações russas seguiram firmes para a Ásia, contribuindo para estoques comerciais mais confortáveis.

Do lado da demanda, Arbetman destaca que o consumo cresceu em ritmo mais lento, pressionado pela atividade econômica fraca na Europa e por dados abaixo do previsto na China. "O resultado foi a redução do prêmio de escassez que sustentava preços mais altos em 2024, levando a um mercado mais equilibrado e preços médios mais baixos no comparativo anual", explica o analista.

Ao longo do primeiro semestre houve três momentos em que o barril de petróleo teve picos de elevação. Em 15 de janeiro o Brent fechou cotado a US$ 80,66 e o WTI a US$ 78,71— maior fechamento dos seis primeiros meses do ano — devido a estoques menores que o esperado nos Estados Unidos. Depois de uma trajetória de queda que levou o preço para abaixo dos US$ 70, houve novo pico em 31 de março, quando ameaças do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, contra Rússia e Irã empurraram a cotação do Brent para US$ 74,77 e a do WTI para 70,95.

Quando o balanço entre oferta e demanda já se impunha, com o barril operando diversos meses abaixo dos US$ 70, a guerra entre Israel e Irã causou novo pico em 19 de junho, com o Brent a US$ 77,08 e o WTI a US$ 73,61.

Bruno Cordeiro, analista de inteligência de mercado da StoneX, ressalta que a demanda enfraquecida no primeiro semestre foi fruto principalmente da política tarifária adotada pelo governo dos Estados Unidos, que reduziu as expectativas de crescimento global. "Havia e há até o momento o entendimento de que essa nova medida aplicada pelos Estados Unidos pode gerar um desincentivo às atividades em diversos setores, influenciando também o consumo de petróleo e derivados", diz.

O analista pondera que os fundamentos mostram um mercado de petróleo "superavitário" em termos de oferta, seja por intermédio de países da Opep+, seja por meio de produtores considerados secundários, como Brasil e Canadá. Ele explica que os países da Opep+ adotam este ano uma conduta diferente de anos anteriores, valorizando o aumento da fatia de mercado, mesmo que isso signifique preços menores. "Esse resultado superavitário ao longo do primeiro semestre acabou resultando numa ampliação dos estoques de petróleo em nível global", afirma.

A expetativa para o comportamento das cotações do barril no segundo semestre parte da perspectiva de que a produção deve continuar a trajetória de crescimento. Em termos de demanda, Cordeiro lembra que o terceiro trimestre traz alta sazonal do consumo de combustíveis devido às férias de verão no Hemisfério Norte. "No terceiro trimestre esse crescimento sazonal entrega mais fôlego para os preços [do petróleo] e a partir do quarto trimestre há uma tendência de consumo menor."

Apesar da tendência de cotações comportadas, Arbetman, da Ativa, diz que uma fonte de incerteza para o segundo semestre está no "equilíbrio frágil" da equação geopolítica. "Do cumprimento das metas de quotas por parte da OPEP+, que subiram na teoria, mas na prática não, às relações diplomáticas entre Estados Unidos e Irã. Tais fragilidades impedem preços [ainda] menores da commodity."

Fechamento de Brent e WTI
Em US$/barril

WTI* | Brent*

80,66 | 75,63 | 72,50 | 78,71 | 74,77 | 70,95 | 77,08 | 73,61 | 66,74 | 63,85

2/jan 2025 | 15/jan 2025 | 31/mar 2025 | 19/jun 2025 | 30/jun 2025

Variações no semestre

-10,39%	-10,10%
WTI	Brent

Fonte: Dow Jones Newswires. Elaboração: Valor Data. *Segundo contrato (setembro/2025)

Neoenergia acerta com Biomas e entra no mercado de carbono

Meio ambiente

Fábio Couto
De Rio

A companhia de eletricidade Neoenergia e a Biomas, empresa de projetos ambientais, se uniram para plantar 2 milhões de mudas em área de Mata Atlântica no sul da Bahia. O plano envolve recuperar 1,2 mil hectares de área plantada, com mais de 70 espécies nativas até 2027. Com a iniciativa, a Neoenergia ingressa no segmento de restauração florestal, com foco no mercado de carbono. E inaugura a atuação do setor elétrico no segmento.

Criada no fim de 2022, a Biomas é uma empresa de restauração ecológica que tem entre os sócios o Itaú, Marfrig, Rabobank, Santander, Suzano e Vale. A companhia se une à Carbon2Nature Brasil, joint venture entre a Neoenergia e o braço de carbono da Iberdrola, a Carbon2Nature. A espanhola Iberdrola é a controladora da Neoenergia.

Carbon2Nature Brasil e Biomas criaram uma sociedade de propósito específico (SPE), com 50% de participação de cada uma, para executar o Projeto Muçununga, que terá investimentos da ordem de R$ 55 milhões.

O plano prevê o plantio de quase 2 milhões de mudas de mais de 70 espécies nativas, como araçá, copaíba, guapuruvu, ipê-amarelo e jatobá, em áreas da Veracel Celulose (empresa de produção de papel com participação da Suzano). O projeto é anunciado meses antes da COP30, conferência mundial sobre o clima, em Belém (PA), em novembro. E seis meses depois da aprovação do marco legal do mercado regulado de carbono, no fim de 2024.

Para o presidente da Neoenergia, Eduardo Capelastegui, a regulamentação do mercado de carbono é um estímulo para possível ampliação do Projeto Muçununga. A nova lei pode incentivar a incorporação de novas áreas de restauração e pautar a agenda de investimentos da companhia. "O desenvolvimento trará referências de preços, fontes alternativas de financiamento, solidez à cadeia de abastecedores entre outros benefícios", disse Capelastegui.

O presidente da Biomas, Fábio Sakamoto, ressaltou que o Brasil é um dos países com maior potencial de negócios de restauração de florestas, com espaço para atração de investimentos nas próximas décadas. Sakamoto também vê o mercado regulado de carbono como um atrativo para novas parcerias e avalia que a recuperação de biomas florestais é um negócio novo que caminha "a passos largos".

"Nós atuamos no mercado voluntário e segurança jurídica é crítica para todo investidor, então a lei facilitou a atração deste capital e a formalização desta parceria." O modelo de negócios, apontam os executivos, prevê que a venda de créditos de carbono gerados nas áreas recuperadas financie a restauração florestal. O Projeto Muçununga tem estimativa de gerar 525 mil créditos de carbono em 40 anos — ou 525 mil toneladas de CO_2 removidas no período.

Capelastegui afirmou também que a restauração de florestas abre uma nova frente de negócios para a Neoenergia. O executivo explicou que os negócios florestais da Carbon2Nature Brasil podem permitir à Neoenergia oferecer aos clientes de energia a venda de créditos de carbono como produto para compensação de emissões de gases causadores do efeito estufa.

A Neoenergia, via Carbon2Nature, tem interesse em investir em negócios florestais em todas as regiões do país, acrescentou Capelastegui. "Acreditamos no potencial imenso do mercado brasileiro e avaliamos investimentos por meio de parcerias — a exemplo da Biomas — ou por iniciativas próprias, como desenvolvedores. Trabalhamos, por exemplo, no restauro de áreas onde estão instaladas nossas usinas de energia renovável", disse Capelastegui.

DIVULGAÇÃO

Eduardo Capelastegui: "Neoenergia estuda negócios florestais em todo país"

Curtas

Votorantim Cimentos

A Votorantim Cimentos concluiu a venda de suas operações no Marrocos para o Heidelberg Materials Group. A operação se deu por meio da alienação da totalidade das ações de sua subsidiária espanhola Cementos Asment EAA — a qual detém os ativos localizados no Marrocos. O valor da transação não foi informado. Em comunicado divulgado nesta segunda-feira (30), a companhia informou que as condições precedentes da transação foram integralmente atendidas, incluindo a aprovação pelas autoridades regulatórias do Marrocos. A entrega efetiva dos ativos e a liquidação financeira também foram concluídas nesta data. "A transação está alinhada com a estratégia de gestão de portfólio da companhia, que busca maximizar valor para seus acionistas e equilibrar o posicionamento geográfico entre mercados maduros e emergentes, otimizando a gestão de riscos do portfólio consolidado da companhia", destacou a Votorantim.

Insulina da Biomm

A Biomm disse nesta segunda-feira (30) que o Ministério da Saúde e a Fundação Ezequiel Dias (Funed) assinaram contrato para comprar insulina humana da empresa. Conforme informado, a Biomm se tornará fornecedora estratégica do Sistema Único de Saúde (SUS). O contrato de R$ 142 milhões garante a compra de insulina por um ano, porém a parceria tem prazo de dez anos. Para isso, a fornecedora Wockhardt fará transferência de tecnologia à Biomm e à Funed de insulina humana, atualmente importada e distribuída pela empresa brasileira. Com a tecnologia, o medicamento passará a ser produzido gradativamente na fábrica da Biomm em Nova Lima (MG) e na Funed, em Belo Horizonte.

Klabin recebe aporte

A Klabin recebeu nesta segunda-feira (30) o aporte de R$ 700 milhões referente ao acordo com um fundo de gestão de investimentos em florestas (timo, na sigla em inglês) para o Projeto Plateau, com terras do Projeto Caetê, nos Estados do Paraná, São Paulo e Santa Catarina. Um outro aporte de R$ 300 milhões está previsto para o segundo semestre. O acordo entre a Klabin e a timo foi fechado em outubro, quando foram anunciados investimentos de até R$ 2,7 bilhões. Em fevereiro, a companhia recebeu a primeira parcela de R$ 800 milhões.

EDITAL DE LEILÃO DE CONSOLIDAÇÃO DE PROPRIEDADE Nº 2025/978003
ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA ARTS. 26-A, 27 E 27-A DA LEI 9.514/97

Eufrázio

Nuvem computacional Valor do contrato é quase o dobro da receita no quarto trimestre fiscal de 2025

Oracle fecha contrato de US$ 30 bilhões

Daniela Braun
De São Paulo

A empresa de tecnologia Oracle fechou um contrato de US$ 30 bilhões em serviços de computação em nuvem, conforme comunicou a empresa em documento enviado nesta segunda-feira (30) à Comissão de Valores Mobiliários americana (SEC).

No modelo de nuvem computacional o cliente acessa os recursos tecnológicos a distância e paga pelo que usa na forma de serviço.

O valor do contrato representa quase o dobro da receita de US$ 15,9 bilhões alcançada pela empresa americana no quarto trimestre fiscal de 2025, encerrado em 31 de março, e que cresceu 11% em base anual. Neste período, a receita de serviços de nuvem e suporte a licenças alcançou US$ 11,7 bilhões, crescimento de 14% em base anual.

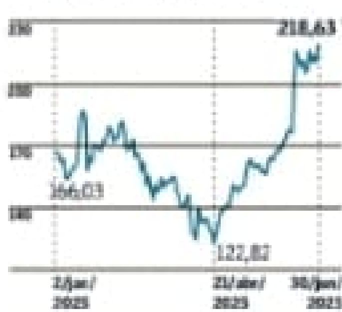
No formulário enviado à SEC, a empresa não informou o nome do contratante. O documento diz que a executiva-chefe (CEO) da Oracle, Safra Catz, se reuniria com colegas da companhia no fim do dia para dizer que "a Oracle teve um forte início" do ano fiscal de 2026 e que a "receita com bancos de dados Multicloud [gestão de serviços de múltiplos provedores de nuvem] continua crescendo a mais de 100%, e assinamos diversos contratos de serviços em nuvem de grande porte, incluindo um que deverá contribuir com mais de US$ 30 bilhões em receita anual a partir do ano fiscal de 2028."


A CEO Safra Catz disse que "a Oracle teve um forte início" do ano fiscal de 2026

A Oracle reiterou, na documentação, que o contrato não altera sua projeção para o ano fiscal vigente. Na divulgação do balanço, em 11 de junho, a empresa elevou a expectativa de receita para mais de US$ 67 bilhões no ano fiscal de 2026. Se alcançar a projeção, a empresa registrará uma receita 16% superior ao resultado de US$ 57,4 bilhões no ano fiscal de 2025.

O acordo de US$ 30 bilhões está entre os maiores contratos de nuvem já registrados, nota a agência Bloomberg. Para efeito comparativo, um contrato de nuvem concedido em 2022 pelo Departamento de Defesa dos EUA, vigente até 2028, pode valer até US$ 9 bilhões e é dividido entre quatro empresas, incluindo a Oracle. A divisão ocorreu após um contrato anterior, no valor de US$ 10 bilhões com a Microsoft, ter sido contestado judicialmente.

Oracle
Cotação* dia a dia, em US$/ação



Variações - em %

3,99	31,20
No dia	No ano

Valor de mercado: US$ 614,10 bilhões

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data *Listada na NYSE

Após o anúncio desta segunda-feira, as ações da Oracle subiram até 8,6% pela manhã — considerado um recorde intradiário para a companhia. As ações da Oracle encerraram o pregão regular em alta de 3,99%, negociadas a US$ 218,63 na bolsa de valores de Nova York (Nyse).

A empresa que ficou conhecida no mercado pela oferta de bancos de dados aposta agora na migração dos clientes para a era da inteligência artificial (IA) generativa.

A Oracle se aliou à OpenAI, dona do ChatGPT, em uma join venture com o Softbank para investir US$ 500 bilhões na ampliação de infraestruturas de IA. As empresas Arm Holdings, Microsoft, Nvidia e xAI também se juntaram ao projeto anunciado em janeiro pelo presidente Donald Trump.

O contrato multibilionário anunciado nesta segunda-feira sugere que a Oracle aumentará nos próximos anos sua participação no mercado de nuvem, e seus investimentos, comentou Anurag Rana, analista da Bloomberg Intelligence.

A Oracle encerrou o quarto trimestre de 2024 com 3% de participação no mercado mundial de infraestrutura de nuvem segundo dados da consultoria Synergy Research. A Amazon Web Services (AWS) mantém a liderança do mercado, com 30% de participação, seguida pela Microsoft (21%) e pelo Google (12%).

Procurada pela reportagem do **Valor**, a Oracle no Brasil não se pronunciou.

Microsoft lança IA para 'debater' diagnósticos

Inovação

Melissa Heikkilä e Stephen Morris
Financial Times, de Londres e San Francisco

A Microsoft anunciou ter construído uma ferramenta médica alimentada a inteligência artificial (IA) que diz ser quatro vezes mais bem-sucedida do que médicos humanos em diagnosticar doenças complexas, e revelou as pesquisas por meio das quais espera poder acelerar os tratamentos.

O "Orquestrador de Diagnósticos Microsoft IA" (MAI-DxO, no acrônimo em inglês) é o primeiro projeto de uma unidade de IA em saúde criada em 2024 por Mustafa Suleyman, com funcionários recrutados da DeepMind, laboratório cofundado por ele e que agora pertence à rival Google.

Em entrevista ao "Financial Times", Suleyman, executivo-chefe (CEO) da Microsoft AI, disse que o experimento é um passo rumo a uma "superinteligência médica", que poderia ajudar a resolver a crise da falta de profissionais e os longos tempos de espera em sistemas de saúde sobrecarregados.

O novo sistema da Microsoft é baseado no que a empresa chamou de um "orquestrador", que cria comissões virtuais com cinco agentes de IA atuando como "médicos" — cada um com um papel específico, como criar hipóteses ou escolher exames diagnósticos —, que interagem e "debatem" para decidir a melhor forma de atuar.

Para testar sua capacidade, o MAI-DxO analisou 304 estudos do "The New England Journal of Medicine" que descrevem como alguns dos casos médicos mais complicados foram resolvidos por médicos.

Isso permitiu aos pesquisadores da Microsoft verificar se o programa era capaz de chegar ao diagnóstico correto e de explicar seu processo de tomada de decisões, usando uma nova técnica chamada "cadeia de debate", que faz os modelos de IA detalharem, passo a passo, como resolvem problemas.

A Microsoft usou os principais modelos de linguagem de grande escala (LLMs), da OpenAI, da Meta, da Anthropic, do Google, da xAI e do DeepSeek. O orquestrador melhorou o desempenho de todos os LLMs, mas obteve os melhores resultados com o modelo o3, da OpenAI, resolvendo corretamente 85,5% dos casos do NEJM.

Em comparação, médicos experientes acertaram cerca de 20%, embora eles não tivessem permissão para ter acesso a livros ou colegas durante o teste, o que poderia ter aumentado sua taxa de sucesso.

Uma versão dessa tecnologia poderia ser integrada em breve ao Copilot, o chatbot de IA da Microsoft, e ao mecanismo de busca Bing, que processa 50 milhões de consultas médicas por dia.



"Modelos rápidos, baratos e 4 vezes mais precisos"
Mustafa Suleyman

De acordo com Suleyman, a Microsoft está próxima de chegar a "modelos de IA com desempenhos que são não só um pouco melhores, mas dramaticamente melhores, do que o humano: mais rápidos, baratos e quatro vezes mais precisos".

"Isso será verdadeiramente transformador", acrescentou.

O novo projeto surge após a DeepMind ter liderado o caminho no uso da IA na saúde. O chefe do laboratório da Google, sir Demis Hassabis, foi um dos vencedores do Prêmio Nobel de Química do ano passado ao ter usado a IA para decifrar segredos biológicos de proteínas essenciais à vida.

A Microsoft já investiu quase US$ 14 bilhões na OpenAI e tem direitos exclusivos sobre o uso e a venda de sua tecnologia. A empresa, contudo, está envolvida em altas disputas com a startup, que tenta se tornar uma entidade com fins lucrativos, enquanto as duas se digladiam sobre os termos futuros da parceria.

De acordo com Suleyman, embora o modelo da OpenAI tenha sido o melhor, a Microsoft é "agnóstica" no que se refere a qual dos quatro "modelos de classe mundial" o MAI-DxO deve usar.

"Sempre acreditamos que eles se tornarão commodities [...] é o orquestrador agregador que eu penso ser o diferencial", disse.

De acordo com Dominic King, ex-líder da unidade de saúde da DeepMind e agora na Microsoft, o programa "teve um melhor desempenho do que tudo que já vimos antes" e "há uma oportunidade, aqui e agora, de atuar quase como uma nova porta de entrada para a assistência médica".

Os modelos de IA também foram programados para considerar custos, o que permitiu uma grande redução no número de exames necessários para diagnósticos corretos, possibilitando economias de centenas de milhares de dólares em alguns casos, segundo King.

King ressaltou que a tecnologia ainda está em fase inicial e não foi revisada por pares, de forma que não está pronta para uso clínico.

"Este é um estudo histórico", disse o cardiologista Eric Topol, fundador do instituto de pesquisas científicas Scripps Research Translational Institute. "Embora este trabalho não tenha sido feito num ambiente real de prática médica, é o primeiro a trazer evidências sobre o potencial de eficácia da IA generativa na medicina — em precisão e economia de custos." *(Tradução de Sabino Ahumada)*

Nvidia fica mais perto de valer US$ 4 tri

Cenário

Dow Jones, de Nova York

As ações da Nvidia encerrou o mês junho com valorização de 16,92%, mais de quase quatro vezes o desempenho do S&P 500, aproximando a empresa de tecnologia a uma avaliação que pode ultrapassar US$ 4 trilhões em breve.

A Nvidia ultrapassou a marca de US$ 1 trilhão em junho de 2023, pouco depois de dar início à corrida por inteligência artificial com uma previsão de receita para seus chips poderosos, que superou amplamente as estimativas de Wall Street. Foram necessários 262 dias para atingir US$ 2 trilhões, mas apenas 96 dias para ultrapassar os US$ 3 trilhões, marca alcançada em 5 de junho de 2024.

Agora, os US$ 4 trilhões estão no horizonte. A fabricante de chips de IA pode atingir esse patamar em apenas algumas semanas, considerando o ganho médio diário de cerca de 0,8% no último mês, segundo dados da FactSet. Com esse ritmo, a Nvidia ultrapassaria os US$ 4 trilhões em apenas cinco pregões.

Isso colocaria seu valor de mercado mais de 36% acima de todo o índice FTSE 100 (referência do Reino Unido) e apenas 18% abaixo do valor total do índice Nikkei 225 do Japão.

Com valor de mercado atual em torno de US$ 3,8 trilhões, a participação da Nvidia no S&P 500 é de cerca de 6,9%, comparada a 6,7% da Microsoft e 5,4% da Apple. Embora alguns investidores estejam preocupados com a influência da Nvidia sobre o mercado como um todo, mesmo esses 6,9% subestimam sua relevância. Se a Nvidia ultrapassar os US$ 4 trilhões, representará cerca de 13% da capitalização total do S&P 500, estimada em quase US$ 52 trilhões.

Garantido vence o Festival de Parintins

Entretenimento

Bianca Guilherme
De São Paulo

O Boi-Bumbá Garantido foi o campeão da 58ª edição do Festival Folclórico de Parintins, realizada entre os dias 27 e 29 de junho. O boi vermelho e branco alcançou seu 33º título, tornando-se o maior campeão da história da disputa, superando o rival Caprichoso, que buscava o tetracampeonato. Neste ano, a disputa foi acirrada: o Garantido venceu com 1.259,1 pontos. Caprichoso teve 1.258,6.

O Caprichoso levou para a arena o tema "É tempo de retomada", enquanto o Garantido apresentou o enredo "Boi do povo, boi do povão". Cada boi teve entre duas e duas horas e meia para se apresentar nas três noites de disputa. Os espetáculos reúnem toadas (músicas autorais), danças, alegorias e encenações baseadas no folclore amazônico.

As apresentações são avaliadas por um júri técnico, que atribui notas de 0 a 10 em 21 quesitos diferentes, avaliados em cada noite. Os itens são divididos em três blocos, com sete itens cada: música e itens comuns (bloco A), coreografia e cenografia (bloco B), e a parte artística do evento (bloco C).

Cada bloco é julgado por um grupo de três especialistas com experiência em folclore e cultura popular, que dão notas de 0 a 10. De cada item, a nota mais baixa é descartada e ganha o boi que somar mais pontos ao final das três noites.

Neste ano, o festival atraiu 19 marcas. O investimento privado somou R$ 15 milhões neste ano, mesmo patamar de 2024. Também houve apoio do governo estadual, da prefeitura de Parintins e do Ministério do Turismo.

33
vitórias em 58 edições do festival

Cade está avaliando condenar a Apple

Concorrência

Estevão Taiar e Daniela Braun
De Brasília e São Paulo

A Superintendência-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) recomendou nesta segunda-feira ao tribunal da autarquia que a Apple seja condenada "por conduta anticompetitiva no ecossistema digital do sistema operacional iOS".

A superintendência recomendou "a aplicação de multa e a imposição de remédios comportamentais para solucionar os problemas concorrenciais identificados", além da "cessação das práticas investigadas e a adoção de medidas que mitiguem seus efeitos anticompetitivos". A investigação "apurou práticas abusivas adotadas pela empresa, como a imposição do uso exclusivo de seu sistema de pagamento por desenvolvedores de aplicativos e a restrição à distribuição e comercialização de serviços digitais de terceiros".

As práticas adotadas pela Apple, segundo o Cade, "criam barreiras artificiais à entrada de concorrentes em mercados relacionados ao sistema iOS, controlado integralmente" pela companhia. "Com isso, a empresa dificulta a atuação de novos agentes, preserva sua posição dominante de forma artificial e reduz as opções disponíveis para desenvolvedores e usuários da plataforma", diz o Cade.

Ao **Valor**, a Apple diz: "Estamos preocupados que as medidas propostas pelo Cade prejudiquem a experiência que nossos usuários amam e confiam, além de representar novos riscos à sua privacidade e segurança. Continuaremos a nos envolver com o Cade para defender os direitos de usuários e desenvolvedores em nossa plataforma."

Acessar crédito é desafio para marca criada em favelas



Marketing

Daniela Braun
De São Paulo

O acesso ao crédito é um dos desafios para a expansão das marcas criadas dentro das favelas, diz o presidente da organização não-governamental Central Única das Favelas (Cufa) Global, Marcus Vinicius Athayde, em entrevista ao novo episódio do 15Cast, que vai ao ar nesta terça-feira (1º).

"As pessoas estão empreendendo pela necessidade da sobrevivência, então não existe um planejamento sobre futuro, crescimento e expansão", afirma. Um dos projetos liderados pela Cufa para dar visibilidade ao empreendedorismo das favelas e periferias é a feira de negócios "Expo Favela". O evento, que conecta empreendedores a investidores em diversos pontos do Brasil, gerou mais de R$ 40 milhões em negócios no ano passado, informa Athayde.

Criada em 2015, a Cufa Global é um movimento de internacionalização da organização social Cufa, fundada em 1999, no Rio de Janeiro. Hoje, a Cufa Global reúne 68 países associados.

O 15Cast está disponível nos principais serviços de streaming de áudio e vídeo, no site e nos canais sociais do **Valor**.

Cenários Açúcar, cacau e milho também tiveram baixa em junho nos mercados internacionais

Café despenca após recordes de alta na bolsa

Paulo Santos
De Campina Grande (PB)

Se no primeiro trimestre do ano a crise na oferta de café levou os preços a níveis recorde na bolsa de Nova York, a cotação ensaiou correção no fechamento de junho, puxada principalmente pelo avanço da colheita no Brasil, maior exportador de arábica do mundo. Com isso, o produto foi o destaque de queda entre as principais commodities agrícolas no último mês. Na bolsa de Chicago, o produto com o maior recuo foi o milho, reflexo do bom andamento da safra nos Estados Unidos. Já o trigo subiu, diante das preocupações com os conflitos no Oriente Médio e da desvalorização do dólar.

No mercado do café em Nova York, o cenário desenhado por analistas no início do ano se consolidou em junho. Com o começo dos trabalhos de colheita no Brasil — até de café conilon —, a percepção de oferta maior cresceu, derrubando os preços. Dessa forma, os contratos de segunda posição tiveram queda de 10,27% em junho, para uma média de US$ 3,3256 a libra-peso, segundo o Valor Data.

De acordo com a StoneX, o Brasil colheu 54% da safra de café esperada para o ciclo 2025/26. No mesmo período do ano passado, a colheita estava em 57,9%. Mesmo com esse atraso, a sensação de maior oferta motivou o desmonte de posições compradas do café nas últimas semanas.

"Até o primeiro trimestre, o café era negociado acima de US$ 4, patamar nunca antes registrado. Apesar da queda nos preços, é importante lembrar que eles ainda estão em níveis historicamente elevados", afirmou Fernando Maximiliano, analista de inteligência de mercado da StoneX.

Os preços do cacau também caíram em junho na bolsa de Nova York, mas os níveis seguem elevados. Os contratos de segunda posição recuaram 4,43%, para o valor médio de US$ 9.006 a tonelada. A pressão de baixa ainda reflete as condições de clima favoráveis para a produção no oeste da África.

No mercado do açúcar, a maior oferta de Tailândia e Índia fez os contratos de segunda posição recuarem 5,13%, em junho, em Nova York, para, em média, 16,71 centavos de dólar por libra-peso.

O suco de laranja concentrado e congelado (FCOJ, na sigla em inglês) ficou praticamente estável. Os papéis fecharam junho em queda de 0,50%, para, em média, US$ 2,5638 a libra-peso. Já o algodão caiu 1,57%, para 67,03 centavos de dólar a libra-peso em junho.

O trigo foi o destaque de alta entre as commodities agrícolas negociadas na bolsa de Chicago. Os contratos de segunda posição do cereal fecharam com valorização de 2,99%, para uma média de US$ 5,5594 o bushel.

De acordo com Luiz Pacheco, analista da T&F Consultoria Agroeconômica, o conflito entre Irã e Israel motivou a oscilação do cereal no último mês. "Como a guerra ocorreu em uma região que envolve grandes importadores de trigo, muitos anteciparam as compras prevendo a escalada das tensões", disse.

Para ele, a alta também está relacionada à desvalorização do dólar, que tornou o cereal americano competitivo no cenário externo.

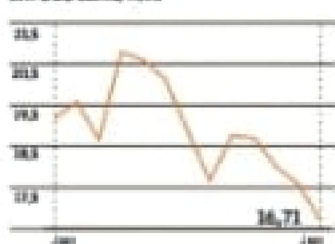
Com a finalização do plantio nos EUA, os contratos de segunda posição do milho fecharam o mês de junho em queda de 4,90% em Chicago, para uma média de US$ 4,2111 o bushel. O início da colheita da safrinha no Brasil, onde as perspectivas apontam para uma produção recorde, também contribuiu para a baixa na bolsa.

O preço da soja pouco oscilou em junho, com forças distintas atuando no mercado. Os contratos de segunda posição fecharam em leve queda, de 0,39%, para US$ 10,4895 o bushel na média. Enquanto o avanço nos EUA da safra atuou como fator de pressão negativa para a soja, o conflito no Oriente Médio mexeu com os preços do petróleo. Isso resultou em altas para o óleo de soja, que impediram um recuo maior do grão.

Commodities agrícolas

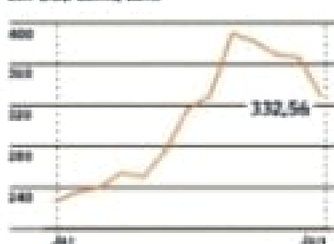
Cotações médias mensais* nas bolsas de Nova York e Chicago

Açúcar
Em US$ cents/libra



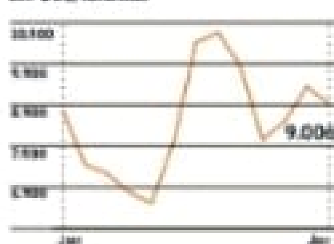
Variações		
-5,13%	-11,79%	-13,18%
Jun/25	No ano	12 meses

Café
Em US$ cents/libra



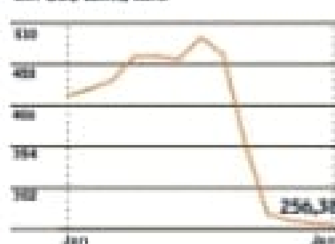
Variações		
-10,27%	4,22%	46,32%
Jun/25	No ano	12 meses

Cacau
Em US$/tonelada



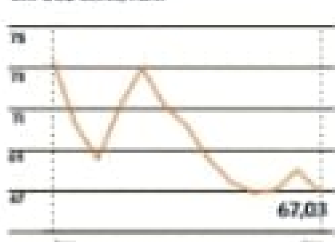
Variações		
-4,43%	-14,53%	2,09%
Jun/25	No ano	12 meses

Suco de laranja
Em US$ cents/libra



Variações		
-0,50%	-48,48%	-39,45%
Jun/25	No ano	12 meses

Algodão
Em US$ cents/libra



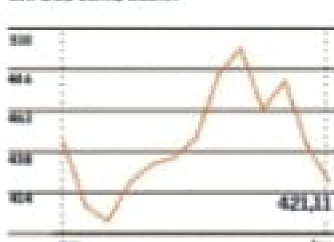
Variações		
-1,57%	-4,68%	-8,78%
Jun/25	No ano	12 meses

Soja
Em US$ cents/bushel



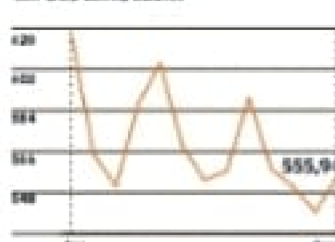
Variações		
-0,39%	5,99%	-9,73%
Jun/25	No ano	12 meses

Milho
Em US$ cents/bushel



Variações		
-4,90%	-5,86%	-5,43%
Jun/25	No ano	12 meses

Trigo
Em US$ cents/bushel



Variações		
2,99%	0,32%	-10,08%
Jun/25	No ano	12 meses

Fonte: Dow Jones Newswires. Elaboração: Valor Data. * Mercado futuro, segunda posição

Após safra de perdas, Zilor fechou 2024/25 com lucro

Balanço

Camila Souza Ramos
De São Paulo

Maior acionista da Copersucar, a Zilor deu um "salto" em sua estratégia corporativa na safra passada (2024/25). O movimento incluiu a venda do controle do negócio de ingredientes especiais, a compra de uma usina e a contratação de um CEO de mercado, iniciativas que garantiram uma receita recorde e lucro no fim do ciclo, um ano depois de a empresa ter tido prejuízo.

O ganho na safra 2024/25 foi de R$ 36 milhões. O resultado positivo deveu-se aos preços favoráveis do açúcar e à estratégia de maximizar a produção da commodity em detrimento do etanol, mesmo com a quebra de safra decorrente da seca histórica de 2024.

A receita líquida, a maior da história da empresa, foi de R$ 3,7 bilhões, um montante 6,6% maior do que o do ciclo anterior. A moagem de cana, por sua vez, recuou 7,4%, a 10,6 milhões de toneladas. O resultado contou com a contribuição de quatro meses de operação da Usina Salto Botelho, em Lucélia (SP), que a Zilor comprou por R$ 600 milhões do fundo Amerra. Não entraram nas contas os R$ 665 milhões da venda de 70% da Biorigin ao grupo francês Lesaffre — o valor só entrou no caixa em maio.

O lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) ajustado subiu 5%, para R$ 1,1 bilhão. O ganho ficou acima da previsão dos acionistas, diz André Inserra, que assumiu a presidência da companhia no último trimestre da temporada, após construir sua carreira em multinacionais industriais.

A contratação de Inserra é um marco de transição na história da Zilor, que em seus 79 anos sempre foi administrada por membros da família controladora. "Os acionistas me chamaram e disseram que, pelo meu histórico, querem que a empresa cresça", conta. O CEO está agora elaborando um novo plano estratégico, que deve prever tanto crescimento orgânico quanto via aquisições de usinas ou de negócios que tenham sinergia com a atuação da Zilor.

É fato que o atual cenário de taxa de juros impõe cautela, mas não limita investimentos cruciais, como em cana. "A questão dos juros é central mais para crescimento inorgânico ou um negócio novo", afirma o executivo.

O principal esforço de curto prazo agora é fazer com que as operações da Salto Botelho estejam no "mesmo padrão" das outras usinas da Zilor. Segundo Inserra, a companhia está aproximando o trabalho das equipes da usina adquirida e da usina em Quatá, que formam agora um novo "cluster". A Usina Salto Botelho, que tem capacidade para 1,5 milhão de toneladas, é 50% abastecida por cana de fornecedores, e tem a gestão do restante. Nas outras duas usinas, os fornecedores são 60% de cana processada.

Inserra quer elevar logo a moagem do grupo para sua capacidade, de 14 milhões de toneladas por safra. Após uma geada em maio e chuvas acima da média em junho, a companhia não deve atingir a meta na safra atual.



Andre Inserra, da Zilor: receita da empresa, de R$ 3,7 bilhões, foi recorde

Moagem de cana tem queda de 21%

Bioenergia

De Campina Grande (PB)

Na primeira quinzena de junho, as usinas de cana-de-açúcar da região Centro-Sul processaram 38,78 milhões de toneladas, 21,5% menos que as 49,40 milhões moídas no mesmo período da safra 2024/25, de acordo com a União da Indústria de Cana-de-Açúcar e Bioenergia (Unica).

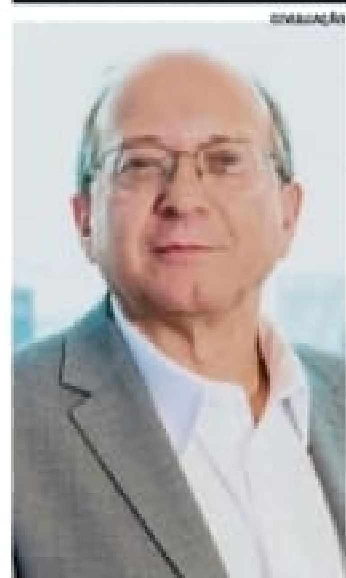
Segundo a entidade, no acumulado da safra 2025/2026, iniciada em abril, até 16 de junho, a moagem atingiu 163,58 milhões de toneladas. O volume é 14,33% menor do que as 190,94 milhões de toneladas do mesmo período no ciclo anterior.

O diretor de Inteligência Setorial da Unica, Luciano Rodrigues, informou, em nota, que 95% das usinas do Centro-Sul estavam ativas na quinzena, mas, ainda assim, a moagem caiu em virtude das condições climáticas desfavoráveis à colheita. "As chuvas, concentradas principalmente nos Estados do Paraná e de Mato Grosso do Sul e nas regiões de Araçatuba e Assis, em São Paulo, prejudicaram o ritmo do trabalho no campo, fazendo com que o volume processado ficasse abaixo da média das últimas safras", disse.

O nível de Açúcares Totais Recuperáveis (ATR), unidade de mensuração da qualidade da matéria-prima, foi de 128,66 quilos por tonelada de cana na primeira quinzena de junho. Um ano antes, a média foi de 134,55 quilos por tonelada.

De acordo com o levantamento, a produção de açúcar nos primeiros 15 dias de junho totalizou 2,45 milhões de toneladas, queda de 22,12% em comparação com as 3,15 milhões de toneladas de igual período na safra 2024/2025.

Já a fabricação de etanol nas unidades do Centro-Sul atingiu 1,78 bilhão de litros, sendo 1,10 bilhão de litros de etanol hidratado (-17,97%) e 677,59 milhões de litros de etanol anidro (-26,97%). A Unica informou que, do volume total de etanol produzido na quinzena, 20,11% foram fabricados a partir do milho. Foram 356,58 milhões de litros neste ano, ou 16,54% a mais do que no mesmo período de 2024/25. *(PS)*



"Com o ganho de escala, o custo por quilo produzido fica muito menor"
Rui Mendonça

Marfrig reitera aposta em megafábricas no país

Estratégia

Cleyton Vilarino
De São Paulo

A Marfrig inaugurou na sexta-feira (27/6) a ampliação do complexo industrial de Promissão, no interior de São Paulo, uma obra que recebeu investimento de R$ 500 milhões. O projeto está no centro de um plano que o grupo lançou em 2023 e no qual prevê desembolsar R$ 1,3 bilhão até o fim deste ano: a estratégia consiste em ampliar a capacidade de produção de suas fábricas e agregar valor ao portfólio, com aumento da participação de industrializados e itens de marca.

Por estar próxima aos principais mercados consumidores e portos do país e ter mais de 100 habilitações para exportação — a China faz parte da lista —, a fábrica de Promissão tem importância estratégica para a companhia. Após o investimento, a capacidade de abate da planta, que era de mil cabeças de gado ao dia, subiu para 3,5 mil cabeças ao dia. A taxa de ocupação, por sua vez, que era de cerca de 75% há três anos, quando o projeto começou, passará de 90%.

"Quando você atinge um patamar de escala de alto nível, transformando-se na maior unidade do país em termos de abate e desossa, obviamente o custo por quilo produzido fica muito menor. Você fica muito mais eficiente e mais rentável", observa Rui Mendonça, o principal executivo da empresa. Após as obras, o custo por quilo de carne que a Marfrig produz na unidade será cerca de 30% menor do que o de 2002, ano de inauguração da planta.

Além do aporte de R$ 500 milhões em Procissão, a companhia investirá, ao todo, R$ 800 milhões nas unidades de Tacuarembó, no Uruguai, São Jorge, na Argentina, e de Várzea Grande (MT). "Em todas, fizemos expansão com esse mesmo conceito de complexo industrial, com carne de valor agregado e processados reunidos na mesma unidade e reduzindo o custo por quilo produzido", relata Mendonça. Segundo ele, os produtos de marca classificados como premium já representam cerca de 40% do total das vendas de carne desossada da empresa.

Com os desembolsos, além de modernizar a linha de produção, a companhia vai aumentar a capacidade de confinamento de gado dessas unidades. O modelo replica o modo de operação da subsidiária da Marfrig nos Estados Unidos, a National Beef, na qual 25% dos abates são de animais que a própria empresa cria e engorda.

No Brasil, a companhia trabalha com a perspectiva de que a participação do gado próprio nos abates totais seja a mesma que o grupo tem na subsidiária americana. Como parte desse plano, a Marfrig inaugurou neste ano as operações de um confinamento em Lins, cidade vizinha de Procissão. "Eles entram estrategicamente fechando possíveis pequenas oscilações de oferta que acontecem ao longo do tempo", explica Mendonça.

Para além de representarem garantia de oferta, os confinamentos próprios são também, na avaliação da Marfrig, uma forma de assegurar a qualidade de seus produtos e de amplificar sua presença no mercado internacional. "Isso aumenta muito a participação de gado habilitado [para vendas à] Europa na nossa operação, com ganhos em qualidade e ocupação", completa o executivo.

Eufrázio

Crédito rural Juros para linhas na agricultura empresarial vão subir dois pontos percentuais

Plano Safra 2025/26 vai destinar R$ 516,2 bi a grandes produtores

Rafael Walendorff
De Brasília

O Plano Safra da Agricultura Empresarial 2025/26 terá R$ 516,2 bilhões em recursos para empréstimos a médios e grandes produtores, afirmou o ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, em entrevista exclusiva ao **Valor**. O montante é 1,5% maior que os R$ 508,6 bilhões da temporada encerrada ontem.

Os juros vão subir até 2 pontos percentuais, conforme antecipou a reportagem. As taxas para o custeio dos médios produtores serão de 10% e as dos demais, de 14%. Nos investimentos, as alíquotas vão variar entre 8,5% e 13,5%.

Os detalhes serão anunciados hoje em cerimônia no Palácio do Planalto com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Os recursos aumentaram, sobretudo, para o custeio (de R$ 401,3 bilhões para R$ 414,7 bilhões), prioridade do Plano Safra diante do menor apetite do setor pelos investimentos por conta dos juros altos. O montante para essas linhas cairá de R$ 107,3 bilhões para R$ 101,5 bilhões.

Fávaro disse que está "feliz" com o Plano Safra construído e que a peça sintetiza o apoio do governo à continuidade do crescimento da agropecuária brasileira. Ele salientou que os juros altos preocupam.

"Juro alto é sempre indutor de inadimplência, por isso colocamos mais recurso no custeio, que tem mais equalização e menor exposição. O produtor terá dinheiro na hora certa para comprar seus insumos e garantir a eficiência da sua safra se o clima ocorrer de forma favorável", afirmou.

O ministro disse que, apesar do cenário de "Selic em alta, de restrição orçamentária, de comprometimento de recursos com prorrogação de dívidas e de funding restrito", as dificuldades foram superadas. "Ninguém quer subir a taxa de juros, mas quando o Banco Central sobe 4,5 pontos percentuais de um ano para o outro, o governo reage e faz aumento mínimo possível, de 1,5 a 2 pontos percentuais", avaliou. A Selic saiu de 10,5% para 15%.

A fatia de recursos equalizados — com subvenção direta do Tesouro Nacional para pagar a diferença nos juros — vai crescer de R$ 92,8 bilhões para R$ 113,78 bilhões. Somados aos controlados sem equalização, são R$ 189 bilhões para médios e grandes produtores.

1,5%
é a alta no volume dos recursos

Segundo Fávaro, o presidente Lula autorizou a ampliação de recursos orçamentários para a equalização. A safra recorde foi o principal argumento para o incremento.

A Pasta não conseguiu criar a linha específica, com juros menores, para cultivo de arroz, feijão e hortifrútis, por médios produtores. Segundo Fávaro, o público será atendido por meio do crédito destinado ao Pronamp (R$ 69,1 bilhões), com juros de 10% no custeio. O limite passará de R$ 3 milhões para R$ 3,5 milhões de renda bruta anual.

O valor de R$ 516,2 bilhões considera R$ 185 bilhões em Cédulas de Produto Rural (CPRs) financiadas com recursos direcionados captados via Letras de Crédito do Agronegócio (LCAs). Mesmo assim, o crescimento no bolo total é apenas nominal. O montante final não tem avanço real quando é descontada a inflação do período, de 5,32%. "No recurso equalizado cresceu mais do que a inflação", justificou Fávaro.

Uma inovação feita pelo Ministério da Fazenda na aplicação dos recursos equalizados do crédito rural na safra 2025/26 deu "folga orçamentária" à União e vai permitir a entrada em vigor do novo Plano Safra com garantia de verba em caixa no orçamento deste ano.

O subsecretário de Política Agrícola e Negócios Agroambientais da Pasta, Gilson Bittencourt, disse a jornalistas, após o anúncio do Plano Safra da Agricultura Familiar 2025/26, que o governo vai estabelecer um percentual de recursos que poderão ser equalizados na primeira metade da safra, ou seja, ainda em 2025. Serão 80% dos saldos de custeio e 50% dos investimentos.



Carlos Fávaro: plano sintetiza apoio do governo ao crescimento do setor

Com isso, o Tesouro é obrigado a reservar menos orçamento para a subvenção, já que parte dos financiamentos só será feita em 2026.

"Fizemos uma inovação que vai afetar tanto a agricultura familiar quanto empresarial. Distribuímos melhor o que pode ser contratado no primeiro e no segundo semestre. Isso deu uma folga em termos orçamentários", afirmou.

O orçamento reservado para a equalização de julho a dezembro é de R$ 1,3 bilhão. Se não houvesse a limitação do percentual de operações que as instituições financeiras poderão contratar, o Tesouro teria de reservar um valor maior em caixa, mesmo que não fosse inteiramente utilizado no período.

Com o rearranjo, disse Bittencourt, " mais ou menos a metade do investimento vai ser agora e mais ou menos a metade no início do ano que vem. Com esse ajuste e mais alguns ajustes gerais de recursos, conseguimos enquadrar dentro da disponibilidade".

Pela regra, o Tesouro Nacional precisa considerar todo o valor equalizado como se fosse contratado imediatamente e prever o recurso total necessário para equalizar essas operações no período.

A regra será divulgada na portaria que o Ministério da Fazenda vai publicar com a divisão dos recursos equalizados da safra 2025/26. Na temporada 2024/25, foram R$ 138,2 bilhões. Agora, considerando pequenos, médios e grandes, serão R$ 157,1 bilhões.

Fávaro defendeu o acompanhamento "com lupa" da aplicação dos recursos do Plano Safra 2025/26. "Não pode deixar faltar dinheiro nem ficar sobrando em algum lugar", concluiu.

Agricultura familiar terá R$ 89 bi

Rafael Walendorff, Sofia Aguiar e Murillo Camarotto
De Brasília

O governo federal anunciou ontem que vai destinar R$ 89 bilhões para a agricultura familiar na safra 2025/26. O valor será aplicado em crédito rural, compras públicas, seguro agrícola, assistência técnica e garantia de preço mínimo. Como antecipou o **Valor**, um montante de R$ 78,2 bilhões será direcionado ao crédito para os pequenos produtores, no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Do valor ofertado em 2025/26, R$ 43,4 bilhões serão com juros equalizados, ou seja, com subvenção direta do Tesouro Nacional. Na temporada 2024/25, foram R$ 45,4 bilhões. Serão R$ 40,2 bilhões para custeio e R$ 37,9 bilhões para investimentos.

"Além do valor recorde, conseguimos manter taxas de juros acessíveis, especialmente para a produção de alimentos essenciais, mesmo em um cenário econômico desafiador, garantindo que o agricultor familiar tenha condições justas de financiamento", afirmou o ministro do Desenvolvimento Agrário, Paulo Teixeira no lançamento do Plano Safra da Agricultura Familiar, ao lado do presidente Lula e outros ministros.

A Pasta defende que os juros reais das linhas de crédito são negativos para a produção de alimentos. Representantes do setor produtivo e dos bancos observaram que o valor nominal do Pronaf é maior, mas ao descontar a inflação acumulada no período, de 5,32%, o plano é menor que os R$ 76 bilhões de 2024/25.

O novo plano terá juros entre 0,5% e 8% ao ano, com teto maior que o da temporada anterior. Em algumas linhas estratégicas, como custeio e investimento, as taxas foram mantidas. No geral, o aumento foi de 2 pontos percentuais, reflexo da escalada da Selic desde o ano passado e do aperto orçamentário do governo federal.

O custeio para a produção de alimentos da cesta básica teve as taxas de 3% ao ano mantidas. O incentivo valerá para os agricultores familiares que produzirem arroz, feijão, mandioca, leite, ovos, trigo e tomate. Serão R$ 6,5 bilhões ofertados em linhas equalizadas para essa modalidade.



Presidente Lula e ministros no lançamento do Plano Safra da Agricultura Familiar: R$ 78,2 bilhões para o Pronaf

A avaliação em Brasília é que a medida, adotada na safra 2024/25, surtiu efeito, com reflexos no aumento da produção desses itens e na deflação dos produtos em junho, após nove meses de alta.

Produtores de commodities, como soja e gado de corte, pagarão 8% ao ano, na linha de custeio, alta de 2 pontos percentuais em relação à temporada 2024/25. A oferta será de R$ 5,1 bilhões em recursos equalizados nessa linha.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário ainda criou outra faixa de custeio, para produtos como milho, café, uva e demais frutas de inverno, com juros de 6,5% ao ano. Serão ofertados R$ 4,9 bilhões em linhas com equalização.

O governo decidiu poupar outras linhas prioritárias para o MDA da alta de juros para a safra 2025/26. Os juros do custeio para produção orgânica, agroecológica e de produtos da sociobiodiversidade seguirão em 2% ao ano no Pronaf. Esse público terá R$ 150 milhões à disposição com equalização.

> "Conseguimos manter taxas acessíveis apesar do cenário"
> *Paulo Teixeira*

Os juros das linha de investimentos para compra de máquinas de pequeno porte também foram mantidos em 2,5%. O limite agora foi ampliado de R$ 50 mil para R$ 100 mil para famílias com renda anual de até R$ 150 mil. São R$ 500 milhões em linhas equalizadas para essa modalidade. Colheitadeiras, tratores e implementos de até R$ 250 mil poderão ser comprados com juros de 5% ao ano. Foram reservados R$ 7 bilhões para essa linha com taxas equalizadas.

Também houve manutenção do juros de 3% para Pronaf Investimento nas linhas Pronaf Floresta, Pronaf Jovem, Pronaf Agroecologia, Pronaf Bioeconomia, Pronaf Convivência com o Semiárido, Pronaf Produtivo Orientado e inclusão de avicultura, ovinocultura e caprinocultura, conectividade no campo e equipamentos para acessibilidade nos investimentos incentivados.

Dentro dos R$ 89 bilhões anunciados pelo governo para a agricultura familiar, um montante de R$ 1,1 bilhão será destinado à Garantia-Safra na safra 2025/26, um benefício social pago aos pequenos produtores rurais com baixa renda de municípios sujeitos a perdas no campo decorrentes de secas severas ou excesso hídrico.

A Pasta também incluiu no pacote os R$ 5,7 bilhões destinados ao Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro), espécie de seguro rural público gerido pelo Banco Central.

Além disso, R$ 3,7 bilhões irão para os programas de compras públicas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

O subsecretário de Política Agrícola e Negócios Agroambientais do Ministério da Fazenda, Gilson Bittencour, disse a jornalistas, após o evento, que o aumento do direcionamento de recursos de depósitos à vista e as regras para impedir a elevação dos spreads bancários, permitiram que o Plano Safra da Agricultura Familiar 2025/26 seja mais "barato" do que o anterior, apesar do aumento da Selic e da manutenção de juros em várias linhas de crédito.

Segundo ele, o custo orçamentário para pagamento de equalização de juros nas linhas do Pronaf em 2025/26 será de R$ 9,5 bilhões. Em 2024/25, a despesa foi estimada inicialmente em R$ 10,4 bilhões. O valor considera o gasto da União ao longo de vários anos.

valor.com.br
Mais sobre o Plano Safra da Agricultura Familiar em www.valor.com.br/agro

Alta do juro preocupa cooperativas

Gabriella Weiss, Rafael Walendorff e Paulo Santos
De São Paulo, Brasília e Campina Grande (PE)

As cooperativas temem que a elevação da taxa de juros para 8% ao ano nos empréstimos para investimentos da agricultura familiar possa adiar ou até inviabilizar projetos de longo prazo. A avaliação é do coordenador do Ramo Agro do Sistema OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras), João Prieto, que expressou preocupação com os impactos da medida para as cooperativas agropecuárias.

"Quem estava ali com seus projetos prontos, principalmente de longo prazo, [com] uma expectativa de 6%, que era o que estava sendo praticado, e [agora] a gente olha para 8%. O pessoal [da agricultura familiar] vai ter que reavaliar para ver se é um projeto que cabe sair de imediato [ou] se cabe uma espera um pouco maior", afirmou Prieto. Segundo ele, a mudança de patamar nos juros pode levar muitas cooperativas a "voltar para a prancheta" para observar a viabilidade e até "estrangular" iniciativas em curso.

Ele destacou a importância de aguardar os detalhes do Conselho Monetário Nacional (CMN) sobre os critérios de contratação e enquadramento dos projetos para que se possa avaliar se os investimentos planejados serão viáveis dentro das novas condições.

Já a manutenção das taxas para outras linhas de investimento e para o custeio da agricultura familiar foram bem vistas pelo setor de máquinas agrícolas. "De forma geral, o plano foi muito bom, porque [o governo] manteve o juro do ano passado, apesar de a Selic ter saltado de 10,5% para 15%", disse Pedro Estevão, presidente da Câmara Setorial de Agricultura da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq).

O dirigente avaliou como positivo o aumento do acesso ao crédito dos pequenos produtores para a aquisição de máquinas, de R$ 100 mil para R$ 150 mil. Uma medida que, segundo Estevão, pode estimular a indústria no país.

Commodities
Após bater recordes, cotação do café despenca nas bolsas internacionais B7

Política monetária
Lagarde, do BCE, abre fórum de bancos centrais em Sintra com alerta sobre incerteza C2



Investimentos
Ações brasileiras são destaque no 1º semestre mesmo com Selic em 15% C6

Mercados
Decepção com dados dos EUA reforça apostas em cortes de juros do Fed C2

Travelex Bank
OPERAÇÕES CROSS-BORDERS COM O BANCO DE CÂMBIO QUE MAIS CRESCE NO PAÍS.
travelexbank.com.br
(11) 3004-0490

Finanças

Mercados Juros futuros mais longos despencaram a patamares inéditos desde novembro; Ibovespa subiu 1,45% no dia e teve o melhor 1º semestre depois de 2016

Dólar vai ao menor nível em 9 meses

Gabriel Roca, Bruna Furlani, Maria Fernanda Salinet e Gabriel Caldeira
De São Paulo

Na contramão de boa parte das previsões de agentes financeiros que estimavam um avanço da moeda americana no ano, o dólar à vista encerrou o último pregão do primeiro semestre no menor patamar desde 19 de setembro de 2024, a R$ 5,4335, uma queda de 0,91%. O desempenho do real foi o melhor entre as 33 moedas mais líquidas acompanhadas pelo **Valor** no pregão de ontem. Com o resultado diário, a moeda americana acumulou uma desvalorização de 12,08% frente à divisa brasileira entre janeiro e junho deste ano.

O recuo mais expressivo do dólar à vista na sessão também deu suporte para as taxas domésticas. Os juros futuros fecharam em queda forte, principalmente nos vértices de mais longo prazo, que despencaram aos menores níveis desde novembro de 2024. O movimento foi puxado pelo Caged de maio, que registrou um número de contratações líquidas no mercado de trabalho abaixo do esperado e, assim, alimentou a expectativa pelo início do ciclo de corte de juros do Banco Central (BC).

A taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) com vencimento de janeiro de 2026 teve queda modesta de 14,935%, do ajuste anterior, para 14,925%; a do DI de janeiro de 2027 caiu de 14,18% para 14,095%; a do DI de janeiro de 2029 recuou de 13,315% para 13,07%; e a do DI de janeiro de 2031 cedeu de 13,475% a 13,17%.

O movimento garantiu um fôlego extra ao Ibovespa, que encerrou com alta de 1,45%, aos 138.855 pontos. No acumulado do primeiro semestre, o avanço do índice foi de 15,44%, no melhor resultado para o período desde 2016, segundo dados compilados pelo Valor Data.


Tatsumi: "Mesmo que o dólar suba a R$ 6,17, quem comprar sai no zero a zero"

"Esse fluxo externo que vimos no ano é pequeno próximo do potencial que pode vir, já que essa grande puxada [do Ibovespa no semestre] foi do estrangeiro", avalia o gestor de renda variável do ASA, Marcelo Nantes. Para ele, o que pode manter ou acelerar o otimismo dos alocadores globais é uma visibilidade maior sobre o início do ciclo de corte de juros no Brasil, além de uma antecipação do cenário eleitoral para o ano que vem.

Participantes notam que o fluxo estrangeiro para os ativos locais também se mostrou presente na sessão de ontem. Eles lembram que o último pregão do semestre costuma marcar o rebalanceamento das carteiras dos investidores globais. Assim, no contexto de dólar fraco no exterior e de uma demanda elevada dos investidores por ampliar a exposição para fora dos Estados Unidos, há bons argumentos que sustentam, neste momento, algum otimismo com o Brasil.

Os profissionais citam ainda uma taxa Selic bastante elevada, "valuations" descontados e expectativas do mercado sobre uma mudança na política econômica local após as eleições do ano que vem como fatores que ajudaram a contribuir para o bom desempenho conjunto dos ativos brasileiros ontem.

Com a Selic na faixa dos 15%, o gestor de moedas da ACE Capital, Daniel Tatsumi, nota que é bastante "caro" apostar contra o real neste momento. "O dólar futuro para janeiro de 2027 está em R$ 6,17. Ou seja, mesmo que suba até R$ 6,17 na virada do ano que vem, quem comprar hoje sai no zero a zero", aponta, notando o custo de oportunidade elevado.

Sobre a sessão de ontem, o executivo da ACE observa que havia certa expectativa dos agentes financeiros de que o Banco Central pudesse anunciar alguma medida para neutralizar os efeitos do vencimento dos US$ 2,1 bilhões em contratos de linha com prazo para hoje. Parte do volume — US$ 1 bilhão — já havia sido compensado na semana passada, quando o BC anunciou o leilão de dólares à vista com o swap reverso.

"Achei que o BC ia acabar fazendo mais. Mas, no final, deixou o estoque de linha vencer, e nem fez falta, pelo contrário. O mercado foi bem 'vendedor' de dólar", aponta Tatsumi.

Participantes do mercado também destacam que, na semana passada, havia uma discussão sobre o rebalanceamento do índice GBI-EM, do J.P. Morgan, que acompanha títulos de dívida de mercados emergentes emitidos em moeda local. Com a expectativa de perda de peso do Brasil dentro do indicador, o mercado acabou se antecipando ao episódio e aumentando a busca por dólares, o que chegou a aumentar a demanda pela divisa americana.

A despeito dos temores do mercado sobre a divisa americana, Tatsumi nota que não houve sinais fortes de compra de dólares ontem, nem na Ptax e nem mesmo no ajuste.

Economistas do Bradesco, liderados pelo economista-chefe do banco, Fernando Honorato, aproveitaram o momento para revisar as projeções para o câmbio e passaram a esperar um dólar a R$ 5,50 ao fim de 2025 e 2026, de uma estimativa anterior de R$ 5,70 para os dois próximos anos.

Para a equipe do Bradesco, um cenário externo de dólar enfraquecido e sinais incipientes de desaceleração da atividade econômica devem levar o Comitê de Política Monetária (Copom) a reduzir a Selic antes do que a maioria dos economistas projeta. A casa prevê que o primeiro corte da taxa básica de juros ocorrerá já em dezembro e será de 0,5 ponto percentual, a 14,50%.

"Se o corte ocorrer apenas quando as expectativas do Focus estiverem no centro da meta, então o tempo e o espaço para ajustes podem demorar mais e serem bastante menores. Nossa avaliação é de que o modelo [do BC] terá um peso maior do que as expectativas, uma vez que ele já considera essa desancoragem em sua formulação", avaliam os economistas.

R$ 5,43
foi o fechamento registrado pelo dólar ontem

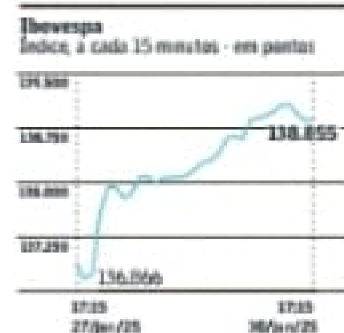
O recuo dos juros futuros potencializou os ganhos de ações domésticas na sessão, replicando o movimento visto ao longo do primeiro semestre. Entre os maiores destaques de alta nos primeiros seis meses do ano ficaram o papel ordinário de Cogna, que avançou 164,78%, seguido por Assaí ON, com ganhos de 103,13%, e por Yduqs ON, que teve alta de 100,22%.

Após o avanço de alguns papéis, o gestor do ASA diz que agora está atrás de entender "histórias que ficaram para trás" e que está mais seletivo na escolha dos papéis.

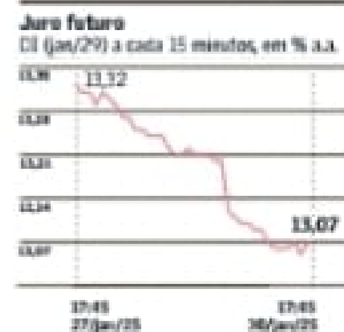
Entre as posições adicionadas recentemente por Nantes, do ASA, estão RD Saúde e Hidrovias do Brasil. Em contrapartida, a casa reduziu alocação em Itaú e Sabesp, em função da forte alta recente.

Para o Bradesco BBI, a valorização do índice no ano, especialmente de ações mais cíclicas, e os juros reais ainda elevados aumentam a cautela. Os analistas apontam que o foco se volta para empresas expostas à economia local, mas com potencial de ganho.

Otimismo nos mercados
Ativos locais têm dia positivo







Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Bancos veem corte da Selic este ano com juro real perto de 10%

Gabriel Caldeira
De São Paulo

O ciclo de aperto monetário do Banco Central (BC), que elevou a taxa Selic para 15% em menos de um ano, e alguma moderação nas expectativas de inflação do mercado para o curto prazo têm provocado um crescimento constante do juro real do país, que já se aproxima de 10%, em seus maiores níveis desde janeiro.

Esse patamar tem alimentado a percepção de que a política monetária já atingiu um grau de restrição suficiente para trazer a inflação à meta de 3% ao longo do tempo, e importantes bancos locais e estrangeiros preveem o início de um ciclo de cortes da Selic ainda em 2025, apesar da sinalização do Comitê de Política Monetária (Copom) de que manterá os juros elevados por um "período bastante prolongado".

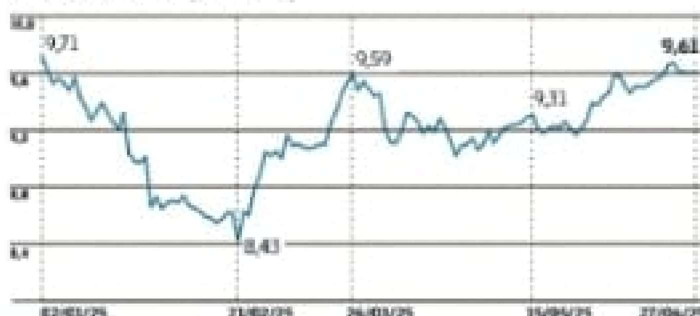
Recentemente, o chamado "juro real ex-ante" passou a oscilar em torno de 9,6%, patamar que não era registrado desde o início de janeiro, de acordo com levantamento do Valor Data. O dado é obtido por meio da diferença entre o swap de juro de 360 dias e a inflação projetada para o período de um ano no relatório Focus, compilado pelo BC, e serve para medir o grau de aperto monetário ao qual a atividade econômica está submetida.

Entre os bancos que acreditam em um corte da Selic já em 2025, o Bradesco tem em seu cenário-base uma Selic de 14,50% no fim deste ano, após um corte de 0,5 ponto percentual em dezembro. De acordo com relatório assinado pelo economista-chefe Fernando Honorato, a forte apreciação do real e sinais "incipientes" de desaceleração da economia devem abrir caminho para o BC flexibilizar a política monetária antes do que a maioria dos economistas estima.

"Na nossa visão, caso os cenários de atividade e inflação evoluam como antecipamos, haverá espaço para início de cortes em dezembro, começando com 0,5 ponto percentual. Essa conclusão deriva da nossa réplica do modelo do Banco Central: ao manter a Selic estável, até lá, acreditamos que o modelo do BC apontará inflação ao redor ou abaixo da meta [de 3%] no horizonte relevante daquele período, tudo o mais constante", diz Honorato, que projeta a taxa básica de juros em 11,75% no fim de 2026.

> "Se corte ocorrer só quando expectativa estiver no centro, tempo para ajustes pode demorar mais"
> *Fernando Honorato*

Próximo de 10%
Juro real ex-ante* (em % a.a.)



Fonte: B3 e BCB. Elaboração: Valor *Juro real obtido pela diferença entre o swap de juro de 360 dias e as expectativas de inflação de 1 ano do Focus

O superintendente de macroeconomia do Banco Safra, Eduardo Yuki, tem visão similar e também acredita em uma redução de 0,5 ponto da Selic em dezembro, à medida que o horizonte relevante do Copom avançar para o segundo trimestre de 2027.

"Acreditamos que uma moderada retração da atividade e o arrefecimento da inflação no próximo semestre permitirão iniciar um ciclo gradual de redução da restrição monetária em dezembro deste ano", dizem Yuki e a equipe de economistas do Safra em relatório publicado pouco depois da última alta de juros do Copom.

Para o J. P. Morgan, os ruídos fiscais ampliados após o Congresso derrubar o decreto do governo que aumentou o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) devem levar a um fim de ano mais volátil, e o BC fará um corte tímido de 0,25 ponto da Selic em dezembro, para 14,75%. No entanto, a partir de 2026, o ritmo da redução irá acelerar para 0,5 ponto e a Selic deve encerrar o ano que vem na casa de 10,75%, de acordo com a projeção dos economistas Cassiana Fernandez, Vinicius Moreira e Mirella Sampaio.

"Embora os diretores do BC estejam transmitindo a mensagem de que as taxas devem permanecer altas por algum tempo, acreditamos que um crescimento mais lento do PIB e um IPCA mais baixo até o final deste ano permitirão que o Banco Central reduza os juros mais rapidamente e mais do que o mercado está precificando atualmente", projetam os economistas do J. P. Morgan.

Embora também reconheça o risco de que uma deterioração do quadro fiscal iniba um começo de ciclo de cortes mais agressivo, o Bank of America (BofA) crê em uma primeira redução de 0,5 ponto em dezembro. O chefe de economia para Brasil e de estratégia para América Latina do banco, David Beker, justifica a expectativa com base em uma inflação que deve continuar em trajetória descendente no segundo semestre.

"Nossa percepção é que os juros permanecerão no nível alto atual por mais tempo. A principal questão é: quanto tempo é suficiente? Em nossa opinião, o BC deve começar a cortar com 0,5 ponto percentual na reunião de dezembro", diz relatório do BofA, assinado também pelos economistas Natacha Perez e Gustavo Mendes.

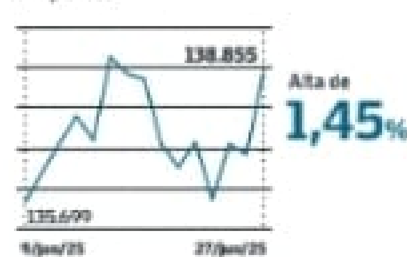
Entre os riscos listados para o cenário-base do banco, o relatório cita a evolução das medidas subjacentes de inflação, em particular do setor de serviços. "Se o mercado não migrar para a nossa visão e as expectativas de inflação para 2026 e 2027 seguirem acima da meta, o BC ficará sob muita pressão para manter os juros estáveis", avaliam os economistas do BofA.

Honorato, do Bradesco, aponta também a comunicação conservadora do Copom como algo que pode frear o começo do ciclo de afrouxamento. "Se o corte ocorrer apenas quando as expectativas do Focus estiverem no centro da meta, então o tempo e o espaço para ajustes podem demorar mais e ser bastante menor. Nossa avaliação é que o modelo [do BC] terá um peso maior do que as expectativas, uma vez que ele já considera essa desancoragem em sua formulação", pondera.

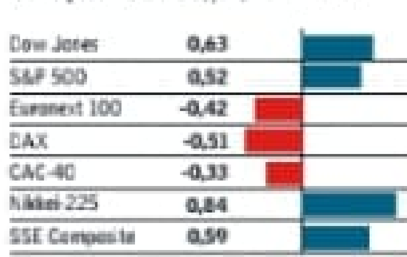
Eufrázio

Finanças

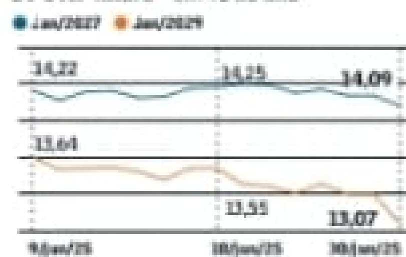
Ibovespa
Em pontos



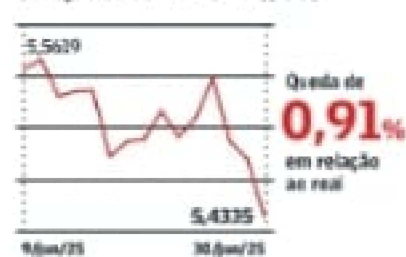
Bolsas internacionais
Variações no dia 30/jun/25 • em %



Juros
DI-Over futuro • em % ao ano
● Jan/2027 ● Jan/2029



Dólar comercial
Cotação de venda • em R$/US$



Índice de Renda Fixa Valor
Base = 100 em 31/12/99



Mercados Índice DXY caiu abaixo de 97 pontos em meio a apostas de juros mais baixos nos EUA, o que deu apetite às ações americanas

Bolsas de NY têm recorde em sessão de fraqueza do dólar

Artur Scaff e Luana Reis
De São Paulo

Em meio às crescentes expectativas do mercado por um afrouxamento na política monetária do Federal Reserve (Fed, banco central americano), o dólar estendeu o movimento de fraqueza frente aos seus principais pares e se consolidou no menor nível desde fevereiro de 2022 na sessão de ontem. A perspectiva de juros mais baixos também levou o rendimento dos Treasuries a exibirem queda firme, o que deu suporte ao movimento de alta das principais bolsas de Nova York, juntamente com o sentimento de otimismo entre os participantes do mercado com os avanços nas negociações comerciais.

O índice DXY, que mede o desempenho da divisa americana frente a seis moedas fortes, caía 0,61%, aos 96,79 pontos, no fim da tarde de ontem. Já nas bolsas de Nova York, o Dow Jones subiu 0,63%, aos 44.094,77 pontos; o S&P 500 ganhou 0,52%, aos 6.204,95 pontos; e o Nasdaq avançou 0,47%, aos 20.369,73 pontos. S&P 500 e Nasdaq renovaram máximas históricas de fechamento na sessão.

Embora o sentimento em Wall Street tenha sido impulsionado pelas esperanças de cortes nas taxas de juros pelo Fed neste mês, o dólar enfraqueceu pelo mesmo motivo, avalia a estrategista Jane Foley, do Rabobank. "O resultado das negociações comerciais dos EUA e o projeto de lei fiscal de Trump têm implicações potencialmente enormes para a economia dos EUA a médio e longo prazo", alerta adicionalmente Foley.

A estrategista do banco holandês acrescenta que, desde o início do ano, investidores têm debatido as implicações das políticas do presidente Trump e seus reflexos no comportamento futuro nos preços dos ativos financeiros. "O medo de que tarifas e o isolacionismo americano de Trump pudessem enfraquecer o crescimento americano e diminuir o status do dólar americano no cenário internacional pareceu desencadear o fim das negociações com foco no 'excepcionalismo' americano em favor da diversificação além dos ativos americanos", diz Foley.

96,79
foi o nível do índice DXY no fechamento da sessão de ontem

No contexto de curto prazo, as pressões do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, sobre o Fed para uma redução agressiva nos juros também ficam no radar do mercado e pesam sobre o câmbio duplamente. Além da possibilidade de um diferencial de juros menor entre os EUA e outras economias, os mercados veem riscos à institucionalidade do Fed caso uma decisão não seja bem justificada pelo banco central americano.

Os rendimentos dos Treasuries se ajustaram às apostas do mercado, que indicam a expectativa de três cortes nos juros pelo Fed neste ano. No fim da tarde, a taxa da T-note de dois anos caía de 3,748% no fechamento da semana passada para 3,736% ontem, enquanto os juros da T-note de 10 anos iam de 4,285% para 4,236%.

A equipe de estratégia de ações americanas do Morgan Stanley, liderada por Michael Wilson, enxerga um afrouxamento na política monetária que ganha tração em 2026, com seis cortes nos juros no total, embora espere um Fed mais cauteloso no curto prazo. Isso, porém, não deve impedir a valorização das bolsas. "O mercado acionário não vai esperar por um sinal explícito de mudança mais 'dovish' [favorável a juros mais baixos] na política monetária do Fed — ou seja, as ações tendem a se antecipar."

A despeito do bom humor nas bolsas, a política fiscal dos EUA segue no radar. A lei de redução de impostos de Trump foi aprovada para debate no Senado no fim de semana, por maioria estreita (51 a 49 votos), com os investidores avaliando o teor expansionista do texto. O Escritório de Orçamento do Congresso (CBO) estimou que a lei pode ampliar o déficit em quase US$ 3,3 trilhões entre 2025 e 2034.

Decepção com dados nos EUA fortalece aposta em cortes de juros pelo Fed

Luana Reis
De São Paulo

Um dos poucos consensos entre os participantes do mercado neste ano tem sido o de que as tarifas comerciais impostas pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, devem pressionar a inflação americana. No entanto, com os números mais recentes indicando apenas um aumento moderado dos preços, dados mais fracos da economia dos EUA e declarações vistas como suaves de parte dos membros do Federal Reserve (Fed, banco central americano), investidores começam a se questionar sobre a possibilidade de uma redução de juros já na próxima reunião, em julho. Embora o consenso seja de que não haverá corte, após o presidente da autarquia, Jerome Powell, reiterar a postura de cautela, participantes do mercado já cogitam a possibilidade de mais reduções de juros neste ano do que o esperado anteriormente.

Após meses de discursos de dirigentes do Fed reiterando a abordagem de cautela diante dos riscos no cenário econômico, em declarações recentes os diretores do Fed Christopher Waller e Michelle Bowman disseram que apoiariam um corte de juros já em julho, caso a inflação permaneça contida. Isso acendeu um alerta nos investidores, ainda que questões políticas também estejam no radar.

Na semana passada, o Produto Interno Bruto (PIB) e os dados de renda e consumo referentes a maio vieram mais fracos que o esperado pelo mercado, o que contribuiu para fortalecer a percepção de que pode haver maior espaço para cortes de juros pelo Fed neste ano.

De acordo com o CME Group, que compila dados a partir dos futuros dos Fed funds, há 48,5% de chance de três reduções de 0,25 ponto percentual na taxa de juros americana neste ano. Para a próxima reunião, neste mês, a probabilidade de manutenção de juros é de 78,8%, enquanto a possibilidade de redução de 0,25 ponto percentual nas taxas está em 21,2%.

Em relatório divulgado ontem, o Goldman Sachs antecipou sua projeção de reduções de juros pelo Fed de dezembro para setembro. Antes, os economistas acreditavam que os efeitos das tarifas sobre os preços e o aumento nas expectativas de inflação das famílias tornariam um corte antecipado excessivamente "complicado e controverso". Agora, o banco projeta reduções de 0,25 ponto em setembro, outubro e dezembro, além de mais dois cortes no ano que vem, com uma taxa entre 3% e 3,25% no fim do ciclo.

O economista-chefe para EUA do Goldman Sachs, David Mericle, observa que os primeiros sinais indicam que o impacto das tarifas tem sido um pouco menor que o esperado na inflação e destacam que os membros do próprio Fed parecem compartilhar a visão de que haverá apenas um impacto pontual das tarifas sobre os preços.

"Mesmo que o cenário ainda esteja longe de ser definido, agora acreditamos que a probabilidade de um corte em setembro está um pouco acima de 50%", dizem os economistas em relatório enviado a clientes. "Enxergamos diversos caminhos para que isso aconteça — impacto das tarifas abaixo do esperado, forças desinflacionárias mais intensas e sinais de fraqueza no mercado de trabalho, ou uma surpresa negativa nos dados mensais."

"Dados mais fracos de emprego e inflação poderiam antecipar o corte nos juros"
Michael Gapen

O Morgan Stanley, por outro lado, julga ser improvável que o Fed corte juros nas próximas duas reuniões, em julho e em setembro. Em relatório, os economistas liderados por Michael Gapen afirmam que dados mais fracos de emprego e uma inflação comportada poderiam antecipar um corte nos juros. No entanto, esse não é o cenário-base do banco, e os economistas destacam que a maioria dos dirigentes segue alinhada à postura cautelosa de Powell e dificilmente apoiaria o início de um processo de flexibilização em breve.

Desde o início do ano, com a expectativa de que as tarifas comerciais impulsionem a inflação e a incerteza sobre como seria esse impacto, Powell tem adotado uma estratégia de "esperar para ver", argumentando que o nível atual dos juros está bem posicionado para lidar com os riscos, apesar das pressões de Trump, que têm sido cada vez maiores. O presidente americano tem feito diversas críticas ao presidente do Fed, enfatizando que os juros deveriam ser mais baixos.

Ontem, de acordo com a Casa Branca, Trump enviou uma carta a Powell pedindo que ele diminua as taxas de juros e fez comparações com a política monetária em outros países. O republicano tem repetido que os juros americanos deveriam estar em 1% no momento.

Diante disso, os economistas do Morgan Stanley acreditam que os dados devem continuar sustentando essa postura de cautela por parte do Fed. "Esperamos leituras de inflação mais firmes nos próximos meses, refletindo os efeitos das tarifas ao longo do verão. Também vemos os próximos relatórios de emprego ainda relativamente sólidos", afirmam, em relatório.

Além disso, a equipe do banco avalia que as opiniões de Bowman e Waller não refletem o consenso do Fed, ao lembrarem que o gráfico de pontos, divulgado em junho, mostra que sete dirigentes não esperam nenhum corte nas taxas de juros ao menos até o fim do ano.

Já o Citi, que tem sustentado uma avaliação mais "dovish" (menos restritiva) do que a maioria dos bancos há algum tempo, acredita que seu cenário-base da retomada dos cortes em setembro se tornou o consenso entre os dirigentes do Fed.

Em nota enviada a clientes, o banco projeta que a taxa de desemprego suba de 4,2% para 4,4% nesta semana no relatório de empregos ("payroll") de junho, na mesma direção da tendência de alta nos pedidos contínuos de seguro-desemprego. Com um enfraquecimento mais acentuado no mercado de trabalho, os dirigentes poderiam antecipar o próximo corte já para julho, na visão dos economistas liderados por Andrew Hollenhorst.

Eles também destacam que o consumo das famílias parece ter diminuído de forma significativa neste ano e afirmam que os dados divulgados na semana passada reforçam um cenário de inflação mais baixa e atividade econômica em desaceleração nos EUA.

"Se os dados de emprego e inflação de junho vierem próximos das nossas projeções, Powell pode, já em julho, sinalizar que, caso os dados continuem favoráveis, o comitê planeja cortar os juros em uma das próximas reuniões", avaliam os economistas do Citi em nota.

Estratégia de política do BCE 'está em um bom lugar', diz Lagarde

Artur Scaff e Victor Rezende
De São Paulo



A presidente do Banco Central Europeu (BCE), Christine Lagarde, usou a abertura do fórum anual de Sintra para concluir a revisão da estratégia de política monetária do banco e reiterar a posição da autoridade monetária de possivelmente adotar uma postura mais cautelosa antes de flexibilizar a política monetária muito mais.

"Na última coletiva de imprensa do BCE, em junho, descrevi nossa política monetária como estando 'em um bom lugar'. Com a conclusão desta avaliação estratégica, acrescento que nossa estratégia de política monetária também está em um bom lugar — fortalecida pela experiência e mais bem preparada para os desafios do futuro", afirmou Lagarde.

A dirigente evitou dar muitas pistas adicionais sobre os próximos passos na condução dos juros. Durante sua fala, ela voltou a dar destaque ao aumento da incerteza, ao dizer que a palavra dominou os debates públicos nas últimas semanas. "O mundo à frente é mais incerto — e essa incerteza provavelmente tornará a inflação mais volátil", enfatizou Lagarde.

A presidente do BCE afirmou que os choques de oferta estão se tornando mais frequentes na economia global. Lagarde também notou que, durante o recente aumento da inflação, essas interrupções desempenharam um papel muito maior no impulso inflacionário do que o registrado 20 anos antes. "Há evidências crescentes de que interrupções mais regulares na oferta levam a ajustes mais frequentes nos preços."

Nesse ambiente, Lagarde destacou que o momento atual não se trata de uma extrapolação do choque mais recente. "Em vez disso, reflete uma mudança estrutural na forma como as empresas operam em condições de incerteza permanentemente elevada", explicou.

"O mundo à frente é mais incerto — e essa incerteza provavelmente tornará a inflação ainda mais volátil"
Christine Lagarde

A dirigente do BCE também apontou para a necessidade de a política monetária levar em conta os riscos e a incerteza, usando uma abordagem sistemática, mas específica ao contexto. "Não se trata de reagir a desvios pequenos ou temporários, mas de um compromisso simétrico para responder à dinâmica da inflação que pode desancorar as expectativas em qualquer direção", afirmou.

"Nossa estratégia atualizada se compromete a garantir que nossas decisões levem em conta os riscos ao redor", enfatizou Lagarde. "Todos os nossos instrumentos seguem disponíveis."

Quanto à possibilidade de impactos em ambas as direções, Lagarde explicou que quando choques desinflacionários empurram as taxas para o limite inferior, é necessário que bancos centrais ajam "com firmeza" desde o início. Da mesma forma, quando a inflação ultrapassa o limite superior aumenta o risco de um ciclo de ajustes frequentes de preços e respostas salariais escalonadas, e um aperto "vigoroso" desde o início é fundamental para ancorar as expectativas.

"Respondemos ao recente choque inflacionário com ações inicialmente enérgicas e depois persistentes, com o objetivo de conduzir a inflação de volta à meta o mais rápido possível, mas da forma mais indolor possível", acrescentou Lagarde.

Ao final de sua exposição, Lagarde citou como exemplo os cenários utilizados pelo BCE sobre potenciais tarifas de importação dos EUA para navegar o cenário de comércio global incerto, e afirmou que a estratégia de política monetária da autarquia está em um bom lugar. "Faremos o que for necessário para cumprir nosso propósito, garantindo estabilidade de preços para o povo da Europa", disse.

Ativos digitais Com limitações na lei, modelos se inspiram naquilo que o Direito permite

‘Tokenização’ imobiliária cresce mesmo sem regulação

Victoria Netto e Ricardo Bomfim
De Rio e de São Paulo

A comercialização de imóveis “tokenizados”, registrados de forma digital em blockchain, cresceu no Brasil nos últimos anos, com a entrada e expansão de diversas empresas no setor. No entanto, a falta de regulamentação traz insegurança jurídica e várias iniciativas se apoiam em brechas no regramento atual. Especialistas dizem que o futuro do setor depende de mudanças normativas, como uma solução para a exigência de registro em cartório.

A consultoria Deloitte estima que US$ 4 trilhões em imóveis serão tokenizados no mercado global até 2035, contra US$ 300 bilhões em 2024, mostra relatório de abril. No Brasil, a expectativa é que, com o avanço da integração cartorária e com a maturação de instrumentos como o Drex — iniciativa de tokenização do sistema financeiro do Banco Central —, o segmento ganhe segurança e escala.

Dentro do projeto do Drex, um dos 13 casos de uso selecionados pelo Banco Central para testes na segunda fase trata justamente de transações com imóveis tokenizados. Os testes são feitos por Banco do Brasil, Caixa, Elo, SFCoop (um consórcio de cooperativas formado por Ailos, Cresol, Sicoob, Sicredi e Unicred) e pelo Operador Nacional do Sistema de Registro Eletrônico (ONR).

No ambiente do piloto, como o dinheiro também está tokenizado na forma da moeda digital Drex (que representa o real), é possível programar dinheiro e entrega da propriedade para ocorrerem ao mesmo tempo, facilitando a operação e possivelmente reduzindo os intermediários se a regulação permitir.

Ao **Valor**, os participantes dos testes disseram que foi possível simular a venda de um imóvel de uma pessoa que já o havia financiado com um banco para outra que também adquiriu por meio de crédito bancário, mas de outra instituição financeira. A certidão do imóvel foi tokenizada e a entrega versus pagamento (DvP) ocorreu na rede descentralizada. “Os primeiros experimentos indicam ganhos potenciais de eficiência e redução de custos, mesmo sem alterações regulatórias que poderiam permitir inovações mais disruptivas”, disse o consórcio SFCoop.

Enquanto o resultado do Drex não está disponível para a população, os sócios do Demarest Advogados e especialistas nas áreas bancária, financeira e de ativos virtuais, Yuri Nabeshima e Marcus Fonseca explicam que a tokenização no setor imobiliário não dá o direito de propriedade sobre o bem. Os tokens representam direitos relacionados ao imóvel — de uso, de exploração econômica e de conversão futura em propriedade. “Quem detém o token não tem o imóvel em si, mas um direito sobre aquele imóvel, seja de exploração, de remuneração, seja de converter em propriedade quando exigir, e aí leva-se a cartório”, afirma Fonseca.

> “As leis exigem que a propriedade do imóvel seja transcrita na matrícula do imóvel perante o Registro”
> *Erik Oioli*

Nabeshima, que também é presidente da Comissão de Inovação e Tecnologia do Instituto Brasileiro de Direito Imobiliário (Ibradim), complementa: “Eu gosto de falar que há a tokenização ‘stricto sensu’ e ‘latu sensu’. A primeira seria a possibilidade de adquirir um imóvel por meio da aquisição do token. É o que o mercado deseja, mas hoje não é possível, então a gente trabalha para criar modelos que já são usados no Direito”.

Erik Oioli, sócio de mercado de capitais do VBSO Advogados, diz que ainda há limitações nas leis de registro público para tokens representativos de direitos sobre o imóvel. “As leis exigem que a propriedade do imóvel seja transcrita na matrícula do imóvel perante o Registro de Imóveis competente.”

Os advogados dizem que não existem projetos de lei, embora haja discussões em curso, como uma iniciativa encampada pelo Cofeci, que regula o setor de corretores de imóveis no país. Em dezembro de 2024, uma portaria do Cofeci criou uma comissão especial para estudar o mercado imobiliário brasileiro com uso de blockchain, em diálogos que incluiriam o BC.

Andreas Blazoudakis, CEO e fundador da netspaces, uma empresa que trabalha com tokenização imobiliária apesar das incertezas no tema, diz que espera por uma manifestação do Cofeci para dar maior segurança jurídica ao assunto. “O mercado espera um avanço do Cofeci, e isso ajudaria o corretor a se sentir protegido”, afirma. No caso do mercado imobiliário, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e o BC não têm responsabilidade regulatória, já que imóveis não são valores mobiliários e a competência do BC se encerra nas operações financeiras, sem entrar no registro.

A netspaces é parceira da CF Inovação na criação do “index”, marketplace que planeja abranger a tokenização completa do investimento imobiliário, desde os contratos da planta até a matrícula. A previsão é lançar a plataforma com 10 mil corretores e 100 incorporadoras ainda em 2025.

Copresidente do index e ex-diretor do BC, Tony Volpon avalia que o engajamento dos corretores é crucial para mostrar o valor da digitalização a incorporadoras e clientes e diz que há interlocução com cartórios: “Os cartórios têm uma função vital que será preservada nessa digitalização”, garante.

Por enquanto, uma das alternativas estudadas pelo setor é o uso da Lei de Multipropriedade, que trata da divisão do uso de um imóvel em frações de tempo. Fundada em 2021, a empresa Ribus usa tecnologia blockchain para aluguel de curta temporada, inspirada no Airbnb. Com cerca de 2 mil imóveis ativos, a empresa planeja ter 10 mil até o fim do ano e abrir um escritório no Texas (EUA) em 2025.

O diretor de tecnologia e de crescimento da Ribus, Eduardo Galvão, explica que a empresa tem três produtos principais que se retroalimentam. A infraestrutura é viabilizada pela Descap, plataforma autorizada pela CVM. A autarquia colocou a tokenização de valores mobiliários na Resolução 88, que estabelece as regras para captação via financiamento coletivo (“crowdfunding”).

“O Ribus Share [um dos produtos] representa uma fração do direito econômico sobre um ativo imobiliário. O investidor que adquire esse token, por exemplo, tem direito a participar proporcionalmente dos rendimentos gerados pelo imóvel, como aluguel, venda futura ou valorização”, afirma Galvão.

Blazoudakis, da netspaces, explica que há quem leve a tokenização imobiliária para o mercado de capitais para aproveitar a regulação que existe para tokens por lá, por meio de instrumentos como CRIs, que são recebíveis imobiliários securitizados, por meio da Resolução CVM 88. O problema, diz ele, é que isso exclui a maior parte do mercado: “O mercado imobiliário raiz, com gestão da posse e financiamento da Caixa, que faz 3 mil financiamentos por dia, não fará no mercado de capitais, e sim ligado ao ambiente registral”.



Nabeshima, do Demarest: tokens representam direitos relacionados ao imóvel

Acordo BRB-Master pode sofrer ajuste após novos achados

Álvaro Campos
De São Paulo

O acordo entre Banco de Brasília (BRB) e Master, que há dez dias parecia bem encaminhado para ser aprovado pelo Banco Central (BC), pode sofrer alguns ajustes antes dessa avaliação final, que, assim, tende a demorar mais um pouco. Segundo o **Valor** apurou, teriam surgido possíveis deficiências em trechos do balanço do Master e o BRB pode rever a parte que será comprada. O banco brasiliense já tinha excluído do acordo inicial cerca de R$ 23 bilhões em ativos do grupo de Daniel Vorcaro, volume que depois subiu para R$ 33 bilhões e agora pode crescer um pouco mais.

O colunista Lauro Jardim, de “O Globo”, noticiou que o BC descobriu irregularidades na venda de ativos feita desde o fim do ano passado pelo Master ao BRB, o que poderia dificultar a negociação entre os dois bancos. Há relatos de que os problemas seriam em carteiras de empréstimos consignados vendidas pelo Master ao banco de Brasília, que teriam falhas em documentações. Outras fontes, no entanto, apontam que a questão poderia ser na precificação de debêntures na carteira do Master.

Fontes com conhecimento do assunto dizem que o Master nega qualquer irregularidade. “Não tem nem mesmo algum processo administrativo do BC sobre esse suposto problema com a carteira de consignado.” Outros interlocutores dizem que o BRB pode fazer algum ajuste na definição do pacote que será comprado. “Esse trabalho faz parte das diligências e auditorias sobre a operação. Acredito que não inviabiliza a operação, mas deve reduzir mais o perímetro.”

Procurado, o BRB disse que as “diligências, auditorias e a definição do perímetro da aquisição de parte do capital do Banco Master seguem em andamento” e que seguirá informando ao mercado e aos acionistas cada etapa da operação. O Master disse que a análise regulatória em curso segue seu rito normal. “Não existe irregularidade com qualquer transação com o BRB. O Master é uma instituição financeira regulada pelo BC e auditada por auditorias terceiras. O banco segue confiante na conclusão positiva da negociação com o BRB.” O BC não se manifestou.

Na semana passada, o presidente do BC, Gabriel Galípolo, foi questionado sobre o caso BRB/Master e disse que segue sob análise. “A gente segue demandando mais informações para que se possa fazer a avaliação. A gente tem recebido informações, mas a área responsável continua demandando mais dados.”

Segundo o **Valor** apurou, um dos pedidos do BC é para que BRB e Master atualizem seus balanços. Quando a operação foi apresentada à autoridade, eles usaram dados de 2024, mas agora que o tempo passou, o BC quer as informações do primeiro trimestre. Há duas semanas, havia expectativa de que o BC soltaria a decisão em alguns dias, mas o prazo se dilatou, e até férias de diretores da autarquia colaboraram para isso.

Desde então, novas informações vieram a público. Primeiro foi o caso de fundos administrados pela Master Corretora, ou por gestoras com histórico de ligação com Vorcaro, que têm participações em ações PN do BRB. Depois, relatório da CVM que cita “troca de favores” entre Tércio Borlenghi Júnior, controlador da Ambipar, o empresário Nelson Tanure e o grupo Trustee/Banco Master. Esse caso não tem ligação com a operação com o BRB, mas afeta a imagem do Master. Procurado, Tanure não quis comentar; Ambipar, Trustee e Master não responderam.

> **R$ 33 bi** em ativos do Master estão fora do acordo com BRB; volume pode subir

INVESTCO S.A.
Companhia Aberta
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2025

Governança Levantamento mostra que metade dos comunicados encaminhados à CVM até ontem à noite rechaça as 25 propostas

Empresas devem rejeitar reforma de regulamento do Novo Mercado

Nelson Rocco
De São Paulo

As companhias integrantes do Novo Mercado da B3 devem rejeitar as propostas de revisão do regulamento do segmento em que estão listadas as empresas com os mais altos níveis de governança corporativa da bolsa brasileira.

Levantamento feito pelo **Valor** com base nos comunicados encaminhados pelas companhias à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) até as 20h30 de ontem mostra que os conselhos de administração de 52 dessas empresas optaram por rejeitar todas as 25 propostas de reforma apresentadas pela B3. Até esse horário, foram compilados 108 comunicados de votação nos conselhos sobre as modificações.

Se essa tendência se mantiver até que as 190 companhias integrantes do segmento tenham se manifestado, é provável que haja rejeição da quinta reformulação do Novo Mercado. Pelo levantamento, apenas cinco companhias haviam aprovado integralmente as alterações: Dexco, Vale, Lojas Renner, Westwing e IRB.

O Novo Mercado completa 25 anos de existência neste ano. A atual revisão das regras teve início em maio de 2024. A B3 realizou duas rodadas de audiências públicas com empresas e integrantes do mercado para debater os tópicos. No início deste ano, deu início a uma audiência restrita, com as companhias, que se encerraria no final do primeiro trimestre. Por demanda das empresas, o prazo final de votação foi estendido até ontem.

> Pelo levantamento, apenas cinco das companhias que já se manifestaram haviam aprovado integralmente as alterações

Durante a audiência restrita, foi pedido que a B3 desagregasse as 25 propostas, que estavam aglutinadas em três grandes grupos, para serem votadas separadamente. No início de junho, a Abrasca, associação que reúne as empresas abertas, divulgou uma nota técnica afirmando que suas associadas rejeitavam a revisão.

Segundo a nota da Abrasca, as propostas "neste momento, em geral, resultam em aumento de custos para as companhias abertas, sem apresentar benefícios, em contrapartida, que os justifiquem, seja em termos de avanços reais na governança corporativa ou de valorização das ações".

Um dos pontos polêmicos é que, pelas regras do Novo Mercado, qualquer modificação do regulamento tem de ser aprovada por mais de dois terços dos seus integrantes, ou 64 companhias. E, para barrar a aprovação, um terço tem que manifestar, obrigatoriamente, ser contrário.

Para a Abrasca, as "sucessivas reformas do Novo Mercado (...) têm levantado preocupações em diversos emissores. Muitos sentem que suas especificidades e realidades operacionais não são plenamente consideradas no processo de formulação de normas, as quais impactam diretamente sua governança, seus custos operacionais, vantagens competitivas e autonomia decisória".

Valor | 100 anos de Globo
Informação, análises e conteúdo aprofundado. Tudo isso você lê no Valor.
Seja um assinante:
Acesse assinevalor.com.br
Ligue 0800 701 8888

Finanças Indicadores

IMA - Índices de Mercado Anbima
Em 30/06/25

Crédito
Taxas - em % no período

Juros externos
Empréstimos - em % ao ano

Evolução das aplicações financeiras
Rentabilidade no período em %

Fundos de Investimento
Análise diária da indústria - em 25/06/25

Custo do dinheiro
Em % no período

Mercado futuro
Em 30/06/25

Indicadores do mercado
Em 30/06/25

Índices de ações Valor-Coppead
Em pontos

Captações de recursos no exterior

ADR - Índices
Em 30/06/25

TR, Poupança e TBF
Variações % no período

B3 - Brasil, Bolsa, Balcão
Índices de ações em 30/06/25

Melhores e Piores do Ibovespa
Desempenho das ações em junho

Reservas internacionais
Liquidez internacional *, em US$ milhões

Índice de Renda Fixa Valor
Base = 100 em 31/12/99

Câmbio
Em 30/06/25

Bolsas de valores internacionais

COPEL
Companhia Paranaense de Energia

EXTRATO DA CERTIDÃO DA ATA DA 258ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

1. LOCAL: Rua José Izidoro Biazetto, 158 - Bloco A - Curitiba, PR. **2. DATA:** 23.06.2025 - 12h. **3. MESA DIRIGENTE:** MARCEL MARTINS MALCZEWSKI; e KARINE SATIE YOSHIOKA - Secretária da Reunião. **4. ASSUNTO TRATADO E DELIBERAÇÃO TOMADA:** O Conselho de Administração: I. após ouvir Diretoria Reunida da Copel (Holding), o Comitê de Auditoria Estatutário, o Comitê de Desenvolvimento e Sustentabilidade, e o Comitê de Investimentos e Inovação, deliberou, por unanimidade, a proposta de migração da Companhia para o segmento Novo Mercado de Governança Corporativa da B3, bem como sua submissão à Assembleia Geral Extraordinária, cuja convocação fica autorizada para 04.08.2025, para apreciação e deliberação dos itens: a) migração para o Novo Mercado; b) criação de ações preferenciais classe "C" ("PNC"); c) Conversão; d) Resgate; e e) reforma integral do Estatuto Social adaptado ao Novo Mercado. Adicionalmente, autorizou a convocação de Assembleia Especial de Acionistas Titulares de Ações Preferenciais classe "A" (PNA) e classe "B" (PNB), em data a ser definida, para aprovar/ratificar a Conversão. **5. ASSINATURAS: MARCEL MARTINS MALCZEWSKI** (Presidente); **AUGUSTO CEZAR TAVARES BAIÃO; GERALDO CORRÊA DE LYRA JUNIOR; JACILDO LARA MARTINS; MARCO ANTÔNIO BARBOSA CÂNDIDO; MOACIR CARLOS BERTOL; PEDRO FRANCO SALES; RAUL ALMEIDA CADENA; VIVIANE ISABELA DE OLIVEIRA MARTINS;** e **KARINE SATIE YOSHIOKA** (Secretária). Certidão da ata da 258ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração da Copel, registrada na Junta Comercial do Estado do Paraná - Jucepar sob o nº 20253030340, em 26.06.2025, e publicada na íntegra em https://valor.globo.com/valor-ri/atas-e-comunicados, nos termos da Lei Federal nº 6.404/1976 e da Instrução Normativa - IN DREI ME nº 11/2022.

NS2.COM INTERNET S.A.

Extrato da Certidão da Ata da Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas Realizada em 04/06/2024

SECRETARIA DE ESTADO DA COMUNICAÇÃO
AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 34/2025
PROTOCOLO: 23.613.431-8

PARANÁ – GOVERNO DO ESTADO

Objeto: Chamamento Público para seleção de produções audiovisuais, realizadas por pessoas físicas e/ou jurídicas já desenvolvidas, finalizadas e em produção, visando à veiculação em TV aberta pelo canal TV Paraná Turismo, objetivando a possibilidade de composição da grade de televisão, sem aporte de recursos financeiros.

Período: O recebimento das solicitações de inscrição e da documentação ocorrerá a partir de 01/07/2025, das 09h00 às 11h00 e das 14h00 à 17h00, na Rua Júlio Perneta, 695, Canal da Música, Mercês, Curitiba – Paraná, CEP: 80.810-110 e ficará aberto para recepcionar propostas por 1 (um) ano, a contar da data de abertura, podendo ser prorrogado por igual período, pelo prazo máximo de 60 (sessenta) meses.

O Edital do Chamamento Público pode ser retirado no endereço https://www.comunicacao.pr.gov.br/Pagina/Licitacoes. UCL/SECOM 30/06/2025

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, Faculdade de Zootecnia e Engenharia de Alimentos
AVISO DE LICITAÇÃO

UNIMED PARTICIPAÇÕES S.A.

("Companhia")

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - INSTITUTO DE FÍSICA
AVISO DE LICITAÇÃO

taesa

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

USINA SANTA ISABEL S/A

EXTRATO DA ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

INSUMOS PELEGGI TERRAMAGNA FUNDO DE INVESTIMENTO NAS CADEIAS PRODUTIVAS AGROINDUSTRIAIS FIAGRO - DIREITOS CREDITÓRIOS - CONVOCAÇÃO PARA A ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE COTISTAS

Valor | 100

Seja um assinante:
Acesse assinevalor.com.br
Ligue 0800 701 8888

eBook:
Arroz com Feijão
Um guia para investidores iniciantes

Desvende os segredos da organização financeira e comece a fazer seu dinheiro trabalhar por você. Nosso eBook **Arroz com Feijão** é o guia essencial para investidores iniciantes, revelando os ingredientes básicos para organizar suas finanças.

Baixe agora e inicie sua jornada rumo ao sucesso financeiro.

Valor investe | 100 ANOS DE GLOBO
GUIA VALOR INVESTE PARA INVESTIDORES INICIANTES
ARROZ COM FEIJÃO
PARA QUEM QUER COMEÇAR A INVESTIR, MAS AINDA NÃO ENTENDE QUASE NADA DESTE ASSUNTO

Acesse:
https://valorinveste.globo.com/educacao-financeira/ebook/

Investimentos Ibovespa sobe 15,4% no ano e índice de ações do setor imobiliário avança 46%; dólar cai e abre espaço para recuo de juros futuros

Bolsa é destaque no 1º semestre mesmo com Selic a 15%

Adriana Cotias
De São Paulo

O primeiro semestre termina com forte alta da bolsa brasileira, com valorização de 15,4% para o Ibovespa. O índice de ações do setor imobiliário foi além, com ganhos de 46,4%, na liderança das aplicações financeiras até aqui. Nem parece que a Selic está em 15% ao ano, na maior taxa nominal desde 2006.

Quem segue no CDI já acumula valorização de 6,4% no ano. Mas o investidor que foi paciente para aguentar os trancos dos títulos prefixados e dos atrelados à inflação ganha 10,8% e 10,7%, respectivamente, considerando-se os índices de renda fixa IRF-M e IMA-B 5+, da Anbima, cestas que representam uma média desses ativos.

O dólar, nas idas e vindas das tarifas comerciais do presidente americano Donald Trump, questionamentos sobre o fim do crescimento excepcional e com a sucessão de conflitos geopolíticos acumula queda de 12,1% em relação ao real — em linha com outras moedas da América Latina e de outros mercados desenvolvidos.

O investidor chega à segunda metade do ano sob o dilema de aumentar suas fichas em classes de maior risco ou seguir na renda fixa brasileira, que assegura liquidez, retorno e segurança.

Com o pano de fundo da cena internacional, todas as classes de ativos de risco de mercado — prefixados, Notas do Tesouro Nacional série B (NTN-B), multimercados e bolsa — performaram bem no Brasil, um comportamento diferente do observado nos últimos 3,5 anos, quando todas as estratégias ficaram abaixo do CDI, afirma Dennis Kac, sócio e executivo-chefe de investimentos (CIO) da gestora de fortunas Brainvest no Brasil.

Uma das explicações vem da rotação de carteiras globais, com o investidor buscando geografias fora dos EUA. "Embora o Brasil esteja fora do radar do gringo, qualquer coisa de fluxo para o país acaba fazendo preço."

Outra questão que o mercado começa a discutir é uma eventual troca no Planalto a partir da eleição presidencial de 2026. Com o quadro fiscal bagunçado, a virada do timão para alguma disciplina nas contas públicas permitiria ao Banco Central (BC) inverter o ciclo monetário e traria um novo rali para os ativos.

"Falta muito tempo, parece meio conversa de botequim, com muita coisa para acontecer, mas a gente começa a ver o governo [Lula] extremamente enfraquecido. De certa forma, nos dois primeiros anos, o 'playbook' foi de expansão fiscal significativa, desemprego baixo e uma inflação pressionada, mas que não se perdeu o controle", diz Kac.

Embora a projeção para o IPCA esteja ainda fora da meta do BC, um índice entre 5% e 6% para o histórico do país não significa que essa batalha esteja perdida, continua o executivo da Brainvest. "Pode se questionar a qualidade, mas a economia segue com crescimento robusto. Em condições normais de temperatura e pressão, o governo deveria estar com uma popularidade superior. Se com todo ferramental utilizado a popularidade não se reverte — pelo contrário continua perdendo pontos —, cada vez é mais difícil acreditar que 2026 não venha a ter uma alternância de poder."

Kac avalia que pouco disso está nos preços. O fluxo ainda não pende para o jogo pró-risco em cima da hipótese de um governo de centro-direita em Brasília. Com investidores machucados por anos consecutivos de desempenho frustrante e colocando na conta o CDI a 15% ao ano não há razão para apimentar as carteiras de antemão. "Tem oportunidade na renda fixa que faz com que o investidor não tenha que obrigatoriamente ir para a bolsa", diz. "A NTN-B próxima de 7,5% é uma baita assimetria de risco/retorno."

Diferentemente da renda variável, em que o CDI pesa contra e o objetivo tem que ser o ganho de capital, na NTN-B é possível estar exposto a uma eventual melhora de Brasil "sem sangrar tanto mês a mês quando não há performance positiva", diz Kac. O executivo lembra que os prêmios se equiparam ao da crise financeira de 2008, na quebra do banco americano Lehman Brothers, e ao segundo mandato da presidente Dilma Rousseff, mas que o quadro atual não é equivalente.

12,1%
foi a desvalorização do dólar em relação ao real desde janeiro

"Do ponto de vista das finanças comportamentais, o investidor precisa ter um ano positivo em outras classes para ganhar confiança e efetivamente ir para as alternativas de risco como a bolsa, superdescontada por todas as métricas de valuation", diz Kac. "Mais para frente vai estar mais caro, mas com um pouco mais de margem de segurança em termos informacionais." O cenário é binário, reconhece, e se realmente houver uma alternância de poder, ele diz que o Brasil pode vivenciar um dos maiores ralis desde 2002.

O fluxo estrangeiro que tem alimentado a bolsa brasileira esbarra nas taxas de juros altíssimas, mas tem sido essa capacidade de atrair um pedaço da realocação de recursos que saiu dos EUA que fez as ações brasileiras se valorizarem, diz Ruy Alves, sócio e gestor macro da Kinea Investimentos. Mais do que uma aposta em crescimento de lucros ou da economia, o movimento provocou a queda do dólar e, por consequência, das taxas futuras de juros. "O país é da renda fixa até para a bolsa que sobe quando a 'B' [NTN-B] fecha [a taxa cai]", diz. "Tem muito diferencial de juros para ir contra, mas para a bolsa andar é preciso que a percepção de risco mude."

Se o Brasil não esboçar um ajuste nas contas públicas até a travessia de 2026, ano eleitoral, dificilmente vai evitar o "precipício fiscal" em 2027, diz Alves. Por enquanto, a bolsa avança pelo efeito de valorização do real, mas em dólar está parada desde 2006.

Para o brasileiro, Alves vê o risco da NTN-B e da bolsa como equivalente. Cabe ao investidor decidir se vale estar exposto a uma concessionária de serviços públicos na B3, que paga bons dividendos, ou ficar na renda fixa.

O gestor não acha que a eleição esteja sendo incorporada ao preço dos ativos locais. O Brasil se valeu da realocação dos EUA para outros emergentes, incluindo América Latina e Brasil, e para desenvolvidos como Europa e Japão. Só que nessas economias há uma série de empresas sem crescimento de lucros, o dinamismo continua vindo do mercado acionário americano, em especial das empresas de tecnologia e da inteligência artificial. E, diferentemente das americanas, nas companhias europeias e japonesas, uma queda do dólar se reflete também nos resultados.

"Vender Google, Microsoft, Nvidia para comprar Brasil, Vale, Petrobras e Ambev é vender o futuro para comprar empresas do passado. Pode funcionar, mas é mais difícil. Tem espaço para subir? Tem porque está barato." A eleição, conforme avance 2026 vai começar a ser um fator e 2027 vai ser um ano fundamental para o Brasil porque o espaço fiscal é nulo.

O investidor global passou a buscar não só mercados descontados, mas também outros estilos de investimentos, diz Lucas Carvalho, chefe do departamento de análise da Toro Investimentos, do Santander. Com múltiplos esticados, "alguns papéis de tecnologia perderam um pouco da atratividade para um viés mais 'value investing'', da velha economia, setores considerados estáveis como o bancário, commodities e energia e saneamento, não só no Brasil, mas lá fora também", diz ele.

"Tem oportunidade na renda fixa que faz com que o investidor não tenha que ir para a bolsa"
Dennis Kac

O especialista destaca o ouro como um ativo vencedor, com os investidores colhendo excelentes resultados pela visão clássica de reserva de valor e de proteção contra a inflação num ambiente global cheio de incertezas. "Vários BCs diminuíram a exposição em dólar e têm buscado o ouro, não à toa o dólar vem se enfraquecendo", diz Carvalho.

Ele acrescenta que o metal tem correlação negativa (anda na direção oposta) das taxas de juros do Tesouro americano. Depois da divulgação do índice de preços ao consumidor nos EUA na semana passada, o mercado passou a incorporar três cortes de juros pelo Fed, cita. "A renda pessoal veio abaixo do esperado, os gastos dos consumidores bem abaixo, pode haver no segundo semestre quedas de juros, no plural, o que seria benéfico para o ouro e para ativos de risco."

No Brasil, o analista da Toro diz que 2026 pode trazer ventos favoráveis para corte de juros. É o que vem beneficiando companhias mais alavancadas como as do setor de construção civil e de varejo. Se as taxas futuras seguirem caindo, são papéis que podem ter desempenho acima da média de mercado. A corretora revisou a projeção para o Ibovespa de 145 mil pontos para 160 mil pontos. No curto prazo, o investidor pode colocar o lucro no bolso e acompanhar o andamento da pautas fiscal, após a derrubada do decreto de aumento do IOF pelo Congresso.

Evolução das aplicações financeiras

Rentabilidade nominal e real no período em %

2025	Nominal							Real*						
Renda Fixa	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Ano	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Ano
Selic (1)	1,01	0,99	0,96	1,06	1,14	1,10	**6,42**	0,85	-0,32	0,40	0,62	0,88	0,84	**3,32**
CDI (1)	1,01	0,99	0,96	1,06	1,14	1,10	**6,42**	0,85	-0,32	0,40	0,62	0,88	0,84	**3,32**
CDB (2)	0,83	0,89	0,90	0,96	0,96	1,00	**5,67**	0,67	-0,41	0,33	0,53	0,70	0,74	**2,59**
Poupança (3)	0,67	0,63	0,61	0,67	0,67	0,67	**3,99**	0,51	-0,67	0,05	0,24	0,41	0,42	**0,96**
Poupança (4)	0,67	0,63	0,61	0,67	0,67	0,67	**3,99**	0,51	-0,67	0,05	0,24	0,41	0,42	**0,96**
IRF-M	2,58	0,61	1,39	2,99	1,00	1,78	**10,77**	2,42	-0,70	0,82	2,55	0,73	1,52	**7,54**
IMA-B	1,07	0,50	1,84	2,09	1,70	1,30	**8,80**	0,91	-0,80	1,28	1,66	1,43	1,04	**5,63**
IMA-B 5	1,88	0,65	0,55	1,76	0,62	0,45	**6,04**	1,72	-0,65	-0,01	1,33	0,36	0,20	**2,95**
IMA-B 5 +	0,43	0,41	2,83	2,33	2,45	1,86	**10,74**	0,27	-0,89	2,26	1,90	2,19	1,60	**7,52**
IMA-S	1,10	0,99	0,96	1,05	1,16	1,11	**6,55**	0,94	-0,31	0,40	0,61	0,90	0,86	**3,44**
Renda Variável														
Ibovespa	4,86	-2,64	6,08	3,69	1,45	1,33	**15,44**	4,70	-3,90	5,48	3,25	1,19	1,08	**12,07**
Índice Small Cap	6,11	-3,87	6,73	8,47	5,94	1,04	**26,43**	5,94	-5,11	6,14	8,01	5,67	0,79	**22,74**
IBrX 50	4,82	-2,79	5,96	2,55	1,26	1,46	**13,77**	4,65	-4,04	5,37	2,11	1,00	1,21	**10,45**
ISE	5,72	-2,92	4,69	10,48	3,84	1,82	**25,53**	5,55	-4,17	4,11	10,01	3,57	1,57	**21,87**
ICON	1,87	-5,51	12,27	12,67	2,37	-1,78	**22,44**	1,71	-6,74	11,64	12,19	2,11	-2,02	**18,87**
IMOB	11,23	-3,57	9,61	11,55	7,18	4,16	**46,41**	11,05	-4,81	9,00	11,07	6,90	3,90	**42,14**
IDIV	3,50	-2,78	5,52	3,88	1,31	1,76	**13,71**	3,34	-4,03	4,94	3,43	1,04	1,51	**10,40**
IFIX	-3,07	3,34	6,14	3,01	1,44	0,63	**11,79**	-3,22	2,00	5,55	2,57	1,18	0,38	**8,53**
Valor-Coppead Performance	2,17	-3,13	2,50	5,05	5,12	1,03	**13,19**	2,01	-4,38	1,93	4,60	4,85	0,78	**9,89**
Valor-Coppead MV	5,17	-2,61	2,69	3,61	-1,65	1,67	**8,97**	5,00	-3,87	2,12	3,17	-1,91	1,42	**5,79**
Dólar Comercial Ptax - BC	-5,85	0,32	-1,82	-1,42	0,85	-4,41	**-11,87**	-6,00	-0,98	-2,37	-1,84	0,58	-4,65	**-14,44**
Dólar Comercial Mercado	-5,54	1,35	-3,56	-0,50	0,72	-4,98	**-12,08**	-5,69	0,04	-4,10	-0,93	0,46	-5,21	**-14,64**
Euro - R$/€ - BC	-5,82	0,35	1,92	3,65	0,81	-0,84	**-0,21**	-5,97	-0,95	1,35	3,21	0,55	-1,09	**-3,12**
Euro Comercial Mercado	-5,74	1,28	0,59	4,22	0,99	-1,43	**-0,38**	-5,89	-0,03	0,03	3,78	0,72	-1,68	**-3,28**
Ouro (BC)	1,38	1,79	7,32	4,66	0,27	-4,41	**11,10**	1,22	0,48	6,72	4,22	0,01	-4,65	**7,86**
Bitcoin - R$	2,38	-15,90	-5,89	13,57	11,26	-2,47	**-0,13**	2,22	-16,98	-6,41	13,08	10,97	-2,72	**-3,04**
Inflação														
IGP-M	0,27	1,06	-0,34	0,24	-0,49	-1,67	**-0,94**	-	-	-	-	-	-	-
IPCA (5)	0,16	1,31	0,56	0,43	0,26	0,25	**3,00**	-	-	-	-	-	-	-

Fontes: Anbima, Bacen, B3, Focus, FGV, IBGE, Mercado Bitcoin e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. * Descontado o IPCA. (1) taxa efetiva (2) rendimento bruto do 1º dia útil do mês. (3) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos até 03/05/12. (4) rentabilidade do 1º dia do mês - depósitos a partir de 04/05/12. (5) expectativa de 0,27% para o mês de junho

Governança, ética e impunidade

Palavra do gestor

Marcelo Trindade

Em junho de 2021, depois de ler "O anel de Giges", de Eduardo Giannetti, sugeri, em artigo no Valor Investe, que nas entrevistas para seleção de candidatos ao cargo de principal executivo das empresas fosse perguntado o que eles fariam se tivessem o poder, conferido pelo anel, de ficar invisíveis ao olhar alheio.

Meu modelo de resposta ideal não incluía espionar segredos dos concorrentes, descobrir os desejos dos clientes ou desvendar a margem de lucro dos fornecedores. O melhor candidato deveria, isso sim, "observar secretamente seus comandados", para ver "quem realmente comunga com a cultura da empresa", "livrando-se dos puxa-sacos e dos que aderem apenas da boca para fora".

Passados quatro anos, participei, no último dia 26, do Fórum Ética e Compliance, promovido pelo **Valor** e encerrado com uma palestra de Eduardo Giannetti. E embora eu ainda esteja tocado pela leitura de seu mais recente livro, "Imortalidades", imaginei que alguns elementos da profunda discussão sobre ética de "O anel de Giges" aparecessem na palestra.

Isso de fato aconteceu, mas Giannetti também destacou a importância de lideranças identificadas com a cultura ética da empresa e desceu a detalhes — mencionando, inclusive, a entrevista de emprego como um bom momento para verificar a existência, ao menos, de identificação do candidato com os valores básicos da casa.

Giannetti afirmou, ainda, que uma governança ética depende cumulativamente de três elementos: a submissão às regras, com imposição de consequências em caso de desvio; a identificação com as regras, pela atração de pessoas que compartilhem os valores da empresa; e a internalização, isto é, que as regras sejam percebidas como elementos essenciais da organização.

Ao destacar a relevância da submissão, da identificação e da internalização, Giannetti trata de um risco que ele já enfrentara em "O anel de Giges": "nem todos podem estar dispostos a contribuir com sua cota de autocontenção e de sacrifício das paixões antissociais em obediência aos termos do acordo" moral vigente na sociedade.

Afinal — prosseguia Giannetti naquele livro —, "por que não desfrutar da adesão geral ao contrato moral e, ao mesmo tempo, sempre que houver a chance de fazê-lo sem grande risco de ser pego, explorar situações que permitam obter vantagens pessoais, ainda que isso implique tratar os outros de forma iníqua, desrespeitosa e maligna?"

Esse comportamento, como o próprio Giannetti explica, inclui o chamado "free-riding" (ou carona). Esse fenômeno se manifesta de diversas formas, desde as mais simples, como a dos alunos que não participam do trabalho escolar em grupo, contando com o esforço dos colegas mais dedicados, até os mais complexos, como a competição em mercados regulados, em que novos participantes pretendem se beneficiar gratuitamente dos investimentos feitos pelos antigos.

Um dos problemas do free-riding nos mercados regulados é que ele incentiva a reação dos incumbentes de enfraquecer seus próprios controles e investimentos, para reduzir custos. E mesmo que isso não aconteça, a consumação de riscos criados pelo baixo investimento do free-rider pode afetar a reputação de todo o sistema, ainda que os incumbentes continuem dedicando tempo e dinheiro para cumprir as regras.

Mas a falta de submissão, identificação e internalização não acontece apenas nas empresas e nos mercados. Segundo um estudo recente da Secretaria Nacional de Trânsito (Senatran), mais de 50% dos proprietários de motocicletas não têm carteira de motorista. Isso significa que cerca de 16,5 milhões de motocicletas são conduzidas no Brasil por pessoas sem habilitação.

Essa notícia me trouxe à lembrança uma viagem de automóvel que fiz de Fortaleza a Jericoacara. Passando por uma cidade em que todos os motociclistas transitavam sem capacete, ouvi do taxista a explicação surpreendente: o prefeito proibira o uso de capacetes, porque atrapalhava a identificação dos criminosos. E a polícia mandava os desavisados cumprirem a ordem.

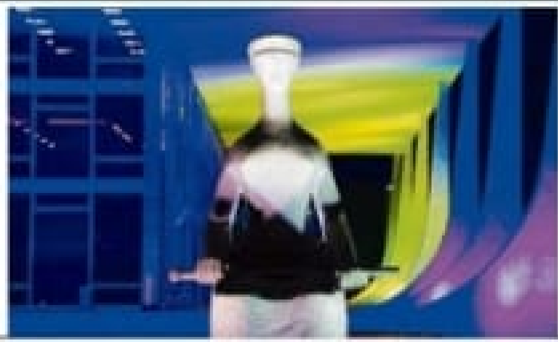
Nos dois casos, sem nenhum prévio debate ético, o padrão de conduta é ignorado pelas pessoas. Os motociclistas não veem vantagem em incorrer nos custos da habilitação (autoescola e exames), pois não são fiscalizados. E o prefeito, contrariando uma lei federal, ignora a Constituição e proíbe o uso do capacete, pois sua ordem ilegal é cumprida, inclusive à força.

Mas esses exemplos também têm em comum o fato de ocorrerem em um país em que as pessoas, das mais comuns às mais altas lideranças empresariais e políticas, passando pelas forças policiais, estão se acostumando a ignorar as leis, substituindo-as por seus padrões individuais. O mau exemplo pervasivo de uns estimula a certeza da impunidade dos outros. E o experimento do anel de Giges pode acabar se tornando inútil por aqui, quando não for mais preciso esconder o que se faz de errado.

Marcelo Trindade é advogado e professor da PUC-Rio. Foi diretor e presidente da CVM

Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso destas informações.

Agenda
STF retoma julgamentos em agosto com pauta tributária bilionária
valor.globo.com/legislacao



Opinião Jurídica
Patrimônio de afetação: pilar de segurança
valor.globo.com/legislacao

TRT-SP
Omissão leva empresa a pagar por dano moral
valor.globo.com/legislacao



Valor E
Terça-feira, 1 de julho de 2025

Legislação & Tributos SP

Judiciário Febraban aponta que, do ano de 2022 a 2024, litigância predatória resultou em altos custos para instituições financeiras

Bancos são vítimas de milhares de ações judiciais abusivas

Beatriz Olivon
De Brasília

Mais de 700 mil ações propostas contra oito bancos, entre os anos de 2022 e 2024, foram identificadas como abusivas. Os dados foram colhidos por meio de levantamento realizado pela Federação Brasileira de Bancos (Febraban). A entidade ainda concluiu que, apesar de 90% dos julgamentos dessas ações terem dado vitória aos bancos, somente o custo de administração desses litígios alcançou R$ 800 milhões.

A prática, conhecida como litigância predatória, se caracteriza por "demandas sem lastro, temerárias, artificiais, procrastinatórias, fraudulentas, desnecessariamente fracionadas", conforme a Recomendação nº 159 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Aprovada em outubro de 2024, a norma orienta os juízes para a identificação, tratamento e prevenção da litigância abusiva.

Além disso, no começo do ano, a Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que o juiz, se constatar indícios da prática, pode exigir mais explicações como documentos que comprovem a validade do pedido. Mas os próprios bancos também têm adotado estratégias nesse sentido.

"Aqui no banco atuamos fortemente contra essa prática", afirmou Eduardo Fiorucci, superintendente jurídico do BMG. A instituição financeira contrata escritórios especializados para atuar nessa frente.

A equipe do BMG atuou em conjunto com o escritório Hoepers, Campos & Noroeffê Advogados em caso decidido, em junho, na 2ª Vara de Penedo (AL), por exemplo. A decisão extinguiu uma ação contra o banco e condenou o advogado que entrou com a ação a pagar multa, por causa da litigância predatória — esta é apenas uma das 700 que ele move contra o BMG.

Os bancos estão em terceiro lugar entre os segmentos que enfrentam maior volume de processos fundamentados na Recomendação nº 159 do CNJ, segundo levantamento realizado pela empresa de jurimetria Data Lawyer. O estudo revela que em primeiro aparece o comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo (530), seguido pela administração pública em geral (107), e, em seguida, aparecem os bancos múltiplos com carteira comercial (55). A pesquisa encontrou 1.105 processos, cujo valor da causa resulta em um total de R$ 348,87 milhões.

> "Sociedade acaba subsidiando essa forma de peticionar"
> *Maria Rita R.P. Dias*

Para identificar esse tipo de processo, o BMG segrega as ações pelo volume e faz uma análise qualitativa, o que inclui ligações telefônicas para saber se os autores da ação têm conhecimento do processo, e se a procuração foi assinada mesmo com a finalidade da ação sobre determinado tema. "Porque muitas vezes é uma procuração genérica e o autor não tem ciência dos termos do processo", afirma Fiorucci.

"Também fazemos ligações quando o processo é encerrado para saber se o cliente teve acesso ao dinheiro e pedimos audiência para ouvir o autor na frente do juiz para saber se era aquilo que ele queria mesmo", afirmou.

No BMG, cerca de 40% dos processos ajuizados têm indício de litigância abusiva. O êxito contra esse tipo de ação é maior do que na ação comum e gira em torno de 80%, segundo o superintendente. Via de regra, os casos terminam na segunda instância.

Na decisão de Alagoas, o juiz cita que, em outras varas do Estado, o mesmo advogado contabiliza aproximadamente 1.105 processos com a mesma temática, sempre demandas direcionadas contra instituições financeiras, sendo 99% das ações ajuizadas entre os anos de 2023 e 2024. No caso concreto, a cliente sequer reside no endereço indicado pelo advogado (nº 0700083-54.2024.8.02.0049).

"A presente ação caracteriza-se como aventura processual ardilosa, em que autor e advogado tentam ludibriar o Poder Judiciário e auferir lucros com demandas predatórias", afirma na decisão o magistrado Claudemiro Avelino de Souza.

Em julgamento realizado em maio, a 21ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo negou o pedido de declaração de inexistência de débitos e danos morais feito por uma cliente do Bradesco. Condenou o advogado a penas de litigância de má-fé, pagamento das custas, despesas processuais e avisou à OAB e órgãos competentes.

A cliente afirmava na ação que teve o nome negativado pelo Bradesco por débito no valor de R$ 981,30, que ela desconhece. O pedido de indenização por danos morais era de R$ 23 mil.

O Bradesco esclareceu que a negativação se refere à fatura de cartão de crédito não paga pela cliente. Destacou que o endereço de entrega do cartão é o mesmo indicado pela parte na ação, que o produto foi usado e as parcelas deixaram de ser pagas.

O relator, desembargador Décio Rodrigues, afirmou na decisão identificar a presença de "relevantes indícios da ocorrência de litigância predatória". O pedido foi interpretado como "extremamente genérico". O magistrado também considerou que a ação foi distribuída por advogado que "possui milhares de ações idênticas" e que, em outro processo, foi constatada a existência de indícios de litigância predatória.

"É clara a configuração da indesejada litigância predatória, a qual apenas assoberba o Poder Judiciário com falsas demandas e, dessa forma, cria obstáculos ao acesso à Justiça àqueles que realmente se encontram em situação de violação ou ameaça de violação de seus direitos", afirmou o desembargador.

O advogado que entrou com a ação apresentou embargos, que foram rejeitados. Em nota, o Bradesco informou que, atualmente, mais de 30% das ações ajuizadas contra o banco apresentam indícios de condutas processuais abusivas, conforme os parâmetros da Recomendação nº 159, do CNJ. O monitoramento é realizado diariamente, diz, e havendo indício de prática abusiva é comunicado ao juízo responsável.

Segundo Maria Rita Rebello Pinho Dias, juíza assessora da Corregedoria-Geral da Justiça do TJSP, o grande desafio para identificar a advocacia predatória é que ela se vale de características da advocacia de massa para se camuflar. O pedido com justiça gratuita é um sinal, segundo a magistrada, porque mitiga o risco de ter que pagar a sucumbência em caso de derrota.

Em uma análise feita pela juíza foi identificado que 0,22% dos advogados tinham distribuído quase 40% das ações, enquanto 99,8% (que eram mais de 16 mil pessoas) distribuíram 60%. Os 0,2% eram 37 pessoas que distribuíram um número desproporcional em relação ao outro grupo, segundo Maria Rita. "E, de certa forma, a sociedade acaba subsidiando essa forma de peticionar", afirma ela.

As instituições financeiras são, de forma disparada, o foco principal


Eduardo Fiorucci: muitas vezes, autor não tem ciência dos termos do processo

desse tipo de litigância, segundo Alex Hatanaka, sócio da prática de contencioso e arbitragem do Mattos Filho. Isso se dá, diz ele, porque os bancos têm relações com valor mais elevado e estão em todo o Brasil.

O advogado já atuou em uma causa em que o pedido era de R$ 5 bilhões para um banco, com justiça gratuita. "Sempre vemos conjugado a litigância predatória e a justiça gratuita", afirma.

Em outro processo, o advogado descobriu que a parte era um idoso que estava interditado judicialmente — não podia entrar com ações. "É caso a caso mesmo, tem que buscar no processo indícios de que tem algo errado", diz Hatanaka.

Já o diretor executivo do Instituto de Defesa dos Consumidores (Idec), Igor Britto, considera "uma falácia" a ideia do problema da advocacia predatória. "Devem existir fraudes, mas o número massacrante de ações judiciais tem um número específico de bancos como réus", afirma.

Mais de 60% das pessoas que entram com ação contra bancos têm êxito, segundo Britto. Para ele, isso indica que, em geral, as instituições financeiras poderiam resolver os litígios antes da judicialização. "Os bancos esperam as pessoas irem para o Judiciário para fazer acordo ou esperam uma sentença condenatória", afirma.

"Não temos no Brasil uma cultura de litigância por parte de consumidores e advogados, temos uma cultura de descumprimento da lei pelos bancos e precisamos de uma política que os responsabilize pela quantidade de ações que eles obrigam as pessoas a entrarem", diz.

Por nota, a Febraban informou ao **Valor** que os bancos brasileiros disponibilizam aos consumidores canais de atendimento para reduzir ações judiciais. Também disse que o percentual de fraudes constatadas na contratação de operações de crédito reduziu de 0,74%, em 2019, para 0,03%, em 2024, mas a quantidade de ações judiciais cresceu e uma das razões é a litigância abusiva.

Os advogados dos processos citados não foram localizados. Procurada, a OAB nacional não retornou até o fechamento desta edição.

Cartórios oferecem serviço de gestão de conta para negócios

Luiza Calegari
De São Paulo

Os cartórios de notas brasileiros passaram a oferecer um serviço equivalente às contas "escrow" dos Estados Unidos: uma conta bancária em que o contratante deposita o pagamento por um serviço, a quantia fica sob custódia da instituição financeira, e só é repassada ao vendedor após todas as condições do contrato terem sido cumpridas. Como o controle é feito pelos tabeliães, a novidade é vista como medida de desjudicialização.

A conta notarial foi prevista pelo Marco Legal das Garantias (Lei nº 14.711/23) e regulamentada pelo Provimento nº 197/2025 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Além dos contratos com cláusulas condicionantes, ela poderá ser usada na compra e venda de automóvel ou imóvel, acordos extrajudiciais, partilhas de bens, entre outros.

A novidade poderá transformar os negócios no país, segundo Giselle Oliveira de Barros, presidente do Colégio Notarial do Brasil – Conselho Federal (CNB/CF). "Ao garantir que o valor só será liberado com o cumprimento do que foi pactuado, a Conta Notarial protege ambos os lados do contrato e ainda ajuda a reduzir tanto o custo do crédito, quanto o número de disputas judiciais, ao contribuir com a desjudicialização", afirma.



> "Conta notarial vai garantir quando o valor acordado será liberado"
> *Giselle O. de Barros*

O serviço oferecido em fase piloto por alguns cartórios durante um ano já está disponível em cerca de 400 cartórios. Caberá a cada estabelecimento se cadastrar junto ao CNB para passar a ofertar o produto. Atualmente, há 8.500 cartórios de notas no país.

Especialistas afirmam que, hoje, não existe nenhum instrumento legal parecido no país. É possível fazer operações equivalentes diretamente com os bancos, mas eles não têm condições de verificar o cumprimento das cláusulas dos contratos da mesma forma que os tabeliães poderão fazer, de acordo com os especialistas.

Para Arthur Mendes Lobo, do Wambier, Yamasaki, Bevervanço & Lobo Advogados, a grande inovação do Provimento nº 197 foi introduzir o tabelião de notas como agente de confiança para a operação. "O tabelião, por ser um agente público, aprovado em concurso, com formação jurídica sólida e investido de fé pública, oferece à operação um grau superior de segurança técnica e neutralidade. Ele possui a capacidade jurídica necessária para verificar, com objetividade e imparcialidade, se as condições pactuadas pelas partes foram efetivamente atendidas", afirma.

A fé pública que reveste os atos do tabelião significa que suas declarações sobre o cumprimento das condições do contrato gozam de presunção de veracidade, conforme explica o advogado. "Essa característica reduz significativamente os riscos de litígios judiciais futuros ao oferecer maior segurança jurídica para todas as partes envolvidas", diz.

Outro grande atrativo da conta notarial em relação às demais no mercado é o preço. Para usar uma conta notarial, o empresário procura o cartório, que abre a conta no banco e fica sendo o seu gestor. O empresário pagará 0,08% sobre o valor do contrato para a instituição financeira — um valor bastante abaixo do que os bancos costumam cobrar. Não há taxa a ser paga diretamente ao cartório, que será remunerado pelo banco.

Giselle Oliveira de Barros destaca, ainda, o caráter de patrimônio de afetação atribuído à conta notarial. Isso significa que a quantia depositada é impenhorável e, assim, não entra em uma recuperação judicial, por exemplo, o que reforça o intuito de proteção do patrimônio mobilizado para a transação.

Por enquanto, as contas notariais não vão gerar rendimento financeiro, como acontece hoje com as contas judiciais. A razão, de acordo com Giselle, é que a intenção, neste primeiro momento, é de solucionar demandas de curto prazo, às vezes de um dia para o outro. "Compra e venda de carro ou de imóvel são bons exemplos".

"Se uma parte está com medo de assinar o contrato e não receber o pagamento, e a outra está com medo de pagar e não receber o produto, dependendo do risco que se está garantindo com a conta notarial, vale a pena renunciar a 0,08% do valor para ter essa segurança" , diz a presidente do CNB/CF.

Por enquanto, o CNB está conveniado com o banco Safra e mirando operações simples de varejo, em que as condições objetivas de cumprimento do contrato são facilmente verificadas. Com o tempo, diz Giselle, os convênios podem se ampliar para outras instituições financeiras e as operações poderão ficar mais complexas.

Mas os critérios desses contratos devem continuar sendo de fácil averiguação, conforme destaca Marc Stalder, do Demarest Advogados. "Muitas vezes não é possível prever um evento claro e objetivo para condicionar a liberação do valor", diz. "Com a ajuda do tabelião para a redação desses termos, é possível incluir variáveis para liberar o dinheiro, pode haver uma liberdade muito grande", acrescenta.

Patrimônio de afetação: pilar de segurança

Opinião Jurídica

Isabella Serafim e Roberta Mauro Medina Maia

O conceito de patrimônio de afetação vem ganhando destaque no cenário jurídico brasileiro. Essencialmente, ele se refere à segregação de um determinado conjunto de bens para uma finalidade específica, garantindo maior transparência e segurança tanto para adquirentes de unidades imobiliárias quanto para os incorporadores. Esse mecanismo visa, principalmente, proteger o patrimônio de eventos desfavoráveis que possam impactar os empreendimentos imobiliários.

Em termos simples, o patrimônio de afetação isola os bens, direitos e valores destinados a uma obra específica do restante do patrimônio do incorporador. Conforme disposto na Lei nº 10.931/2004, este regime possibilita que os recursos de um empreendimento sejam direcionados exclusivamente para a conclusão daquele projeto, evitando a má gestão ou a aplicação em outras áreas que não estejam diretamente relacionadas à obra.

Para os adquirentes, significa uma proteção contra o risco de insolvência do incorporador. Caso a obra entre em dificuldades financeiras, o patrimônio de afetação assegura que seus valores não sejam usados para sanar dívidas de outros empreendimentos ou desvio de finalidade. Assim, há um estímulo ao aumento de confiança por parte dos investidores, o que, por sua vez, aquece o mercado imobiliário como um todo.

Para os incorporadores, embora exista um aumento das exigências burocráticas e a necessidade de manter uma contabilidade separada para os bens afetados, há um significativo ganho em credibilidade e eficiência fiscal. Incorporadores que aderem ao patrimônio de afetação podem atrair mais clientes que buscam a segurança adicional que esse regime fornece, além de conseguirem aderir ao Regime Especial de Tributação (RET), um dos principais benefícios fiscais associados ao patrimônio de afetação. O RET oferece uma vantagem significativa ao simplificar a tributação das receitas auferidas nos projetos de incorporação imobiliária.

Com a introdução da Lei nº13.786/2018, conhecida como Lei dos Distratos, estabeleceram-se diretrizes claras para a resolução de contratos de venda de imóveis sob o regime de patrimônio de afetação. Quando um adquirente decide desfazer o contrato, a lei possibilita que o incorporador retenha até 50% dos valores pagos. Este percentual é estabelecido para cobrir custos administrativos, despesas gerais e prejuízos decorrentes do distrato. A retenção busca equilibrar os interesses do incorporador, que precisa arcar com os custos associados ao desistente, e do adquirente, que não sofre a perda total dos valores investidos. Isso também ajuda a garantir que o empreendimento permaneça financeiramente viável para ser concluído.

Em contraste, para os contratos de venda de imóveis que não estão sob o regime de patrimônio de afetação, a retenção máxima permitida é menor. Nesses casos, a lei prevê que o incorporador pode reter até 25% dos valores pagos. O diferencial de retenção demonstra o nível de proteção adicional e a alocação de responsabilidades que o patrimônio de afetação proporciona.

Um outro ponto crucial que ressalta a importância do patrimônio de afetação é como ele atua em casos de recuperação judicial ou falência da incorporadora. Sob o regime de patrimônio de afetação, os ativos e recursos alocados para um empreendimento são segregados e protegidos de credores. Ou seja, mesmo que a incorporadora entre em recuperação judicial ou enfrente falência, esses recursos permanecem exclusivamente destinados à conclusão do empreendimento específico. Essa segregação assegura que o patrimônio alocado à obra não seja utilizado para liquidar débitos da incorporadora, resguardando os direitos dos adquirentes e garantindo a continuidade do projeto. Assim, o regime de afetação proporciona um nível de segurança e certeza que promove a confiança dos investidores e compradores, minimizando os riscos associados a crises financeiras da incorporadora.

Além dos assuntos abordados, destaca-se também a importância da Comissão de Representantes, prevista na Lei nº 4.591/1964. A comissão é formada por adquirentes eleitos com o propósito de atuar como intermediários entre os compradores e o incorporador. Seu principal objetivo é garantir que os interesses dos adquirentes sejam monitorados e que os recursos alocados ao empreendimento sejam utilizados exclusivamente para sua conclusão. Trata-se de uma estrutura que não só viabiliza a conclusão bem-sucedida do empreendimento mesmo diante de adversidades, mas também reforça a confiança dos adquirentes no sistema como um todo, assegurando a satisfação e a proteção de todos os envolvidos.

Essa estruturação legal é fundamental para fornecer segurança jurídica, tanto para adquirentes quanto para incorporadores, garantindo que ambos os lados tenham clareza sobre suas responsabilidades e direitos em casos de desfazimento contratual. Ao fazer isso, a legislação não apenas protege os interesses individuais, mas também reforça a estabilidade e a confiança no mercado imobiliário como um todo.

Para o setor imobiliário brasileiro, a integração de mecanismos como o patrimônio de afetação e as normas da Lei dos Distratos constituem uma estrutura robusta que promove a confiança e oferece um cenário de maior previsibilidade. Ao investir num regime onde a segregação dos ativos é mantida e as regras para resolução contratual são claras, cria-se um ambiente propício para o crescimento sustentável do setor.

Isabella Serafim e Roberta Mauro Medina Maia são, respectivamente, advogada civilista, pós-graduada em processo civil pela PUC Rio; e advogada, doutora em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e professora do quadro complementar da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso dessas informações.

Banco Mercedes-Benz

BANCO MERCEDES-BENZ DO BRASIL S.A.

CNPJ nº 60.814.191/0001-57 - NIRE 35.300.010.752

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 22/04/2025

Realizada aos 22/04/2025, às 10h, em formato digital, por meio da plataforma Microsoft Teams nos termos do artigo 124, §2º-A da Lei nº 6.404/76 e Instruções Normativas do Departamento de Registro Empresarial e Integração - DREI nº 79, [illegible] **MESA**: Presidente: Leonardo Luiz Piccinini e Secretária: Tatiana Yokoyama e Silva. **DELIBERAÇÕES**: [illegible] **DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO**: [illegible] **ASSINATURAS**: [illegible] JUCESP nº 176.393/25-2 em 30/05/2025. Abisio E. Soares Junior - Secretário Geral em Exercício. ANEXO I À ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 22/04/2025. Estatuto Social - Banco Mercedes-Benz do Brasil S.A. - CNPJ nº 60.814.191/0001-57 - NIRE 35.300.010.752. [illegible] Estatuto Social Consolidado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 22/04/2025.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMANDO DE ÁREA METROPOLITANA QUATRO – CPAM-4

ABERTURA DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº [illegible]

[illegible]

PROMON — **Promon S.A.**

CNPJ/MF nº 05.115.148/0001-03 - NIRE 35.300.182.184

Aviso aos Acionistas

[illegible]

MERCEDES-BENZ LEASING DO BRASIL ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A.

CNPJ nº 00.162.760/0001-03 - NIRE 35.300.135.691

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 22/04/2025

[illegible]

PREFEITURA DE SÃO PAULO — **SUBPREFEITURA CASA VERDE/ CACHOEIRINHA**

AVISO DE REABERTURA DE LICITAÇÃO

[illegible]

ECONOMIA CIRCULAR PARTICIPAÇÕES S.A.

[illegible]

RESUMO DA ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA [illegible]

[illegible]

A íntegra deste documento está disponível na versão digital do jornal.

bradesco — LEILÃO SOMENTE ONLINE 18 IMÓVEIS

LOCALIDADES: AM CE GO MG PA PE RJ RR SP

[illegible]

CM HOSPITALAR S.A.

[illegible]

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 13 DE MAIO DE 2025

[illegible]

Valor 25 | 100

Seja um assinante:
Acesse assinevalor.com.br
Ligue 0800 701 8888

Eufrázio

SOLVÍ ESSENCIS AMBIENTAL S.A.

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 21 DE MAIO DE 2025

[illegible]

DESVENDE A_BOLSA_DE VALORES

SEUS PRIMEIROS PASSOS COM SEGURANÇA NA RENDA VARIÁVEL

Desmistifique a bolsa de valores e comece a investir em ações com segurança. Nosso curso **Desvende a Bolsa de Valores** é o guia essencial para realizar seus primeiros investimentos em renda variável e construir um patrimônio sólido a longo prazo.

ACESSE
https://desvendeabolsa.valorinveste.com

Valor investe | 100

JBS S.A.

CNPJ/MF nº 02.916.265/0001-60 – NIRE 35.300.330.587 – Companhia Aberta

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23 de maio de 2025

Data, hora e local: Em 23 de maio de 2025, às 10h00, na sede social da JBS S.A., na Avenida Marginal Direita do Tietê, nº 500, Bloco 3, auditório, Vila Jaguara, CEP 05118-100, no município de São Paulo, estado de São Paulo ("Companhia"). **Convocação:** O Edital de Convocação foi publicado no jornal Valor Econômico, edição nacional e edição eletrônica, nos dias 23, 24 e 25 de abril de 2025, respectivamente nas páginas E10, E7 e E2, nos termos do art. 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"). **Presenças:** Presentes acionistas representando: (i) 92,74% (noventa e dois inteiros e setenta e quatro centésimos por cento) do total das ações votantes de emissão da Companhia; e (ii) 86,47% (oitenta e seis inteiros e quarenta e sete centésimos por cento) do total das ações em circulação da Companhia, assim consideradas as ações da Companhia, com exceção das ações de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores da Companhia e daquelas mantidas em tesouraria, havendo, portanto, quórum suficiente para instalação desta assembleia geral extraordinária, nos termos da Lei das Sociedades por Ações ("AGE"). Nos termos do art. 47 da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81"), são considerados como presentes nesta assembleia os acionistas que compareceram fisicamente ou se fizeram validamente representar e os acionistas cujos boletins de voto a distância tenham sido considerados válidos pela Companhia. Compareceram, também, durante a reunião, os Srs. Jeremiah O' Callaghan, Diretor e Presidente do Conselho de Administração da Companhia, Adrian Lima da Hora, Presidente do Conselho Fiscal da Companhia, e o Sr. Daniel Schmidt Pitta, Diretor Jurídico. Compareceu, ainda, o Sr. Ricardo Guimarães Ribeiro, representante da KPMG Auditores Independentes Ltda., sociedade simples limitada, com sede na Rua Verbo Divino, nº 1.400, 1º ao 8º andares, Chácara Santo Antônio, na Cidade e Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 57.755.217/0001-29, registrada no Conselho Regional de Contabilidade de São Paulo sob o nº 2SP014428/O-6 ("KPMG" ou "Avaliadora"), responsável pela elaboração do laudo de avaliação do valor das ações de emissão da JBS S.A. a serem incorporadas pela JBS Participações Societárias S.A. ("JBS Participações"), no âmbito da Incorporação de Ações (conforme abaixo definida), com base no valor patrimonial contábil das ações de emissão da JBS S.A. em 31 de dezembro de 2024 ("Data-Base"), para fins de verificação do aumento de capital da JBS Participações, conforme disposto no artigo 252 da Lei das Sociedades por Ações ("Laudo de Avaliação"). **Composição da Mesa.** A Mesa desta assembleia foi composta por Jeremiah O' Callaghan, Presidente da Mesa, e por Daniel Schmidt Pitta, indicado como Secretário da Mesa, nos termos do art. 11 do Estatuto Social da Companhia. **Quóruns de Instalação e de Aprovação.** Os quóruns de instalação e deliberação desta AGE decorrem do disposto na legislação e regulação aplicável, em especial na Lei das Sociedades por Ações e no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"). Os quóruns de instalação e deliberação por matéria da ordem do dia da AGE, bem como a demonstração do atendimento de referidos quóruns, encontram-se anexos à presente como Anexo I ("Quórum"). **Leitura de Documentos.** Foi dispensada a leitura dos documentos relacionados à ordem do dia desta assembleia, uma vez que os referidos documentos são de inteiro conhecimento dos acionistas da Companhia e foram (i) postos à disposição dos acionistas na sede social da Companhia; (ii) disponibilizados eletronicamente por meio do Departamento de Relações com Investidores da Companhia, no endereço eletrônico https://ri.jbs.com.br/; e (iii) apresentados à B3, em atendimento ao disposto no art. 124, § 6º, da Lei das Sociedades por Ações; e (iv) apresentados à CVM por meio do sistema próprio, tudo com a antecedência exigida pela legislação aplicável. **Considerações sobre a Ordem do Dia.** A AGE foi convocada no contexto dos fatos relevantes divulgados pela Companhia em 12 de julho de 2023, 04 de setembro de 2023, em 17 de março de 2025 e em 22 de abril de 2025, por meio dos quais foram divulgadas informações sobre a proposta de dupla listagem de suas ações em bolsa de valores no Brasil e nos Estados Unidos da América. Como mencionado nos fatos relevantes acima referidos, a JBS S.A. pretende promover uma dupla listagem concomitante no Brasil e nos Estados Unidos, tendo como veículo a JBS N.V., uma sociedade constituída de acordo com as leis da Holanda ("JBS N.V."), que obterá registro de emissora estrangeira perante a CVM para ter Brazilian Depositary Receipts – BDRs Nível II admitidos à negociação na B3, tendo como lastro suas *Class A Shares* ("*Class A Shares*") e será registrada como emissora estrangeira (*Foreign Private Issuer* – FPI) perante a *Securities and Exchange Commission* ("SEC") para ter suas *Class A Shares* admitidas à negociação na *New York Stock Exchange* ("NYSE"), resultando na cessação da negociação das ações ordinárias da Companhia no segmento de listagem do Novo Mercado da B3 ("Dupla Listagem"). A conclusão da Dupla Listagem está condicionada à verificação das Condições de Conclusão descritas no Protocolo e Justificação da Incorporação das Ações de Emissão da Companhia pela JBS Participações ("Protocolo e Justificação") e na Proposta da Administração para AGE ("Proposta da Administração"). **Ordem do Dia:** (a) ratificar a contratação da Avaliadora para elaboração do Laudo de Avaliação; (b) examinar, discutir e deliberar sobre o Laudo de Avaliação, elaborado pela Avaliadora; (c) examinar, discutir e deliberar sobre o Protocolo e Justificação, que contém todos os termos e condições da Dupla Listagem, incluindo a Incorporação de Ações e o Resgate; (d) examinar, discutir e deliberar sobre a Incorporação de Ações, no contexto da Dupla Listagem; (e) examinar, discutir e deliberar sobre a não listagem, por impedimento legal, da JBS N.V. no segmento "Novo Mercado" da B3, nos termos do parágrafo único do artigo 46 do Regulamento do Novo Mercado da B3, consequência de que a JBS S.A. deixará de ter suas ações negociadas na B3; (f) autorizar a administração da Companhia a tomar todas as providências necessárias para a implementação das deliberações que vierem a ser aprovadas na AGE, inclusive, mas não se limitando, à implementação da Incorporação de Ações e a consequente subscrição das novas ações a serem emitidas pela JBS Participações em decorrência da Incorporação de Ações, por conta dos acionistas da Companhia; e (g) examinar, discutir e deliberar sobre a declaração de dividendos. As propostas de deliberação descritas nos itens (a) a (g) da Ordem do Dia indicadas acima são negócios jurídicos interdependentes, sendo premissa que cada uma das deliberações sobre esses itens não tenha eficácia, individualmente, sem que as demais também tenham. Adicionalmente, caso não sejam atendidas as Condições de Conclusão definidas no Protocolo e Justificação, as matérias eventualmente aprovadas nesta AGE não produzirão efeitos. **Deliberações:** Iniciados os trabalhos, foi deliberado pela maioria dos acionistas presentes (i) dispensar a leitura do Edital de Convocação, da Proposta da Administração e demais documentos atinentes à Ordem do Dia desta AGE; (ii) lavrar esta ata na forma de sumário, nos termos do art. 130, § 1º, da Lei das Sociedades por Ações, sendo facultado o direito de apresentação de manifestações de votos em separado que, após recebidos pela mesa desta assembleia, ficarão arquivados na sede da Companhia; e (iii) publicar esta ata com a omissão das assinaturas dos acionistas, nos termos do § 2º do art. 130 da Lei das Sociedades por Ações. A Companhia informou que foi adotado o sistema boletim de voto a distância, nos termos da Resolução CVM 81 e que, nos termos do art. 48, § 5º, da referida resolução, serão desconsideradas as instruções de voto a distância de (a) acionistas ou representantes de acionistas que, comparecendo fisicamente a esta assembleia, solicitem exercer o voto presencialmente; e (b) acionistas que não sejam elegíveis para votar na assembleia ou na respectiva deliberação. Em seguida, foi dispensada a leitura do mapa contendo as instruções de voto a distância, sendo colocadas cópias à disposição dos presentes para consulta ao longo dos trabalhos. Realizadas tais considerações preliminares e deliberações relativas aos aspectos formais da lavratura desta ata, passou-se à apreciação dos itens constantes da ordem do dia. (a) Foi aprovada, por maioria de votos válidos, registrando-se as abstenções e votos contrários, conforme mapa de votação constante do Anexo IV da presente ata, a ratificação da contratação da KPMG para elaborar o Laudo de Avaliação; (b) Foram aprovados, por maioria de votos válidos, registrando-se as abstenções e votos contrários, conforme mapa de votação constante do Anexo IV da presente ata, o Laudo de Avaliação constante do Anexo III da presente ata, elaborado pela Avaliadora, sendo que com base no Laudo de Avaliação apurou-se o montante R$20,19, correspondente ao valor de patrimônio líquido contábil por ação ordinária da Companhia na Data-Base, conforme apurado no Laudo de Avaliação; (c) Foi aprovado, por maioria de votos válidos, registrando-se as abstenções e votos contrários, conforme mapa de votação constante do Anexo IV da presente ata, o Protocolo e Justificação, constante do Anexo II da presente ata, que contém todos os termos e condições da Dupla Listagem, incluindo a Incorporação de Ações e o Resgate; (d) Foi aprovada, por maioria de votos válidos, registrando-se as abstenções e votos contrários, conforme mapa de votação constante do Anexo IV da presente ata, a Incorporação de Ações, no contexto da Dupla Listagem; (e) Foi aprovada, por maioria de votos válidos dos detentores de ações em circulação presentes, registrando-se as abstenções e votos contrários, conforme mapa de votação constante do Anexo IV da presente ata, a não listagem, por impedimento legal, da JBS N.V. no Novo Mercado, nos termos do parágrafo único do artigo 46 do Regulamento do Novo Mercado da B3, consequência da qual a JBS S.A. deixará de ter suas ações negociadas na B3; (f) Foi aprovada, por maioria de votos válidos, registrando-se as abstenções e votos contrários, conforme mapa de votação constante do Anexo IV da presente ata, a autorização para a administração da Companhia adotar todas as providências necessárias para a implementação das deliberações aprovadas nesta AGE, inclusive, mas não se limitando, à implementação da Incorporação de Ações e a consequente subscrição das novas ações a serem emitidas pela JBS Participações em decorrência da Incorporação de Ações, por conta dos acionistas da Companhia; e (g) Foi aprovada, por maioria de votos válidos, registrando-se as abstenções e votos contrários, conforme mapa de votação constante do Anexo IV da presente ata, a declaração de dividendos no montante de R$1,00 (um real) por ação ("Dividendos"), totalizando o valor de R$2.218.116.370,00 (dois bilhões, duzentos e dezoito milhões, cento e dezesseis mil, trezentos e setenta reais), à conta do saldo das reservas de lucros apurado no balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2024. Os dividendos serão imputados aos dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2025, conforme aplicável. A posição acionária a ser considerada para a distribuição dos dividendos intermediários será a posição observada no encerramento do pregão da B3 em 23 de maio de 2025 (inclusive), e as ações de emissão da Companhia passarão a ser negociadas ex-dividendos a partir de 26 de maio de 2025 (inclusive). O valor dos dividendos por ação é estimado e poderá sofrer variação em razão de eventual alteração do número de ações em tesouraria. O pagamento dos dividendos será realizado sem correção ou atualização monetária, em data a ser oportunamente divulgada pela Administração da Companhia. Os procedimentos relativos ao pagamento dos dividendos intermediários serão informados pela Companhia por meio de Fato Relevante a ser divulgado nesta data. (h) Fica consignado ainda, que, em todas as matérias, houve aprovação pela maioria por titulares de ações em circulação de emissão da Companhia presentes à assembleia, conforme quórum descrito no Anexo I. Os acionistas J&F e JBS Participações acompanharam o voto a favor das matérias (a) a (d) da ordem do dia, tendo em vista que a maioria (50% mais 1 ação) das ações em circulação presentes na AGE, isto é, que compareceram fisicamente ou se fizeram validamente representar e os acionistas cujos boletins de voto a distância tenham sido considerados válidos pela Companhia votaram a favor dessa matéria e os votos desses acionistas se mostrem necessários exclusivamente para atingir o quórum legal exigido para sua aprovação. **Encerramento, Lavratura e Leitura da Ata.** Nada mais havendo a tratar, foi suspensa a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata, a qual, depois de lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. Confere com a original lavrada em livro próprio. São Paulo/SP, 23 de maio de 2025. Mesa: Jeremiah Alphonsus O'Callaghan – Presidente da Mesa; Daniel Schmidt Pitta – Secretário da Mesa. Presenças: Srs. Jeremiah O' Callaghan, Diretor e Presidente do Conselho de Administração da Companhia; Adrian Lima da Hora, Presidente do Conselho Fiscal da Companhia; e Daniel Schmidt Pitta, Diretor Jurídico. Compareceu, ainda, o Sr. Ricardo Guimarães Ribeiro, representante da KPMG Auditores Independentes Ltda. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 182.617/25-7 em 10/06/2025. Aloizio Epifanio Soares Junior – Secretário Geral em Exercício.

OPEA SECURITIZADORA S.A.

Companhia Securitizadora – CNPJ/MF nº 02.773.542/0001-22 – NIRE 35.300.157.648

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 16 DE ABRIL DE 2025

Data, Hora, Local: 16.04.2025, às 10h, na sede, Rua Hungria, nº 1.240, 1º andar, conjunto 12, São Paulo/SP. **Presença:** Totalidade do capital social. **Mesa:** Presidente: Marcelo Leitão Silveira; Secretário: Thiago Faria Silveira. **Ordem do Dia:** (i) a emissão, pela Companhia, de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública, no montante total de até R$ 80.000.000,00, na Data de Emissão (conforme a ser definida na Escritura), nos termos da Lei das S.A., da Lei nº 14.430, de 03.08.2022 ("Lei 14.430"), da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 160, de 13.07.2022, conforme alterada de tempos em tempos ("Resolução CVM 160"), Resolução CVM nº 60 ("Resolução CVM 60") e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis ("Emissão" e "Oferta", respectivamente), conforme condições a serem previstas no "*Instrumento Particular de Escritura da 14ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública, Sob o Rito de Registro Automático, Destinada a Investidores Profissionais, da Opea Securitizadora S.A., com Lastro em Direitos Creditórios Cedidos pela Gran Coffee Comércio, Locação e Serviços S.A.*" ("Escritura de Emissão") a ser celebrado pela Companhia e a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., com filial em São Paulo/SP, CNPJ/MF 36.113.876/0004-34, na qualidade de representante da comunhão dos interesses dos titulares das debêntures da presente emissão ("Debenturistas" e "Agente Fiduciário", respectivamente). As Debêntures serão lastreadas em direitos creditórios, de titularidade da Gran Coffee Comércio, Locação e Serviços S.A., CNPJ 03.738.011/0001-46 ("Cedente"), presentes e futuros, principais e acessórios, tais como, mas não se limitando a juros, multas, atualização monetária, pagamentos de seguros, penalidades, indenizações, direitos de regresso, encargos por atraso e demais encargos eventualmente existentes, bem como os direitos, prerrogativas, privilégios, todos os acessórios, garantias constituídas, e instrumentos que os representam, incluindo respectivos anexos oriundos (i) do "*Contrato de Fornecimento de Bebidas e Locação de Máquinas*", celebrado em 29.01.2024, entre a Cedente e a Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS ("Contrato Petrobras"); e, (ii) do "*Termo de Adesão ao Contrato de Adesão e Credenciamento de Estabelecimento à Operação com Instrumentos de Pagamento e Outras Avenças*", celebrado em 1.11.2022, entre a Cedente e a FISERV do Brasil Instituição de Pagamento LTDA. (respectivamente, (ii) "Contrato FISERV" e, em conjunto com o Contrato Petrobras, "Contratos Lastro", e (iii) "Direitos Creditórios"), os quais serão objeto de cessão definitiva e onerosa, pela Cedente, à Securitizadora, nos termos dos artigos 286 e seguintes da Lei nº 10.406, de 10.01.2002, conforme alterada, por meio do "*Instrumento Particular de Cessão e Aquisição de Créditos e Outras Avenças*", a ser celebrado entre a Cedente e a Securitizadora, na qualidade de cessionária ("Contrato de Cessão" e "Cessão de Créditos", respectivamente); (ii) a autorização para que os representantes legais da Companhia definam os termos e as condições finais e pratiquem todos e quaisquer atos necessários ao fiel cumprimento das deliberações ora tomadas, inclusive para negociar e celebrar quaisquer instrumentos, contratos, documentos e aditamentos, do mesmo forma que os eventuais aditamentos, necessários à realização da Emissão e da Oferta, bem como para contratar todos os prestadores de serviço necessários para tanto, observado o disposto nesta ata; e (iii) a ratificação dos atos já praticados pelos representantes legais da Companhia relacionados às matérias acima no âmbito da Emissão e da Oferta. Os termos e expressões em maiúsculas, não definidas neste instrumento, terão o significado previsto na Escritura de Emissão. **Deliberações Aprovadas:** (i) a Emissão, nos seguintes termos e condições: (a) **Número da Emissão:** a presente emissão constitui a 14ª Emissão de Debêntures; (b) **Valor Total da Emissão:** O valor total da Emissão será de, inicialmente, R$ 80.000.000,00 na Data de Emissão ("Valor Total da Emissão"), sendo certo que o Valor Total da Emissão poderá ser diminuído em caso de Distribuição Parcial das Debêntures, desde que observado o Montante Mínimo, nos termos dos artigos 73 e 74 da Resolução CVM 160; (c) **Número de Séries:** a Emissão será realizada em série única; (d) **Agente Liquidante:** O agente de liquidação da Emissão é a Opea Sociedade de Crédito Direto S.A., com sede em São Paulo, SP, CNPJ 39.519.944/0001-05; (e) **Escriturador:** O escriturador das Debêntures é a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Escriturador"); (f) **Colocação e Procedimento de Distribuição:** As Debêntures serão objeto de oferta pública, a ser registrada pelo rito automático, nos termos da Resolução CVM 160, das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, e do "*Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, sob o Rito de Registro Automático, sob o Regime de Misto de Garantia Firme e Melhores Esforços de Colocação, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, da 14ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., com Lastro em Direitos Creditórios Cedidos pela Gran Coffee Comércio, Locação e Serviços S.A.*" ("Contrato de Distribuição"), com a intermediação de instituição integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários ("Coordenador Líder"), sob o regime misto de garantia firme e melhores esforços de colocação; (g) **Distribuição Parcial:** será admitida a distribuição parcial das Debêntures, nos termos dos artigos 73 e 74 da Resolução CVM 160 e da Escritura de Emissão ("Distribuição Parcial"), observado que a Oferta está condicionada à subscrição e integralização de, no mínimo, 40.000 Debêntures ("Montante Mínimo"); (h) **Procedimento de Alocação:** O Coordenador Líder organizará procedimento de coleta de intenções de investimento, com recebimento de reservas do Coordenador Líder, nos termos dos artigos 61 e 62 da Resolução CVM 160, bem como nos termos deste Contrato, por meio do qual o Coordenador Líder verificará a demanda do mercado pelas Debêntures, de modo a definir a quantidade e o volume final da emissão das Debêntures ("Procedimento de Alocação"), sendo certo que o resultado do Procedimento de Alocação será divulgado por meio de comunicado ao mercado, a ser realizado nos termos do artigo 13 da Resolução CVM 160, em até 1 Dia Útil da data do Procedimento de Alocação, e refletido por meio de aditamento à Escritura de Emissão, sem a necessidade de nova aprovação societária pela Cedente, pela Emissora e/ou de assembleia geral de Debenturistas; (i) **Data de Emissão:** para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será aquela a ser definida na Escritura de Emissão ("Data de Emissão"); (j) **Data de Início da Rentabilidade:** para todos os fins e efeitos legais, a data de início da rentabilidade será a Primeira Data de Integralização ("Data de Início da Rentabilidade"); (k) **Prazo e Data de Vencimento:** observado o disposto na Escritura de Emissão, e ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado ou vencimento antecipado das Debêntures, as Debêntures terão prazo de vigência de 1.463 (mil quatrocentos e sessenta e três) dias contados da Data de Emissão, vencendo, portanto, na data a ser definida na Escritura de Emissão ("Data de Vencimento"); (l) **Valor Nominal Unitário das Debêntures:** O valor nominal unitário das Debêntures, na Data de Emissão, será de R$ 1.000,00 ("Valor Nominal Unitário"); (m) **Quantidade de Debêntures Emitidas:** serão emitidas até 80.000 Debêntures, observado que a quantidade de debêntures poderá ser reduzida em caso de Distribuição Parcial das Debêntures, desde que observado o Montante Mínimo; (n) **Preço de Subscrição e Forma de Integralização:** as Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, de acordo com as normas de liquidação e procedimentos estabelecidos pela B3. Na primeira data de integralização, as Debêntures serão integralizadas pelo seu Valor Nominal Unitário. Caso qualquer Debênture venha a ser integralizada em data diversa e posterior à primeira data de integralização, a integralização deverá considerar o Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, calculada pro rata temporis a partir da Data de Início da Rentabilidade até a data de sua efetiva integralização (cada uma, uma "Data de Integralização"); (o) **Atualização Monetária das Debêntures:** o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente; (p) **Remuneração:** As Debêntures farão jus a uma remuneração correspondente a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, over extragrupo, expressa na forma percentual ao ano, base 252 Dias Úteis, calculada e divulgada diariamente pela B3, no informativo diário disponível em sua página da internet (http://www.b3.com.br), acrescida exponencialmente de *spread* (sobretaxa) correspondente a 3,50% ao ano, base 252 Dias Úteis ("Remuneração"). A Remuneração será calculada de acordo com a fórmula a ser prevista na Escritura de Emissão; (q) **Pagamento da Remuneração:** Sem prejuízo dos pagamentos decorrentes de eventual resgate antecipado ou vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, o pagamento efetivo da Remuneração será feito em parcelas mensais, conforme as datas de pagamento a serem previstas na Escritura de Emissão. O pagamento da Remuneração das Debêntures será feito pela Securitizadora aos Debenturistas, de acordo com as normas e procedimentos da B3; (r) **Amortização do saldo do Valor Nominal Unitário:** o Valor Nominal Unitário das Debêntures ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, será amortizado em parcelas mensais, a partir do 12º mês contado da Data de Emissão (inclusive), conforme as datas e os percentuais de amortização a serem previstos na Escritura de Emissão; (s) **Garantias:** não serão constituídas quaisquer garantias para as Debêntures. Contudo, no âmbito da Cessão de Créditos, a Cedente constituiu, em garantia do integral, fiel e pontual pagamento e/ou cumprimento (i) de todas as obrigações principais e acessórias, presentes ou futuras, no seu vencimento original ou antecipado, incluindo decorrentes dos juros, multas, penalidades e indenizações relativas aos Direitos Creditórios, os quais foram cedidos à Securitizadora nos termos do Contrato de Cessão, bem como das demais obrigações assumidas pela Cedente perante a Securitizadora no âmbito dos Documentos da Operação, em especial, mas sem se limitar, aos valores referentes à Recompra Compulsória, Multa Indenizatória e ao Aporte do Valor de Cessão (conforme definidos no Contrato de Cessão); e (ii) de todos os custos e despesas incorridos e a serem incorridos em relação à Oferta e às Debêntures, inclusive, mas não exclusivamente para fins de cobrança dos Direitos Creditórios e execução da Cessão Fiduciária, incluindo penas convencionais, honorários advocatícios, custas e despesas judiciais ou extrajudiciais e tributos, bem como todo e qualquer custo ou despesa incorrido pela Securitizadora, pelo Agente Fiduciário e/ou pelos debenturistas, inclusive no caso de utilização do Patrimônio Separado para arcar com tais custos, a cessão fiduciária dos direitos creditórios decorrentes da conta vinculada nº 1.112.150-6, agência 0001-9, e da conta vinculada nº 7.817.287-1, agência 0001-9, ambas mantidas junto ao Banco Depositário, de titularidade da Cedente, nos termos do "*Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Contas Vinculadas e Outras Avenças*", a ser celebrado entre a Cedente e a Securitizadora ("Contrato de Cessão Fiduciária" e "Cessão Fiduciária", respectivamente); (t) **Lote Adicional e Lote Suplementar:** a Emissão e a Oferta não terão seu valor e quantidade de Debêntures aumentados, não existindo, portanto, a possibilidade de exercício de lote adicional e/ou lote suplementar, nos termos do artigo 50, parágrafo único, e do artigo 51 da Resolução CVM 160, respectivamente; (u) **Instituição do Regime Fiduciário:** será instituído pela Companhia regime fiduciário instituído sobre o patrimônio único e indivisível em relação às Debêntures, constituído em favor dos Debenturistas pela Companhia sobre os bens e direitos relacionados na Escritura de Emissão ("Patrimônio Separado"), nos termos do art. 25 da Lei nº 14.430 ("Regime Fiduciário"); (v) **Forma, Tipo e Comprovação da Titularidade:** as Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa e escritural, sem emissão de cautelas ou certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador e, adicionalmente, com relação às Debêntures que estiverem custodiadas eletronicamente na B3, conforme o caso, será expedido por extrato em nome do Debenturista, que servirá como comprovante da titularidade de tais Debêntures; (w) **Conversibilidade:** as Debêntures serão simples, ou seja, não serão conversíveis em ações de emissão da Companhia; (x) **Espécie:** as Debêntures serão da espécie quirografária, com instituição de patrimônio separado e sem garantia, sendo que o integral cumprimento de todas as obrigações financeiras previstas na Escritura de Emissão depende exclusivamente do efetivo recebimento dos Direitos Creditórios adquiridos; (y) **Desmembramento:** não será admitido o desmembramento, nos termos do inciso IX do artigo 59 da Lei das S.A.; (z) **Amortização Extraordinária Obrigatória:** a Companhia deverá, mediante a ocorrência de Recompra Compulsória Parcial dos Direitos Creditórios (conforme a ser definida na Escritura de Emissão), realizar, mediante a utilização dos recursos da respectiva Recompra Compulsória Parcial dos Direitos Creditórios, a amortização extraordinária obrigatória das Debêntures, observados os termos e condições a serem previstos na Escritura de Emissão; (aa) **Resgate Antecipado Obrigatório Decorrente da Inexistência de Acordo Sobre a Taxa Substitutiva:** na hipótese de indisponibilidade da Taxa DI (conforme a ser definido na Escritura de Emissão), caso não haja acordo sobre a Taxa Substitutiva (conforme a ser definido na Escritura de Emissão) entre os Debenturistas, a Companhia e a Cedente, ou caso não seja realizada a Assembleia Geral de Debenturistas para deliberação acerca da Taxa Substitutiva, as Debêntures serão resgatadas pela Companhia, com seu consequente cancelamento, observados os termos e condições a serem previstos na Escritura de Emissão; (bb) **Oferta de Resgate Antecipado e/ou Aquisição Facultativa:** não será permitida a realização, pela Companhia, de oferta de resgate antecipado e/ou aquisição facultativa das Debêntures; (cc) **Vencimento Antecipado:** a dívida representada pela Escritura de Emissão poderá ser considerada antecipadamente vencida e desde logo exigível, na ocorrência das hipóteses de vencimento antecipado a serem previstas na Escritura de Emissão; (dd) **Destinação dos Recursos da Emissão:** os recursos obtidos pela Companhia com a Emissão das Debêntures serão destinados à aquisição dos Direitos Creditórios, nos termos e condições a serem previstos no Contrato de Cessão, sendo que o pagamento ocorrerá apenas após o cumprimento das condições precedentes previstas no Contrato de Cessão, observadas as retenções referentes ao Fundo de Despesas (conforme a ser definido na Escritura de Emissão), às Despesas Iniciais (conforme a ser definido na Escritura de Emissão) e ao Fundo de Fluxo Mínimo (conforme a ser definido na Escritura de Emissão); (ee) **Multa e Encargos Moratórios:** ocorrendo impontualidade no pagamento de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos de juros de mora de 1% ao mês, calculados *pro rata temporis*, calculados desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, bem como de multa moratória, irredutível e de natureza não compensatória de 2% sobre o valor devido e não pago, acrescido da respectiva Remuneração devida, que continuará a incidir sobre o valor original do débito em atraso, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial; (ff) **Repactuação Programada:** não haverá repactuação programada; (gg) **Local de Pagamento:** os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Companhia por meio do crédito na Conta Centralizadora (conforme a ser definido na Escritura de Emissão); (hh) **Demais Condições:** todas as demais condições e regras específicas relacionadas à Emissão serão tratadas detalhadamente na Escritura de Emissão. (ii) Autorizar os representantes legais da Companhia e/ou a seus procuradores para, observadas as condições descritas acima, praticar todas as medidas e os atos necessários à realização da Emissão e da Oferta, incluindo, mas não se limitando, a: (a) discutir, negociar e definir os termos e condições das Debêntures; (b) celebrar a Escritura de Emissão, o Contrato de Cessão, o Contrato de Distribuição, o Contrato de Cessão Fiduciária, bem como quaisquer outros documentos relacionados à Emissão e à Oferta, incluindo eventuais aditamentos a esses documentos; (c) praticar todos os atos necessários à realização, formalização e aperfeiçoamento da Emissão, mas sem limitação, à contratação do Agente de Liquidação, Escriturador, Agente Fiduciário, Assessores Jurídicos, bem como de quaisquer outros prestadores de serviços relacionados à Emissão, podendo, para tanto, negociar e assinar os respectivos contratos; e (d) a tomar todas as providências e praticar os atos necessários à implementação das deliberações ora tomadas. (iii) A ratificação de todos os atos já praticados pelos procuradores da Companhia relacionados à Emissão e à Oferta. **Encerramento:** Nada mais. São Paulo, 16.04.2025. JUCESP nº 141.503/25-1 em 09.05.2025. Aloizio E. Soares Junior – Secretário Geral em Exercício.

FREITAS LEILOEIRO

CONSULTE NOSSA AGENDA DE LEILÕES NO SITE:
WWW.FREITASLEILOEIRO.COM.BR
Central de Informações: (11) 3117.1000

Acesse nossas mídias sociais:
YOUTUBE.COM/FREITASLEILOEIRO
INSTAGRAM.COM/FREITASLEILOEIRO
FACEBOOK.COM/FREITASLEILOEIRO

ATENÇÃO: PARA A COMPRA EM LEILÃO O ARREMATANTE PRECISA ESTAR EM REGULARIDADE FISCAL PERANTE A RECEITA FEDERAL.

LEILÃO DE VEÍCULOS - 250 LOTES - DIA: 02/07/2025 - 10h00 - 4ª FEIRA - PRESENCIAL E ON-LINE

AV. JUSCELINO KUBITSCHEK DE OLIVEIRA, 1300 - SANTA BÁRBARA D'OESTE/SP | VISITAÇÃO: 02/07/2025, a partir das 08h00 - verificar informações no site

CHASSIS: [illegible]

SERGIO VILLA NOVA DE FREITAS - Leiloeiro Oficial - JUCESP - 316

*Condições de venda e pagamento dos lotes: Cheque no valor total da arrematação, que deverá ser trocado por TED à favor do Leiloeiro, em até 24 horas após o leilão + Cheque de 5% de comissão do Leiloeiro, acrescido das despesas administrativas constantes no catálogo do leilão. Os veículos serão vendidos no estado, sem garantias. Multas, inclusive de averbação; débitos; IPVA's, pré-existentes ou decorrentes da regularização, por conta do arrematante. A procedência e evicção de direitos dos veículos deste leilão são de inteira e exclusiva responsabilidade dos Comitentes Vendedores. Demais condições constam no catálogo distribuído no leilão.

SÃO PAULO – GOVERNO DO ESTADO

AVISO DE LICITAÇÃO

UASG - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COORDENADORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 90216/2025.
Nº Processo: 024.00072480/2025-90
Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios, para atendimento das demandas judiciais.
Total de Itens Licitados: 12 (doze)
Valor Total da Licitação: Sigiloso
Disponibilidade do Edital: 01/07/2025.
Horário: Das 08h00 às 17h59.
Endereço: Avenida Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 188, 2º andar - sala 200 - São Paulo/SP.
Link do PNCP: https://www.gov.br/pncp/pt-br
Entrega das Propostas: A partir de 01/07/2025 às 08h00 no site: www.gov.br/compras
Abertura das Propostas: 14/07/2025 às 09h00 no site: www.gov.br/compras
Fonte: DOESP e PNCP

AQUI, SEU ANÚNCIO ENCONTRA O PÚBLICO CERTO. ANUNCIE!
EDITORAGLOBONEGOCIOS.COM.BR

Valor Econômico 25 anos | 100 anos de Globo
Seja um assinante:
Acesse assinevalor.com.br
Ligue 0800 701 8888

SÃO MARTINHO S.A.

CNPJ/MF Nº 51.466.860/0001-56 - NIRE Nº 35.300.010.485
COMPANHIA ABERTA

ATA DA 256ª REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 30 DE JUNHO DE 2025

I. Data, Hora e Local: 30.06.2025, às 8h, realizada por videoconferência. **II. Convocação e presença:** Dispensada a convocação considerando a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração. **III. Mesa:** Presidente: Guilherme Fontes Ribeiro, Secretário: Marcelo Campos Ometto. **IV. Ordem do Dia:** Deliberar sobre o voto na Audiência Restrita nº 01/2025 – DRE promovida pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") relativa à alteração do Regulamento do Novo Mercado. **V. Comitê:** O coordenador do Comitê de Auditoria reportou aos demais membros desse Conselho os trabalhos e discussões que antecederam essa reunião. **VI. Deliberação:** Abertos os trabalhos e instalada a reunião, o Presidente colocou em discussão e votação a matéria da ordem do dia. Após discussões, os conselheiros manifestaram, por unanimidade, o voto pela rejeição dos 25 itens da Audiência Restrita, considerando a necessidade de adequações prévias no processo de modificação do Regulamento do Novo Mercado. **VII. Encerramento:** Nada mais havendo, foram suspensos os trabalhos para a lavratura desta ata. Reabertos os trabalhos, ata foi lida, aprovada e assinada. Presidente da Mesa: Guilherme Fontes Ribeiro. Secretário da Mesa: Marcelo Campos Ometto. Conselheiros: Maurício Krug Ometto, Guilherme Fontes Ribeiro, João Carlos Costa Braga, Marcelo Campos Ometto, Murilo Cesar Lemos dos Santos Passos, Nelson Marques Ferreira Ometto, Olga Stankevicius Colpo. Esta é cópia da ata lavrada no livro próprio. São Paulo/SP, 30.06.2025.

CORPO DE BOMBEIROS - 10º GRUPAMENTO DE BOMBEIROS - UASG 180209

EDITAL DE LICITAÇÃO

ÓRGÃO: 99999 - ESP - SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA. UASG: 180209 - 10º GRUPAMENTO DE BOMBEIROS. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10GB - 209/0001/25. PROCESSO Nº 10GB-2025/068930-. CARACTERÍSTICA: PREGÃO. FORMA: ELETRÔNICA. MODO DE DISPUTA: ABERTO. O 10º GRUPAMENTO DE BOMBEIROS - UASG 180209 comunica a abertura de Licitação na modalidade Pregão, que será realizada por meio eletrônico, para aquisição de materiais para [illegible] para as Estações e Postos de Bombeiros do Décimo Grupamento de Bombeiros – 10º GB – PARC 2025. A sessão pública será realizada no site https://www.gov.br/compras/pt-br, com início previsto para às 09h00 do dia 14/07/2025. O edital na íntegra estará disponível no endereço eletrônico: https://www.gov.br/compras/pt-br a partir de 30/06/2025. Demais esclarecimentos pelo telefone (14) 3401-2640 de segunda à sexta-feira das 08h00 às 12h00 e das 14h00 às 17h00 horas, ou ainda pelo email 10gbs[illegible]@policiamilitar.sp.gov.br

AQUI, SEU ANÚNCIO ENCONTRA O PÚBLICO CERTO. ANUNCIE!
ACESSE EDITORAGLOBONEGOCIOS.COM.BR E SAIBA MAIS.
EDITORA GLOBO

Valor Econômico 25 anos | 100 anos de Globo
Notícias em tempo real para quem não desconecta dos negócios.
Seja um assinante:
Acesse assinevalor.com.br
Ligue 0800 701 8888

MOTIVA INFRAESTRUTURA DE MOBILIDADE S.A.

CNPJ Nº 02.846.056/0001-97 - NIRE Nº 35.300.158.334 - COMPANHIA ABERTA

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 20 DE MAIO DE 2025

1. DATA, HORA E LOCAL: Em 20 de maio de 2025, às 10h00, na sede social da Companhia, localizada na Av. Dra. Ruth Cardoso, 8501 – 5º andar – Pinheiros, CEP 05425-070, São Paulo/SP. 2. PRESENÇA: Presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, juntamente com os demais membros da Diretoria Executiva da Companhia presentes à reunião. 3. MESA: Presidente: João Henrique Batista de Souza Schmidt. Secretário: Roberto Penna Chaves Neto. 4. ORDEM DO DIA: Deliberar sobre: (i) a revisão do Código de Conduta Ética e a criação da Declaração de Direitos Humanos da MOTIVA; (ii) a contratação entre partes relacionadas, por sua controlada Renovias Concessionária S.A. ("Renovias") e da Encalso Construções Ltda. ("Encalso"); (iii) o aumento do capital social da sua controlada Concessionária do VLT Carioca S.A. ("VLT Carioca") e demais operações societárias correlatas; (iv) a contratação, por sua controlada direta Concessionária da Rodovia Sul-Matogrossense S.A. ("MSVia"), da Construtora Arteça S.A. ("Arteça"); e (v) a contratação, por sua controlada direta MSVia, da Nascia Infraestrutura Rodoviária Ltda. ("Nascia"). 5. DELIBERAÇÕES: Os Senhores Conselheiros, examinadas as matérias constantes da ordem do dia, após debates e discussões, conforme previsto no artigo 17 do Estatuto Social da Companhia e respectivos incisos, deliberaram: (i) aprovar, por unanimidade de votos, a revisão do Código de Conduta Ética e a criação da Declaração de Direitos Humanos da MOTIVA, conforme minuta, termos e condições apresentados nesta reunião; (ii) aprovar, por unanimidade de votos, a contratação entre partes relacionadas, por sua controlada Renovias, da Encalso, para a execução dos serviços de recuperação do pavimento da malha viária sob concessão da Renovias, conforme termos e condições apresentados nesta reunião; (iii) aprovar, por unanimidade de votos, o aumento do capital social de sua controlada Concessionária do VLT Carioca, mediante a capitalização do principal dos mútuos e demais operações societárias correlatas, conforme termos e condições apresentados nesta reunião; (iv) aprovar, por unanimidade de votos, a contratação por sua controlada direta MSVia da Arteça, para a execução de obras de implantação no trecho norte para ampliação de capacidade da Rodovia BR-163/MS do km 360+000 ao km 645+200, conforme termos e condições apresentados nesta reunião; e (v) aprovar, por unanimidade de votos, a contratação por sua controlada direta MSVia da Nascia, para a execução de obras de implantação do trecho Sul de ampliação da capacidade da rodovia BR-163/MS referentes aos anos 01, 02, 03, 04 e 05, conforme termos e condições apresentados nesta reunião. Os membros do Conselho de Administração da Companhia autorizam a Diretoria Executiva da Companhia a praticar todos os atos necessários para a efetivação das deliberações acima, bem como a adoção, junto aos órgãos governamentais e entidades privadas, das providências que se fizerem necessárias à efetivação das medidas aprovadas nesta reunião. 6. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, é assinada por todos os presentes, sendo que a certidão desta ata será assinada digitalmente, de acordo com previsto no parágrafo 1º do artigo 10 da MP 2.200-2/2001 e na alínea "c", do §1º do artigo 5º, da Lei nº 14.063/2020, e levada a registro perante a Junta Comercial competente. São Paulo/SP, 20 de maio de 2025. Assinaturas: João Henrique Batista de Souza Schmidt, Presidente da Mesa e Roberto Penna Chaves Neto, Secretário. Conselheiros: (1) Ana Maria Marcondes Penido Sant'Anna; (2) Claudio Borin Guedes Palaia; (3) Eduardo Bunker Gentil; (4) Eliane Aleixo Lustosa de Andrade; (5) João Henrique Batista de Souza Schmidt; (6) José Guimarães Monforte; (7) Leonardo de Mattos Galvão; (8) Luiz Carlos Cavalcanti Dutra Junior; (9) Mateus Gomes Ferreira; (10) Roberto Egydio Setubal; e (11) Vicente Furletti Assis. Certifico que a presente é cópia fiel do original lavrado em livro próprio. *João Henrique Batista de Souza Schmidt - Presidente da Mesa - Assinado com Certificado Digital ICP Brasil, e Roberto Penna Chaves Neto - Secretário - Assinado com Certificado Digital ICP Brasil.* JUCESP nº 213.219/25-6 em 24.06.2025. Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral em Exercício.

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – SEDEC

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2025/SEDEC/MT
PROCESSO Nº. SEDEC-PRO-2025/00206

A SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – SEDEC/MT torna público que realizará licitação na modalidade Pregão, na forma eletrônica, cujo objeto é a aquisição de bienes e acessórios para barbearia, para atender as demandas da SEDEC/MT/Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico do Estado de Mato Grosso, conforme condições, quantidades e exigências detalhadas, constantes no Edital nº. 007/2025/SEDEC e seus anexos.

LANÇAMENTO E ENVIO DA(S) PROPOSTA(S) NO SISTEMA DE AQUISIÇÕES GOVERNAMENTAIS – SIAG: Entre os dias 04/07/2025 a 24/07/2025, período integral, exceto quanto ao dia da abertura da sessão (24/07/2025), quando o horário máximo de aceitação será até às 08h45min (horário local de Cuiabá/MT) e às 09h45min (horário de Brasília/DF).

ABERTURA DAS PROPOSTAS e INÍCIO DA SESSÃO: No dia 24/07/2025 às 09h00min (Horário Local de Cuiabá/MT) e às 10h00min (Horário de Brasília/DF), através do endereço eletrônico http://aquisicoes.gestao.mt.gov.br

EDITAL E ADENDOS DISPONIBILIZADOS NO SITE:
https://www.sedec.mt.gov.br/editais; telefone: (065) 3613-0045.

Cuiabá-MT, 27 de junho de 2025.
Rebeca Arruda Marques
Coordenadora de Aquisições e Contratos/SEDEC
(Original assinado via SIGADOC – Processo: SEDEC-PRO-2025/00206)

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – SEDEC

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2025/SEDEC/MT
PROCESSO Nº. SEDEC-PRO-2025/00206

A SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – SEDEC/MT torna público que realizará licitação na modalidade Pregão, na forma eletrônica, cujo objeto é a aquisição de bienes e acessórios para barbearia, para atender as demandas da SEDEC/MT/Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico do Estado de Mato Grosso, conforme condições, quantidades e exigências detalhadas, constantes no Edital nº. 007/2025/SEDEC e seus anexos.

LANÇAMENTO E ENVIO DA(S) PROPOSTA(S) NO SISTEMA DE AQUISIÇÕES GOVERNAMENTAIS – SIAG: Entre os dias 04/07/2025 a 24/07/2025, período integral, exceto quanto ao dia da abertura da sessão (24/07/2025), quando o horário máximo de aceitação será até às 08h45min (horário local de Cuiabá/MT) e às 09h45min (horário de Brasília/DF).

ABERTURA DAS PROPOSTAS e INÍCIO DA SESSÃO: No dia 24/07/2025 às 09h00min (Horário Local de Cuiabá/MT) e às 10h00min (Horário de Brasília/DF), através do endereço eletrônico http://aquisicoes.gestao.mt.gov.br

EDITAL E ADENDOS DISPONIBILIZADOS NO SITE:
https://www.sedec.mt.gov.br/editais; telefone: (065) 3613-0045.

Cuiabá-MT, 27 de junho de 2025.
Rebeca Arruda Marques
Coordenadora de Aquisições e Contratos/SEDEC
(Original assinado via SIGADOC – Processo: SEDEC-PRO-2025/00206)

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIAS GERAIS EXTRAORDINÁRIAS

FICAM CONVOCADOS OS SENHORES ACIONISTAS DAS COMPANHIAS:

1. SPE COSTA BRANCA ENERGIA S.A. CNPJ: 33.665.302/0001-02 e NIRE: 35300357291;
2. SPE COSTA DAS DUNAS ENERGIA S.A. CNPJ: 10.401.225/0001-03 e NIRE: 35300360366;
3. SPE JUREMAS ENERGIA S.A. CNPJ: 33.665.446/0001-00 e NIRE: 35300357272;
4. SPE MACACOS ENERGIA S.A. CNPJ: 37.091.095/0001-81 e NIRE: 35300360716;
5. SPE PEDRA PRETA ENERGIA S.A. CNPJ: 33.665.342/0001-03 e NIRE: 35300357293;
6. SPE NAVEGANTES ENERGIA S.A. CNPJ: 10.401.234/0001-02 e NIRE: 35300360340;
7. SPE BAIXA VERDE ENERGIA S.A. CNPJ: 10.401.241/0001-04 e NIRE: 35300360359;
8. SPE CAJUEIRO ENERGIA S.A. CNPJ: 10.360.840/0001-60 e NIRE: 35300360331; e
9. SPE FAROL DE TOUROS ENERGIA S.A. CNPJ: 10.360.836/0001-11 e NIRE: 35300360374.

Na forma prevista no Art. 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."), para se reunirem em Assembleias Gerais Extraordinárias ("AGE"), a serem realizadas de forma unificada, considerando que as Companhias possuem os mesmos acionistas e igualdade de matérias a serem deliberadas, no dia 10 de julho de 2025 às 10h00, de forma exclusivamente digital por meio da plataforma eletrônica Zoom Meetings, a fim de deliberarem sobre: (i) eleição de membro da Diretoria Executiva. Informações Gerais: 1. Poderão participar da AGE os Acionistas titulares das ações ordinárias de emissão da Companhia, desde que estejam registrados no Livro de Registro de Ações e realizem a solicitação de cadastramento pelo endereço eletrônico corporativo.governance@cpfl.com.br com 48 horas de antecedência acompanhada dos seguintes documentos: (i) pessoa física - documento de identificação com foto; (ii) pessoa jurídica - cópia simples do último estatuto ou contrato social consolidado e da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração), bem como documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is). 2. É facultado a qualquer Acionista constituir procurador para comparecer à AGE e votar em seu nome. Na hipótese de representação, deverão ser apresentados os seguintes documentos pelo acionista por e-mail juntamente com os documentos para cadastramento prévio: (i) instrumento de mandato (procuração), com poderes especiais para representação na AGE; e (ii) indicação de endereço eletrônico para liberação de acesso e envio de instruções sobre utilização da plataforma. 3. As procurações, nos termos do Parágrafo 1º, do Art. 126, da Lei das S.A., somente poderão ser outorgadas a pessoas que atendam, pelo menos, um dos seguintes requisitos: (i) ser acionista ou administrador da Companhia e (ii) ser advogado. 4. As instruções para acesso e participação na AGE serão oportunamente encaminhadas aos acionistas mediante conferência e regularidade dos documentos citados nos itens anteriores. 5. Os acionistas que solicitarem e obtiverem acesso à Plataforma Digital, se comprometem a: (i) utilizar os convites individuais para acesso à Plataforma Digital única e exclusivamente para participação remota na Assembleia; (ii) não transferir ou divulgar os convites individuais a qualquer terceiro (acionista ou não), sendo o convite intransferível; e (iii) não gravar ou reproduzir a qualquer terceiro (acionista ou não) o conteúdo ou qualquer informação transmitida por meio virtual durante a realização da Assembleia, senão as Assembleias restritas aos acionistas participantes. 6. Mais esclarecimentos acerca das matérias da ordem do dia, a serem deliberadas na AGE poderão ser solicitados diretamente à administração pelo e-mail corporativo.governance@cpfl.com.br

Campinas, 01 de julho de 2025.
XINJIAN CHEN - Diretor Presidente

Alupar Investimento S.A.

Alupar

CNPJ/MF nº 08.364.948/0001-38 - NIRE 35.300.335.325 - Companhia Aberta

Ata da Reunião do Conselho de Administração Realizada em 18 de Junho de 2025

Em 18/06/2025, às 10h, exclusivamente na forma digital. Presença: Acionistas representando a totalidade do capital social. Mesa: Presidente: Sr. José Luiz de Godoy Pereira (presidente do Conselho de Administração da Companhia); Secretária: Sra. Sílvia Carolina Vilas Boas. Deliberações: [illegible] Cidade de Buenos Aires, República Argentina, [illegible] República Argentina, de acordo com o disposto no artigo 123 da Lei Argentina nº 19.550, [illegible] Cidade de Buenos Aires, República Argentina. [illegible] São Paulo, 18/06/2025. Mesa: José Luiz de Godoy Pereira - Presidente; Sílvia Carolina Vilas Boas - Secretária. JUCESP nº 231.703/25-4 em 24/06/2025. Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral em Exercício.

MAPFRE VIDA S/A

MAPFRE

(Subsidiária Integral)
CNPJ 54.484.753/0001-49 - NIRE 35300107691

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 31 DE MARÇO DE 2025

DATA, HORA E LOCAL: Em 31 março de 2025, às 09h30, na sede da MAPFRE VIDA S/A ("Companhia"), na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, 14.261, Ala A, 17º ao 21º andar, Vila Gertrudes, CEP 04.794-000. PRESENÇA: Presente a única acionista titular de ações representativas de 100% (cem por cento) do capital social da MAPFRE VIDA S/A ("Companhia"), conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas. CONVOCAÇÃO: Dispensada em razão da presença da acionista titular das ações representativas de 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, conforme dispõe o artigo 124, parágrafo 4º, da Lei n.º 6.404/76 ("Lei das Sociedades por Ações"). MESA: Assumiu a presidência Nelson Filipe de Oliveira Lopes Alves, que convidou Simone Pereira Negrão para exercer a função de secretária. ORDEM DO DIA: deliberar sobre (i) exame, discussão e aprovação das contas dos administradores, das Demonstrações Financeiras e do Relatório da Administração da Companhia, do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, Parecer dos Atuários Independentes, e do Relatório do Comitê de Auditoria, referentes ao Exercício Social findo em 31/12/2024; (ii) a destinação do resultado apurado no Exercício Social findo em 31/12/2024; (iii) exame, discussão e aprovação da remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício de 2025; (iv) ratificação da remuneração paga aos administradores pela Companhia no exercício social de 2024. PUBLICAÇÕES: O Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, Parecer dos Atuários Independentes e o Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria, referentes ao Exercício Social findo em 31/12/2024 foram publicados nos jornais "Valor Econômico", edição de 28/02/2025, páginas G7 a G11. DELIBERAÇÕES: a acionista da Companhia decidiu, sem ressalvas: (i) aprovar o Relatório da Administração, as respectivas Demonstrações Financeiras, o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, o Parecer dos Atuários Independentes e o Relatório do Comitê de Auditoria, referentes ao Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2024; (ii) aprovar a destinação do lucro líquido apurado no Exercício Social findo em 31/12/2024, no valor total de R$ 58.701.463,13 (cinquenta e oito milhões, setecentos e um mil, quatrocentos e sessenta e três reais e treze centavos) da seguinte forma: (a) R$ 2.935.073,61 (dois milhões, novecentos e trinta e cinco mil, setenta e três reais e sessenta e um centavos) para Reserva Legal, nos termos do art. 193 da Lei das Sociedades por Ações; (b) R$ 13.941.594,88 (treze milhões, novecentos e quarenta e um mil, quinhentos e noventa e quatro reais e oitenta e oito centavos) a título de distribuição de dividendos mínimos obrigatórios à acionista da Companhia, os quais serão pagos até 30/06/2025; (c) R$ 41.824.794,64 (quarenta e um milhões, oitocentos e vinte e quatro mil, setecentos e noventa e quatro reais e sessenta e quatro centavos), para a reserva de investimentos. (iii) aprovar nos termos do art. 8, inciso IV do seu Estatuto Social, conforme orientação de voto do Conselho de Administração da Holding MAPFRE Brasil Participações S/A em reunião realizada em 27/03/2025, a remuneração global dos Diretores da Companhia, incluindo-se os benefícios de qualquer natureza e verbas de representação, para o Exercício Social de 2025 em R$ 2.452.467,32 (dois milhões, quatrocentos e cinquenta e dois mil, quatrocentos e sessenta e sete reais e trinta e dois centavos); (iv) ratificar a remuneração paga aos administradores pela Companhia no exercício social de 2024. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, foi suspensa a sessão pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, que, depois de lida e achada conforme, foi aprovada e assinada por todos os presentes. ASSINATURAS: Mesa: Nelson Filipe de Oliveira Lopes Alves, Presidente da Mesa; Simone Pereira Negrão, Secretária da Mesa. Acionista: MAPFRE Participações S/A p. Felipe Costa da Silveira Nascimento, Diretor Presidente e Nelson Filipe de Oliveira Lopes Alves, Diretor. CERTIDÃO: A presente ata é cópia fiel do original, lavrada em livro próprio. São Paulo, 31 de março de 2025. Nelson Filipe de Oliveira Lopes Alves - Presidente da Mesa; Simone Pereira Negrão - Secretária da Mesa. JUCESP nº 141.557/25-4 em 30/04/2025. Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral em Exercício.

SPIC BRASIL ENERGIA PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF nº 27.311.702/0001-50 - NIRE 35.300.502.060

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE ACIONISTAS REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2025

Data, Hora, Local: 30.04.2025, às 09h, na sede, Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1909, Torre Norte, 27º andar, sala 03, São Paulo/SP. Presença: Totalidade do capital social. Mesa: Lin Geixiong - Presidente, Wanderley Fernandes - Secretário. Deliberação Aprovada: 1. O relatório da administração, o balanço patrimonial e as demonstrações financeiras, acompanhados do Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2024. 2. A Companhia obteve um prejuízo líquido de R$ 136.258.125,00 no exercício social encerrado em 31.12.2024. O prejuízo será absorvido pelas reservas de lucros acumulados de anos anteriores, de acordo com o Artigo 189 da Lei das S.A. (6.404/76). Em caso de saldo insuficiente, o restante será alocado na conta de prejuízos acumulados. 3. O orçamento da Companhia para o ano fiscal de 2025, nos termos da proposta apresentada, a qual fica arquivada na sede da Companhia. Encerramento: Nada mais. São Paulo, 30.04.2025. Acionistas: (i) SPIC Pacific Energy PTY LTD (representada pelo Sr. Zhang (i) e (ii) SPIC Green Energy Limited (representada pelo Sr. He (ii). JUCESP nº 210.059/25-0 em 11.06.2025. Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral em Exercício.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMANDO DE AVIAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
ABERTURA DE PREGÃO ELETRÔNICO

Encontra-se aberto no COMANDO DE AVIAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR DE SÃO PAULO – "JOÃO NEGRÃO" (CAvPM) o PREGÃO ELETRÔNICO PR-90014/25, do tipo MENOR PREÇO, PROCESSO SEI Nº 007.00172502/2025-15, objetivando o REGISTRO DE PREÇOS PARA SERVIÇO DE CONFECÇÃO DE PASTAS E MEDALHAS. A realização da sessão será no dia 16/07/2025 às 09:00 horas, no endereço eletrônico: https://compras.gov.br. O edital na íntegra está disponível para consulta e retirada nos endereços eletrônicos: https://compras.gov.br ou https://www.gov.br/. Eventuais dúvidas poderão ser esclarecidas pelo e-mail cavpmsuprimentos@policiamilitar.sp.gov.br e pelo telefone (11) 2221-7295, ramal 1835 (Seção de Licitações).

SILVEIRA LEILÕES

EDITAL DE PRIMEIRO E SEGUNDO PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS [illegible]

DATAS: 1º PÚBLICO LEILÃO: [illegible] 2º PÚBLICO LEILÃO: [illegible]

MARCELO [illegible] SILVEIRA, Leiloeiro Oficial, matrícula JUCESP nº 861, [illegible] Jardim das Paineiras, Campinas/SP, CEP: [illegible]. [illegible] 1º Ricardo Geraldi Rodrigues, [illegible] 2º Ricardo José Rodrigues, [illegible] Rosana Aparecida Geraldi Rodrigues, [illegible] Fernanda Regina Justi Costa Conceição, [illegible] Rodrigo Zacarchenco [illegible] 4º Cinthia Bueno de Souza Giocol, [illegible] 5º Anderson Victor Albertini, [illegible] Bruna Joana Pires Albertini, [illegible] 6º Fabio Hitoshi Higa, [illegible] Cyntia Kaori Shimabukuro, [illegible] Lei Federal nº 9.514/97, [illegible] IMÓVEL: Prédio residencial nº 260, situado na Rua do Ribeirão, edificado no Lote 1-A, [illegible] 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 7, da quadra 8, do Loteamento denominado Residencial Parque dos Anacianes, localizado no Distrito de Sousas, no Município de Campinas do Estado de São Paulo, CEP: 13105-808, com 457,93 m2 de área construída e seu respectivo terreno com área total de 1.005,00m2. Matrícula imobiliária nº 3.275 do 4º Cartório de Registro de Imóveis de Campinas/SP. Inscrição municipal: 4315.12.43.0442.01001. [illegible] VALORES MÍNIMOS: 1º LEILÃO: R$ 3.201.715,40. 2º LEILÃO: R$ 1.680.394,65. REGRAS, CONDIÇÕES E INFORMAÇÕES: [illegible] condomínio e de IPTU, que incidem sobre o imóvel, correrão por conta do arrematante, ficando ao seu cargo o pagamento de tais valores, a quem de direito, antes da outorga da escritura pública definitiva dos credores fiduciários para o arrematante. [illegible] R$ 10.000,00 [illegible] R$ 370.000,00 [illegible] http://www.silveiraleiloes.com.br [illegible] Carlos Alberto Brigante, inscrito no CPF sob nº 044.059.188-13 e Beatriz Lopes Ferreira Brigante, inscrita no CPF sob nº 158.310.640-09, [illegible]

Informações: (19) 3794-2000 | e-mail: contato@silveiraleiloes.com.br | www.silveiraleiloes.com.br

ISA Energia Brasil S.A.

Companhia Aberta
CNPJ nº 02.998.611/0001-04 - NIRE 35.3.0017057-1

Assembleia Geral Extraordinária - Edital de Convocação

Ficam os Acionistas da ISA ENERGIA BRASIL S.A. ("ISA Energia Brasil" ou "Companhia") convocados para, na forma do disposto no artigo 13 do seu Estatuto Social, reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, a ser realizada no dia 30 de julho de 2025, às 14h30 (quatorze horas e trinta minutos), de modo presencial, assegurando a eficiência na tomada de decisões e a interação direta e eficaz entre os acionistas, em sua sede social, localizada no município de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, Torre C - Crystal, 6º andar, CEP 04794-000, a fim de deliberar sobre a eleição de novos membros do Conselho de Administração. Atendendo ao disposto na Resolução CVM nº 81/22, informamos que, para a adoção do processo de voto múltiplo, será necessário o percentual mínimo de 5% (cinco por cento) de participação no capital votante para eleição de membros do Conselho de Administração, devendo tal solicitação ser encaminhada por escrito à Companhia até 48h (quarenta e oito horas) antes da data marcada para a realização da Assembleia Geral Extraordinária ora convocada. Os acionistas poderão ser representados na Assembleia Geral por procurador constituído nos termos do § 1º do Artigo 126 da Lei nº 6.404/76, por instrumento público ou particular com firma reconhecida ou firmado mediante a utilização de certificados digitais emitidos por entidade credenciada junto à Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), desde que o respectivo instrumento de mandato tenha sido depositado na sede da Companhia ou enviado ao e-mail ri@isaenergiabrasil.com, juntamente com os demais documentos previstos no referido dispositivo legal, com no mínimo 2 (dois) dias úteis antes da data da realização da Assembleia Geral. A Companhia adotará o voto a distância na realização desta Assembleia Geral Extraordinária. O Boletim de Voto a Distância e as orientações para seu preenchimento e envio, foram colocados à disposição dos acionistas para consulta na sede e no endereço eletrônico da Companhia [illegible] e enviados à B3 e à Comissão de Valores Mobiliários, em conformidade com as disposições da legislação aplicável. Não será disponibilizado nenhum tipo de plataforma para acompanhamento por streaming ou votação eletrônica em tempo real.

São Paulo, 30 de junho de 2025
Jorge Andres Carrillo Cardoso
Presidente do Conselho de Administração

Valor | 100

Notícias em tempo real para quem não desconecta dos negócios.

Seja um assinante:
Acesse assinevalor.com.br
Ligue 0800 701 8888

MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A

MAPFRE

(Subsidiária Integral)
CNPJ 61.074.175/0001-38 - NIRE 35300042501

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 31 DE MARÇO DE 2025

DATA, HORA E LOCAL: Em 31 de março de 2025, às 9h00, na sede da MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A ("Companhia"), na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, 14.261, Ala A, 17º ao 21º andar, Vila Gertrudes, CEP 04.794-000. PRESENÇA: Presente a única acionista titular de ações representativas de 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas. CONVOCAÇÃO: Dispensada em razão da presença da acionista titular das ações representativas de 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, conforme dispõe o artigo 124, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404/76 ("Lei das Sociedades por Ações"). MESA: Assumiu a presidência Nelson Filipe de Oliveira Lopes Alves, que convidou Simone Pereira Negrão para exercer a função de secretária. ORDEM DO DIA: deliberar sobre (i) exame, discussão e aprovação das contas dos administradores, das Demonstrações Financeiras e do Relatório da Administração da Companhia, do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, o Parecer dos Atuários Independentes e do Relatório do Comitê de Auditoria, referentes ao Exercício Social findo em 31/12/2024; (ii) a destinação do resultado apurado no Exercício Social findo em 31/12/2024; (iii) exame, discussão e aprovação da remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício de 2025; (iv) ratificação da remuneração paga aos administradores pela Companhia no exercício social de 2024. PUBLICAÇÕES: O Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, o Parecer dos Atuários Independentes e o Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria referentes ao Exercício Social findo em 31/12/2024 foram publicados nos jornais "Valor Econômico", edição de 28/02/2025, páginas G1 a G6. DELIBERAÇÕES: a acionista da Companhia decidiu, sem ressalvas: (i) aprovar o Relatório da Administração, as respectivas Demonstrações Financeiras, o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, Parecer dos Atuários Independentes e do Relatório do Comitê de Auditoria, referentes ao Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2024; (ii) aprovar a destinação do lucro líquido apurado no Exercício Social findo em 31/12/2024, no valor total de R$ 272.155.262,98 (duzentos e setenta e dois milhões, cento e cinquenta e cinco mil, duzentos e sessenta e dois reais e noventa e oito centavos) da seguinte forma: (a) R$ 13.607.518,14 (treze milhões, seiscentos e sete mil, quinhentos e dezoito reais e quatorze centavos) para Reserva Legal, nos termos do art. 193 da Lei das Sociedades por Ações; (b) R$ 64.635.711,19 (sessenta e quatro milhões, seiscentos e trinta e cinco mil, setecentos e onze reais e dezenove centavos) a título de distribuição de dividendos mínimos obrigatórios à acionista da Companhia, os quais serão pagos até 30/06/2025; (c) R$ 193.907.133,67 (cento e noventa e três milhões, novecentos e sete mil, cento e trinta e três reais e sessenta e sete centavos) para Reserva de Investimentos. (iii) aprovar nos termos do art. 7, inciso IV do seu Estatuto Social, conforme orientação de voto do Conselho de Administração da Holding MAPFRE Brasil Participações S/A em reunião realizada em 27/03/2025, a remuneração global dos Diretores da Companhia, incluindo-se os benefícios de qualquer natureza e verbas de representação, para o Exercício Social de 2025 em R$ 17.190.395,93 (dezessete milhões, cento e noventa mil, trezentos e noventa e cinco reais e noventa e três centavos); (iv) ratificar a remuneração paga aos administradores pela Companhia no exercício social de 2024. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, foi suspensa a sessão pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, que, depois de lida e achada conforme, foi aprovada e assinada por todos os presentes. ASSINATURAS: Mesa: Nelson Filipe de Oliveira Lopes Alves, Presidente da Mesa; Simone Pereira Negrão, Secretária da Mesa. Acionista: MAPFRE Participações S/A p. Felipe Costa da Silveira Nascimento, Diretor Presidente e Nelson Filipe de Oliveira Lopes Alves, Diretor. CERTIDÃO: A presente ata é cópia fiel do original, lavrada em livro próprio. São Paulo, 31 de março de 2025. Nelson Filipe de Oliveira Lopes Alves Presidente da Mesa; Simone Pereira Negrão - Secretária. JUCESP nº 141.131/25-1 em 30/04/2025. Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral em Exercício.

MAPFRE PREVIDÊNCIA S/A

MAPFRE

(Subsidiária Integral)
CNPJ 04.046.576/0001-40 - NIRE 35300177033-1

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 31 DE MARÇO DE 2025

DATA, HORA E LOCAL: Em 31 de março de 2025, às 09h30, na sede da MAPFRE PREVIDÊNCIA S/A ("Companhia"), na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Avenida das Nações Unidas, nº 11.711, 21º andar, Brooklin, CEP 04578-000. PRESENÇA: Presente acionista titular de ações representativas de 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas. CONVOCAÇÃO: Dispensada em razão da presença de acionista detentor das ações representativas de 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, conforme dispõe o artigo 124, parágrafo 4º, da Lei n.º 6.404/76 ("Lei das Sociedades por Ações"). MESA: Assumiu a presidência Nelson Filipe de Oliveira Lopes Alves, que convidou Simone Pereira Negrão para exercer a função de secretária. ORDEM DO DIA: deliberar sobre (i) exame, discussão e aprovação das contas dos administradores, das Demonstrações Financeiras e do Relatório da Administração da Companhia, do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras e o Parecer dos Atuários Independentes e do Relatório do Comitê de Auditoria, referentes ao Exercício Social findo em 31/12/2024; (ii) a destinação do resultado apurado no Exercício Social findo em 31/12/2024. PUBLICAÇÕES: O Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, Parecer dos Atuários Independentes e o Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria referentes ao Exercício Social findo em 31/12/2024 foram publicados nos jornais "Valor Econômico", edição de 28/02/2025, páginas G12 a G15. DELIBERAÇÕES: a acionista da Companhia decidiu, sem ressalvas: (i) aprovar o Relatório da Administração, as respectivas Demonstrações Financeiras, o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras e o Parecer dos Atuários Independentes e o Relatório do Comitê de Auditoria referentes ao Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2024; (ii) aprovar a destinação total do lucro apurado no Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2024, no importe R$ 34.955.601,16 (trinta e quatro milhões, novecentos e cinquenta e cinco mil, seiscentos e um reais e dezesseis centavos), para amortização do saldo da conta de prejuízos acumulados, sem distribuição de dividendos no presente exercício. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, foi suspensa a sessão pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, que, depois de lida e achada conforme, foi aprovada e assinada por todos os presentes. ASSINATURAS: Mesa: Nelson Filipe de Oliveira Lopes Alves, Presidente da Mesa; Simone Pereira Negrão, Secretária da Mesa. Acionista: MAPFRE Participações S/A p. Felipe Costa da Silveira Nascimento, Diretor Presidente e Nelson Filipe de Oliveira Lopes Alves, Diretor. CERTIDÃO: A presente ata é cópia fiel do original, lavrada em livro próprio. Nelson Filipe de Oliveira Lopes Alves - Presidente da Mesa; Simone Pereira Negrão - Secretária da Mesa. JUCESP nº 141.234/25-8 em 05/05/2025. Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral em Exercício.

CIRCUITO DE COMPRAS SÃO PAULO SPE S.A.

CNPJ/MF nº 23.415.823/0001-03 - NIRE 35.300.493.163

Edital de Reconvocação - Assembleia Geral Extraordinária

Ficam convocados os senhores Acionistas, para a Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada no dia 10 de julho de 2025, às 11h00, por videoconferência, nos termos dos artigos 121, parágrafo único, e 124, caput e §2º-A, da Lei nº 6.404/76. A presente Assembleia substitui aquela anteriormente convocada para o dia 30 de junho de 2025, que foi adiada por motivos organizacionais. O link de acesso à videoconferência será enviado previamente aos Acionistas, por e-mail. Ordem do Dia: (i) Deliberação sobre chamada de capital.

São Paulo, 01 de julho de 2025.
CIRCUITO DE COMPRAS SÃO PAULO SPE S.A.

Cia. de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - Prodesp

CNPJ 62.577.929/0001-35

AVISO DE RERRATIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 90021/2025 - Fornecimento de produtos e serviços ao ambiente de SAN (Storage Area Network) do Data Center PRODESP para modernização tecnológica e expansão do ambiente SAN do fabricante Cisco, modelo Director MDS 9710, incluindo fornecimento de hardware, software, serviços de implementação, suporte técnico, manutenção técnica, treinamento e consultoria técnica especializada.

Retificamos que, onde se lê: "Comunicamos a anulação do certame", leia-se: "Comunicamos a anulação da fase externa da licitação". Ficam ratificadas as demais informações constantes na publicação do dia 30/06/2025 do Diário Oficial do Estado de São Paulo - DOE - Caderno Empresarial - pág. 17.

Prodesp — GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SOLVÍ ESSENCIS AMBIENTAL S.A.

CNPJ/MF nº 40.263.170/0001-83 - NIRE 35.300.571.380

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 17 DE JUNHO DE 2025

1. Data, Hora e Local. Realizada em 17 de junho de 2025, às 09:00 horas, de forma remota, por e-mail, considerada realizada na sede social da Solví Essencis Ambiental S.A., na Cidade e Estado de São Paulo, na Avenida Gonçalo Madeira nº 400, galpão fundos, Jaguaré, CEP 05348-000 ("Companhia"). 2. Convocação e presença. A totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. Participou ainda a Sra. Milena Mellissa Gomes Saraiva como Secretária. 3. Mesa. Carlos Leal Villa - Presidente da Mesa; e Milena Mellissa Gomes Saraiva - Secretária. 4. Ordem do dia. Deliberar sobre a autorização para contratação de financiamento, por sua controlada indireta, Estre - Estre Transferência e Tratamento de Resíduos Ltda ("Estre") junto ao Banco do Nordeste ("BNB"). 5. Deliberações. Após exame e revisão da documentação submetida pela Diretoria, vista a manifestação favorável por parte do Comitê de Investimentos e Novos Negócios, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, aprovar a contratação do financiamento pela Estre junto ao BNB. A operação possui as seguintes características: [illegible] • Valor principal até R$ 101.063.357,85 [illegible] • Prazo Total: 180 (cento e oitenta) meses/15 (quinze) anos; • Carência: 36 (trinta e seis) meses [illegible] • Valor principal até R$ 14.415.398,00 [illegible] • Prazo Total: 120 (cento e vinte) meses/10 (dez) anos; • Carência: 12 (doze) meses com amortizações [illegible] Garantias: • Fiança bancária com cobertura de 100% (cem por cento) do saldo devedor - constituída prévia e proporcionalmente aos desembolsos; e Cessão Fiduciária da Conta Reserva em aplicações financeiras correspondentes a 5% (cinco por cento) do saldo devedor principal R$ [illegible] - constituída prévia e proporcionalmente aos desembolsos. Encerramento. Nada mais havendo a ser tratado e ninguém fazendo uso da palavra, foram os trabalhos encerrados, lavrando-se a presente ata que, lida e achada conforme foi assinada de forma digital por todos os presentes. Conselheiros presentes: Carlos Leal Villa, Albérico Machado Mascarenhas, Antônio Carlos Mansour Lacerda, Dorian Pozil Pacelaz, Fernando Lima Rocha Lehmann e Marcelo Moura de Oliveira Lyra. São Paulo, 17 de junho de 2025. Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. Mesa: Milena Mellissa Gomes Saraiva - Secretária da Mesa. JUCESP sob o nº 214.383/25-8 em 25/06/2025. Aloizio Epifanio Soares Junior - Secretário Geral.

Valor | 100

Seja um assinante:
Acesse assinevalor.com.br
Ligue 0800 701 8888

Valor Econômico 25 anos | 100 anos de Globo

Fique por dentro das notícias que impactam suas finanças

Escolha os canais do **Valor** que você quer seguir e receba em primeira mão as principais notícias, análises de especialistas e insights sobre o mundo dos negócios.

Confira o passo a passo no QR Code ao lado

Eufrázio

PECINI LEILÕES — EDITAL DE 1º E 2º PÚBLICOS LEILÕES EXTRAJUDICIAIS ONLINE, COMUNICAÇÃO E INTIMAÇÃO DAS DATAS DOS LEILÕES — TRUE

DATA: 1º Público Leilão: 07/07/2025, às 14h15 | 2º Público Leilão: 10/07/2025, às 14h15

ANGELA PECINI SILVEIRA, Leiloeira Oficial, matrícula JUCESP nº 715, autorizada pela Credora Fiduciária TRUE SECURITIZADORA S.A., inscrita no CNPJ nº 12.130.744/0001-00, tendo como atual denominação social TRUE ADMINISTRADORA FIDUCIÁRIA DE GARANTIAS S.A., VENDERÁ, em 1º ou 2º Público Leilão Extrajudicial, nos termos dos artigos 26 e 27 da Lei Federal nº 9.514/97, [illegible] EM LOTE ÚNICO, os seguintes imóveis do "EDIFÍCIO TABOUFANT" [illegible] 1) APARTAMENTO Nº 61, 6º ANDAR [illegible] 2) VAGA INDETERMINADA Nº 12, na garagem localizada nos andares térreo, 1º e 2º subsolos, sujeita ao uso de manobrista [illegible] 3) VAGA INDETERMINADA Nº 13, na garagem localizada nos andares térreo, 1º e 2º subsolos, sujeita ao uso de manobrista [illegible] Valores: 1º Leilão: R$ 2.363.622,49. 2º Leilão: R$ 1.729.294,04. Regras, Condições e Informações: [illegible] IMÓVEIS OCUPADOS [illegible] AD CORPUS [illegible] EDITAL DE LEILÃO E REGRAS PARA PARTICIPAÇÃO [illegible] www.pecinileiloes.com.br [illegible]

CIELO S.A. - Instituição de Pagamento

cielo — ISE B3

CNPJ 01.027.058/0001-91 - NIRE 35.300.144.112 - Companhia Aberta

Extrato da Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária Realizada em 30/04/2025

[illegible]

ERRATA DE EDITAL

SEI: 387.00002244/2025-79 PREGÃO nº 90.019/2025 – Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de solução de Wi-Fi composta por Access Point, gerenciamento, sistema de controle de acesso, serviços de instalação, suporte técnico e manutenção pelo período de 36 (trinta e seis) meses, para atender às necessidades da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado do Estado de São Paulo – CDHU

Item 7.1.1 - Termo de Referência, Anexo IV

ONDE SE LÊ:

A CDHU pagará à CONTRATADA o valor incluído na fatura, relativo aos serviços efetivamente prestados e aceitos pela Gerência de Service Desk, Infraestrutura e Segurança da Informação, não sendo admitidos quaisquer adiantamentos.

LEIA-SE:

A CDHU pagará mensalmente à CONTRATADA o valor indicado na fatura, relativo aos serviços efetivamente prestados e aceitos pela Gerência de Service Desk, Infraestrutura e Segurança da Informação, não sendo admitido quaisquer adiantamentos.

Item 6.2.2.1 do ETP, anexo V do Edital e subitem 2.2.1.1 da Minuta do Contrato, anexo III do Edital.

ONDE SE LÊ:

Entregar o cronograma de execução, com fases, recursos envolvidos e prazos a serem observados na execução do projeto, enviado no formato do arquivo MSProject. As fases deverão conter as seguintes etapas: Planejamento, Execução (instalação, configuração e testes), Migração e Conclusão;

LEIA-SE:

Entregar o cronograma de execução, com fases, recursos envolvidos e prazos a serem observados na execução do projeto, enviado no formato do arquivo MS Project, contendo as seguintes etapas: Planejamento, Execução (instalação, configuração e testes), Migração e Conclusão, sendo que o prazo para a execução de todas as etapas é de 120 (cento e vinte) dias corridos, contados a partir da emissão da ordem de serviço, ao final dos quais a solução deverá estar completamente implementada.

Item 5.2 - Termo de Referência, Anexo IV e Item 4.4 - Estudo Técnico Preliminar, Anexo V

ONDE SE LÊ:

Os serviços presenciais serão executados na Sede da CDHU, localizada à Rua Boa Vista, nº 170 - Bairro Centro, CEP 01014-030, São Paulo, SP e eventualmente em outros escritórios localizados na Grande São Paulo, bem como nas localidades remotas a seguir

LEIA-SE:

Os serviços presenciais serão executados na Sede da CDHU, localizada à Rua Boa Vista, nº 170 - Bairro Centro, CEP 01014-030, São Paulo, SP e eventualmente em outros escritórios localizados na Grande São Paulo, bem como nas localidades a seguir

Item 7.1.16, Estudo Técnico Preliminar, Anexo V do Edital.

ONDE SE LÊ:

Equipamento de Ponto de Acesso para rede local sem fio com três rádios, configurável via software, com funcionamento simultâneo nos padrões IEEE 802.11a/n/ac/ax em 5GHz, IEEE 802.11b/g/n/ax em 2.4GHz e IEEE 802.11ax em 6GHz. O Ponto de Acesso deve permitir a utilização de, no mínimo, 2 (dois) rádios simultaneamente;

LEIA-SE:

Equipamento de Ponto de Acesso para rede local sem fio com dois rádios, configurável via software, com funcionamento simultâneo nos padrões IEEE 802.11a/n/ac/ax em 5GHz, IEEE 802.11b/g/n/ax em 2.4GHz e IEEE 802.11ax em 5GHz. O Ponto de Acesso deve permitir a utilização de, no mínimo, 2 (dois) rádios simultaneamente.

Tendo em vista as alterações acima, a CDHU comunica a prorrogação do prazo – Abertura 15/07/2025 às 09h, realizada por intermédio do sistema Compras Gov.Br: www.gov.br/compras/pt-br.

CDHU — Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação — SÃO PAULO GOVERNO DO ESTADO

Valor | 100
Notícias em tempo real para quem não desconecta dos negócios.
Seja um assinante:
Acesse assinevalor.com.br
Ligue 0800 701 8888

AVISO DE LICITAÇÃO

SÃO PAULO — GOVERNO DO ESTADO

UASG - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

COORDENADORIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 90217/2025.
Nº Processo: 024.00072465/2025-41.
Objeto: Aquisição de Compostos Nutricionais, em Atendimento às Demandas Judiciais e Administrativas.
Total de Itens Licitados: 15 (quinze).
Valor Total da Licitação: Sigiloso.
Disponibilidade do Edital: 01/07/2025.
Horário: Das 08h00 às 17h00.
Endereço: Avenida Dr. Enéas de Carvalho Aguiar, 188, 2º andar - sala 200 - São Paulo/SP.
Link do PNCP: https://pncp.gov.br/app/editais
Entrega das Propostas: A partir de 01/07/2025 às 08h00 no site: www.gov.br/compras.
Abertura das Propostas: 14/07/2025 às 09h00 no site: www.gov.br/compras.
Fonte: DOESP e PNCP

CM HOSPITALAR S.A.

Companhia Aberta. CNPJ/ME 12.420.164/0001-57, NIRE 35.300.454.804, CVM nº 02589-3

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 29 DE MAIO DE 2025

DATA, HORA E LOCAL: [illegible] CONVOCAÇÃO: [illegible] MESA: [illegible] ORDEM DO DIA E DELIBERAÇÕES: [illegible] JUCESP nº 214.717/25-2 em 25/06/2025. Aloizio E. Soares Junior - Sec. Geral.

TEGMA GESTÃO LOGÍSTICA S.A.

CNPJ/MF 02.351.144/0001-18 - NIRE 35.300.340.931

Ata da Reunião do Conselho de Administração

Data, hora, local: 29.05.2025, 09h00, na sede, Avenida Nicola Demarchi, nº 2.000, São Bernardo do Campo/SP. Convocação: por meio de Edital transmitido eletronicamente aos conselheiros no dia 22.05.2025. Presença: totalidade dos membros do Conselho de Administração. Mesa: Presidente: Murilo Cesar Lemos dos Santos Passos; Secretário: Fernando Luiz Schettino Moreira. Deliberações aprovadas: (i) Tomaram ciência da apresentação dos trabalhos realizados pelo Comitê de Auditoria, referentes ao 1º trimestre de 2025, conforme dispõe o artigo 22, §2º, do Regulamento do Novo Mercado da B3. Nada mais. São Bernardo do Campo, 29.05.2025. Conselho de Administração: Murilo Cesar Lemos dos Santos Passos; Fernando Luiz Schettino Moreira; [illegible] JUCESP nº 212.953/25-6 em 23.06.2025. Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral em Exercício.

MAPFRE PREVIDENCIA S/A

(Subsidiária Integral)

CNPJ 04.046.576/0001-40 - NIRE 35300177033-1

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 03 DE FEVEREIRO DE 2025

DATA, HORA E LOCAL: Em 03 de fevereiro de 2025, às 17h00, na sede da MAPFRE PREVIDÊNCIA S/A ("Companhia"), na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Avenida das Nações Unidas, n.º 11.711, 21º andar, Brooklin, CEP 04578-000. **PRESENÇA:** Presente acionista titular de ações representativas de 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas. **CONVOCAÇÃO:** Dispensada em razão da presença de acionista detentor das ações representativas de 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, conforme dispõe o artigo 124, parágrafo 4º, da Lei n.º 6.404/76 ("Lei das Sociedades por Ações"). **MESA:** Assumiu a presidência Felipe Costa da Silveira Nascimento, que convidou Simone Pereira Negrão para exercer a função de secretária. **ORDEM DO DIA:** (i) deliberar sobre alteração da Diretoria da Companhia e, (ii) ratificação das designações específicas dos Diretores estabelecidas pela Superintendência de Seguros Privados ("SUSEP"). **DELIBERAÇÕES:** A acionista da Companhia decidiu, sem ressalvas: (i) eleger ao cargo de Diretora da Companhia, com efeitos imediatos, para cumprir mandato complementar até a Assembleia Geral Ordinária de 2026 a Sra. ANA PAULA BERNIZ PIN MODESTO, brasileira, casada, securitária, inscrita no CPF/MF sob nº CPF Nº 339.207.509-98, com endereço para estes fins na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, 11.711, 21º andar, Brooklin, CEP 04578-000, com autorização prévia concedida pela SUSEP - Superintendência de Seguros Privados por meio da Carta Homologatória Eletrônica Nº 8/2025/CGRAJ/DICRA/SUSEP, recebida em 13 de janeiro de 2025. Em razão das deliberações acima, a Diretoria da Companhia passa a ter a seguinte composição:

MEMBROS	CARGOS	MANDATO	
		INÍCIO	TÉRMINO
Felipe Costa da Silveira Nascimento	Diretor-Presidente	31/03/2023	A.G.O DE 2026
Oscar Jose Celaca Rodriguez	Diretor	03/03/2024	A.G.O DE 2026
Nelson Filipe de Oliveira Lopes Alves	Diretor	03/03/2024	A.G.O DE 2026
Andre Conca Casalli	Diretor	03/03/2024	A.G.O DE 2026
Ana Paula Berniz Pin Modesto	Diretora	03/02/2025	A.G.O DE 2026
Roberto Junior de Antoni	Diretor	31/03/2023	A.G.O DE 2026
Simone Pereira Negrão	Diretora	31/03/2023	A.G.O DE 2026
Hugo Sérgio de Assis Júnior	Diretor	01/12/2023	A.G.O DE 2026
Antonio Clemente Companario	Diretor	31/03/2023	A.G.O DE 2026
Alessandra Sayegh Gomes Lopes Delvaux	Diretora	01/10/2024	A.G.O DE 2026

ii) Nos termos do Art. 54 § 3º da Circular SUSEP nº 700 de 2024 em função da alteração na composição da diretoria, ora deliberada, ratifica as funções específicas dos diretores estatutários, conforme segue:

DIRETOR	DESIGNAÇÃO ESPECÍFICA
Antonio Clemente Companario	Diretor técnico responsável (a) pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento dos procedimentos atuariais previstos nas normas em vigor (art.3º, II, Res. CNSP nº 432/2021).
Alessandra Sayegh Gomes Lopes Delvaux	Diretora responsável (a) pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613/1998 (que trata dos crimes de lavagem de dinheiro e da ocultação de bens), conforme art. 12 da Circular SUSEP nº 612/20 e; (b) pelos controles internos, conforme art. 5º, da Resolução CNSP nº 416/21.
Hugo Sérgio de Assis Júnior	Diretor responsável (a) pelo compartilhamento que trata a Resolução CNSP nº 415 de 20 de julho de 2021 (Open Insurance), conforme art. 31.
Nelson Filipe de Oliveira Lopes Alves	Diretor responsável (a) pelo Administrativo-Financeiro (art. 54, §2º, da Circ. SUSEP nº 700/2024); (b) pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos da contabilidade previstos na Res. CNSP nº432/2021 (art. 3º, III); (c) pela Resolução CNSP nº 383/2020, art. 13 (registro de operações de seguros, previdência complementar aberta, capitalização e resseguros); (d) pelas relações com a SUSEP (art. 54, §1º, da Circ. SUSEP nº 700/2024) e; (e) pelo cumprimento das obrigações da Res. CNSP nº 143/2005, conforme art.2º (registro das apólices e dos endossos emitidos e dos cosseguros aceitos), somente para fins cadastrais até a atualização do Formulário de Informação Periódica - FIP.
Oscar Jose Celada Rodriguez	Diretor responsável (a) pela política institucional de conduta no que se refere ao relacionamento com o cliente, conforme artigo 12 da Resolução CNSP nº 382 de 04 de março de 2020.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, foi suspensa a sessão pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, que, depois de lida e achada conforme, foi aprovada e assinada por todos os presentes. **ASSINATURAS:** Mesa: Felipe Costa da Silveira Nascimento, Presidente da Mesa; Simone Pereira Negrão, Secretária da Mesa. Acionista: MAPFRE Participações S.A. (p. Felipe Costa da Silveira Nascimento, Diretor-Presidente e Oscar Jose Celada Rodriguez, Diretor). **CERTIDÃO:** A presente ata é cópia fiel do original, lavrada em livro próprio. São Paulo, 03 de fevereiro de 2025. Felipe Costa da Silveira Nascimento - Presidente da Mesa; Simone Pereira Negrão - Secretária da Mesa. JUCESP nº 172.295/25-7 em 22/05/2025. Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral em Exercício.

MAC INVESTIMENTOS S/A

MAPFRE

(Subsidiária Integral)

NIRE 35.300447051 - CNPJ/ME n.º 17.249.375/0001-92

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2025

Data, Hora e Local: Aos 30 dias do mês de abril de 2025, às 14h30, na sede social da MAC INVESTIMENTOS S/A ("Companhia"), localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, n.º 11.711, 21º andar, Brooklin Paulista, CEP 04578-000. **Presença:** Presente a acionista titular de ações representativas de 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, conforme assinatura constante do Livro de Presença de Acionistas da Companhia. **Convocação:** Dispensada em razão da presença da acionista titular de ações representativas de 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, conforme dispõe o artigo 124, parágrafo 4º, da Lei n.º 6.404/76 ("Lei das Sociedades por Ações"). **Mesa:** Assumiu a presidência Nelson Filipe de Oliveira Lopes Alves, que convidou Simone Pereira Negrão para exercer a função de secretária. **Ordem do dia:** deliberar sobre: (i) exame, discussão e aprovação das contas dos administradores, do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras da Companhia, referentes ao Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2024; (ii) destinação do lucro líquido apurado no Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2024. **Publicações:** O Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício social findo em 31/12/2024, foram publicados no jornal "Valor Econômico", páginas G12 e G13, na edição de 30 de abril de 2025. **Deliberações:** A acionista única da Companhia decidiu, por unanimidade e sem ressalvas: (i) aprovar as contas dos administradores, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, referentes ao Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2024; (ii) consignar que o lucro apurado no Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2024, na importância de R$ 10.001.741,47 (dez milhões, mil, setecentos e quarenta e um reais e quarenta e sete centavos), foi integralmente absorvido pelos prejuízos acumulados. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi suspensa a sessão pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, que, depois de lida e achada conforme, foi aprovada e assinada por todos os presentes. **Assinaturas:** Mesa: Nelson Filipe de Oliveira Lopes Alves, Presidente; Simone Pereira Negrão, Secretária. **Acionista:** MAPFRE Brasil Participações S/A (p. Nelson Filipe de Oliveira Lopes Alves, Diretor e Sidney Rodrigues, Diretor). **Certidão:** Certifico que a presente ata é cópia do original, lavrada em livro próprio. São Paulo, 30 de abril de 2025. Nelson Filipe de Oliveira Lopes Alves - Presidente da Mesa; Simone Pereira Negrão - Secretária da Mesa. JUCESP nº 176.075/25-0 em 30/05/2025. Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral em Exercício.

DAIMLER TRUCK FINANCIAL SERVICES BRASIL HOLDING S.A.

CNPJ 04.646.419/0001-44 - NIRE 35.300.188.311

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 30/04/2025

Realizada aos 30/04/2025, às 09h, em formato digital, por meio da plataforma Microsoft Teams nos termos do artigo 124, §2º-A da Lei nº 6.404/76 e Instruções Normativas do Departamento de Registro Empresarial e Integração - DREI nº 79, de 14/04/2020, e nº 81, de 10/06/2020 ("IN DREI nº 79" e "IN DREI Nº 81") e, para todos os fins legais, em sua sede social. Mesa: Presidente: Leonardo Luiz Piccinini; e Secretária: Tatiana Yokoyama e Silva. Presenças: Totalidade do capital social da Companhia. Deliberações: Após leitura, análise e discussão das matérias em pauta, os acionistas aprovaram, sem quaisquer ressalvas ou restrições (a) As contas dos administradores, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras e correspondentes Notas Explicativas, relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2024, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes. (b) A renúncia ao pagamento de dividendos e a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31/12/2024, no valor de R$ 172.145.395,85, da seguinte forma: • O montante de R$ 8.607.269,29 (oito milhões, seiscentos e sete mil, duzentos e sessenta e nove reais e vinte e nove centavos) destinado à constituição de Reserva Legal; • O montante de R$ 163.538.116,57 permanecerá em Reservas de Lucros para futura destinação; (c) A eleição dos seguintes membros para compor a Diretoria da Companhia: (a) Leonardo Luiz Piccinini, RG nº 24.795.640-5 SSP/SP, CPF nº 205.404.739-75, no cargo de Diretor Presidente; (b) Tatiana Yokoyama e Silva, RG nº 13.008.601-6 - SSP/SP e CPF nº 176.808.368-04, no cargo de Diretora; (c) Marcello Larossa, RG nº 18.287.077-7 SSP/SP, CPF nº 214.667.368-66 no cargo de Diretor; (d) Viviane Jacob, RG nº 18.894.746-3 SSP/SP e CPF nº 154.083.828-36, no cargo de Diretora e (e) Raquel Barbosa Assis dos Santos, RG nº 34.938.195-1 - SSP/SP e CPF nº 222.308.028-04, no cargo de Diretora. Todos os diretores ora eleitos terão mandato de 1 (um) ano, até a Assembleia Geral Ordinária de 2026, que examinar as demonstrações financeiras relativas ao exercício a se encerrar em 31/12/2025, sendo permitida a reeleição por igual período, devendo permanecer nos cargos até a posse de seus respectivos sucessores. Os Diretores ora eleitos declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por qualquer outros crimes que os impeçam de exercer atividades mercantis, consignando que as respectivas declarações de desimpedimento encontram-se arquivadas na sede da Companhia. Nada mais. São Bernardo do Campo (SP), 30/04/2025. Viviane Jacob - Presidente da Mesa; Raquel Barbosa Assis dos Santos - Secretária da Mesa. JUCESP nº 185.288/25-0 em 13/05/2025. Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral em Exercício.

AKAD SEGUROS S.A.

akad seguros

C.N.P.J.: 14.868.712/0001-31 - N.I.R.E.: 35.300.417.011

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 01 de Maio de 2025

1. Data e Horário: 01 de maio de 2025, às 9:00 horas. 2. Local: Nas dependências da sede social da Companhia, na Avenida das Nações Unidas, 12.995, 24º andar, Brooklin Paulista, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. 3. Presenças: Acionistas detentores da totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas apostas no Livro de Presença de Acionistas e na presente Ata. [illegible]

MAPFRE CAPITALIZAÇÃO S.A.

(Subsidiária Integral)

CNPJ 09.382.998/0001-00 - NIRE 35.3.0035253.8

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 28 DE OUTUBRO DE 2024

DATA, HORA E LOCAL: Em 28 de outubro de 2024 às 16h30, na sede da MAPFRE CAPITALIZAÇÃO S.A. ("Companhia"), na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Avenida das Nações Unidas, n.º 11.711, 21º andar, Brooklin, CEP 04578-000. **PRESENÇA:** Presente única acionista titular de ações representativas de 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas. **CONVOCAÇÃO:** Dispensada em razão da presença da acionista detentora das ações representativas de 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, conforme dispõe o artigo 124, parágrafo 4º, da Lei n.º 6.404/76 ("Lei das Sociedades por Ações"). **MESA:** Assumiu a presidência Oscar Jose Celaca Rodriguez, que convidou Simone Pereira Negrão para exercer a função de secretária. **ORDEM DO DIA:** (i) deliberar sobre alteração da Diretoria da Companhia e, (ii) ratificação das designações específicas dos Diretores estabelecidas pela Superintendência de Seguros Privados ("SUSEP"). **DELIBERAÇÕES:** A acionista da Companhia decidiu, sem ressalvas: (i) aprovar a destituição, com efeitos imediatos, de Raphael Bauer de Lima, brasileiro, casado, administrador, portador do RG nº 572940 ESP/MG e inscrito no CPF/MF sob nº 001.420.366-30, com endereço para estes fins na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, 11.711, 21º andar, Brooklin, CEP 04578-000, do cargo de Diretor da companhia. Ao Diretor, ora destituído, a Companhia outorga a mais ampla, geral e rasa quitação quanto ao período em que permaneceu no exercício de suas funções, para nada mais reclamar, a qualquer título (a.e) em razão da deliberação acima, a Diretoria da Companhia passa a ter a seguinte composição:

NOME	CARGO	MANDATO	
		INÍCIO	TÉRMINO
Oscar Jose Celaca Rodriguez	Diretor-Presidente	03/03/2024	A.G.O. DE 2026
Nelson Filipe de Oliveira Lopes Alves	Diretor	03/03/2024	A.G.O. DE 2026
Andre Conca Casalli	Diretor	03/03/2024	A.G.O. DE 2026
Antonio Clemente Companario	Diretor	31/03/2023	A.G.O. DE 2026
Simone Pereira Negrão	Diretora	31/03/2023	A.G.O. DE 2026
Francisco Eugênio Labourt	Diretor	31/03/2023	A.G.O DE 2026
Roberto Junior De Antoni	Diretor	31/03/2023	A.G.O DE 2026
Hugo Sérgio de Assis Júnior	Diretor	01/12/2023	A.G.O. DE 2026
Alessandra Sayegh Gomes Lopes Delvaux	Diretora	01/10/2024	A.G.O. DE 2026

(ii) Nos termos do Art. 54 § 3º da Circular SUSEP nº 700 de 2024, em função da alteração na composição da diretoria, ora deliberada, ratifica as funções específicas dos diretores estatutários, conforme segue:

NOME	DESIGNAÇÕES
Antonio Clemente Companario	Diretor técnico responsável (a) pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento dos procedimentos atuariais previstos nas normas em vigor (art.3º, II, Res. CNSP nº 432/2021).
Alessandra Sayegh Gomes Lopes Delvaux	Diretora responsável (a) pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613/1998 (que trata dos crimes de lavagem de dinheiro e da ocultação de bens), conforme art. 12 da Circular SUSEP nº 612/20 e; (b) pelos controles internos, conforme art. 5º, da Resolução CNSP nº 416/21.
Nelson Filipe de Oliveira Lopes Alves	Diretor responsável (a) pelo Administrativo-Financeiro (art. 54, §2º, da Circ. SUSEP nº 700/2024); (b) pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos da contabilidade previstos na Res. CNSP nº432/2021 (art. 3º, III); (c) pela Resolução CNSP nº 383/2020, art. 13 (registro de operações de seguros, previdência complementar aberta, capitalização e resseguros); (d) pelas relações com a SUSEP (art. 54, § 1º, da Circ. SUSEP nº 700/2024) e; (e) pelo cumprimento das obrigações da Res. CNSP nº 143/2005, conforme art.2º (registro das apólices e dos endossos emitidos e dos cosseguros aceitos), somente para fins cadastrais até a atualização do Formulário de Informação Periódica - FIP.
Hugo Sérgio de Assis Júnior	Diretor Responsável (a) pelo compartilhamento que trata a Resolução CNSP nº 415 de 20 de julho de 2021 (Open Insurance), conforme art. 31.
Oscar Jose Celada Rodriguez	Diretor Responsável (a) pela política institucional de conduta no que se refere ao relacionamento com o cliente, conforme artigo 12 da Resolução CNSP nº 382 de 04 de março de 2020.
Com base no Ofício Eletrônico nº 440/2019/SUSEP/DIORG/CGRAJ/CORIC, o artigo 7, §1º do Estatuto Social, na ausência ou impedimento do Sr. Nelson Filipe de Oliveira Lopes Alves, o Sr. Antonio Clemente Companario, exercerá cumulativamente a função de Diretor responsável pelas relações com a SUSEP e, na ausência e impedimento do Sr. Antonio Clemente Companario, o Diretor Roberto Junior de Antoni, acumulará as funções de Diretor de Produtos.	

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, foi suspensa a sessão pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, que, depois de lida e achada conforme, foi aprovada e assinada por todos os presentes. **ASSINATURAS:** Mesa: Oscar Jose Celaca Rodriguez, Presidente da Mesa; Simone Pereira Negrão, Secretária da Mesa; Acionista: MAPFRE Participações S.A. (p. Felipe Costa da Silveira Nascimento, Diretor-Presidente e Sidney Rodrigues, Diretor). **CERTIDÃO:** A presente ata é cópia fiel do original, lavrada em livro próprio. São Paulo, 28 de outubro de 2024. Oscar Jose Celada Rodriguez - Presidente da Mesa; Simone Pereira Negrão - Secretária da Mesa. JUCESP nº 142.621/25-0 em 05/05/2025. Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral em Exercício.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUVERAVA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUVERAVA faz público que se encontra aberta a PREGÃO ELETRÔNICO 023/2025 – EDITAL 027/2025 – cujo objeto é a **AQUISIÇÃO DE TOMÓGRAFO ODONTOLÓGICO 3 EM 1 (TOMO/PAN/TELE) COM ESTABILIZADOR E COMPUTADOR PARA COMANDO, PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE – CONFORME ANEXO I DO EDITAL.** O período de envio das propostas será a partir de 02/07/2025 até 22/07/2025 às 08:00h no endereço eletrônico novobbmnet.com.br. O início da disputa ocorrerá no dia 22/07/2025 às 08:30h na mesma plataforma. Esclarecimentos somente através do e-mail licitacoes@ituverava.sp.gov.br ou novobbmnet.com.br. Edital à disposição na internet: www.ituverava.sp.gov.br, a partir do dia 02/07/2025. Ituverava-SP, 30 de junho de 2025. LUIZ ANTONIO DE ARAUJO, Prefeito Municipal.